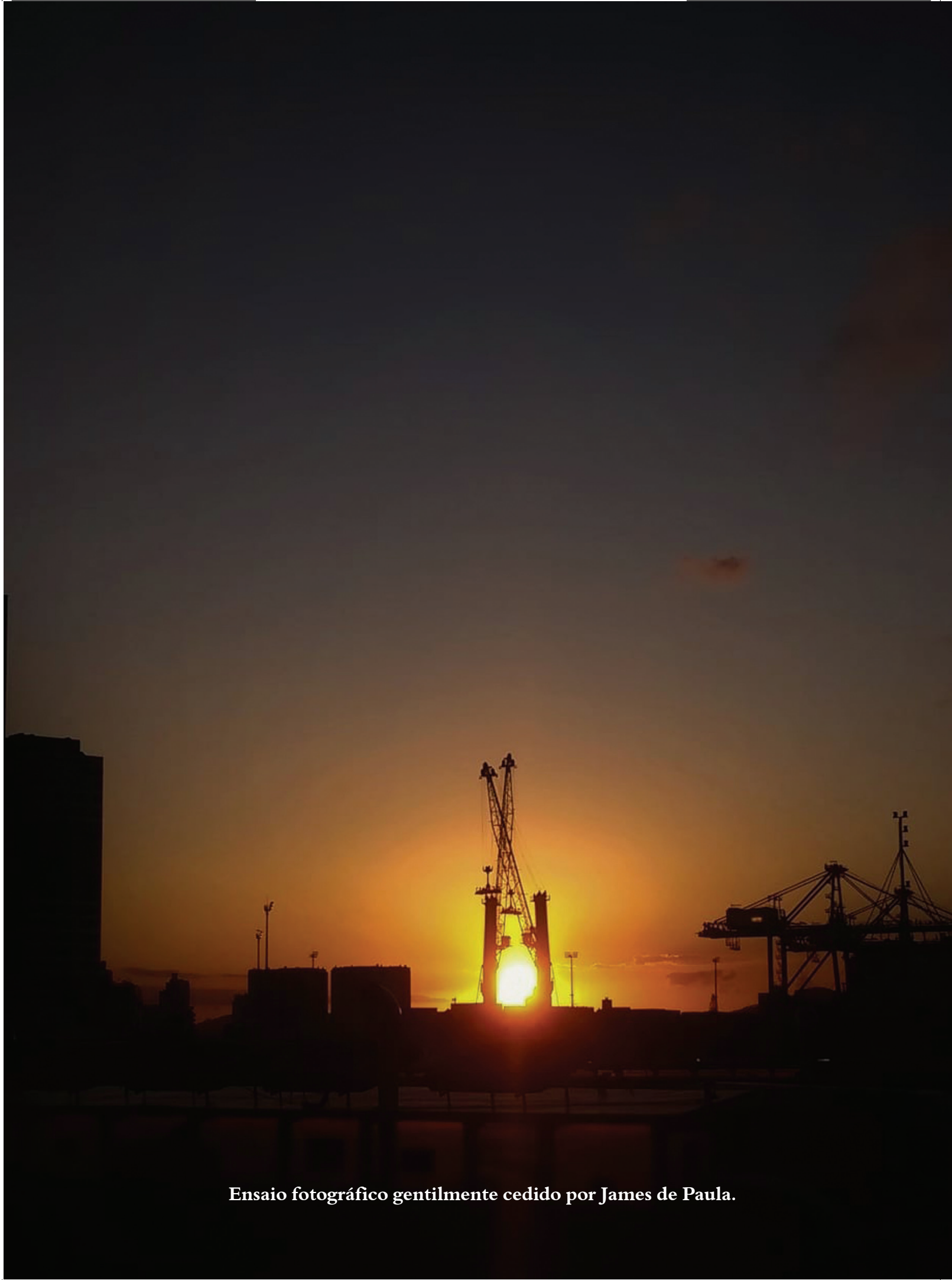
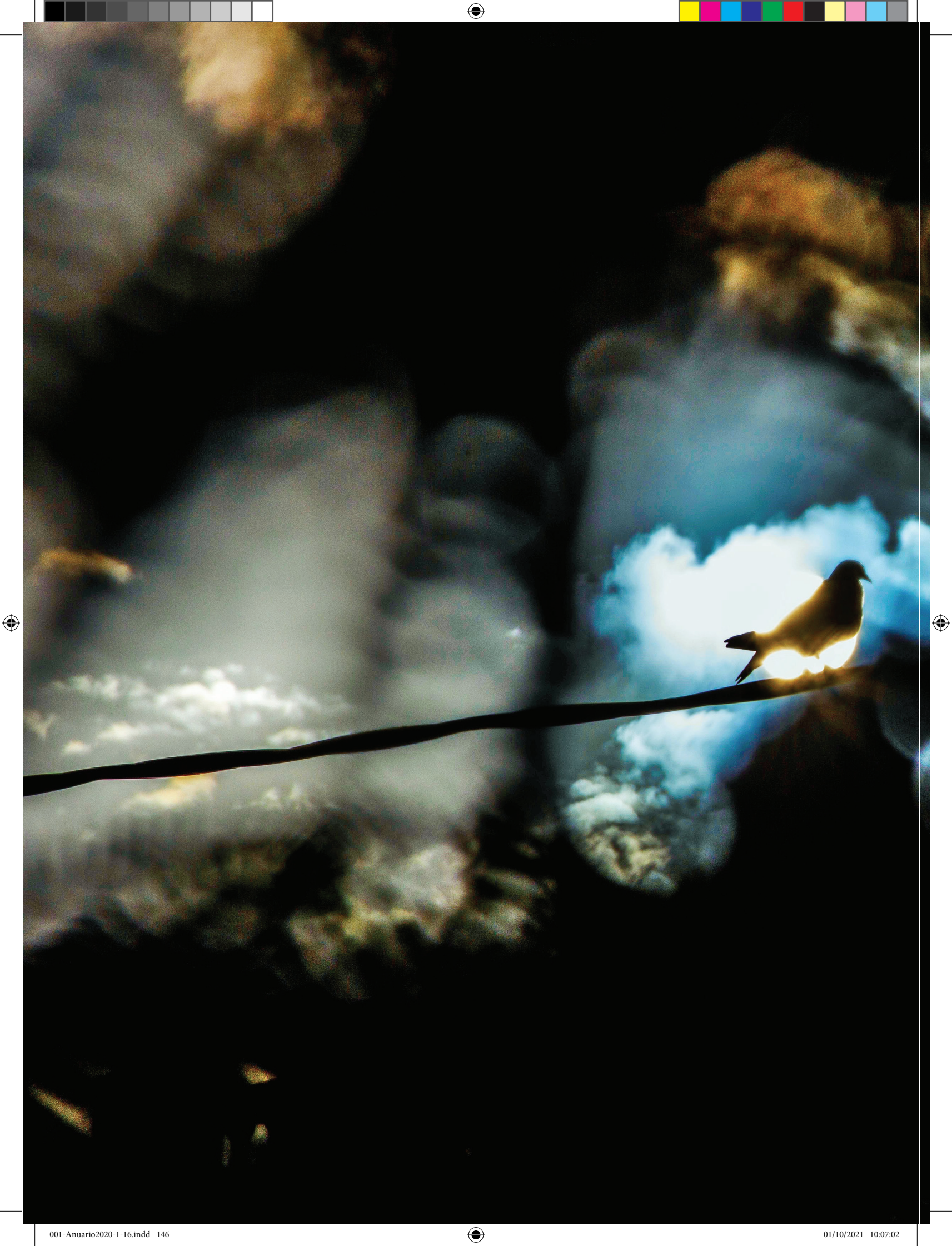
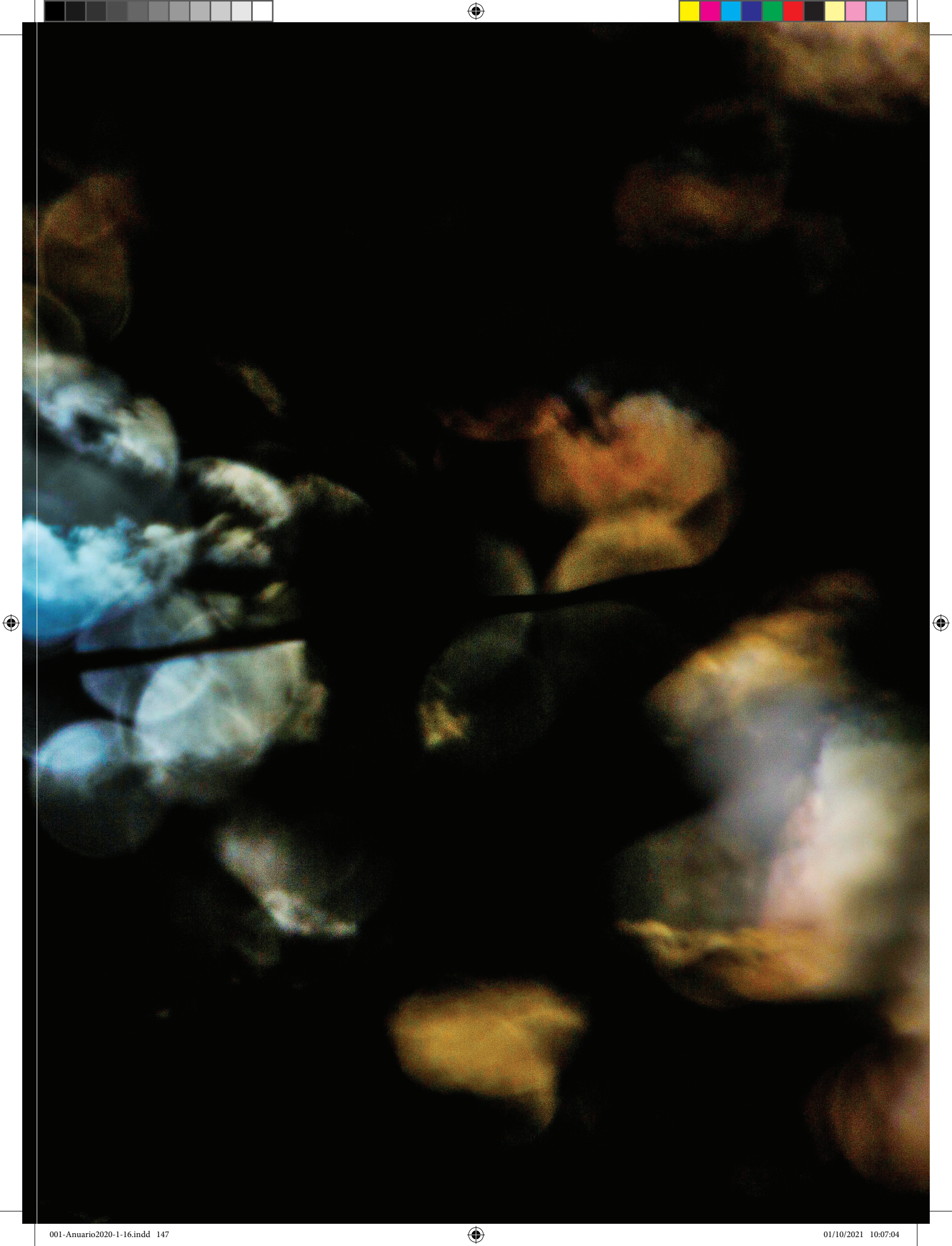




Ensaio fotográfico gentilmente cedido por James de Paula.



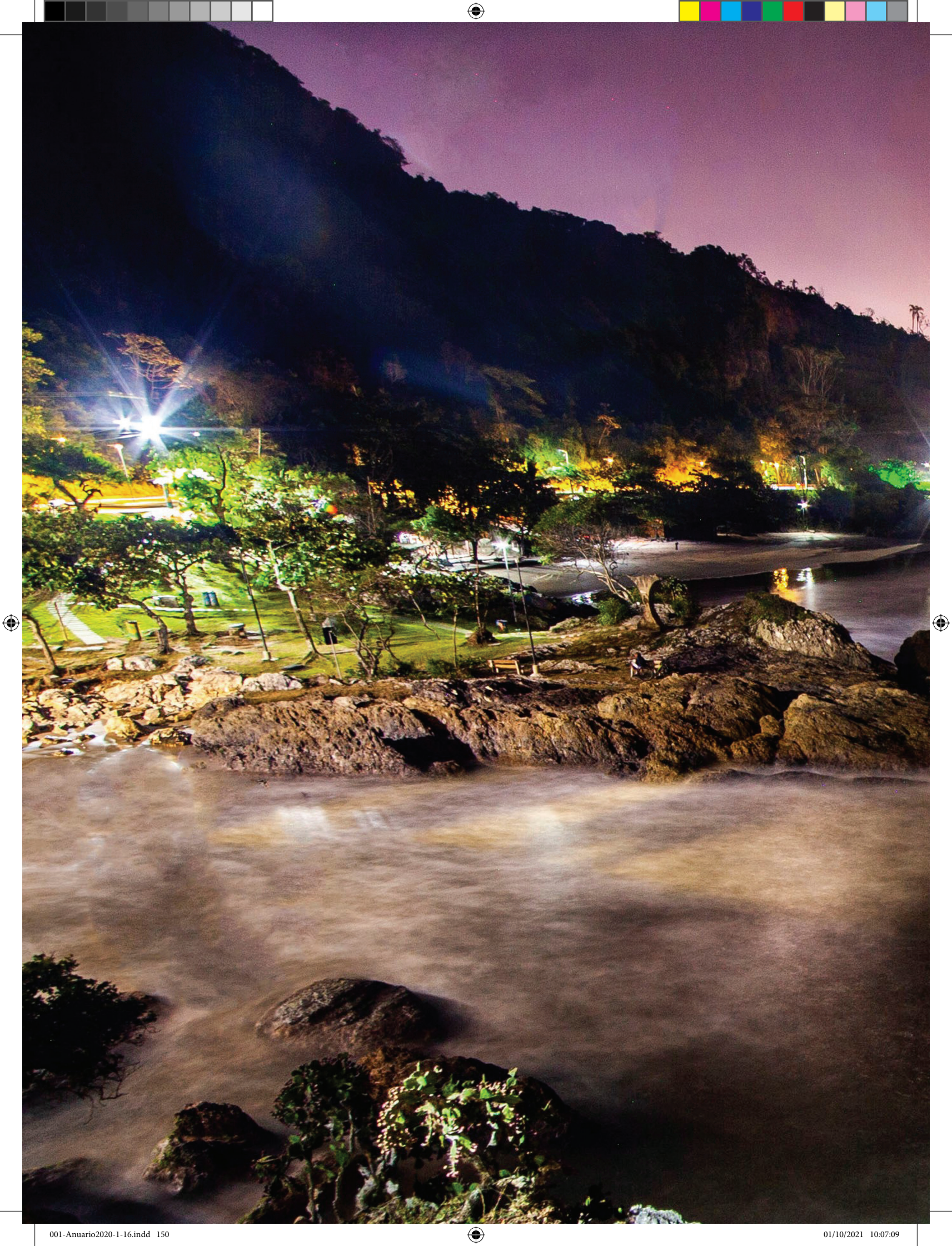


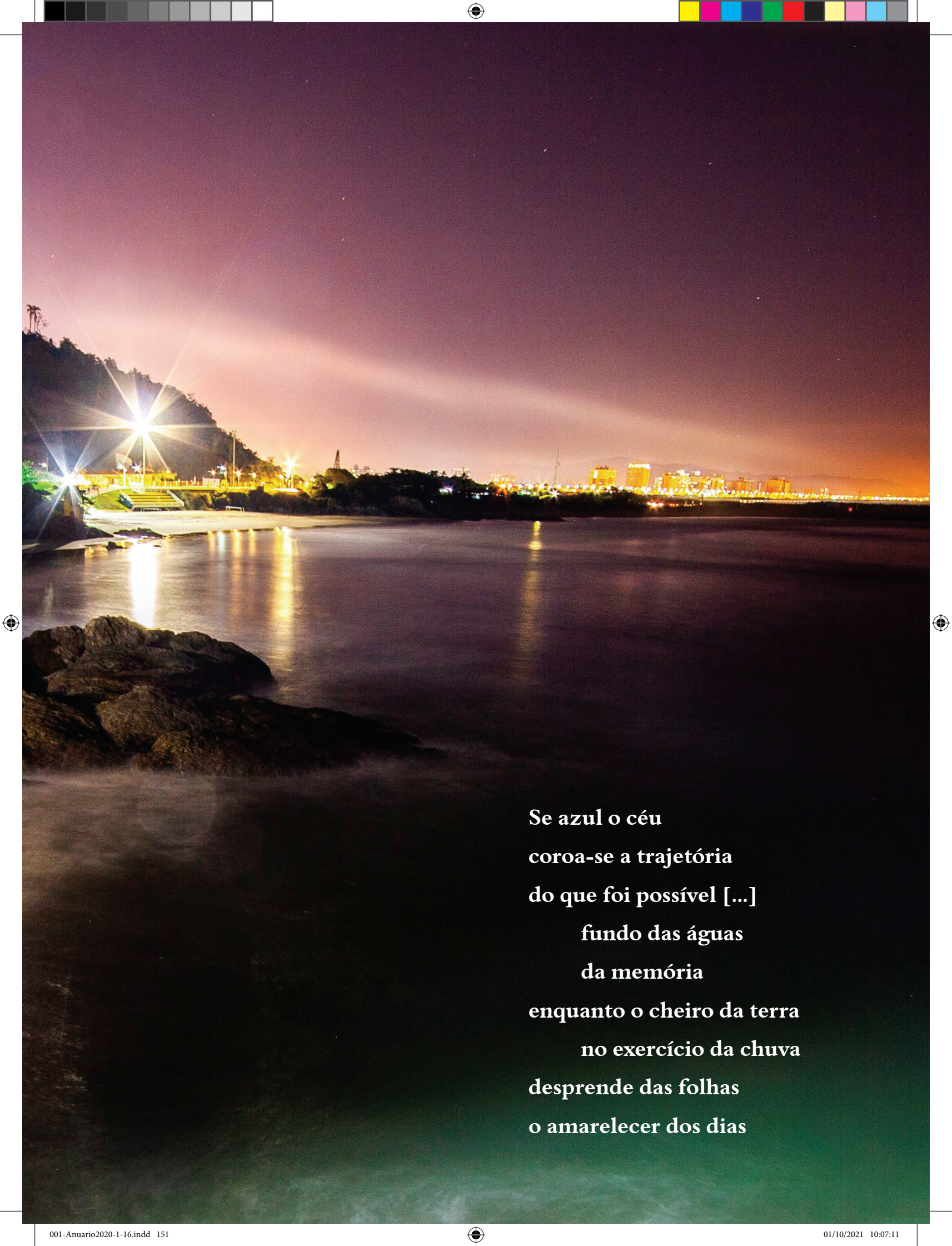


Hoje
os antigos acenderão as velas
em louvor ao espírito
para que nelas
em clarividência
ascendam nos corpos
novos prodígios



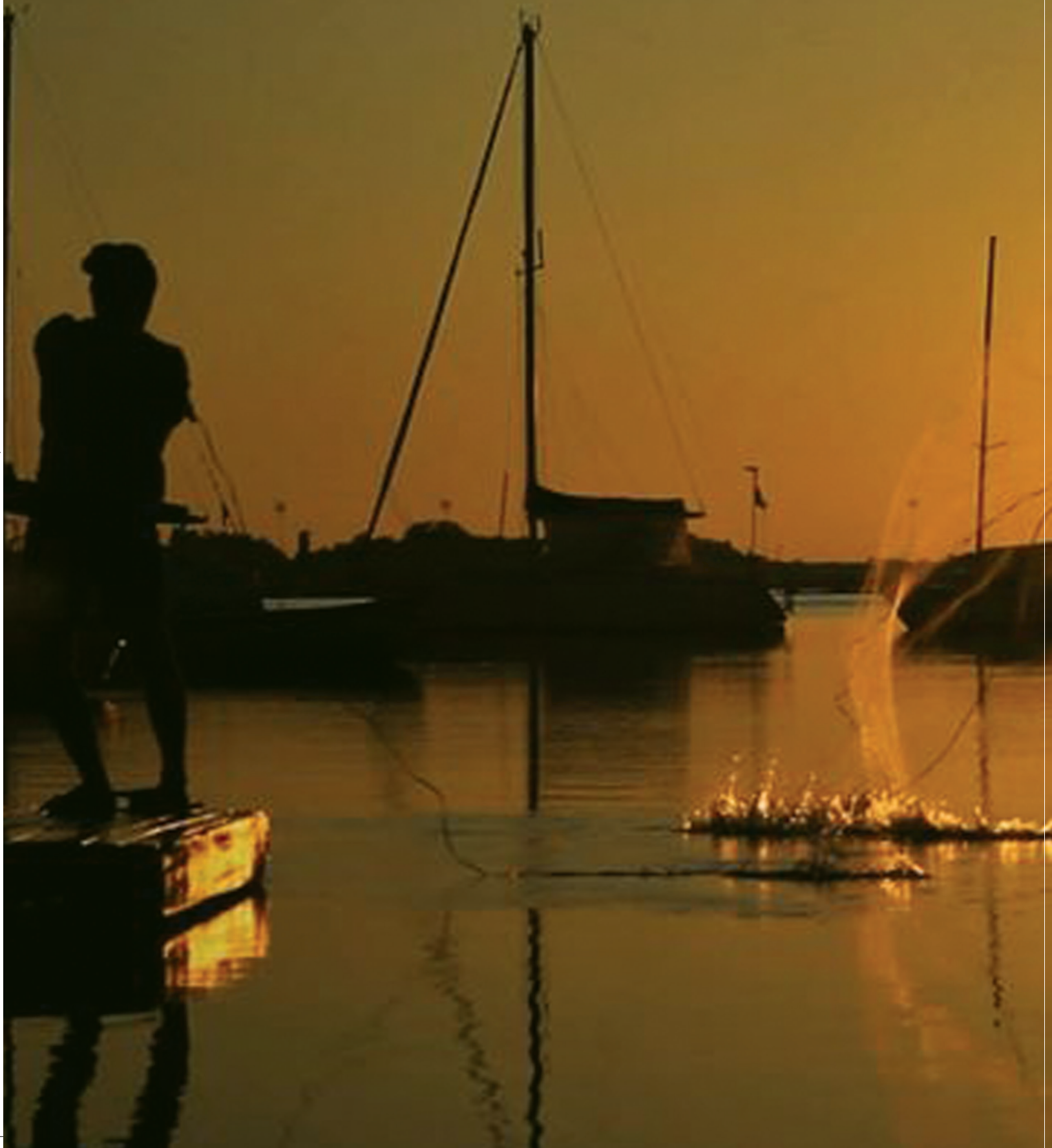


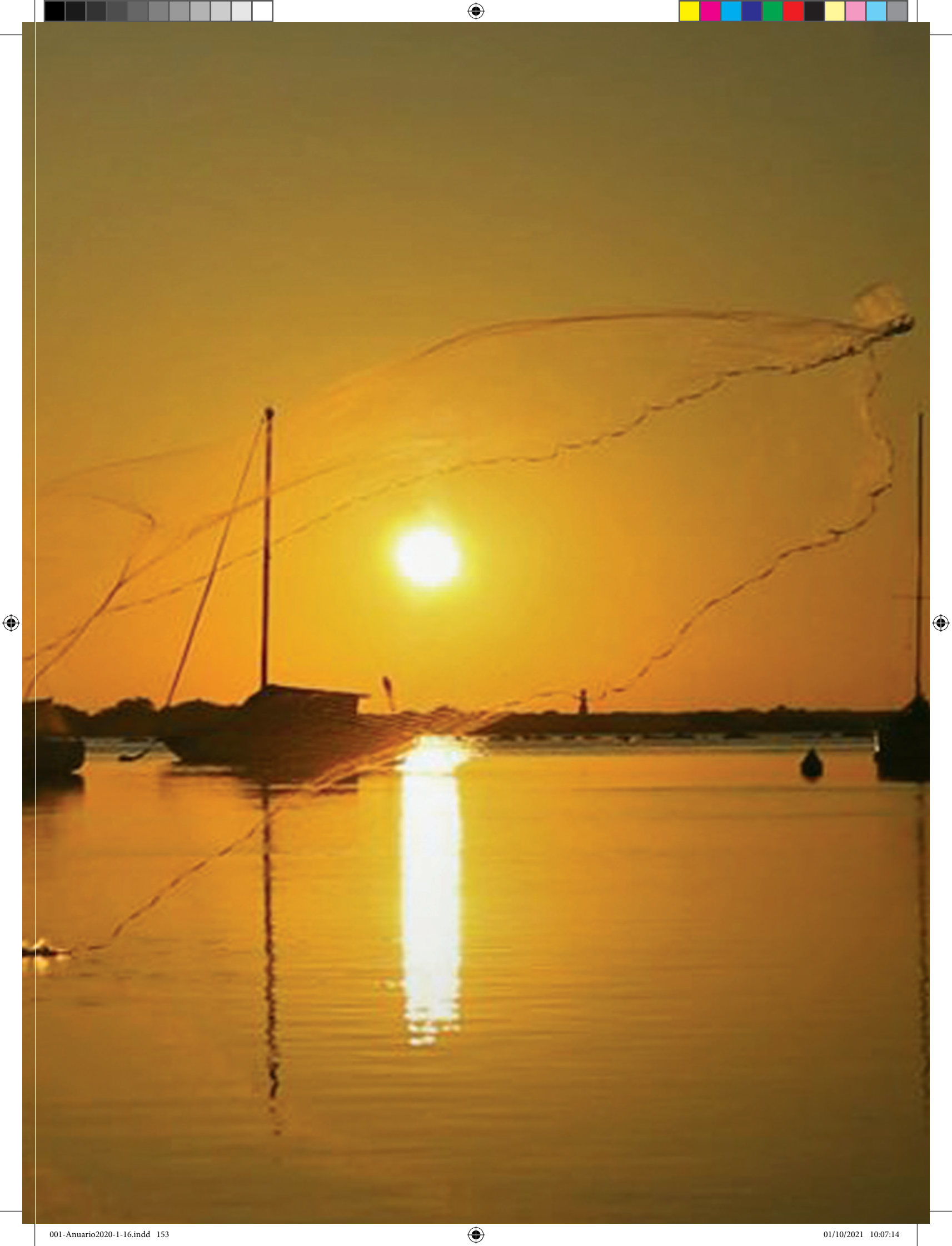


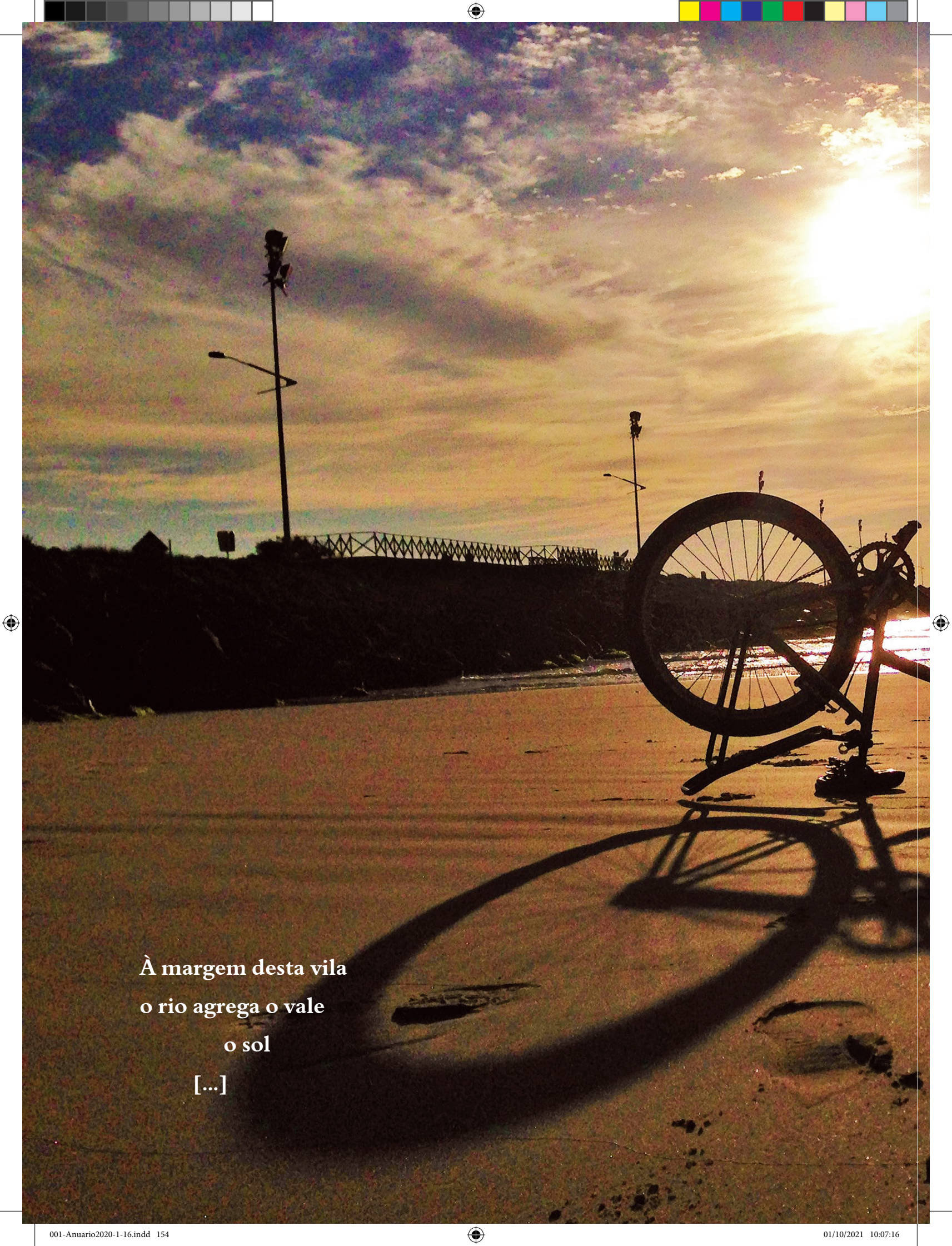


Se azul o céu
coroa-se a trajetória
do que foi possível [...]
fundo das águas
da memória
enquanto o cheiro da terra
no exercício da chuva
desprende das folhas
o amarelecer dos dias

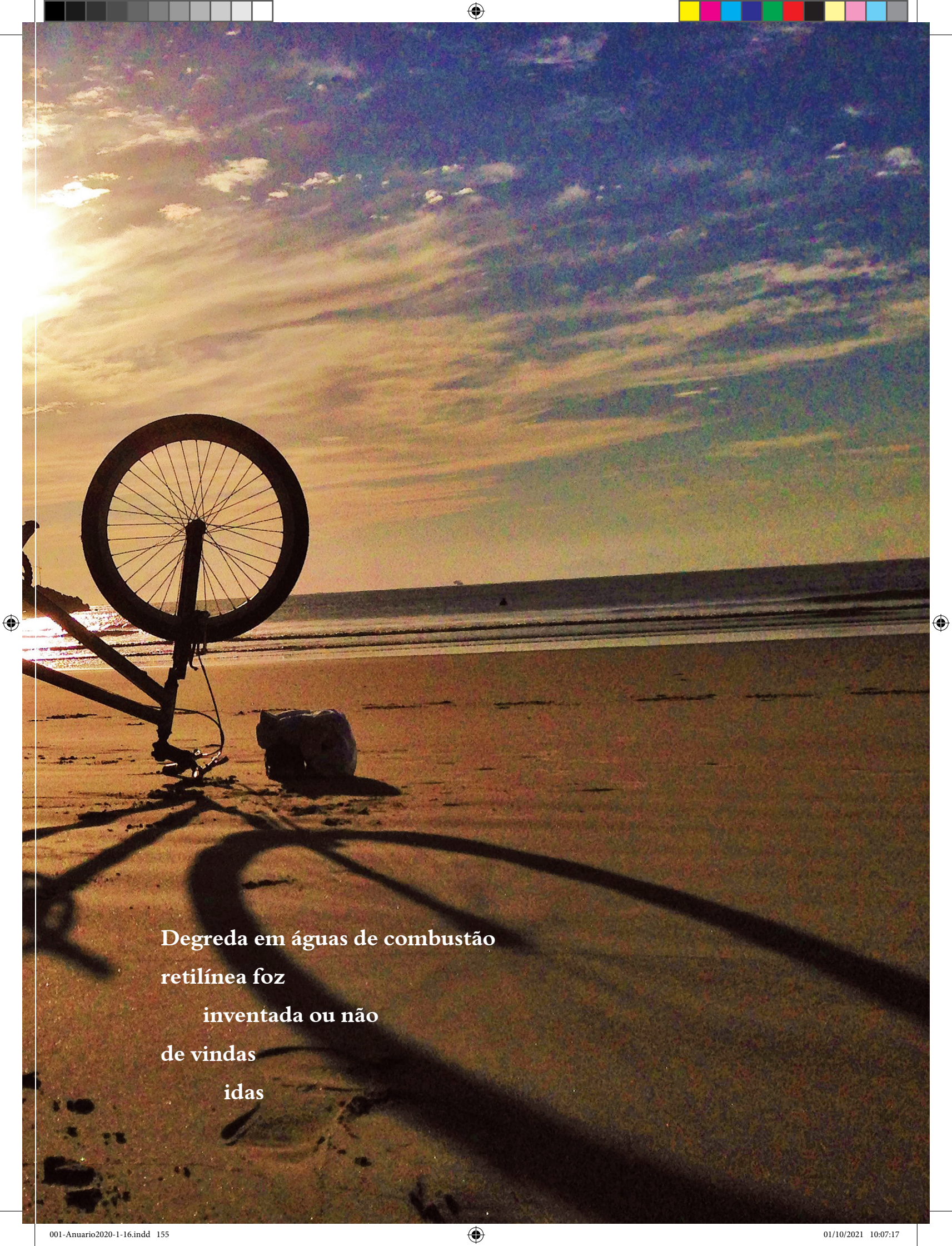
(A fome alimentou o impulso do corpo, a necessidade em se garantir a sobrevivência. Homens, vós que abotoais a carne sobre os ossos e que concedeis movimento às vossas criações, proclamai-vos livres enquanto conseguirdes comer pelas próprias mãos).



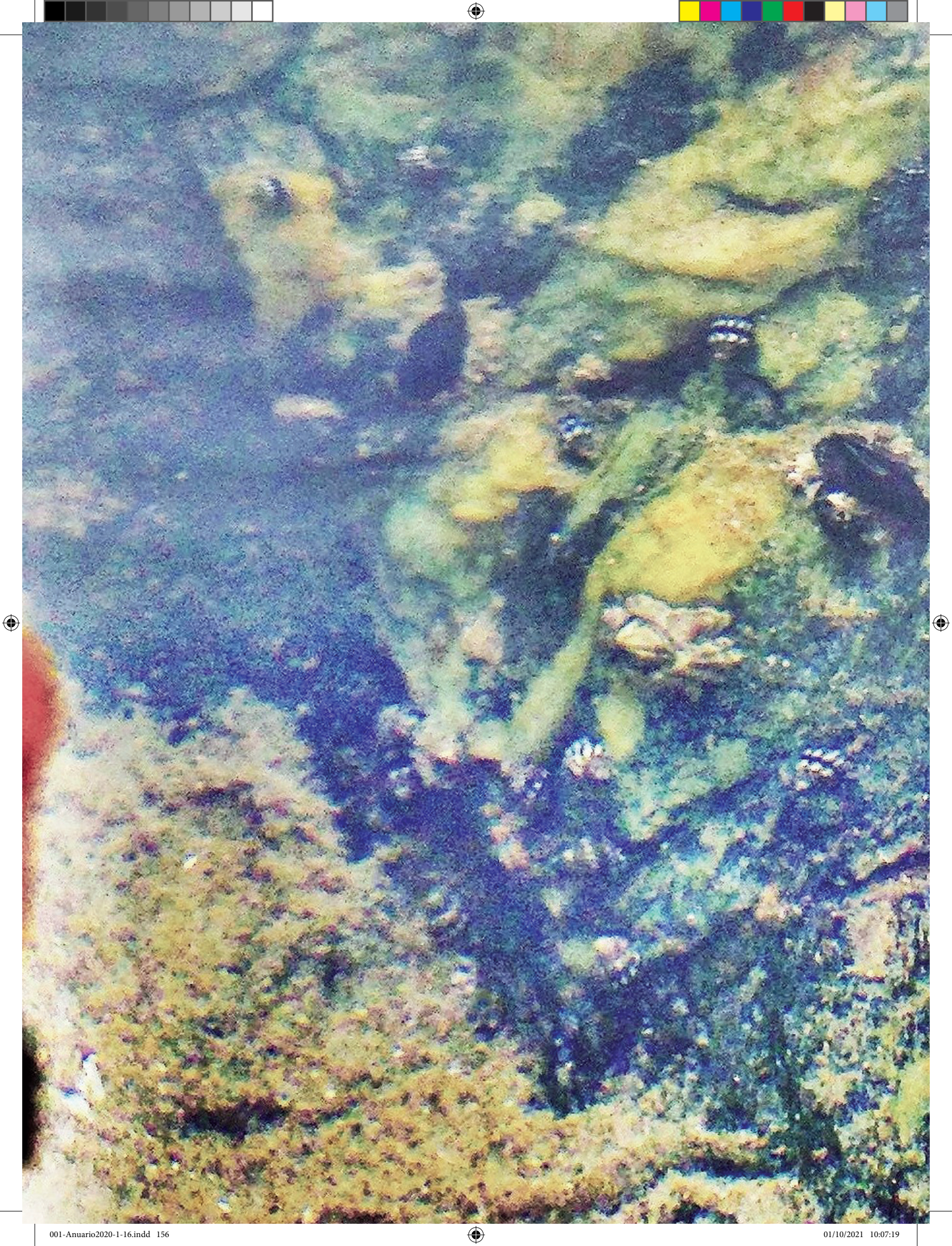




À margem desta vila
o rio agrega o vale
o sol
[...]



Degreda em águas de combustão
retilínea foz
inventada ou não
de vindas
idas





Entre Itajaí e Navegantes

peixes e nomes

desejosos de mares e plagas

nascem na travessia bilíngue

das águas

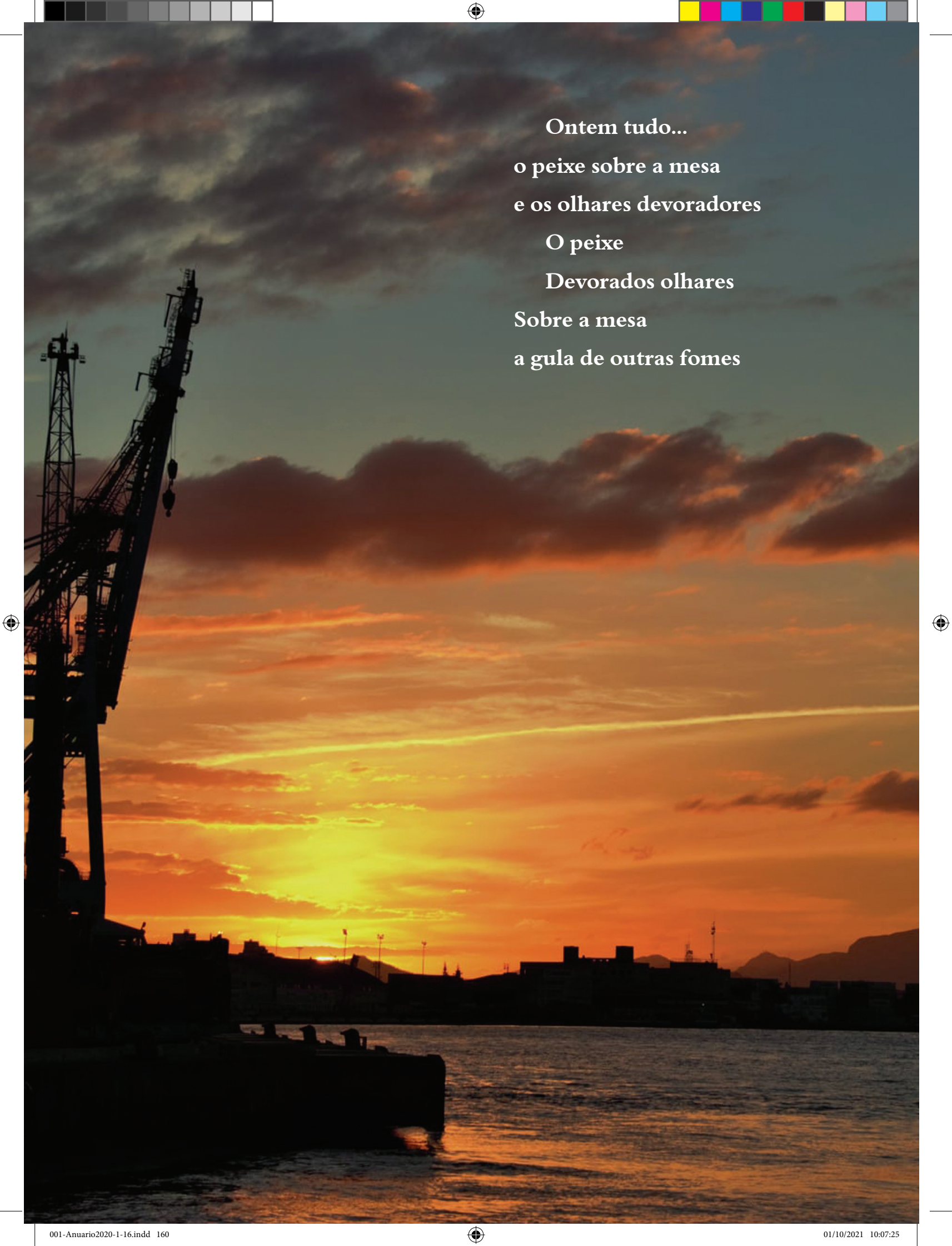
[...]



Um entardecer
quase novembro
na espiral
de antigas eras

deixa no murmúrio
uma flor
e a recordação esbelta
de um pedaço de terra





Ontem tudo...
o peixe sobre a mesa
e os olhares devoradores

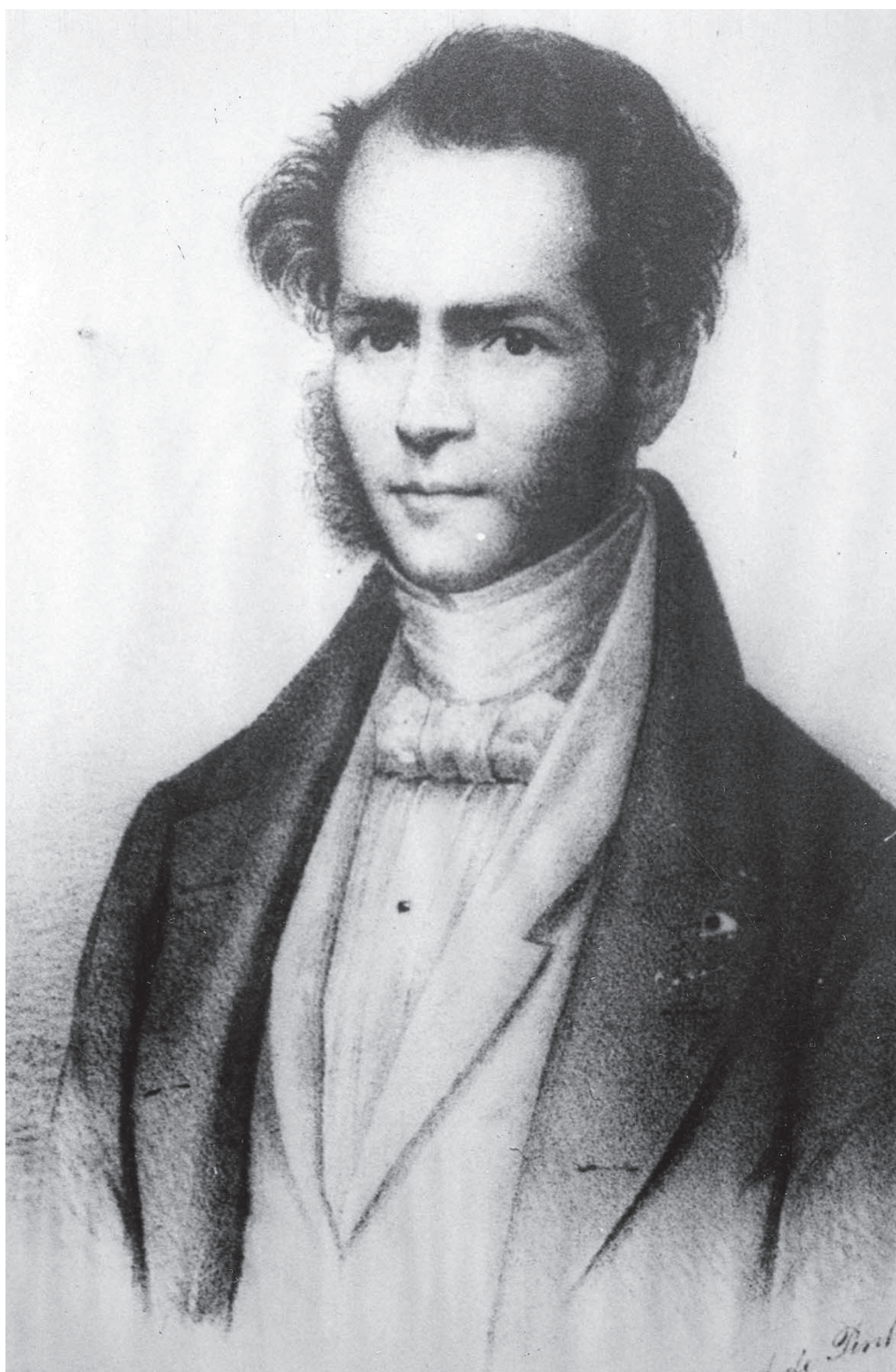
O peixe
Devorados olhares
Sobre a mesa
a gula de outras fomes



PREFEITURA DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS





PREFEITURA DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS



Prefeito

Volnei José Morastoni

Vice

Marcelo Sodré

Superintendente das Fundações

Normélio Pedro Weber

Diretor-executivo da FGML

Fabício Marinho



Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico, Edição, Capa, Diagramação e Arte-finalização

Rogério Marcos Lenzi

Capa: intervenção sobre fotografia de Ligiane Finardi Meyer

Conselho Editorial do Anuário 2020

Fabício Marinho

Euclides José da Cruz

Rogério Marcos Lenzi

A636 Anuário de Itajaí 2020 / Fundação Genésio Miranda Lins. –

Itajaí : FGML, 2020.

160 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1. Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica

Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

CRB 14/321

Sumário

APRESENTAÇÃO	
<i>Rogério Lenzi</i>	21
A COLÔNIA “NOVA ERICEIRA”: LUSOS NO LITORAL CATARINENSE ENTRE TIJUCAS E ITAJAÍ.	
<i>Dieter Hans Bruno Kohl</i>	22
VASCONCELLOS DE DRUMMOND: 200 ANOS DA COLONIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ – 1820/2020	
<i>Edison d'Ávila</i>	35
VASCONCELLOS DE DRUMMOND – O PERSONAGEM	
<i>William Almeida de Carvalho</i>	39
BIOGRAFIA DE A. M. V. DE DRUMMOND, PUBLICADA EM 1836...	
<i>Edison d'Ávila</i>	42
CRONOLOGIA DE ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND	
<i>Magru Floriano</i>	52
AS FALAS DO TEMPO – A. M. V. DE DRUMMOND – UMA RELEITURA	
<i>Sônia Mirian Teixeira Moreira</i>	56
FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ E MAÇONARIA	
<i>Sydney Schead dos Santos</i>	62
INVENTÁRIO CRONOLÓGICO DAS PUBLICAÇÕES...	
<i>Magru Floriano</i>	78
DRUMMOND – TESES REVISITADAS	
<i>Magru Floriano</i>	89
TEXTOS SELECIONADOS	
<i>Magru Floriano</i>	94





Apresentação

1820 - 2020: **N**este Anuário* especial em que comentamos os 200 anos da colonização da Foz do Itajaí, apresentamos o personagem inconteste (junto aos seus coadjuvantes) e propulsor dos núcleos populacionais que, de seu servir ao Ministro de S. Majestade, propiciou, no decorrer das informações por ele realizadas, os motivos outros para maior ocupação e desenvolvimento não só da região deste litoral Norte, como também até às cercanias prósperas de Lages.

Não se tratam de erros ou acertos: seu realizar (ou não) foi catalizador de propostas outras que, no decorrer da vida, empenharam atitudes e compromissos para formar, em dois séculos, o que habitamos: o corpo, a cidade, as comunidades em que vivemos e somos para que outros a herdem.

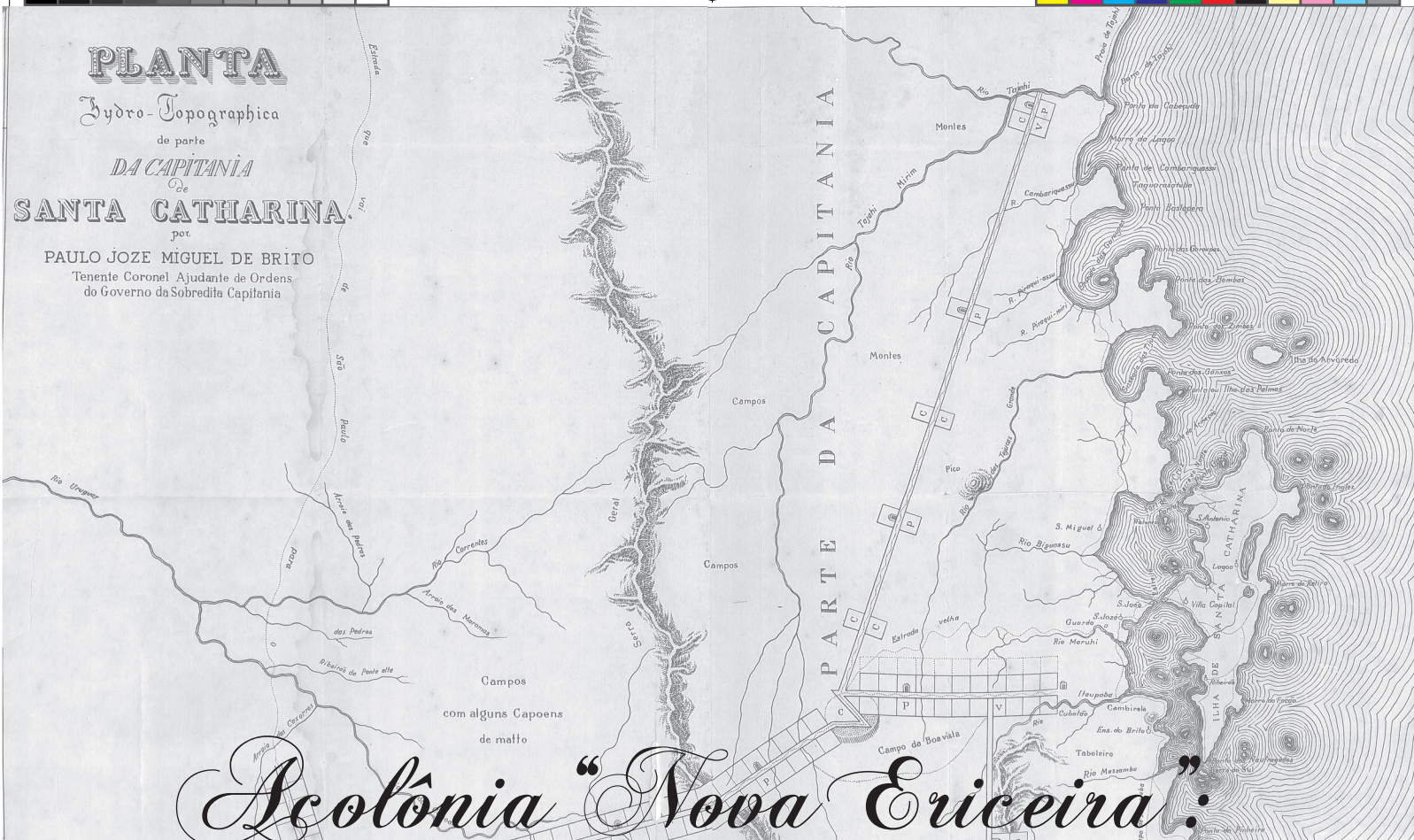
O cataclismo de tal anúncio, o leitor acompanhará na leitura do desenrolar dos atos, atitudes, pesquisas, pronunciamentos, retóricas e faíscas de atrito sobre o velar de um nome que se queira Patriarca - coisa que nunca houve.

Boa leitura.

Rogério Lenzi
Historiador - FGML

*Criado pelos eméritos jornalistas itajaienses Juventino Linhares e Jayme Fernandes Vieira, no ano de 1924, essa primeira edição - hoje um volume raro e histórico - não foi seguida de outras, como era a intenção, até 1949, quando Marcos Konder e Silveira Júnior tornam a editar o Anuário, porém sem continuidade. Já no ano de 1959, os jornalistas Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Faria publicaram o Anuário desse ano e o de 1960, em comemoração ao 1º Centenário do Município de Itajaí. No ano de 1998 a publicação foi retomada pela Fundação Genésio Miranda Lins por Edison d'Ávila, Antonio Carlos Floriano, Eduardo Teixeira Moreira e Rogério Marcos Lenzi. Desde então o Anuário de Itajaí tornou-se um periódico imprescindível para a difusão dos conteúdos produzidos no município, nos campos da história, da literatura e das Artes, que possibilitam o conhecimento e o reviver da nossa cultura e memória.





Lusos no litoral catarinense entre Tijucas e Itajaí Dieter Hans Bruno Kohl - escritor

N O COMEÇO DO SÉCULO XIX, Ericeira era uma pequena vila portuguesa no litoral perto de Mafra, a 35 km a noroeste de Lisboa. Por algum tempo, foi um porto importante na região; seu forte na economia era a pesca e a agricultura. A guerra napoleônica, a fuga da família real para o Brasil e outros fatores se fizeram sentir no lugar. Justino José da Silva, empresário de pesca e funcionário da câmara municipal, teve uma ideia para melhorar a situação do lugar aproveitando a vocação pesqueira dos ericeiros, porém, visando a esta atividade em outro lugar do domínio português: o estabelecimento para pescarias no Brasil, numa região onde era abundante o peixe.

Seus contatos com o governo português o levaram ao encontro com o Ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal, o qual se entusiasmou com a ideia e tomou as providências cabíveis junto ao Rei João VI.

Apesar de o Brasil ter sido elevado, em 16 de dezembro de 1815, a categoria de Reino, passando a integrar o Reino Unido de Portugal e Algarve com direitos semelhantes à metrópole, o sul do Brasil ainda era uma região subpovoada e pouco desenvolvida.

Em 1816, Paulo José Miguel de Brito, Ajudante do Governo da Capitania de Santa Catarina entre 1805 a 1817, alertava o governo central sobre a importância de se fundar na Enseada das Garoupas uma freguesia para

[...] aumentar a povoação e cultura de toda a beira-mar que forma a Enseada das Garoupas, e estabelecer ali uma Freguesia, por estarem aqueles moradores mui distantes da sua, que é a de São Miguel, e por ser este ponto muito interessante para a defesa da Capitania.

Em atenção à solicitação de Paulo José Miguel de Brito e aproveitando a proposta de Justino José da Silva, bem como o próprio interesse que havia por parte do Ministro em fazer da Enseada das Garoupas um ponto de apoio para a esquadra com a construção futura de uma ribeira de naus no lugar, D. João VI mandou, pela Mesa de Desembargo do Paço, o seguinte decreto:

Querendo auxiliar o estabelecimento que Justino José da Silva se propõe formar no sítio denominado Enseada das Garoupas na Capitania de Santa Catarina, de que deve resultar grande interesse a este Reino, pelo aumento da povoação e das pescarias que ali pretende promover a maneira das do Reino de Algarves: Hei por bem que pela Mesa do Desembargo do Paço se mande medir e demarcar uma légua de terra no referido sítio ou nas suas vizinhanças aonde melhor convier a especulação que tem em vista o sobre dito Justino José da Silva e que lhe seja dado e de sesmaria, com a obrigação de repartir parte dela sem foro ou pensão alguma, em porções que forem necessárias às pessoas que vierem para ali estabelecerem-se, ficando desde já separadas quatrocentas braças para passal do capelão que há

de haver ai, e que se há de erigir em Vigararia, quando estiver formada a povoação em número suficiente. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1817.

O que chama a atenção é que o projeto foi regulamentado por decreto, o que difere dos processos normais, os quais eram feitos por despachos ou avisos reais, o que demonstra a importância que o governo dava à instalação do que seria a Colônia Nova Ericeira.

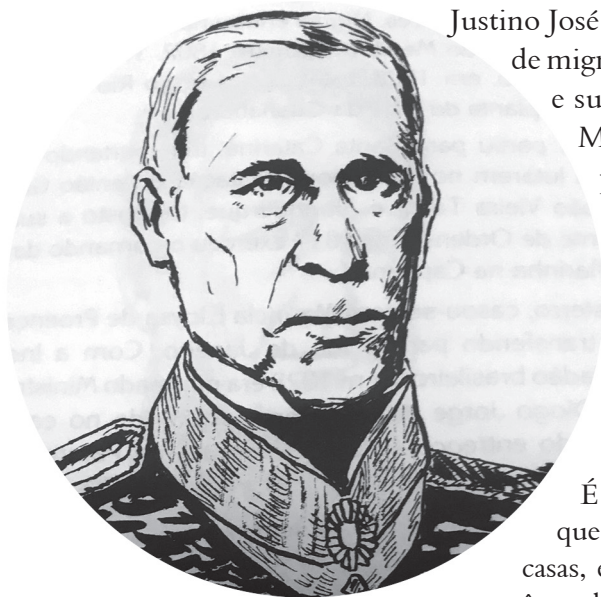
Acontecia que durante o período colonial, o governo português desenvolvera uma política de colonização dirigida para assegurar a posse de pontos estratégicos de sua colônia na América, bem como para proporcionar o desenvolvimento econômico dessas regiões. Esta política de colônias estratégicas foi central à política imigratória da época e a fundação da Colônia Nova Ericeira (1818), São Thomaz de Villanova no Rio Itajaí-Mirim (1820) e de São Pedro de Alcântara (1824), esta com imigrantes alemães na Capitania de Santa Catarina, pertencem a esse propósito.

Justino José da Silva embarcando em 26 de novembro de 1817 numa embarcação da esquadra, comandada por Rodrigo José Ferreira Lobo e, com uma carta endereçada ao governador da Capitania de Santa Catarina, onde o Ministro Villanova Portugal, em cumprimento às ordens reais, solicita todo auxílio do Governador para que tenha bom êxito a diligência do dito senhor, chega a Santa Catarina onde, junto com o Intendente de Marinha, Mello e Alvim, visita a Enseada das Garoupas.

Uma vez resolvido onde se desse início a colônia de pescadores vindos de Ericeira, Justino José da Silva voltou para Portugal, visando cuidar do processo de migração; o Ministro entregou a tarefa de organização do arraial e sua localização ao então Capitão-Tenente Miguel de Souza Mello e Alvim, Intendente da Marinha de Santa Catarina por ordem do Aviso Régio de 25 de março de 1818, ocasião na qual foi confirmada a escolha das áreas destinadas à povoação, que iam desde a Enseada de Zimbros até o Rio Cambriuassu, área esta destinada ao plantio conforme já indicada pelo Governador Vieira Tovar e Albuquerque, e registrada num mapa elaborado por Mello e Alvim.

A carta do Ministro esclarecia:

É também do agrado de Sua Majestade, que os quatro moradores que estão ao pé do sítio destinado à povoação, conservem suas casas, e quanto aos terrenos que forem necessários, ainda que seja um ônus de todas as sesmarias, o tirar-se-lhe terreno para nova fundação, com tudo quer Sua Majestade que se lhe compensem com outro, e que V. Mcê proceda nesse arranjo como for melhor para umas e outros. Destinados que sejam os terrenos, V. Mcê os fará medir e assinar com as devidas confrontações, e



Intendente da Marinha Miguel de Souza Melo e Alvim.



apresentará o resultado da sua diligência ao governador, para que esse lhe mande passar os seus títulos.

A légua de terreno, se designe ou unida, ou separadamente, e se divida em porções, das quais os moradores que vierem, tirarão por sorte aquela que lhe houver de pertencer, e os mais ficarão reservados para os outros que vierem depois, ou para aqueles que os forem precisando. E o Mesmo Senhor manda estabelecer uma consignação para que se façam as obras necessárias.

Como se vê, era do conhecimento da Corte de que havia um pequeno número de moradores situados ao pé do local destinado à fundação do centro da colônia. Por desejo Real, aqueles moradores ali permaneceram, conservando suas casas e terrenos, embora este fato tenha prejudicado a medição das sesmarias que mais tarde foram doadas aos colonos ericeiros. O Intendente tratou da escolha dos terrenos, da construção de edifícios e da observação da agricultura adequada à região onde se desenvolveria a Colônia.

Para a fundação da mesma foram adquiridos terrenos no valor de 5:383\$458 réis, incluídas nesta importância as despesas com a construção das casas.

Ainda hoje podemos observar como Porto Belo foi sendo ocupada. De um lado, pelo traçado urbano relativamente indefinido ao longo da praia e a relação tênue com o centro urbano inicial da Vila de Garoupas com a igreja, indicam a existência de um incipiente povoamento, onde hoje está a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. O povoamento foi se estabelecendo margeando a praia, como ocorreu em Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Tijucas, Camboriú e outros.

De outro lado é a estrutura urbana da área atualmente central de Porto Belo, marcada por arruamento regular em grade, típico de uma ocupação planejada, e que foi produto da instalação da Colônia Nova Ericeira que esperava trazer, em poucos anos, várias centenas de novos moradores à região.

No projeto da Colônia, previa-se a construção de uma igreja, que não aconteceu, ignorando-se aquela existente no núcleo já estabelecido, razão pela qual, durante quase 200 anos, Porto Belo apresentava uma característica diferente de qualquer outra cidade no Brasil: no centro da cidade não havia uma igreja católica.

Enquanto foi sendo preparado o sítio da nova povoação com suas quadras e casas, Justino José da Silva conseguiu atrair para seu projeto alguns de seus patrícios, deixando claro que, com auxílio do governo português, havia vantagens para os ericeiros de migrar para a nova colônia. Assim, no dia 16 de setembro de 1819, foram registrados em Lisboa os passageiros que embarcaram na galera “Conde de Peniche” sob comando do Capitão José Maximo Castello e cujo destino era a Enseada das Garoupas em Santa Catarina. Eram 100 emigrantes e 9 passageiros, estes indo para o Rio de Janeiro numa viagem que, em média, demorava 50 dias em condições normais.

A implantação da Colônia Nova Ericeira tinha por móvel o aumento da povoação e das pescarias que se pretendia promover na Enseada das Garoupas “a maneira das do Reino de



Algarves”, conforme justificou o Ministro Villanova Portugal. Qual era o significado disso? E por que a escolha caiu sobre a Freguesia de São Pedro de Ericeira? No período em questão (1817–1819), Ericeira tinha aproximadamente 2.500 habitantes, conforme informa o historiador ericeirense Francisco Esteves no seu livro publicado em 2015: *O Porto da Ericeira no Século XIX, Vol. I - Pesca (1800–1830)*. Naquela época, o exercício da pesca em Portugal era um monopólio concessionado somente à nobreza ou a burgueses ricos. Era um modelo ibérico. A caça à baleia em Santa Catarina estava submetida ao mesmo regime de concessão, pois era considerada uma atividade pesqueira.

Somente a partir de 1831 a pesca em Portugal ficou aberta à iniciativa privada ou a pescadores autônomos. Foi esse um dos motivos, ou seja: o emprego fixo nas armações locais, que fez com que poucos pescadores se alistassem para a Colônia Nova Ericeira e o insucesso da implantação do projeto pesqueiro foi motivado também pela falta total de uma estrutura logística no local.

Em Ericeira, na primeira metade do Século XIX, uma das práticas foi que o peixe (cavala e pescada) era pescado na costa de Marrocos, salgado a bordo e comercializado a partir de Lisboa na região e em alguns mercados do Mediterrâneo (Grécia incluída); outra, que os pescadores contratados trouxeram os peixes pescados mais próximo para o beneficiamento nas instalações dos concessionários onde passaram por um processo de conservação e depois foram comercializados. Na Enseada das Garoupas tudo era diferente. Não existia o beneficiamento, os peixes no Atlântico Sul eram desconhecidos e os mercados praticamente inexistentes, embora houvesse informações sobre o envio de peixes secos produzidos na Ilha de Santa Catarina para Laguna, onde estes eram comercializados no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

Não se deve pensar que a prática da pesca na região da Enseada das Garoupas só chegou com a vinda dos ericeiros. Se a nossa enseada foi considerada um ótimo lugar de pesca com peixes abundantes, esta informação só podia ter sido conhecida pela prática da pesca, e o peixe era um dos principais alimentos da população. Ou alguém pensa seriamente que a pesca da tainha só é uma invenção do século XX em Santa Catarina e que só a partir deste século a tainha escolheu a costa catarinense para desovas e reprodução?

A embarcação em uso era a canoa, a qual era empregada em todas as atividades ligadas ao mar como: transporte de cargas e pessoas, na pesca e no deslocamento para outros povoados, uma vez que havia poucas estradas (se é que estas mereciam tal definição, sendo o cavalo o meio de transporte terrestre mais usado).

O viajante inglês John Mave, que passou por Garoupas em 1807, relata que: “Constroem-se aqui canoas, muito mais baratas e em maior número de que em qualquer parte do Brasil, e que os habitantes as manejam com grande destreza, preferindo-as aos botes”.

Mesmo na atualidade, a canoa feita de um pau só, adaptada para aumentar sua capacidade, ainda está sendo usada na pesca da tainha em Porto Belo, Bombinhas e região.

Na eminência da chegada dos ericeiros ao Rio de Janeiro em dezembro de 1819, antes de continuar sua viagem até Santa Catarina, o Governo deu ordens para distribuir alimentos, animais e ferramentas:



Relação de que se deve dar a cada pessoa das que se acham a bordo do navio Conde de Peniche para seguirem viagem ao Porto de Garoupas.

A saber:

Enquanto estiverem neste Porto uma ração diária de carne de vaca, pão, arroz, toucinho, e verdura a cada uma pessoa em proporção suficiente para se sustentar.

A cada chefe de família uma vaca, um boi, uma égua, um potro, duas ovelhas, um carneiro.

Uma enchó, um martelo, uma serra.

A cada homem de trabalho, seja marítimo ou trabalhador, o seguinte: uma enxada, uma foice, um machado e um serrote.

No sítio das Garoupas se darão às pessoas que vieram da Ericeira por espaço de um ano em dinheiro o seguinte:

Para cada pessoa de sete anos para mais, cento e sessenta réis diários, e a cada pessoa de sete anos para menos, três mil e duzentos por mês.

Assim, aportaram na Enseada das Garoupas 101 pessoas de ambos os sexos no dia 27 de dezembro de 1819. O grupo era composto das mais variadas profissões. Havia entre eles sete pescadores, três sapateiros, um alfaiate, um barbeiro, um moleiro, um calafate, um carpinteiro de casas, um oficial de paz e justiça e vários marítimos. Eram 18 famílias, sendo 14 casais com filhos, 2 sem filhos, 1 viúvo e 1 viúva. Havia 15 homens de trabalho (solteiros acima de 14 anos e sem profissão definida), 11 moças acima de 7 anos, 9 rapazes de 8 a 14 anos e 22 menores (até sete anos de idade) de ambos os sexos.

Junto com os imigrantes veio o Padre Manoel Francisco Serreiro e o cirurgião Pedro Marques, este do Rio de Janeiro e que se casou mais tarde com D^a. Cypriana, filha de Manoel dos Santos, rico lavrador de Bombas. Por determinação real, o cirurgião tinha direito a 240\$000 réis de ordenado anual.

Aconteceu que nem tudo do que foi prometido ou ordenado chegou a ser cumprido por dificuldades diversas, de forma que novas ordens foram enviadas ao Governador da Capitania pelo Ministro Villanova Portugal em 3 de março de 1820:

Pelo ofício de V. Mcê nº 5 datado de 18 de janeiro do corrente ano, servindo de suplemento ao do nº 15 do ano próximo passado, ficou El Rei Nosso Senhor ciente de se acharem já dadas as providências para os Ericeiros receberem na Enseada das Garoupas, os seus vencimentos (ilegível) da mão do Sargento Mor José Pereira da Cunha, encarregado desse pagamento por João Pereira de Senna, de terem eles recebido já as ferramentas e de se acharem distribuídas por esse as casas e porções de terrenos aos chefes de Família, restando somente a repartição do gado, de cuja compra se anda diligenciando (este foi trazido de São Pedro do Rio Grande do Sul).



A diversidade das profissões entre os ericeiros trouxe inconvenientes no seu estabelecimento na nova colônia. A falta de uma estrutura de vila, já que quase tudo estava por criar, fez com que vários ericeiros desenvolvessem outras atividades comerciais para seu sustento. Alguns dos recém-chegados até voltaram para Portugal, outros se mudaram para vilas da região já consolidadas como São Miguel e Desterro.

Convém salientar que a Enseada das Garoupas não era um lugar desabitado. O povo do lugar até recebeu os novos povoadores de braços abertos, dando apoio em diversas áreas. Digno de nota é a atitude de Antônio Soares de Paiva que doou a cada casal recém-chegado uma canoa grande, que era o meio de transporte, de pesca e deslocamento da época na região da enseada.

Contudo, o desenvolvimento das atividades na colônia ocorreu num ritmo lento. As primeiras atividades dos ericeiros foram as de terminar a construção de suas casas, cuidar de suas lavouras onde foi possível, e só depois visaram a sua futura atividade pesqueira. Contribuiu para isso que em sua maioria não eram pescadores e só havia entre eles um carpinteiro, este de casas e não de barcos, e um calafate. Assim houve necessidade de contratar, vindos do Rio de Janeiro, profissionais da área de construção naval para efetivação desta tarefa. Estes, porém, só chegaram em agosto de 1820.

Para acelerar o processo, o Intendente Mello e Alvim obteve emprestada, de Manoel Dias de Lima, uma lancha pesqueira da Armação da Piedade para servir de modelo aos ericeiros para sua esperada atividade pesqueira. Junto com a lancha veio um profissional da área que introduziu entre os colonos e moradores a pescaria em alto-mar na maneira das armações de baleia, dando-lhes também informações sobre as correntes marítimas e características meteorológicas encontradas nesta parte da costa catarinense. Assim foi introduzida a baleeira em Porto Belo e região e que se tornou, ao lado da canoa, a embarcação mais importante na pesca, contudo, a adesão a esta atividade foi pouca, conforme relata Mello e Alvim em carta de 07 de junho de 1821, isto é: a quase um ano e meio da chegada dos ericeiros.

Aprontei um Barco fazendo-lhe cuberto cavado, velas novas armado a Caique; e o ofereci aos cabeças de casal pescadores para formarem uma Campanha, a costearem o dito Barco em pescarias do alto sobre a Costa: mas como só dois d'eles se combinassem, a esses dois fiz entrega do Barco, com a condição de ser restituído á Real Fazenda logo que lhe seja determinado.

Outra Lancha que ofereceu Manuel Dias de Lima, entreguei a três Ericeiros que se uniram, para seu tráfico, e pescarias.

Muitos dos barcos de pesca usados em Porto Belo e região ainda hoje em dia conservam as características desta origem. São os barcos que apresentam proa e popa iguais, já que não se sabia, na caça à baleia, o lado que o animal arpoado escolheria para tentar a fuga. Com a introdução do motor a diesel, surgiu a bateira, embarcação menor com fundo chato ou em forma de V, e tábuas mais largas sobrepostas em vez de fundo de quilha e tábuas mais estreitas. Mesmo assim, a bateira também conserva a característica da construção de baleeira com proa e popa do mesmo feitio.



Neste contexto, não se estabeleceram em Garoupas apenas ericeiros. É bem provável que houvesse até participação insuficiente por parte deles na colonização, afinal, não era uma vila com excesso de contingentes, pois alguns dos primeiros colonos até voltaram à sua terra de origem. Motivado pela situação política, o Rei João VI achou por bem deslocar o 2º Batalhão do 12º Regimento do Exército de Portugal, estacionado na Bahia, para Santa Catarina, visando a fortalecer as defesas da Ilha contra eventuais ataques vindas do sul, de forma que: “[...] da tropa de Portugal muitos querem ficar com terras estabelecer-se por cá. Já eu informei desses requerimentos dalguns soldados do Batalhão nº 12, casados, que querem ir para a Enseada das Garoupas”, relata o Governador da Capitania em carta de 14 de março de 1820.

Desta feita, por ordem da Corte, mandou-se dar baixa a 80 soldados do 2º Batalhão do 12º Regimento de Portugal, do comando do Coronel Madeira de Mello. 22 para povoarem a Colônia Nova Ericeira, bem como as Caldas de Cubatão (atual Santo Amaro da Imperatriz), onde se estabeleceram 11 soldados. Em Itajaí foram instalados 16 soldados, todos com suas famílias. A tentativa de formar um povoado em Caldas de Cubatão, porém, não vingou na época.

Um contingente significativo do Batalhão eram soldados originários da Galícia, cujos nomes apresentam uma característica local que é: o seu sobrenome é o nome do pai. Exemplos desta prática são nomes como: José Manuel, Antônio Martins, Balthazar Luiz, Domingos José, Domingos Manuel, Francisco Esteves, Manuel Sebastião, Francisco Antônio e outros.

Em março de 1821, o governador Tovar e Albuquerque fez novo relato sobre a situação da colônia nos seguintes termos:

[...] por aviso expedido pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino, em data de 23 de março de 1818 se acha de fato ali estabelecida, composta a sua população de casais vindos da Ericeira e de outras partes do Reino de Portugal e de mais de cinquenta soldados do Batalhão nº 12 que obtiveram baixa para serem ali povoadores. O número de novos habitantes daquela povoação é duzentos e dezesseis almas, as quais se acham acomodadas em 35 casas espaçadas feitas de tijolos e cobertas de telhas, repartidas em três quarteirões, com sua praça no meio e mais dois grandes quartéis provisórios. Está colocada na melhor paragem daquele lugar com excelente pasto, digno de ser aproveitado. Aos novos moradores se tem repartido terras para cultivarem, ferramentas e gados, tudo na conformidade do plano que acompanhou o Régio Aviso de 11 de dezembro de 1819. Além destes novos moradores há naquele distrito de Garoupas outros, antigos, cuja soma total monta a mil e seiscentas almas. Tem ali uma capela interina que muito interessava ser erigida em Freguesia, porquanto o capelão dessa vila tem sustentado o povo atual a suas custas e querem desistir agora, por lhe ser onerosa a paga contínua



por tantos anos, e o povo é muito necessitado pela falta de um sacerdote que ministre as sacras espirituais.

A tentativa portuguesa de trazer do Reino de Portugal imigrantes para formarem povoações em locais estratégicos no Brasil, e o estabelecimento da Colônia Nova Ericeira na Enseada das Garoupas e região, fazia parte deste plano, mas não deu os frutos esperados. A injeção de recursos econômicos, bem como o aumento populacional, não fora suficiente para mudar o panorama geral do lugar. A maioria dos novos habitantes ficou dispersa, muitos abandonando a região incentivados pela demora das providências governamentais para o cumprimento das promessas, pela falta de experiência no trato da terra, dificultada pelas características geofísicas da Enseada que facilitava a formação de núcleos habitacionais distantes entre si, bem como a falta total de logística para a implantação de uma indústria de pesca, mesmo a médio prazo. De forma geral, os colonos estranharam as condições de vida no local; sentindo-se abandonados, procuraram outros meios de subsistência em lugares mais promissores.

Situação confirmada pelo naturalista francês Auguste de Saint Hilaire quando de sua passagem por Garoupas em 1820, o qual fez as seguintes observações:

Pouco tempo antes de minha chegada a Santa Catarina, o Ministro de Estado, Thomas Antônio de Villa Nova Portugal, acabava de estabelecer nas margens da Enseada das Garoupas, uma colônia de pescadores sob a designação de Nova Ericeira, nome de uma aldeia portuguesa, de onde provinham os seus povoadores. Encontrei-me na residência do Governador da Província com um jovem protegido do Ministro, a quem este encarregara de fiscalizar a execução de seus planos. Creio porém, que os habitantes da Nova Ericeira logo se dispersaram, pois não se encontram referências a essa povoação nos livros publicados sobre Santa Catarina, depois de 1820. (Saint Hilaire viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822. Seu livro intitulado „Viagem à Provincia de Santa Catharina“, foi editado em 1851 com o título de *Voyage dans la province de Sainte-Catherine*, traduzido e prefaciado por Carlos da Costa Pereira e publicado no Brasil em 1935).

Relato semelhante e mais duro é feito por Manoel Joaquim de Almeida Coelho, o qual, falando dos colonos, afirma que:

[...] a maior parte das quais, parece que só veio por vencer as diárias e vender os utensílios da lavoura e pesca que recebeu. Muitos a quem se deram essas casas, com cômodos suficientes, em quadro de 30 braças de terra no arraial para chácaras, e 100 braças de frente de boas terras virgens, com fundos bastantes, pouco arredadas da colônia, não se deram aos trabalhos, para que se mandaram vir, ou que se devia esperar, segundo as profissões que se supôs terem no seu país; tornaram se quase todos, assim pode dizer-se, mascates e taverneiros, vendendo por preço diminuto as suas propriedades, e até abandonando-as.

O comportamento dos soldados do 12º Batalhão de Portugal, que se estabeleceram na Enseada, não foi diferente, segundo o mesmo autor:



Aconteceu com estes o mesmo que com os ericeiros, pois demorando-se unicamente nos distritos que lhe foram marcados, o tempo preciso para receberem as diárias, se retiraram, uns para ocuparam o emprego de caixeiros, outros para Portugal, levando o produto das vendas que fizeram das suas posses. (*Memória Histórica da Província de Santa Catarina*).

O comentário de Lucas Boiteux em *História Catarinense*, pg. 306. não é diferente: “Não sei se pela má administração ou pelo abuso do pelourinho levantado em praça da povoação, em pouco tempo caiu em decadência, sendo abandonada pela maioria dos colonos, que se tornaram em vendeiros e mascates.”

O naturalista francês apenas relata o que viu, sem entrar em detalhes; para ele, não houve impacto perceptível no local destinado à colônia. O historiador Lucas Boiteux já procura uma razão para o insucesso da colônia nas atitudes do governo, enquanto Manuel Joaquim de Almeida Coelho responsabilizou os próprios colonos pelo fracasso da Colônia Nova Ericeira na Enseada das Garoupas.

O jovem protegido do Ministro e fiscal dos projetos deste mencionado por Saint-Hilaire era Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, responsável pela implantação de uma colônia no Rio Itajaí-Mirim.

Mas houve outros fatores que contribuíram para o fim da Colônia Nova Ericeira que se mantinha graças aos recursos injetados pela Coroa portuguesa no projeto. O ano de 1821 foi decisivo para a povoação. João Vieira Tovar e Albuquerque foi exonerado do cargo de Governador da Capitania e substituído por Tomaz Joaquim Pereira Valente, este menos comprometido com a Colônia Nova Ericeira. No mesmo tempo, cessou a comissão de Miguel Souza de Mello e Alvim junto à povoação “Nova Ericeira”, embora, extraoficialmente, continuou prestando assistência dentro de suas possibilidades e interesses até 1824, sendo auxiliado pelo seu ajudante interino na Intendência de Marinha, José Maria Pinto.

Contudo, fator preponderante foi a resistência crescente ao controle português no país e que culminou com a declaração da Independência do Brasil e o início do Império. Os novos dirigentes foram absorvidos por outros problemas e não se pensou mais no plano do Ministro Villanova Portugal, agora afastado de suas funções.

Algumas palavras sobre Justino José da Silva, mentor da Colônia Nova Ericeira. Justino era uma pessoa influente em Ericeira, ocupava diversos cargos importantes na comunidade; era comerciante abastado e dono de duas embarcações pesqueiras, pelo menos. Tinha relações privilegiadas na Corte. Sinal dessa relação é que recebeu por Decreto uma légua de terra em quadra na Enseada das Garoupas para implantar seu projeto de pescarias no local. Seu filho, Francisco José da Silva, foi um dos maiores ericeirenses de sempre. Teve como madrinha de batismo a própria Rainha. Foi o primeiro Capitão do Porto da Ericeira, nomeado pela soberana. Uma pessoa influente e muito rica. Acrescentou o nome Ericeira ao seu nome de batismo, ficando conhecido como Francisco José da Silva Ericeira.



Justino acompanhou os primeiros imigrantes até a Enseada das Garoupas, mas voltou para Portugal para novas providências, deixando seu filho, Francisco, este com 18 anos, para cuidar da colônia nos primeiros momentos. Depois voltou e de

[...] todos os gêneros, utensílios, materiais, etc, que entrarão, e se consumirão naquelas obras, foi Encarregado a Justino Jose da Silva, já para esse efeito pensionário por Sua Majestade, e por anuência dele encarreguei dos mesmos gêneros a Manoel da Silva Caldas, hum dos novos Cabeças de Casal, a quem se acham carregados todos os artigos que sobejarão da mesma obra, e que constam do Inventario junto que apresento a Vossa Excelência debaixo do N.º 3º. (Comentário do Intendente de Marinha Mello e Alvim na sua prestação de contas em carta de 09 de junho de 1821. Com a Independência do Brasil, Justino e seu filho Francisco voltaram para Portugal).

Merece comentários o envolvimento do Ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal, principal mentor da Colônia e sua política usada neste processo.

Não tinha o hábito de expor suas ideias em documentos, mas enviava emissários especiais de seus projetos com ordens específicas, muitas vezes verbais. Justino José da Silva, na Colônia Nova Ericeira, e Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, na Colônia Itajaí-Mirim, são exemplos disso. Construiu navios de transportes pelo quais ficava livre da interferência da Marinha, como o “Conde de Peniche”.

Outra forma que encontrou para dissimular seu plano de colonizar as terras brasileiras com gente vinda da Europa foi promover um rodízio estratégico dentro dos batalhões do exército português que serviam no Brasil. No período conhecido na história de Portugal como “Paz Geral”, entendia o poderoso ministro que as forças contavam com número excessivo de homens e, assim, lhe sucedeu o plano de “dar baixa” a soldados oferecendo a estes a possibilidade de se engajarem como colonos, trazendo substitutos de Portugal. De uma forma sutil, Thomaz trazia soldados de Portugal e ia transformando-os em colonos no Brasil. Como podemos perceber, essas três estratégias do Ministro Villanova Portugal impactaram diretamente nos acontecimentos que culminaram com a ocupação de terras no Litoral Catarinense. Com a prática de enviar emissários especiais, apresentou Santa Catarina a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond; com a formação de uma marinha própria, pode contar com o “Conde de Peniche” para o projeto de Nova Ericeira na Enseada das Garoupas; com a transformação de soldados em colonos, possibilitou mão de obra acessível para as colônias Cubatão, Nova Ericeira e Itajaí-Mirim (Magru Floriano em *A história de Itajaí*, 2018, pg.22).

A Enseada das Garoupas daquela época compreendia a parte costeira dos atuais municípios de Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Bombinhas e Porto Belo. A ocupação da região tinha duas correntes de origem. Uma, vinda de São Francisco do Sul, no norte; outra, vinda do sul, principalmente de São Miguel e da Ilha de Santa Catarina em busca de melhores terras para a agricultura. Desta forma, estabeleceram-se alguns núcleos habitacionais entre os rios Tijucas e Itajaí. Segundo o relato do Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano



da Silva Coutinho, por ocasião de sua visita pastoral à capela da Enseada das Garoupas em julho de 1815, havia “umas duas mil pessoas entre Cambriú e o Rio de Tijucas grande”.

Documentos da época dão números exatos sobre os colonos que vieram para a Enseada das Garoupas, conforme comentário de Mello e Alvim em carta de 9 de junho de 1821:

A população atual da nova colônia compõe-se de duzentos e dezessete pessoas de todo o sexo, e idade; em que entram cinquenta e quatro casais. Todos os casais e solteiros que vieram de Portugal na galera Conde de Peniche, chegaram em 27 de dezembro de 1819, estão preenchidos de tudo quanto Sua Majestade mandou dar-lhes pelo Seu Régio Aviso de 11 de dezembro do mesmo ano; e demais os casais tiveram cada um uma canoa grande por donativo que lhes fez Antônio Soares de Paiva. Os mais casais e povoadores que Sua Majestade mandou vir do Batalhão N° 12, estão preenchidos de casais até onde chegaram de ferramentas, terrenos, uma vaca a cada um do donativo de Paiva, e de seis meses de gratificação de 160 réis diários, segundo as Reais Ordens de 19 de setembro de 1820.

Observamos aqui uma pequena sutileza na prestação de conta. Na data mencionada, 27 de dezembro de 1819, vieram 101 pessoas reunidas em 18 famílias. Foram estes que receberam tudo “[...] quanto Sua Majestade mandou dar-lhes [...]”. Os demais casais que vieram mais tarde receberam “[...] até onde chegaram de ferramentas, terrenos, uma vaca a cada um [...]”.

Não foi possível concentrar os imigrantes no núcleo da Colônia Nova Ericeira, de forma que os mesmos se estabeleceram em diversas regiões da Enseada e fora dela, integrando-se nas comunidades já existentes ou voltaram para Portugal, razão pela qual o impacto da Colônia na Enseada das Garoupas foi reduzido e não alcançou o objetivo para o qual foi implantado.

A contribuição dos ericeiros no desenvolvimento da pesca na Enseada também foi pequena, já que todos os habitantes da região tinham este hábito que fazia parte de seu sustento.

A pesca em uso era a pesca costeira ou próxima às ilhas da região, onde o uso da canoa era suficiente. Para a pesca em alto-mar não existiam barcos apropriados, cuja construção demandava tempo; não havia conhecimento de regiões abundantes de peixes em alto-mar bem como não existia na Enseada um comércio para escoamento do produto. A pesca em escala maior e a comercialização do peixe seco ou salgado começou bem mais tarde com a vinda dos imigrantes europeus com destino para colônias no interior do Estado como as que se estabeleceram subindo o Rio Tijucas de um lado e os rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim por outro.

Desta forma, também não há como afirmar com segurança que algumas práticas religiosas que encontramos na região tem suas origens nos ericeiros, como informa o jornal *Novidades*, de Itajaí, em sua edição de 20 de março de 1910 a respeito da procissão do Senhor dos Passos. A devoção ao Senhor dos Passos e sua Irmandade é muito difundida em Portugal e, em nossa região, havia portugueses continentais de outros distritos tais como Setúbal, Peniche, Lisboa, Braga, Porto e Cascais, todos familiarizados com esta devoção. A irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Santa Catarina foi fundada em Desterro em 1 de janeiro de 1765. A imagem de Nosso Senhor existente na Matriz de Porto Belo veio de Portugal em



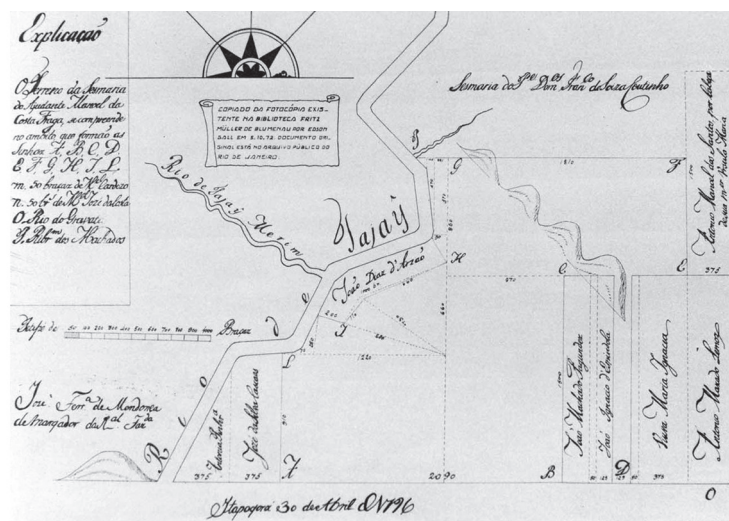
1863 e foi adquirida por iniciativa do padre franciscano Antônio de Jesus Collares por meio de esmolas. As devoções características das zonas piscatórias de Portugal e, entre elas, Ericeira, ainda hoje centram-se em Nossa Senhora dos Navegantes, da Boa Viagem e no Senhor Bom Jesus dos Aflitos. O mesmo ocorre em diversos locais de nosso litoral.

Naturalmente, os imigrantes que ficaram e seus descendentes contribuíram com o seu trabalho e dedicação com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e com a Enseada das Garoupas iguais a todos os que participaram do processo de colonização e ocupação das terras catarinenses. Contudo, a Colônia Nova Ericeira nunca se consolidou, continuando o lugar sendo a Enseada das Garoupas. Assim, nos documentos oficiais é Garoupas, e não Nova Ericeira, que passou por alvará de 18 de abril de 1824 para Distrito político, sendo elevada a Freguesia em 18 de dezembro do mesmo ano. Contava, então, com 1536 habitantes. Este número deixa bem claro que não houve uma evolução habitacional na Enseada em função da Colônia Nova Ericeira, muito pelo contrário.

Sendo o maior núcleo de povoação entre São Miguel e São Francisco, com a presença de comércio, escola, paróquia, artesãos, um posto militar e de justiça, bem como pela influência de Mello e Alvim, o Conselho Geral do Estado deu foro de Vilarejo aos habitantes de Garoupas em 13 de outubro de 1832, decretando que “Fica erigida em Vila com a denominação de Porto Belo, a povoação de Garoupas, contando o seu termo a margem norte do Rio Tijucas até o sul do Rio Itajaí”, limite pouco mais tarde estendido para o Rio Gravatá em função da abrangência do Curato de Itajaí. Desta feita, Porto Belo foi um dos sete primeiros municípios catarinenses do Império, incluindo no seu território as povoações que resultaram dos projetos do Ministro Villanova Portugal e relacionadas à Colônia Nova Ericeira, fazendo divisa com o município de Lages, na Serra Geral.



1787 - Antonio José da Costa: viagem da Ilha de SC a Lages (Biblioteca Nacional - RIO TAQUI e ITAJAY).



1796 - Foz do rio TAJAY Merim (cópia do Arquivo Público do RJ de 1972 (In: Itajaí de Ontem - Org. Silveira Júnior).



Vasconcellos de Drummond: 200 anos da colonização do Vale do Itajaí 1820/2020

Edison d'Ávila – historiador

HAVIA MUITOS ANOS QUE AS AUTORIDADES coloniais portuguesa vinham sendo alertadas de diversas maneiras sobre ser necessário e útil promover-se a colonização do Vale do Itajaí.

Essas necessidade e utilidade caíram no agrado do poderoso Ministro de Dom João VI, Thomaz Antônio de Villanova Portugal. O Ministro tinha especial interesse por Santa Catarina, na qual via um ponto estratégico de apoio à expansão e defesa do Império português no Sul da América.

Os olhos argutos do ministro se voltaram para as margens do Rio Itajaí-Açu, ao saber de abundantes madeiras aí existentes próprias para a construção naval e das muitas minas de ouro que se diziam existir nessas bandas. Dessa forma, buscou os meios de fundar uma colônia no Vale do Itajaí.

Para a direção da colônia, entendeu o Ministro de se valer do seu contador na Chancelaria-mor, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que contava nessa





Explicação

ocasião vinte e cinco anos de idade. Quanto à área de terra necessária, o Ministro lançou mão de duas sesmarias no Rio Itajaí-Mirim, na altura de Itaipava, que estavam sendo devolvidas ao rei por seus proprietários.

A escolha de Drummond não fora inopinada. Ele já estivera em Santa Catarina por sete meses em 1819, afastando-se do Rio de Janeiro, onde fora acusado de ser “pedreiro-livre”; isto é, maçom. Tinha conhecimento da capitania e mostrara interesse na sua colonização. Vasconcellos de Drummond nascera no Rio de Janeiro em 1794 e pela amizade de seu pai fora admitido muito moço na Chancelaria-mor do Ministro Villanova Portugal, que concentrava em suas mãos toda a administração do reino português.

Ele então foi nomeado, em fevereiro de 1820, inspetor responsável pela administração do Real Corte de Madeiras no Rio Itajaí, cargo pelo qual fazia jus ao vencimento anual de três mil cruzados. A Drummond, o Ministro passou o seguinte Aviso, para que retornasse a Santa Catarina a fim de tomar posse das ditas terras e nelas estabelecer a colônia:

El-Rei N.S. He servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse d'umas Terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajahy-mirim, a fim de nelas formar um Estabelecimento segundo a direção que lhe há de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este dadas por esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Deus Guarde a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820. Thomaz Antônio de Villanova Portugal. Snr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Há quem diga que Drummond chegou até Itaipava viajando por terra, através do “Caminho do Meio”, uma vereda antiga que partia da Ilha de Santa Catarina, passando por Tijucas, Caetés, Rio do Meio, em Camboriú, e Rio do Meio e Itaipava, em Itajaí. Esse caminho seguia trilha antiga – o Peabiru – dos índios guaranis.

De tudo o jovem encarregado da missão ministerial dera notícia ao ministro por carta de 19 de março de 1820, cujos excertos vão a seguir transcritos:

Ilmo. e Exmo. Sr. Thomaz Antônio de Villanova Portugal.

Tenho a honra de participar a V. Excia. da minha chegada a esta ilha no dia 2 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V. Excia. As chuvas tem sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajai-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir para o que tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias.

Também tenho notícia que no Tajai, antes desta sesmaria, há muitas terras incultas, mais à foz do rio, que me dizem pertencer a uma viúva lá estabelecida com outro terreno. Logo que pessoalmente verifique estas notícias, informarei a V.Excia.





Lavradores creio ser a melhor gente para a povoação deste rico terreno. Comunicou-me o governador ter pedido a V.Excia. alguns prisioneiros do Rio Grande para trabalhadores das novas obras. Temos combinado ser muito útil e mais leve à Real Fazenda.

Agora só resta-me pedir licença a V.Excia. para que, com maior respeito eu tenha a honra de me assinar, de V.Excia. o mais humilde súdito, atentíssimo criado muito agradecido. (Ass.) Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Ilha de Santa Catarina.

A colônia deveria se chamar “São Thomaz de Villanova”, segundo o historiador Lucas Alexandre Boiteux, numa evidente homenagem que Drummond prestaria ao ministro e seu protetor. A planta do futuro arraial foi riscada pelo coronel-engenheiro português Antônio José Rodrigues, responsável por obras de fortificações na Ilha de Santa Catarina. Os cortes das madeiras de lei tiveram início com o uso da mão de obra dos moradores antigos da região e seus escravizados negros, já experientes na extração delas e no seu desdobramento em tabuados.

Para a derrubada da mata e os primeiros cultivos da colônia, foram alocados dezesseis soldados, que deram baixa do 2º Batalhão do Regimento nº 12 de Portugal, que então se achava em Santa Catarina. Para tal, receberam eles lotes coloniais, gado e ferramentas, além das diárias de 160 réis no primeiro ano e 80 réis no segundo.

Os trabalhos realizados por Drummond na colônia têm sido objeto de algumas controvérsias históricas, visto que ele permanecera meses apenas na colônia, junto do rio Itajaí-mirim. Havia chegado aí em abril de 1820 e, em outubro, tivera que voltar a Desterro muito doente para, em abril de 1821, retornar definitivamente ao Rio de Janeiro.

Os acontecimentos políticos portugueses em 1821, que forçavam Dom João VI a decidir-se sobre seu retorno ou não a Portugal, com certeza alertaram Drummond sobre a conveniência de ele retornar ao Rio de Janeiro, porque anteviu mudanças no cenário político brasileiro.

Os trabalhos de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond no assentamento de colonos, nas sesmarias reais do rio Itajaí-mirim, constituíram-se, sem dúvida alguma, na primeira política pública de colonização do Vale do Itajaí. A colônia de Drummond, em Itaipava, constituiu-se na primeira colônia fundada com patrocínio do governo no Vale do Itajaí. A essa primeira iniciativa de Drummond, seguiram-se o estabelecimento de duas colônias respectivamente nos rios Itajaí-Açu (Belchior) e Itajaí-Mirim (Tabuleiro), por lei de 1835; as fundações da Colônia belga, da Ilhota, em 1844, por Charles Van Lede; da Colônia Blumenau, em 1850, pelo Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau e da Colônia Itajaí-Brusque, em 1860, pelo governo provincial de Santa Catarina.



D. João VI.

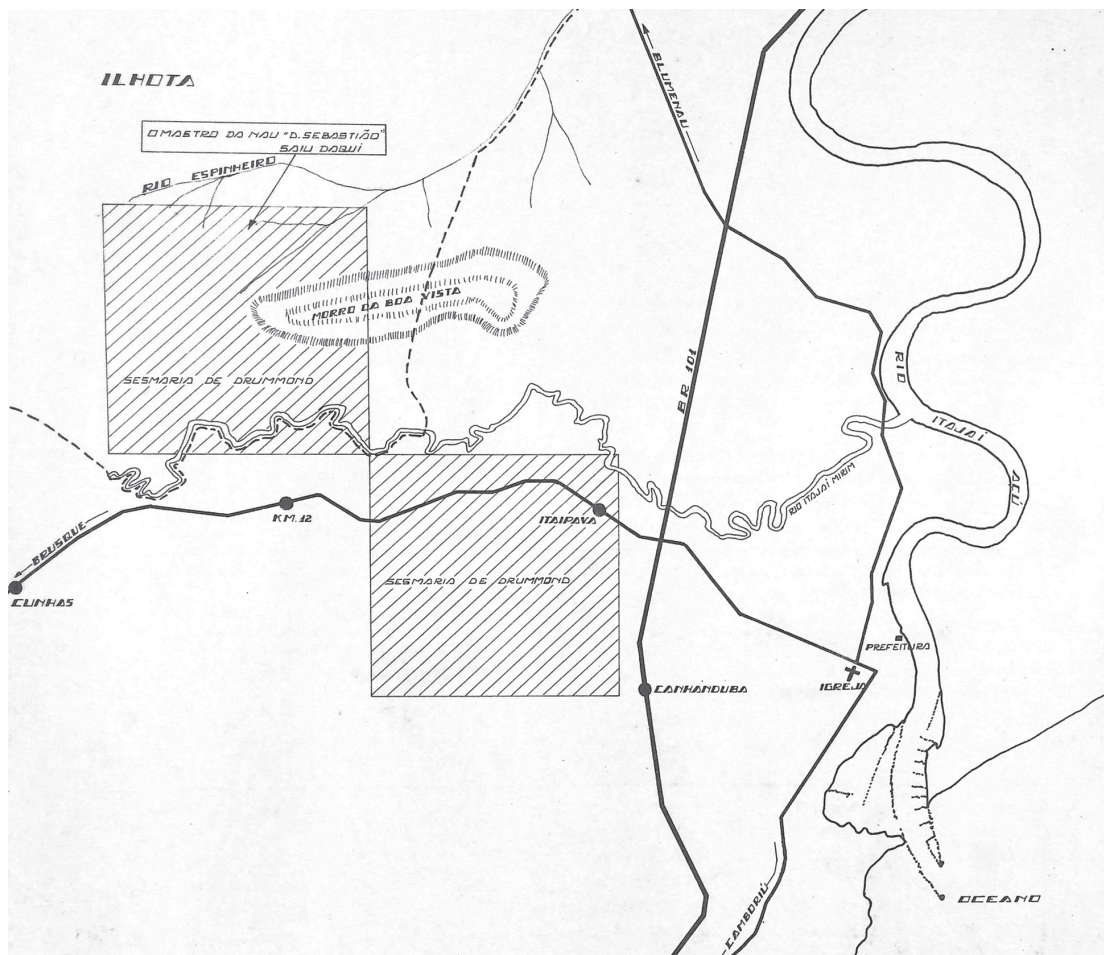


Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, depois de retornar de Santa Catarina e com a volta de Dom João VI a Portugal, passara a participar ativamente do processo político que culminou com a independência do Brasil, sempre a atuar em conjunto com os irmãos Andrada, em especial com José Bonifácio, de quem era muito amigo.

Drummond faleceu em Paris, em 1865, onde estava em tratamento de saúde. Ele foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o historiador José Honório Rodrigues o coloca, junto com o também historiador Francisco Adolfo Varhagen, “como os dois maiores pesquisadores individuais da história do Império”.



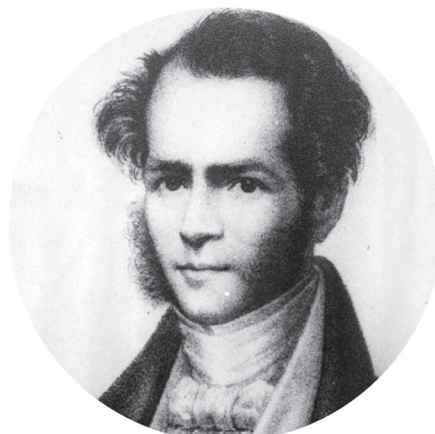
Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond aos 77 anos. Desenho bico de pena de Paim (in: Os Andradas. Typographia Piratiniga, São Paulo, 1922). Abaixo, representação das sesmarias de Drummond (in: Itajaí de Ontem - Org. Silveira Júnior, 1972)





VASCONCELLOS DE DRUMMOND O PERSONAGEM★

William Almeida de Carvalho**



ASSIM COMO A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA é a certidão de nascimento do Brasil, as *Anotações* de Drummond podem ser consideradas a carta de alforria do Brasil emancipado. O nascimento do Brasil independente e o papel da maçonaria estão devidamente imbricados nas suas *Anotações*, um documento fundamental para se entender ambos.

Vasconcellos de Drummond (1794 – 1865) foi um dos políticos que se destacaram no processo que culmina com a Proclamação da Independência do Brasil, atuando nas províncias de Pernambuco e da Bahia. É um dos fundadores, em 1823, do jornal *O Tamoyo*, alinhado aos Andradas. Foge do país na época do fechamento da Constituinte. Instala-se em Paris, onde mantém contatos próximos com outro exilado, José Joaquim da Rocha, e com José Bonifácio. Conquista uma posição rara, entre os sul-americanos do tempo, na vida cultural francesa. Publica periodicamente no jornal *La France Chrétienne*, além de figurar entre os membros fixos do *Journal de Voyages*. É nesse último que publica, em três partes, o diário da *Viagem Mineralógica*, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e José Bonifácio por São Paulo, além de excertos de outros textos deste último. Em 1829, entra para a carreira diplomática.

*Excerto do texto de apresentação da edição de "As Anotações de A.M.V. de Drummond à sua biografia".
Edições do Senado Federal, Vol.165, 2012. Com a devida licença do autor.

**Professor e sociólogo – UFMG; pós-graduado em Administração Pública – FGV e doutor em Ciência Política – Panthéon – Sorbonne; membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF e da Academia de Letras de Brasília; presidente da Academia Maçônica de Letras do DF; vice-presidente da Academia de Letras de Búzios – RJ; membro correspondente da Academia de Letras da Paraíba; ex-secretário de Estado do DF; ex-subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República; escritor, historiador, jornalista.



As informações sobre Vasconcellos de Drummond são relativamente parcas. Sacramento Blake, contudo, no seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, informa que Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond nasceu no Rio de Janeiro. Filho do Capitão Antônio Luís de Ferreira de Menezes Vasconcellos de Drummond e de dona Josefa Januária de Sá e Almeida. Nasceu a 21 de maio de 1794 e faleceu em Paris a 15 de janeiro de 1865.

Tendo feito alguns estudos de humanidades, por influência do Ministro de D. João VI, Thomaz Antônio de Villanova Portugal, amigo de seu pai, obteve em 1809 um ofício, um cargo na Chancelaria do reino, e que segundo Sacramento “no qual serviu tão bem, que no ano seguinte teve o hábito de Cristo e uma tença de doze mil réis”. Aos 15 anos terminava os seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina de Adam Smith, dominava Kant e outros filósofos e falava quatro línguas vivas.

Em 1821, nos primórdios da independência, se encontrava em Portugal quando retorna ao Brasil e vai a Pernambuco trabalhar pelo reconhecimento de D. Pedro I. Tendo seu destino indissolivelmente ligado aos Andradas, depois da dissolução da Constituinte vai com eles processado e degredado para a França.

Retorna ao Brasil em 1829 quando retorna à carreira diplomática, sendo nomeado encarregado de negócios interino e Cônsul-Geral na Prússia. Em seguida, passa a encarregado de negócios na Sardenha, e depois em Roma e na Toscana. De lá foi elevado a Ministro Residente e mais tarde a enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Portugal, aposentando-se a 21 de junho de 1862. Informa ainda Sacramento que

[...] já em avançada idade, achando-se cego, foi obrigado a ir à França tratar-se e lá morreu, sendo do conselho de Sua Majestade o Imperador, comendador da ordem da Rosa, de Cristo e da Ordem Toscana do Mérito e grã-cruz da ordem de São Maurício, e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal.

Vasconcellos de Drummond, apesar de nunca ter pertencido à Maçonaria, segundo suas próprias palavras como se vê nas *Anotações*, foi acusado várias vezes de cerrar fileiras entre seus membros.

A primeira vez quando ainda jovem e protegido de Villanova Portugal, Vasconcellos de Drummond foi injustamente acusado de pertencer a uma das sociedades secretas que planejava uma forma de tornar o Brasil independente de Portugal. Contador da Chancelaria-mor e gozando da confiança do Ministro, mas com a pecha de pedreiro-livre, o jovem funcionário foi aconselhado a mudar de ares em seis meses de licença. E decidiu visitar a Capitania da Ilha de Santa Catarina, então governada por João Vieira Tovar e Albuquerque. Tudo isto está contado em detalhes nas *Anotações* feitas por Antônio Menezes de Vasconcellos de Drummond à sua biografia. E aqui convém um esclarecimento: a edição de 1836 da *Biographie Universele et Portative des Contemporains* (considerado um dos primeiros *Who's Who* mundial, pois o primeiro teria sido o *Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste* (1732 – 1750) 64 volumes de Johann Heinrich Zedler) publicada em Paris apresenta um verbete sobre a vida de Drummond. Mais tarde, a pedido do também historiador e maçom Melo Morais, Drummond



“anotou” a biografia que vemos na íntegra na edição do Senado Federal. Estas notas, ao lado do verbete da edição francesa, foram publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, número XIII (1885 – 1886) Parte 3, pp. 1 -149, com o título *Anotações de A.M.V de Drummond à sua Biografia*.

A importância de Vasconcellos de Drummond como historiador e incansável farejador de documentos relativos à independência do Brasil é ressaltada por José Honório Rodrigues no seu *A pesquisa histórica no Brasil*. Coloca-o junto com Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem Drummond introduziu no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no corpo diplomático brasileiro, como os dois maiores pesquisadores individuais de nossa história no Império. José Honório chega a afirmar que Drummond

[...] foi um dos poucos diplomatas que atendeu aos apelos do Instituto Histórico de colher documentos brasileiros na Europa. Na sua correspondência com o Instituto, lida nas sessões e publicada na *Revista*, vê-se o interesse que dava à história e à pesquisa. Ofereceu ao Instituto inúmeras cópias, colecionou ainda maior número e doou a Melo Moraes grande parte dos originais e cópias que adquiriu e extratou na Europa. Esta coleção consta não só de segundas vias de despachos e minutas de ofícios e notas, cujos originais devem fazer parte do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, como também de cartas particulares e documentos sobre a independência e a revolução de 1824.

Grande parte dos papéis coletados por Drummond não só na Europa como até mesmo nos arquivos de Moçambique em relação aos papéis de Gonzaga, acabaram nos arquivos de Melo Moraes que lhe escreveu a biografia e “editou mal alguns originais”, ainda segundo José Honório. Os valiosos papéis e documentos que Drummond coletou pelo mundo tinham dois destinos: ou eram ofertados ao Instituto Histórico ou foram parar nas mãos de Melo Moraes. A propósito, grande parte inicial do acervo de Melo Moraes, colecionado em mais de 18 anos, e que, nas palavras de Moraes constituíram “a mais rica coleção que um historiador pode desejar, composta de crônicas manuscritas, de cartas régias, cartas de doações, ordenações, regimentos, alvarás, correspondências, notas de fundação, etc.”, proveio de Drummond.

Assim, pois, da generosa vertente Drummond partem dois historiadores tão díspares e tão desiguais como Varnhagen e Melo Moraes. Este último não possui obviamente o preparo necessário e o treino contínuo do primeiro, que é de fato e de direito o maior pesquisador brasileiro do século XIX.



BIOGRAFIA

DE ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS

DE DRUMMOND, PUBLICADA EM 1836, NA

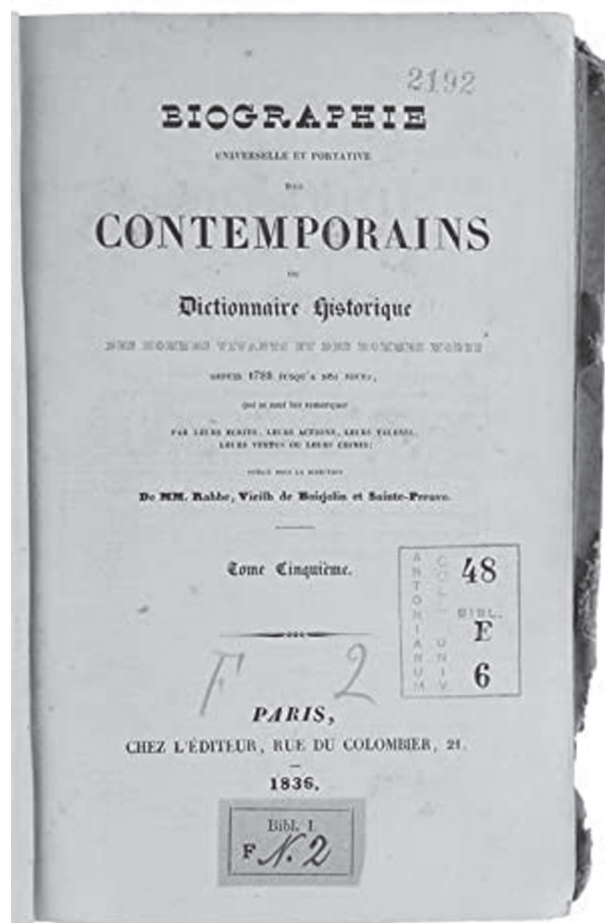
BIOGRAPHIE UNIVERSELE ET PORTATIVE DES

CONTEMPORAINS* E “ANOTAÇÕES” DE A. M. V.

DE DRUMMOND À SUA BIOGRAFIA

IMPORTÂNCIA DO BIOGRAFADO, DA BIOGRAFIA E SUAS ANOTAÇÕES:

Edison d'Ávila - historiador



OS DOIS TEXTOS EM COMENTÁRIO, quais sejam, a biografia de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond e as Anotações por ele mesmo feitas a essa biografia, têm importância capital na historiografia de Itajaí. Porque foi a partir de seu encontro no acervo bibliográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que Marcos Konder escreveu e proferiu em 1920 a memorável conferência “A Pequena Pátria”. O conferencista e prefeito da cidade não apenas deu conhecimento da anotação histórica que encontrara – a vinda de Drummond a Santa Catarina e sua estadia no Vale do Itajaí para aqui fundar uma colônia em 1820. Ele ainda elegeu Vasconcellos de Drummond como fundador de Itajaí e organizou programa festivo de comemorações do centenário de fundação que transcorreria em outubro daquele ano de 1920; de que sua conferência fora o ponto alto.



A conferência “A Pequena Pátria” é trabalho fundante da historiografia itajaiense e responsável pela criação da primeira corrente histórica sobre o fundador e a data de fundação de Itajaí: Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, em 1820. Nenhum trabalho historiográfico sobre o município tinha havido antes, a não ser as *Memórias* de Antônio da Costa Flôres, publicadas pelo jornal *Novidades* em 1907.

Ao se fazer a leitura da biografia, dá para notar quão exageradas foram certas afirmações feitas sobre passagens referentes à vida de Drummond. Ele se obrigou depois a anotar esses passos para repor a verdade e a intensidade dos fatos. Para que se tenha ideia do quanto foi necessário reparar, é preciso saber que a biografia, originalmente, ocupa quatro páginas no *Biographie Universele et Portative des Contemporains*, enquanto as “Anotações”, em número de dezoito, perfazem cento e quarenta e nove páginas.

Das dezoito “Anotações” feitas por Drummond, as dez primeiras guardam relação com sua vinda, estada em Santa Catarina e os trabalhos de fundação da Colônia às margens do Rio Itajaí-Mirim. Mas se deve observar que Drummond é vago sobre a localização dos seus trabalhos de colonização no Vale do Itajaí. Ele nunca precisa o local. Fala em “colonizar as terras que banham o Rio Itajaí” ou “alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajaí”. Hoje sabemos que esse lugar era as sesmarias reais, na altura de Itaipava, por pesquisa do historiador José Ferreira da Silva.

Tal imprecisão de Drummond levava Marcos Konder a supor que os trabalhos que se fizeram no rio Itajaí houvessem sido feitos na foz do Itajaí-Açu e ocasionando a fundação da cidade. Contudo, não fora o sucedido.

A contribuição de Marcos Konder, mesmo assim, mostrou-se válida e de importância histórica, porque trouxe o conhecimento da primeira política pública de colonização do Vale do Itajaí; isso ainda no período colonial. O próprio Drummond confirma que: “A intenção de Thomaz Antônio (*ministro de D. João VI*) era criar ali colônias nacionais e estrangeiras”.

A biografia e as Anotações de A. M. V. de Drummond foram, por conseguinte, textos que deram origem à primeira narrativa histórica sobre a fundação de Itajaí e a colonização do Vale do Itajaí e estão indissolúvelmente ligados a suas historiografias. Daí, a importância deles.

DRUMMOND (ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE) nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794, em uma família muito antiga. Aos quinze anos ele já havia terminado seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina do célebre Smith, o mestre de Economia Política. Ele havia aprofundado seus conhecimentos em Filangieri, Kant, e um grande número de outros filósofos e falava quatro línguas vivas. Ele havia sido destinado à Marinha de Guerra, porém sua aversão [...] por essa carreira levou seu pai a solicitar [...] para o filho um lugar na grande chancelaria dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarve. Ele ocupou logo um dos primeiros empregos dessa grande administração e nela se distinguiu, em pouca idade, por seus talentos, sua aplicação e a justeza de suas ideias. Uma recompensa honorífica brilhou em seu peito [pág. 60], mas ele não se mostrava orgulhoso por isso, e sua modéstia contrastava



incessantemente com a vaidade de seus êmulos. Quando em 1817 [...] o primeiro grito de liberdade se elevou da província de Pernambuco, ele foi denunciado ao rei dom João VI como proveniente a um clube de onde havia partido a centelha revolucionária; porém o crédito de seu pai e a consideração da qual ele mesmo gozava o colocaram ao abrigo dos ataques de seus inimigos. No entanto, o governo julgou conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de recesso, acompanhado de cartas especiais de recomendação, o fez partir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina [...]. Ele aí permaneceu por sete meses sob a vigilância do governador da província. Este exílio não foi perdido para a pátria do Sr. Drummond. De volta à capital, ele apresentou ao ministro Villanova seus vastos planos de melhoria e foi imediatamente despachado para colocá-lo em prática [...]. Ele desembarcou pois de novo em Santa Catarina, superou os obstáculos que surgiam para ele em um país ainda selvagem; empreendeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoamento nas duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximou assim grandes distâncias, e logrou enfim animar, pela sua infatigável presença, uma região que cochilava ainda no caos primitivo [...]. Durante esses feitos, uma grande revolução eclodiu no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 1821. Obrigado por ordem da Corte a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas [...], o Sr. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina, dilacerada pelos partidos que se agitavam para seguir o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole. Ele aí declarou solenemente que se o Brasil rompesse a cadeia de obediência que o unia a Portugal, isso deveria ser para sua inteira liberdade e para sua independência, e que ele não concebia e não aprovava que um povo se revoltasse para recair em seus antigos grilhões [...]. Essa opinião que ele sustentou durante vários dias não tendo prevalecido, ele foi forçado a embarcar às pressas no meio da noite; o navio em que ele embarcou foi arrasado pela tempestade, e enquanto ele atravessava a barra do Rio de Janeiro, seu pai falecia nessa capital [...]. Ele entrou sob o teto paterno transido da mais viva desolação. Dom João VI já havia embarcado para Portugal; a capital do Brasil gemia sob o gládio da soldadesca desatinada. O Sr. Drummond, enfurnado na aposentadoria [...] deplorou os males de sua pátria e sonhou com sua independência. A época em que essas aspirações iam realizar-se avançava rapidamente. Ele tomou parte muito ativa em todos os atos que conduziram ao 9 de janeiro de 1822 e que viu colocar a primeira pedra no edifício constitucional do Brasil. Esta revolução que tinha por finalidade reter na América o jovem Dom Pedro, como segurança da tranquilidade pública, e de impedir seu retorno a Portugal, não era sem perigo se se considera que só se estava ainda de acordo somente com a província de São Paulo e que era urgente chamar todas as outras a um mesmo centro de opinião, a fim de retirar desse fato força suficiente para resistir à metrópole e às divisões intestinas. Pernambuco era o ponto que convinha lançar-se primeiro no sistema de independência, não somente por causa de sua força, mais ainda pela sua posição geográfica e pelo caráter de seus habitantes. O Sr. Drummond embarcou na escuna francesa La Perle, com um passaporte para a França, desembarcou em Pernambuco sob pretexto de enfermidade e permaneceu no país. Ali, ele encontrou todas as autoridades contrárias à separação com Portugal, e desejando ganhar tempo a fim de se separar também do Rio de Janeiro. A mais sutil política foi, conseqüentemente, empregada pelo Sr. Drummond; e enquanto que ele preparava Pernambuco para sua separação com a metrópole,



sua vigilância se estendia sobre toda a costa até o Maranhão. Seus esforços não foram em vão e ele viu, em 1º de junho de 1822, brilhar a revolução em favor da independência, em cuja frente ele se colocou. As tropas portuguesas foram expulsas e ele foi proclamado em Recife o salvador do Brasil. O grito repercutiu nas províncias do Norte: Alagoas, Paraíba, Piauí, quase todas as cidades, enfim, à exceção do Maranhão e Pará, se declararam pela independência [...]. O movimento do Rio Grande do Norte foi determinado por um jovem literato francês, Sr. Eugéne Garay de Monglave, atraído ao país por admirar os selvagens [...]. Tão logo o Sr. Drummond ficou seguro da simultaneidade do movimento das províncias setentrionais, foi eleito deputado por Pernambuco para colocar suas homenagens aos pés de Dom Pedro. O príncipe recebeu essa deputação com grande pompa e anunciou de uma janela de seu palácio, ao povo que esperava com ansiedade notícias das províncias, que Pernambuco estava independente e reunido ao Brasil [...]. O Sr. Drummond não limitou nisso seus esforços em favor da liberdade. Ele projeta ir à Bahia [...], que lutava ainda contra as tropas portuguesas que, por falta de vigilância imperdoável, as autoridades haviam deixado tomarem o lugar, os arsenais, as fortalezas. Essa tentativa era das mais imprevisíveis. A menor suspeita colocava sua cabeça em perigo; ele deixou secretamente Pernambuco e em um frágil barco chegou a uma escuna dos Estados Unidos que velejava rumo à Bahia. Ele chegou a esse porto em quinze dias, conquistou a amizade do general português Madeira, que ele havia conhecido outrora, conheceu o estado de suas forças de terra e mar, de suas finanças, de seus hospitais, etc., incentivava, por outro lado, os brasileiros e lhes dirigia a cada dia patriótica exortações no jornal O Constitucional. O autor desses artigos foi logo descoberto; o furor dos portugueses foi ao ápice e a guarnição inteira pegou em armas contra o jornal; com a cabeça em perigo, o Sr. Drummond embarcou no brique inglês O Tártaro e chegou ao Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1822 [...], ele entregou nas mãos do ministro Andrada todos os documentos preciosos dos quais ele era portador; notadamente aqueles que tratavam das forças do inimigo. Bem recebido pelo príncipe e pelo seu conselho, o Sr. Drummond encontrou nesse acolhimento uma recompensa suficiente pelos serviços prestados à sua pátria, pela perda de sua saúde e pela ruína de sua fortuna. Ele recusou toda e qualquer indenização do governo, pagou até a ordem que autorizava sua ausência da capital e não quis nem mesmo ter seu passaporte gratuito. Em agosto de 1823, ele viu que uma conspiração se urdia contra a independência e a liberdade de sua pátria, que o governo estava na cabeça dos sediciosos, e que ele tinha que esclarecer o povo e afastar a tempestade. Ele empreendeu, por conseguinte, e redigiu ele mesmo o jornal O Tamoio [...], no qual exortava o povo com prudência e censurava os atos da administração naquilo que ofendia os princípios solenemente adotados. Essa folha, concebida sobre uma larga base, é sem dúvida a melhor que foi publicada na América; ela honra o talento de seu redator. A dissolução da Assembleia atinge também o Sr. Drummond. Sua vida esteve ainda por alguns dias em perigo, indo para a Bahia e de lá para a Inglaterra. Ele reside agora em Paris, dedicado aos estudos, ele é apreciado e estimado pelos sábios e literatos. Ele é um dos colaboradores mais ativos do *Journal des Voyages* [...].

*In “Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia”. Vol. 165. p. 51- 58. Brasília: Gráfica do Senado, 2012.



ANOTAÇÕES DE ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND À SUA BIOGRAFIA,
PUBLICADA EM 1836 NA BIOGRAPHIE UNIVERSELE ET PORTATIVE DES CONTEMPORAINS.

1

Esta versão não é exata. Fui destinado para a marinha como meus irmãos para o exército. Era isso muito de meu gosto e a minha inclinação para a marinha, não obstante seguir outro destino, conserva-se ainda pelo amor que tenho a esta arma. Estava para partir em 1807, a bordo do navio *Europa*, para Lisboa, a fim de seguir ali o curso dos guardas-marinha, quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia das ocorrências políticas que determinaram a transferência da família real portuguesa para o Brasil, e esta circunstância mudou a resolução e o meu destino, ao mesmo tempo.

2

Meu pai não solicitou nenhum emprego para mim. Era amigo íntimo do chancelermor Thomaz Antônio de Villanova Portugal e, em consequência desta amizade, eu fui chamado em princípio do ano de 1809 para o gabinete particular do dito chancelermor. Este, achando-se satisfeito com meu serviço, conferiu-me em 24 de julho do mesmo ano um ofício de propriedade na sua chancelaria. Algum tempo depois conferiu-se-me outro, igualmente de propriedade, e tal foi a preponderância que cheguei a ter naquela repartição pública, que aconteceu mais de uma vez não despachar ela por não poder eu, por doente, comparecer.

Tendo a experiência mostrado que por ignorância do vedor da chancelaria-mor, que era o empregado mais graduado dela, o Estado era lesado na percepção dos direitos de chancelaria, criou-se o lugar de contador e este emprego foi conferido a meu pai, o qual pouco tempo serviu, porque as suas ocupações de administrador da alfândega não lhe permitiam comparecer com assiduidade na chancelaria-mor. Passei eu a servir o dito emprego e por morte de meu pai me foi ele conferido de propriedade pelo príncipe regente do Brasil.

3

Em 13 de maio de 1810, em galardão de meus bons serviços e consideração por meu pai, me fez o sr. D. João VI mercê do hábito da Ordem de Cristo, com 12 mil réis de tença.

Meu pai gozava de um crédito tal de inteligência e probidade que o Sr. Rei D. João VI, depois de regressar a Portugal, ordenou ao seu antigo ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal de fazer uma exposição do governo e administração do Brasil durante a estada do mesmo augusto Sr. no Rio de Janeiro. Thomaz Antônio empreendeu a obra, mas não a acabou, porque antes disso aconteceu a morte do rei. S. Majestade via de quando em quando o trabalho de Thomaz Antônio e muitas vezes o ajudava com a sua larga memória. Thomaz Antônio, falando nesse trabalho dos melhoramentos operados na administração da Fazenda e sobretudo da alfândega, os atribui em grande parte a meu pai, e nesse lugar lhe tece um elogio. El-rei, de sua própria mão, pôs a seguinte emenda – e com um desinteresse sem exemplo. Este



papel ainda por terminar e com lacunas no que já estava feito, por morte d'el-rei ficou em poder de Thomaz Antônio, de quem o recebi em Lisboa, dizendo-me que o guardasse, porque aquelas palavras escritas pela mão do rei eram um momento de glória para os descendentes daquele homem a quem elas se referiam. Este papel ficou com alguns outros em uma pasta e, se escapou ao incêndio, lá está para atestar o que digo.

Meu pai adoeceu de dor e consternação pelos funestos acontecimentos da Praça do Comércio do Rio de Janeiro em abril de 1821. El-rei, antes de partir, lhe mandou dizer por Antônio Luís Pereira da Cunha que, desejando dar uma prova da estima em que o tinha, pedisse ele o que quisesse para si e para a sua família. Meu pai respondeu que, em tão críticas circunstâncias, era melhor que o rei empregasse toda a sua atenção aos negócios do Estado, e não a desviasse para curar de interesses pessoais. Ainda depois disto o Rei mandou pelo Conde de Parati dizer a meu pai que fizesse ele os decretos que quisesse e que os mandasse para receberem a real assinatura. A resposta de meu pai ao Conde de Parati foi ainda mais dura do que aquela que já havia dado a Antônio Luís Pereira da Cunha. Nem os rogos de meu amigo Thomaz Antônio o puderam demover de seu propósito, nada quis pedir; nada quis aceitar do que a generosidade do Rei lhe oferecia, e no dia 09 de maio faleceu.

4

O que se refere de 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre por José Anselmo Correia, pai do atual Visconde de Seixal, atual Ministro de Portugal em Bruxelas, e eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro-livre! A denúncia fez grande impressão no ânimo d'el-rei e de Thomaz Antônio, porque ambos me tinham em bom conceito. José Albano Fragoso, Juiz da Inconfidência, com quem eu tinha estreitas relações de amizade, foi encarregado por Thomaz Antônio de se prevalecer desta estreita amizade para descobrir a verdade e desviar-me de maus conselhos. José Albano Fragoso, no desempenho desta comissão, conduziu-se tão indignamente que muito contribuiu para agravar as circunstâncias em que então me achei. Sabia muito bem que eu não era pedreiro-livre, que a denúncia era falsa, e comigo lamentava que o governo se achasse em circunstâncias de autorizar espões para macular reputações. O ser pedreiro-livre era então um crime. Mas a Thomaz Antônio dizia ele o contrário do que sabia e conversava comigo. Não me acusava diretamente, nem confirmava a denúncia, mas com palavras misteriosas sustentava a suspeita, ora menos, ora mais fortemente, e emitia a opinião de ser eu mandado para fora do Brasil. Esta opinião calou no ânimo de Thomaz Antônio, que se decidiu por ela. S. Ex^a declarou-me enfim que me preparasse para ir no paquete para Londres, a fim de servir na Embaixada, sem me dizer em que posto. Respondi que voluntariamente não partia, que eu era inocente e que os inocentes não pediam perdão nem aceitavam a comisseração de quem quer que fosse. Que se me julgava criminoso mandasse pôr-me em processo, e que se me julgava inocente não consentisse que se abusasse da sua boa fé, nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que no princípio da sua carreira tinha já dado boas provas da sua honra e da sua probidade. Esta resposta fez abalo no ânimo de Thomaz Antônio, e, como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença.



Da denúncia ao dia de minha partida decorreram muitos meses, mais de um ano, e neste longo intervalo a minha saúde sofreu muito. José Albano abusava da minha amizade, atraía a verdade e mentia ao ministro, e tudo para quê? Sem vergonha o não digo. Queria desconceituar-me ou perder-me para ficar um lugar vago na chancelaria-mor que ele solicitava para seu enteado Manuel Plácido da Cunha Vale!

No princípio da minha vida uma tal calúnia parecia dever ser o prelúdio de muitas outras, em que no decurso dela teria eu de sofrer da maldade dos homens. A este respeito contarei uma anedota. Dois anos depois de eu estar em Lisboa, disse-me a Rainha D. Maria II, em um daqueles momentos em que ela era amável e boa, o seguinte: “Ora, você sabe que por muito tempo estive enganada a seu respeito? À sua chegada aqui disseram-me, e eu lhe digo quem foi, foi o Almeida (Veríssimo Máximo de Almeida), que você era um grande jogador e um grande bebedor. Acreditei, e quando vi que você não jogava nem bebia supus a princípio que era por dissimulação e só depois é que tive certeza de que me tinham mentido a este respeito.” “Fique V. Majestade certa que não será esta a última mentira que lhe há de pregar, e eu espero que as que forem ao meu respeito tenham todas o mesmo resultado que esta teve. Mas não queira mal por isso a esse pobre moço que me caluniou na sua augusta presença, porque ele nem sabe o que diz, nem merece tanta honra.”

O Sr. D. Pedro I, desde o princípio do seu reinado até 1830, me atribuí a maior parte das cousas que se faziam no Rio de Janeiro ou se publicavam pela imprensa, e ainda no tempo em que eu me achava no exílio. Agora mesmo passo por autor de cousas que não fiz e sofro as consequências da calúnia. Voltaire diz, não sei onde, que todo homem conspícuo em dignidade e saber tem infalivelmente êmulos e delatores, os quais se aumentam à proporção que lhe cresce a celebridade. Quanto a mim, é decerto por causa da dignidade que sempre sustentei que formigam os delatores.

Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o Rio Itajaí, Thomaz Antônio me disse que no meu regresso S. M. me despacharia governador para uma das províncias do Brasil. Fazendo a este dito as objeções que nasciam da minha incapacidade (tinha eu então 25 anos de idade), respondeu-me que eu tinha o gênio criador e o talento de governar, e que estas qualidades reunidas deviam ser aproveitadas. O que eu tinha realmente era um zelo e um amor pelo Brasil que não podiam ser excedidos.

Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do *Journal des Voyages*, etc., publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do Rio Itajaí, do célebre Monte Taíó, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio.

Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Thomaz Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta vila da



província de S. Paulo para a reunir à província de Santa Catarina. A obra da abertura da estrada foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do Rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em toda a sua extensão criadas colônias agrícolas de gente livre, cujo número nunca será demasiado. Todo aquele terreno é muito produtivo. Da vargem dos pinheiros se tirou o mastro grande para a nau *D. Sebastião*, que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Thomaz Antônio era criar ali colônias nacionais e estrangeiras.

7

Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada *S. Domingos Lourenço*, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do Rio Itajaí mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de S. Ana, e mandei de presente, porque era cortada e cerrada à minha custa. Soube depois que uma parte da madeira que mandei para as obras do Museu fora distraída por Tomás Pereira de Castro Viana, que servia de tesoureiro do mesmo Museu, para as obras que Monsenhor Miranda fazia em uma chácara sua. Todos sabem que o Museu do Campo de S. Ana principiou em uma casa que o governo comprou, sendo ministro Thomaz Antônio, a João Rodrigues Pereira de Almeida, no campo de S. Ana, canto da Rua dos Ciganos, a qual, não sendo bastante, o Ministro mandou fazer novas construções pelo lado do campo de S. Ana em terrenos que para esse fim comprou, o que tudo junto forma hoje o Museu Nacional.

Durante a minha estada na Província de S. Catarina percorri o Rio de S. Francisco do Sul, e no Museu Nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade.

A Província de S. Catarina, pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo. A Enseada de Garoupas é um dos melhores portos do mundo. A caixa-d'água pode conter inúmeros navios abrigados de todos os ventos. Os catarinetas amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar ali e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O Ministro Thomaz Antônio tinha em vista fazer de S. Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. S. Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata.

8

Foi um aviso do Almirante Quintela, Ministro do Reino da Revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que *tendo a tropa* reunida pelo silêncio da noite, na Praça do Rocio, proclamado a Constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a ele almirante seu ministro do Reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu todas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a corte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado.



É um fato algum tanto exagerado. Era então Governador de S. Catarina o Coronel João Vieira de Tovar, e Intendente da Marinha o Capitão-de-Mar-e-Guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim. Tão ignorante, estouvado e brutal era o Governador como inteligente, circunspeto e polido o Intendente da Marinha. Tovar era de uma família de Portugal bem nascida, tinha um irmão oficial General no exército português, outro Desembargador em Goa, onde foi secretário do governo, encarregado de escrever a história diplomática de Portugal, e, depois, de uma missão em Espanha para o fim de advogar os direitos do infante D. Sebastião; o terceiro irmão era também militar, governou províncias subalternas do Brasil, explorou o Rio Doce e foi Capitão-General de Angola; e o quarto é Magistrado em Portugal. Tovar veio para o Brasil na divisão de voluntários reais comandada por Lecor, era então Major de Cavalaria do Regimento nº 4 de Portugal. Na campanha do Sul perdeu o braço direito na batalha da Índia Morta, se não me engano. Foi então mandado para S. Catarina na qualidade de Comandante do Depósito que ali se estabeleceu para os doentes do exército, e se lhe juntou depois o governo da província por proteção de Monsenhor Miranda, em substituição de D. Luís Maurício da Silveira, que por muitos anos governou aquela província, dando o ordenado do lugar ao Freitas Corcunda, oficial maior da Secretaria da Marinha, para o sustentar no emprego, ficando ele com o fruto da corrupção com que governava. A Tovar, porque era incapaz, se lhe juntou Miguel de Sousa, Intendente da Marinha e Ajudante-de-Ordens do governo, e deu-se instruções a Tovar para que nada fizesse sem o conselho e a aprovação de Miguel de Sousa. Tovar era limpo de mãos, no exercício do governo alguns despropósitos praticou, mas Miguel de Sousa evitou muitos outros e deu uma forma regular ao governo da província.

Tal era o estado daquela província quando ali chegou a notícia da Revolução de 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro. O ofício que recebeu Tovar do novo Ministro do Reino era concebido nos mesmos termos do que me fora dirigido, e nem um nem outro se explicava acerca das ocorrências de 26 de fevereiro, deixando entrever que era pela vontade do Rei que assim se tinha obrado. Estes ofícios foram levados por um brigue de guerra, o qual fundeou à entrada da barra do norte e mandou por um escaler levá-los à cidade do Desterro. O brigue encarregado de entregar os tais despachos ato contínuo seguiu para Montevideu com despachos para o General Lecor. O oficial que comandava o escaler e a gente que o guarnecia tinham ordem de guardar o mais inviolável segredo sobre as ocorrências do Rio de Janeiro. Tovar com Miguel de Sousa e comigo, únicos que supúnhamos ter conhecimento delas, concordamos em manter o segredo, mas foi em vão, porque já se achava divulgado pelos marinheiros e talvez pelo próprio oficial do escaler. Algum rumor começou-se a sentir da parte do povo. O regimento de linha estava em Missões. Havia somente de tropa paga uma companhia de artilharia, cujos oficiais eram portugueses. A força da província consistia em dois regimentos de infantaria, dois de caçadores e outro de cavalaria, todos milicianos, e nestes a máxima parte dos oficiais era brasileira. Tovar pôde conter a companhia de artilharia que era a força ativa que se achava reunida; outro tanto, porém, não podia fazer a respeito da força miliciano espalhada em toda a província. Esta só dependia para se revoltar que da cidade lhe dessem o sinal. Foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político,

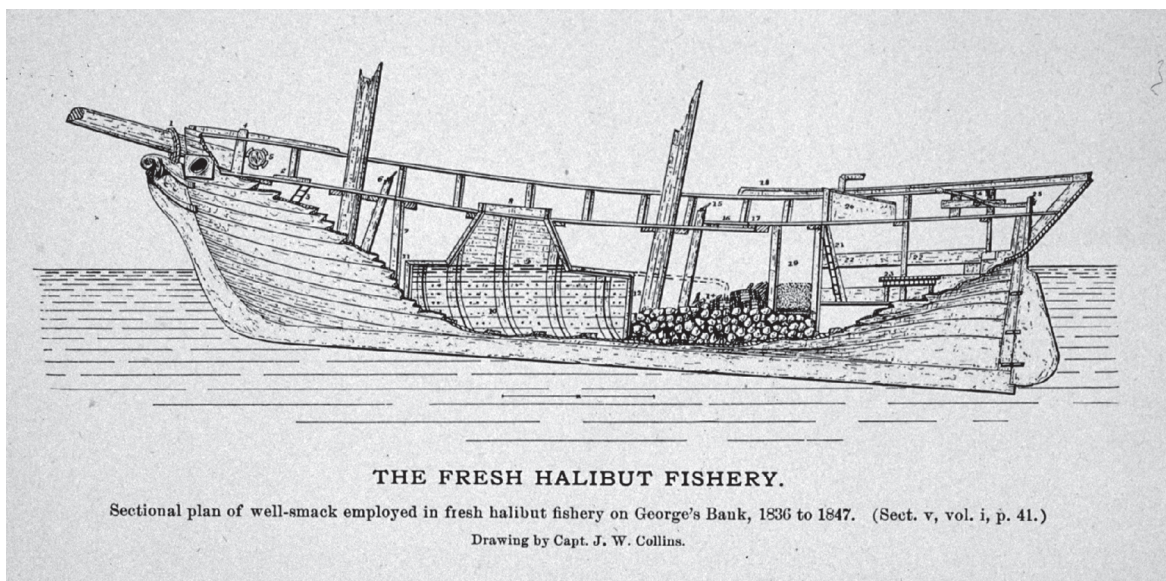


e que me consultaram, que a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil. A minha voz foi ouvida e compreendida. Em S. Catarina manteve-se a tranquilidade até eu deixar aquela província. Tovar foi rendido por Valente, comandante do Batalhão de Caçadores nº 3 e que não quisera revoltar-se com o seu corpo no dia 26 de fevereiro. A escolha não podia ser pior. Valente não tinha mérito algum; como militar nem para sargento servia e como administrador ou político era completamente nulo. Era, na força do termo, uma entidade analfabeta. Foi talvez por isso que depois da independência foi elevado no Brasil a General, Conde, Grã-Cruz do Cruzeiro e encarregado de importantes comissões, das quais deu conta correspondente a seu mérito, que não vai aqui exagerado. Valente não pôde sustentar-se por muito tempo em Santa Catarina. Esta digressão parece estranha, mas como caiu, não sei porque, do bico da pena, deixo ir.

10

Não é exato. A minha opinião foi seguida e eu deixei Santa Catarina porque era chamado ao Rio. Tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída d'el-rei para Portugal. Parti na sumaca *Vênus* de João Luís do Livramento e fui levado a bordo por Tovar, Miguel de Sousa, José Feliciano, Secretário de Governo, Diogo Duarte da Silva, Tesoureiro da Junta de Fazenda, José Maria Pinto, Capitão do Porto, Manuel Francisco da Costa e muitas outras pessoas. O temporal é verdadeiro. Infelizmente também é verdade que eu cheguei ao Rio de Janeiro no dia 9 de maio de 1821 e que nesse mesmo dia expirava meu pai.

[...]



CRONOLOGIA

sobre Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond

Magru Floriano*

* Graduado em História pela Univali, autor dos livros *Itajaí em Chamas*, *Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador*, *A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada*.



- **1794** – Nasce no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1794, filho do capitão Antônio Luís de Ferreira de Menezes Vasconcellos de Drummond e Josefa Januária de Sá e Almeida.
- **1807** – Está pronto para embarcar no navio *Europa*, com destino a Portugal, onde irá estudar no curso dos guardas-marinha. Refaz os planos por conta da guerra entre Portugal e França. Não embarca para a Europa, permanecendo no Rio de Janeiro.
- **1809** – Começa a trabalhar na Chancelaria do Reino – Rio de Janeiro – no gabinete particular do Chanceler-mor Thomaz Antônio de Villanova Portugal.
- **1810** – Recebe a comenda Hábito de Christo, a 13 de maio de 1810.
- **1817** – É denunciado como pedreiro-livre [maçom].
- **1819** – Recebe férias de seis meses da Chancelaria vindo para Santa Catarina.
- **1820** – No dia 05 de fevereiro de 1820, recebe das mãos do Ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal o Aviso Régio que determina apresentar-se ao Presidente da Província de Santa Catarina – João Vieira Tovar e Albuquerque – visando trabalhos nas três sesmarias



devolvidas ao reino por Joaquim Francisco de Sales e Melo, Francisco Manoel da Silva e Melo e Ana Margarida de Santa Cruz Roiz de Melo, a 05 de janeiro de 1820.

- **1820** – Chega a Desterro no dia 02 de março de 1820.
- **1820** – No dia 19 de março de 1820, envia correspondência ao Ministro Thomaz Antônio detalhando as providências que tomou em Santa Catarina para colonizar as terras no Itajaí-Mirim.
- **1820** – Toma posse das terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Declara, posteriormente, que nesse período foi responsável pela administração do Real Corte de Madeiras no Rio Itajaí, ocupando o cargo de “governador das Colônias da Província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral”.
- **1820** – São expedidos avisos régios, nos dias 04 e 06 de maio, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, visando aproveitar a madeira e estabelecer colônia nas sesmarias reais às margens do Rio Itajaí-Mirim. Também foram expedidas ordens, a 17 de setembro e 19 de setembro, através da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para se providenciar o corte da madeira e dar “baixa do Real Serviço” a soldados do regimento estacionado em Santa Catarina. Parte desse contingente seria aproveitada por Drummond na colonização da foz do Vale do Itajaí.
- **1820** – No mês de outubro, Drummond retorna a Desterro por ver seu estado de saúde bastante debilitado.
- **1820** – No dia 16 de abril de 1821, o Presidente da Província de Santa Catarina envia correspondência ao Ministro Thomaz Antônio avisando que Drummond está retornando ao Rio de Janeiro.
- **1821** – Drummond volta ao Rio de Janeiro, a 09 de maio de 1821, a bordo da sumaca *Vênus*. Retoma o trabalho na Chancelaria e ocupa o cargo de Tesoureiro-Titular, no lugar do pai que acaba de falecer. Nesse mesmo ano vai à Província de Pernambuco trabalhar pela Independência do Brasil.
- **1822** – É nomeado “moço da Imperial Câmara” no mesmo dia em que D. Pedro I é aclamado Imperador Constitucional do Brasil - 12 de outubro de 1822.
- **1822** – Adere à sociedade secreta “Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz”, liderada por José Bonifácio Andrade e Silva.
- **1823** – Ajuda a criar e redatoriar o jornal *O Tamoyo*, que começa a circular no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1823.
- **1823** – Drummond segue para o exílio na França por conta da crise política ocasionada pelo fechamento da Assembleia Constituinte. Dedicar-se ao estudo, frequentando cursos públicos na Sorbonne e Conservatório das Artes, relacionando-se com figuras destacadas da intelectualidade europeia como o economista João Batista Say, Royer Collard, Benjamin

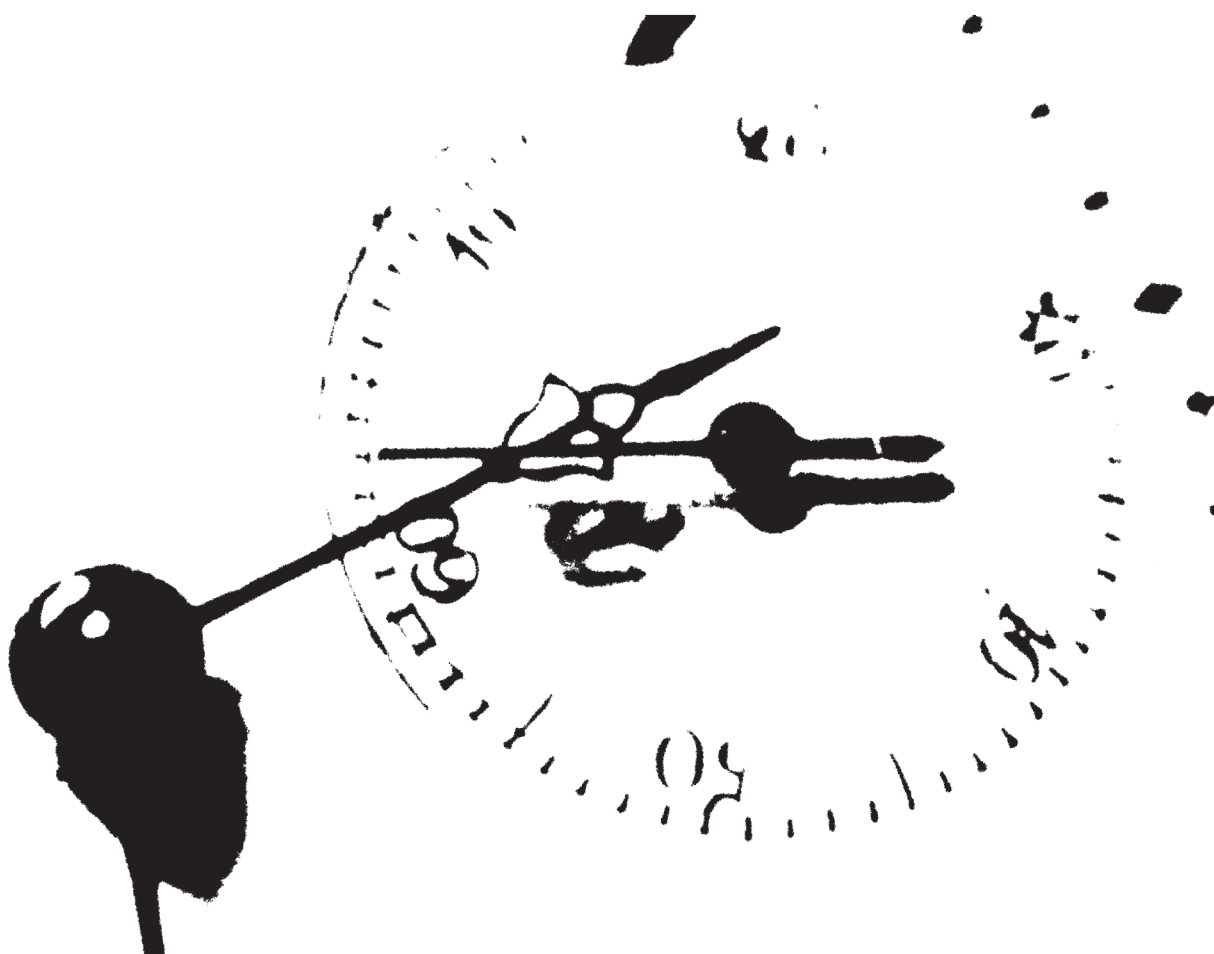


Constant, Charles Dupin, Sismonde de Sismondi, De Candolle – de quem frequentou o curso de botânica em Genebra/Suíça. Colabora no jornal *La France Chrétienne* (com o pseudônimo de “*Le proscript brésilien*”); *Journal de voyages, découvertes et navigations modernes – Archives géographiques du 19^e siècle* (1827); *Revue Encyclopédique*; *Globe*; *Le Constitutionnel*. Seus artigos foram republicados na Alemanha, Inglaterra, Portugal, Itália, Rússia. Por conta do sucesso desses escritos, Drummond recebeu título de sócio de diversas instituições científicas: Sociedade de Mineralogia de Iena, Instituto Histórico de França, Sociedade de Geografia, Sociedade Asiática de Paris, Academia de Bruxelas, Sociedade Literária de Gand, Academia Real de Nápoles, Academia dos Arcades de Roma, Sociedade dos Antiquários do Norte e muitas outras.

- **1928** – Inicia viagem de dois anos por diversos países da Europa: Suíça, Itália, Prússia, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Escócia, Irlanda etc.
- **1829** – Retorna ao Brasil e volta a publicar em diversos jornais do Rio de Janeiro, como o *Diário do Governo* e *Astreia*.
- **1829** – Reassume seu posto na Chancelaria – Rio de Janeiro – em abril de 1829. A partir daí é encarregado de diversas missões diplomáticas como: encarregado de negócios; cônsul-geral na Prússia; encarregado de negócios na Sardenha; encarregado de negócios em Roma (1836); encarregado de negócios na Toscana; ministro residente em Portugal; enviado especial e ministro plenipotenciário em Portugal (1837-1853).
- **1860** – No dia 29 de agosto de 1860 ocorre incêndio na casa do biógrafo Alexandre José Mello Moraes – no Rio de Janeiro – consumindo parte substancial do acervo histórico recolhido por Drummond durante décadas.
- **1862** – Aposenta-se a 21 de junho de 1862.
- **1864** – Tem sua biografia publicada por Mello Moraes no livro *Brasil Histórico*.
- **1865** – Falece em Paris a 15 de janeiro de 1865, onde buscava tratamento à sua cegueira.
- **1883** – Tem sua biografia publicada no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.
- **1890** – A obra *Vasconcellos de Drummond - Anotações à sua biografia*, publicada em 1826 na *Biographie Universele et Portative des Contemporains* é publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIII – 1895-1896 – Rio de Janeiro.
- **1920** – O Superintendente Municipal de Itajaí, Marcos Konder, confere a Drummond o *status* de fundador de Itajaí. Promove eventos alusivos à passagem do Centenário da cidade, a 12 de outubro de 1920, tendo como referência a estada de Vasconcellos de Drummond às margens do Rio Itajaí.
- **1940** – A Rua São Bento começa a ser ampliada para dar lugar a uma nova avenida central que recebe a denominação de Avenida Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.



- **1940** – Com o fim da Segunda Grande Guerra, a Sociedade de Atiradores de Itajaí, *Schützenverein Itajahy*, passa a se denominar Clube Caça e Tiro Vasconcellos de Drummond.
- **1968** – A Avenida Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond passa a se chamar Avenida Marcos Konder, com o nome de Drummond servindo de epônimo para a estrada da subida do Morro da Cruz.
- **2012** – A Gráfica do Senado Federal publica o livro *Anotações de Vasconcellos de Drummond à sua biografia* integrando a coleção *Edições do Senado Federal – volume 165*.



AS FALAS DO TEMPO

ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND

UMA RELEITURA

Sônia Miriam T. Moreira - Geógrafa

N. 1

O TAMOYO.

TERÇA FEIRA 12 DE AGOSTO DE 1823.

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique ;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l' Amerique.
VOLT. ALZIRE.*





REVISITANDO O PASSADO DE PAÍSES E LUGARES, nos deparamos, também, com o grupo seleto de personagens históricas cujas abordagens podem apontar diferentes interpretações. No entanto, o palmilhar pelos caminhos do tempo podem conter inúmeros questionamentos: não estaríamos colocando a visão do presente em contextos antigos? Na tentativa de interpretar o pensamento de autores de outras épocas, não estaríamos dando às suas palavras, “sentidos que não eram os seus?” (1) A preocupação de Lucien Febvre ainda é pertinente no momento atual. Ao dedicar-se ao estudo do grande humanista François Rabelais, o historiador francês revela que esse esforço biográfico implicou, também, um longo repensar sobre a concepção humanista dos séculos XV e XVI. Finalmente, convém lembrar que numa releitura do passado ainda se aplica o antigo ditado: as personagens históricas vestem as roupas de seu tempo.

A data que assinala os duzentos anos da presença de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond na província de Santa Catarina (1820-2020), além de reavivar as discussões sobre o seu trabalho pioneiro na colonização de terras da foz do Itajaí ensejou, também, novas considerações sobre a sua história. Esses acréscimos permitiram uma visão mais longínqua, e não menos instigante sobre o jovem administrador das sesmarias d`El Rei, de modo especial, vivências marcadas por “rupturas” políticas e escolhas filosóficas aqui entendidas como as múltiplas “falas de seu tempo”. Ao criticar o estudo compartimentado das ciências, Enzo Tiezzi aconselha pensar, também, no entrelaçamento que abarca, “o tempo das ideias, o tempo dos lugares, tempos econômicos, enfim, tempos da história que agrega dentro de si, outras histórias”. (2) Nesse mosaico de tempos em movimento, caminha a humanidade e seu devir.

MAS, DO QUE NOS FALA O TEMPO?

Na atualidade, o “tempo das ideias” pode assemelhar-se à chegada de um vendaval. Como no acontecer da natureza, o vendaval de ideias, inicialmente, pode ser anunciado como uma leve brisa sobre o mar, um simples “venticello” que suavemente começa a murmurar e, pouco a pouco, ao se introduzir em ouvidos e mentes se transforma num grande turbilhão. Essa alegoria pode ser aplicada ao pensamento filosófico do século XVIII, ao introduzir ideias assentadas no uso da razão, da liberdade de expressão e em direitos individuais. Ao incentivar mudanças de cunho político, social e econômico, essas ideias passaram a provocar, também, abalos e rupturas em Estados fortemente estruturados no Absolutismo Monárquico, no Mercantilismo e no Sistema Colonial. O Iluminismo, esse novo modo de pensar o mundo inspirado nas ideias de John Locke, Montesquieu e Rousseau, entre tantos outros, ao destacar os direitos fundamentais do homem como o direito à vida, à liberdade, à segurança e à felicidade passou a provocar crises agudas, rupturas revolucionárias como nos casos da Inglaterra do século XVII e da França no final do século XVIII. Por outro lado, a defesa da liberdade econômica - outra bandeira do Iluminismo - ao promover o nascimento de um Estado liberal, desencadeia de forma contínua e progressiva a erosão do Antigo Regime (3).

A propagação do ideário iluminista e liberal irá incidir de modo tardio na Península Ibérica, de forma especial no Reino de Portugal, resguardado por um severo isolamento



quanto às reformas em andamento no continente europeu. Segundo Laurentino Gomes, na corte portuguesa

[...] eram temidas pela nobreza e combatidas com rigor as ideias da Revolução Francesa de 1789, sendo impedida a entrada de livros considerados perigosos, combatidas e fechadas lojas maçônicas, acusadas de promover o debate de ideias revolucionárias (4).

Conforme assinala a historiadora Lilia M. Schwarcz, “a corte portuguesa não apresentava um especial apreço à formação intelectual, observando-se a decadência em que mergulhara, naquela época, a cultura e a ciência” (5).

Como o pensamento não conhece fronteiras e a alma dos povos aspira por mudanças, foi inevitável a disseminação dessas ideias na Metrópole portuguesa e na Colônia do Brasil. Num momento anterior à chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, já era comentado que nas correntes do Atlântico não circulavam apenas mercadorias. Chegavam, também, mentes sacudidas pelo novo “tempo de ideias” onde a solidez e o poderio dos impérios coloniais pareciam despedaçar-se ao chão.

Nascido no Rio de Janeiro em 1795, o jovem Drummond, um aplicado estudante de Humanidades, certamente não passou incólume ao vendaval de ideias promovidas pelo Século das Luzes. Se pelo oceano chegavam os Vice-reis e os fidalgos da Corte portuguesa, também regressavam à Colônia jovens intelectuais formados em Coimbra, Paris e Londres trazendo com eles um precioso (e perigoso) tesouro: o conhecimento. As duas primeiras décadas do século XIX apresentavam, portanto, um ambiente propício à formação de círculos literários, onde críticas e discussões de teor político eram frequentes e corajosamente reproduzidas em panfletos e jornais da capital do Brasil.

Na época (1818), já encontramos o jovem Drummond firmemente articulado ao movimento da Independência, possivelmente estimulado pela amizade com os irmãos Andrada, cujos estudos em Coimbra foram intensamente permeados pelo pensamento liberal. Quanto à Drummond, seu excelente preparo profissional e o relacionamento de sua família com altos funcionários da corte de D João VI possibilitaram seu ingresso na Chancelaria-mor do Reino, recentemente instalada no Rio de Janeiro sob a chefia do ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal. Esse magistrado português apresentava-se como um grande defensor do Regime Absolutista e o seu exercício como ministro de D. João VI, entre 1818 e 1820, foi assinalado pelo grande empenho dado à consolidação da posse das terras brasileiras à Coroa portuguesa. Observa-se, portanto, em momentos que antecederam a Independência, a existência de atritos ou desentendimentos entre duas diferentes posições políticas: de um lado, o grupo de liberais anticolonialistas, ligados à maçonaria, em boa parte, indivíduos jovens pertencentes à elite brasileira. Para esse grupo, a imprensa desempenhou um importante papel não obstante a censura que lhes era imposta. O jovem burocrata da Chancelaria Real, nessa época, publicou um jornal de tendência libertária denominado *O Tamoyo* acirrando, dessa forma, o embate com a classe colonialista.



A existência de posições onde se confrontam, de um lado, a obediência e a fidelidade ao Reino e de outro, os impulsos libertários da juventude, anunciam os primeiros abalos na vivência do jovem Drummond no Rio de Janeiro. Provocados por diversas acusações sobre a sua presença em reuniões secretas, favoráveis à Independência, esses abalos irão somar-se às críticas a sua atividade jornalística e ao seu convívio com o grupo de tendência liberal, representado pelos irmãos Andradas. Pode-se escutar, nesse momento, o anúncio de um vendaval. No entanto, a juventude e os ouvidos de Drummond não temem o vento.

O TEMPO DOS LUGARES

Os lugares do presente acumulam uma diversidade de tempos e por essa razão ocupam um importante papel na releitura de personagens históricas. Embora na atualidade, metrópoles e cidades possam sofrer mudanças aceleradas em sua fisionomia e funcionalidade, Milton Santos observa que “o que construímos hoje é feito sobre herança” elaborada por sucessivas sociedades, concluindo “não existir espaço sem história, nem uma história a-espacial” (6).

A releitura sobre Drummond revela sua presença em inúmeros lugares tanto em território brasileiro quanto em países estrangeiros. Partimos da cidade do Rio de Janeiro onde nasceu em 1795. Além de assinalar o *locus* de seu nascimento, esse lugar representa, também, o espaço que vivenciou sua infância e juventude. No presente podemos chamá-lo de testemunha do tempo.

Por volta da segunda metade do século XVIII, o Rio de Janeiro passou a apresentar uma fase crescente do comércio marítimo alimentado, principalmente, pela exploração e demanda do ouro. Essa expansão comercial passou a exigir espaços portuários cada vez mais amplos realizando a administração pública inúmeras obras como aterros, trapiches, além da multiplicação de ancoradouros (cais). Preocupada pelo avanço de construções de casas à beira mar, a administração da cidade passou a exigir que “as praias e as marinhas deveriam ficar todas desimpedidas [...] proibindo-se aos moradores ocupar as praias com edificações” (7).

Outro aspecto também chamava a atenção dos visitantes estrangeiros, na época: a singularidade do tecido social servindo, em inúmeros casos, de inspiração às obras de Rugendas, Debret, Ender, entre muitos outros. As atividades de importação e exportação, a frequente “arribada” de navios estrangeiros, as visitas oficiais, explicavam o significativo contingente da população ligado às atividades portuárias, observando-se, no entanto, uma grande disparidade social entre os seus componentes. De um lado, os comerciantes portuários, muitos deles proprietários de navios, encarregando-se do transporte da própria mercadoria; armadores portugueses de grandes posses também eram atraídos pela privilegiada localização marítima da costa carioca, observando-se um grande incremento na construção de estaleiros (8).

Em oposição, uma grande parcela da população de poucos recursos se ocupava de ofícios demandados pela atividade portuária como carpinteiros, marceneiros, tanoeiros, pintores e calafates, entre outros. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, o que mais causava impacto aos viajantes que chegavam ao Rio de Janeiro era o grande número de homens, mulheres e crianças negras transitando pelas ruas da cidade, encarregados de trabalhos que



garantiam o ganho de seus senhores. O gerenciamento do comércio colonial, por sua vez, além de demandar um grande número de funcionários locados em diferentes níveis e funções, atraía, também, administradores portugueses de grande prática mercantil, sendo muito bem remunerados junto ao Vice-rei.

Essas pinceladas sobre a cidade do Rio de Janeiro é uma tentativa de pensar a figura histórica em seu entorno, observando que com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, a capital da Colônia foi alvo de melhoramentos urbanos como praças, arruamentos, ancoradouros, edifícios, teatros e residências reais. O jovem Drummond, certamente, caminhou por esses lugares, ouviu o troar de salvas de canhões saudando a chegada de navios estrangeiros, as frequentes chamadas dos sinos do mosteiro de São Bento para os ritos religiosos e ainda, com a curiosidade da adolescência, ter presenciado o desembarque de negros que despidos de sua alma, caminhavam acorrentados pelo cais do Valongo.

Como relata o historiador Edison d'Ávila, a necessidade do afastamento de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond da cidade do Rio de Janeiro, motivado por questões políticas, proporcionou uma primeira visita do jovem burocrata à província de Santa Catarina. Aconselhado a estender sua estadia, Drummond decidiu iniciar um projeto de colonização em terras do rio Itajaí. Thomaz Antônio de Villanova Portugal, Ministro da Chancelaria Real, autorizou o projeto doando duas sesmarias da Coroa ao empreendimento (9). É bom saber que com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, extinguiu-se o antigo cargo de Governador-Geral do Brasil. Dessa forma, as terras das capitanias passaram para o domínio da Coroa Portuguesa.

O litoral catarinense já havia recebido as primeiras levas de imigrantes açorianos a partir de 1748. No entanto, esse projeto inicial de colonização instalava a maioria dos assentamentos na Ilha de Santa Catarina e no espaço litorâneo da terra firme. A escolha de Drummond recaiu sobre o extenso vale mais ao Norte formado pelo rio Itajaí. Essa região já despertara o interesse de vicentinos que se aventuravam mais ao sul, em especial os faiscadores de ouro que seguiam o leito dos rios em busca da almejada riqueza. Localizadas em terras do baixo vale, as sesmarias do rei ficavam às margens do maior afluente do Itajaí Grande, o Itajaí-Mirim que desaguava bem próximo à sua foz.

Foi nessas terras, nas proximidades da localidade de Itaipava, que o burocrata carioca deu início ao seu projeto desbravador com a ajuda de alguns soldados que o acompanharam desde Desterro contando, ainda, com a mão de obra muito simples encontrada no local. Segundo a historiografia catarinense, tiveram início, então, o desmatamento, as aberturas de picadas e caminhos, a construção de uma serraria para o preparo da madeira e a construção de alojamentos e galpões para os futuros colonos. Pensou-se, também, no preparo da terra para dar início às plantações. A crônica sobre as primeiras iniciativas de colonização em terras do Itajaí assinalam, também, a construção de um patacho para transportar, à capital da colônia, madeiras das florestas que chegavam até as margens do grande rio.

Uma enorme distância separava agora o jovem Drummond da movimentada vivência da corte: o burburinho das ruas, as animadas discussões políticas entremeadas ao aroma do café, o perfume francês que inundava os camarotes da Ópera e os teatros. Ao contrário, junto ao Mirim, o canto dos pássaros tentava suplantar as vozes lamentosas dos negros nas plantações, tristes



como os desembarques no Valongo. A serra assobiava fino nos troncos, os martelos massacravam pregos nos galpões, um boi mugia na roda do engenho...Deus! Como viera parar ali?

São pouco conhecidos os verdadeiros motivos que provocaram o retorno do jovem Drummond ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1821. Provavelmente, pode ser assinalada a grande crise política que antecedeu a concretização da Independência, ocorrida 1822, não podendo ser esquecidos, também, os compromissos anteriormente assumidos pelo jovem Drummond com o movimento nacional pela liberdade, cuja denúncia ocasionou a sua retirada para as terras do Itajaí.

O grande empenho de Vasconcellos Drummond ao movimento da Independência não o livrou de perseguições e dissabores. Seus laços políticos com José Bonifácio e seus irmãos tiveram sérias consequências já em 1823. Ao se solidarizar com os Andradas saindo do Ministério para a oposição, com a dissolução da Constituinte, Drummond, José Bonifácio e seus irmãos foram julgados e condenados ao exílio em Paris. Novos lugares e seus desafios aguardavam o competente funcionário da Chancelaria Real do Rio de Janeiro. A sua carreira de diplomata e cônsul, iniciada em 1830, o levaria pelo mundo: Prússia e Saxônia, além de outros Estados alemães, Estados Pontifícios, Toscana, Parma e Nápoles. Entre 1839 e 1853, exerceu o elevado cargo de Primeiro Ministro Plenipotenciário em Lisboa.

“Em que caminho ficara o rio, a cascata, a mata fechada e seus mistérios? A canoa cheia de frutas que descia o Mirim, o pirãozinho de caldo com o peixinho tostado; onde o sol e o balançar na rede?” Mas as janelas nevadas de Paris continuaram caladas por não saber dar respostas ao exilado....

O projeto pioneiro de colonização de terras do Itajaí-Mirim, elaborado, mas não concluído pelo jovem Drummond, em 1820, permanece, desde longínqua data na nossa história oral e no registro da historiografia local. Os grupos sociais ali instalados em momentos posteriores do tempo, legaram à Itaipava vários “testemunhos” de sua presença. Ainda há registros por fazer, ainda há descobertas. Descubra os caminhos do Mirim porque, segundo Tiezzi, “é preciso aventurar-se e entrar em outras histórias”.

BIBLIOGRAFIA

- 1.FEBVRE, Lucien. História. Org.Carlos Guilherme Mota. Coord. Florestã Fernandes. São Paulo: Ática, 1978.(Grandes Cientistas Sociais).
- 2.TIEZZI, Enzo. Tempos históricos, tempos biológicos. São Paulo:Nobel, 1988.
3. CASSIRER, Ernest. A filosofia do Iluminismo.Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1997.
4. GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo:Editora Planeta do Brasil, 2007.
5. SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
6. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. 3 ed.São Paulo Hucitec, 1986
7. CAVALCANTE, Nireu Oliveira. O Rio de Janeiro setecentista – a vida e a construção da cidade, da invasão francesa à chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
8. O Porto e a Cidade. O Rio de Janeiro entre 1565 e 1910. Orgs: Núbia M. dos Santos e Maria Isabel Lenzi. Texto: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro, Casa da Palavra Produção Editorial, 2005.
9. D´Ávila, Edison. Pequena História de Itajaí. 2. Ed. Florianópolis: IHGSC, 2018.



Fundação de Itajaí e Maçonaria

Sydney Schead dos Santos



“Amar uma pessoa ou instituição significa querer envelhecer com ela...” Albert Camus

ESSA REFLEXÃO TEM POR ESCOPO tentar responder três questões relacionadas ao objeto da pesquisa bibliográfica realizada nos anos de 2017 e 2018 pertinentes à fundação de Itajaí.

- 1) Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond foi o fundador de Itajaí?
- 2) Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond era maçom?
- 3) Há alguma relação entre maçonaria e história de Itajaí?



O historiador Edison d'Ávila¹, no artigo publicado no Anuário de Itajaí, lembra um certo expediente encaminhado pelo governo Imperial à Câmara Municipal da cidade nos idos de 1887. Era um questionário buscando informações sobre economia, geografia e história da cidade. Todas as indagações foram respondidas, com exceção da parte referente à história da cidade. A resposta a este quesito foi instigante: “este Município não tem história conhecida.”

O relato mais próximo da realidade, obtido por uma robusta pesquisa histórico-documental, referente ao povoamento do Itajaí, está descrito, com riqueza e esmero de detalhes, na segunda edição da primorosa obra deste historiador, lançada em 2018, a *Pequena História de Itajaí*.

Marcos Konder, Prefeito de Itajaí no período de 1915 a 1930, pouco antes de 1920, preocupado em desvendar esse mistério da ausência de um fundador que caracterizasse o marco zero da história do Município, buscou informações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro e apresentou Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, brasileiro, carioca, diplomata, escritor, intelectual e jornalista como o fundador da cidade.²

Assim, a 12 de outubro de 1920³ comemorou-se o centenário da fundação de Itajaí, tendo sido ungido Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond como seu fundador. Segundo Gil Miranda, esta data (dia e mês) fora escolhida em homenagem ao aniversário de 24 anos de D. Pedro I, mas também fora o dia da proclamação oficial da nossa independência aos países amigos. Por que Marcos Konder escolhera essa data para homenagear o Imperador maçom que adotara o nome heroico de Ir. °. Guatimozin no dia de sua iniciação? Essa pergunta continua até hoje sem resposta, contudo, o próprio Cel. Marcos Konder (1934) assevera que “a data exata da fundação não consegui averiguar”. O fato incontestável reside na inexistência de documento comprobatório de algum ato indicativo de uma ação representativa que servisse de marco fundacional, algum marco cuja data poderia ser escolhida para a ocasião de fundação. Marcos Konder escolheu uma data aleatória, porém simbólica, essa é a verdade.

O problema estava solucionado e a comunidade itajaiense saudou o seu fundador que tanto orgulho e apreço causou aos munícipes durante vários anos. Drummond era um intelectual e diplomata, reconhecido na Europa pelo seu trabalho de pesquisa histórica que lhe valeu a publicação da sua biografia no *Biographie Universale et Portative des Contemporains*, falava e escrevia em vários idiomas, espírito progressista, liberal e um dos políticos integrantes do círculo pessoal de José Bonifácio que mais se destacaram no processo que culminou na Proclamação da Independência do Brasil.

Sua atuação nas províncias da Bahia e Pernambuco, pregando a emancipação, e como redator do jornal *O Tamoyo*, do qual também foi um dos fundadores, sempre alinhado ao projeto de independência junto com os Andradas, José Bonifácio e seus irmãos, todos

1 D'ÁVILA, E. Anuário de Itajaí. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2011. Pg. 105.

2 KONDER, M. A Pequena Pátria. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

3 FLORIANO, M. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. Itajaí: Brisa Utópica, 2013. Texto 38. In Documentos para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo, 31 de julho de 1971, p.192/199.



“pedreiros livres”, lhe valeu o exílio na Europa, em 1823. Na França, publica periodicamente no jornal *La France Chrétienne* e integra o corpo permanente de colaboradores do conceituado *Journal de Voyages*.

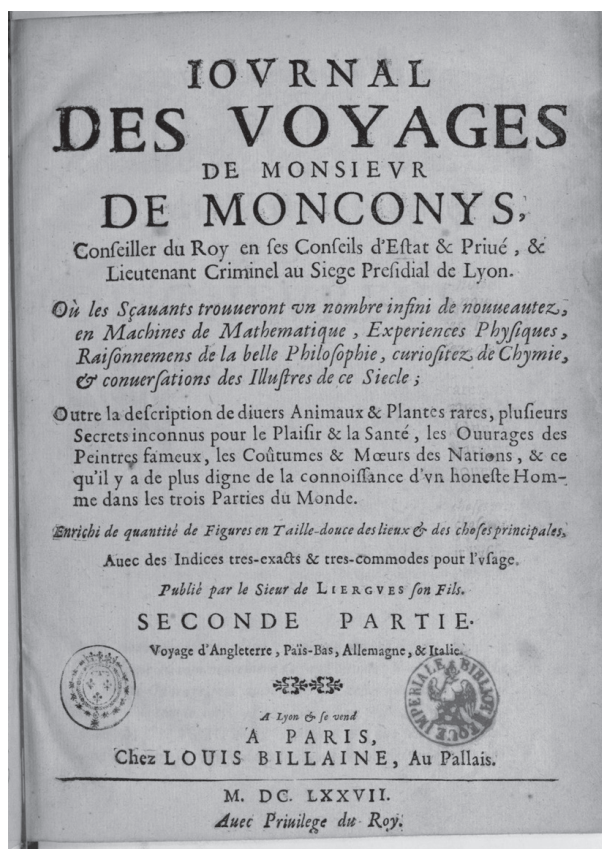
DRUMMOND FOI MESMO O FUNDADOR DE ITAJAÍ?

Durante anos não houve questionamento a respeito de Vasconcellos de Drummond como fundador da cidade. Contudo, o autor de *Blumenau em Cadernos*, o historiador José Ferreira da Silva, publicou, primeiro no jornal *Correio de Blumenau*, em 1932, um artigo questionando a figura de Vasconcellos de Drummond como fundador do Município de Itajaí. Alegava que o documento mencionando a pessoa de Drummond e sua missão em Santa Catarina deixava claro que já havia moradores nessa região de Itajaí e que este se fixara às margens do Rio Itajaí-Mirim, em Brusque, e não no Itajaí-Açu onde teria ocorrido o início da povoação do Município. Foi o estopim para uma acirrada polêmica, anos mais tarde, e até hoje inconclusa.

Posteriormente publicou artigos no *Jornal do Povo* e consta que municiou, com suas teses, alguns intelectuais da cidade e até o livro *Itajaí de Ontem e de Hoje*, de Afonso Luiz da Silva, funcionário da Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí que funcionou como um marco divisor de águas nessa disputa político-histórica a respeito da fundação da cidade.

A semente da dúvida, posta por José Ferreira e seus seguidores, deixava uma década de história do Município perdida. Uma lacuna aguardando pesquisadores dispostos a responder inúmeros questionamentos a respeito desse período. O fato de sugerir que melhor seria considerar o Cel. Agostinho Alves Ramos, comerciante e político local, como fundador da cidade causou um rebuliço no meio político e intelectual no final da década de 60 e início dos anos 70. No seu questionamento José Ferreira assinala que há documentos comprovando a existência de moradores às margens do Rio Itajaí desde 1658, citando a família de João Dias de Arzão, que teria se estabelecido na localidade ainda hoje denominada Barra do Rio, perto da Foz do Rio de Itajaí. Outros moradores são citados como: Alexandre de Azevedo Leão Coutinho, Sylvestre Nunes Leal Correa e José Correia de Negreiros. Por essa lógica de Ferreira então o fundador deveria ser Dias de Arzão ou Leão Coutinho e não Drummond ou Agostinho.

Em razão deste primeiro argumento constata que Drummond não poderia ser o fundador da cidade. Este argumento parece irrelevante. A outra razão para desconstruir Drummond como o fundador de Itajaí, estaria na justificativa, pela qual entende este polêmico historiador,





de que Drummond teria se fixado no rio Itajaí-Mirim, portanto em Brusque, e não no Itajaí-Açu, na região onde ainda hoje está edificada a velha Igreja do Santíssimo Sacramento, antiga Matriz, e sede do Curato, que teria dado origem ao marco zero do Município.

Ferreira da Silva nasceu em Tijucas, foi jornalista, político, historiador e escritor brasileiro. Foi Prefeito de Blumenau no período de 1938 a 1941. Segundo Moraes Jr, um “autor dos mais polêmicos, amiúde, promovia verdadeiras pelepas pela imprensa, o que o fez odiado e temido por muitos.”

A sua amizade com Marcos Konder, segundo consta, teria ficado estremecida pela sua insistente peleja pela imprensa no sentido de desconstituir o que considerava um grande equívoco: a defesa de Drummond como fundador da cidade. E prossegue o historiador elencando que a razão de sua vinda teria sido um pretexto para afastá-lo da Corte, onde se tornara um elemento suspeito, acusado de ser pedreiro-livre. Para dar cumprimento à missão e aos gastos patrocinados pela Corte de D. João VI, Drummond explorou o litoral e o Rio Itajaí, estabeleceu um engenho de serra e deu início à construção de um barco, batizado com o nome de São Domingos Lourenço, que após sua conclusão partiu em direção ao Rio de Janeiro levando madeira e cereais.

Parece cristalino que esse documento comprova a missão oficial designada pela Corte para Drummond: “colonizar um povoado que deu origem à futura cidade de Itajaí.”⁴ Se não houve continuidade do projeto sob a coordenação do mesmo homem isso não deslustra a sua figura, nem lhe tiraria o mérito de ser considerado um dos fundadores da cidade.

Até a década de 70 foi discutido e polemizado por jornalistas, historiadores, articulistas do *Jornal do Povo* e outros periódicos, acendendo uma disputa entre os partidários de um e outro nome capaz de ser reverenciado como fundador da cidade. O assunto acabou sendo politizado e a Prefeitura preferiu festejar a data da emancipação política do Município, decretando feriado municipal o dia 15 de junho e não mais festejando a data de 12 de outubro, preconizada por Marcos Konder como fundação da cidade.

Para dar suporte à sua afirmação, o autor dos *Blumenau em Cadernos* cita o Major Manoel Joaquim e o Major Almeida Coelho, historiador, autor da *História da Província de Santa Catarina*, pinçando alguns trechos que ofendem a integridade moral de Drummond. Esse autor tenta desqualificar o fundador de Itajaí, afirmando que este teria circulado um ano por essa região, iludindo o Ministro Villanova Portugal, sem deixar vestígios de colônia. Almeida teria sido um desafeto de Drummond que, por conta de relacionamento político divergente deste, quando entrou na capital da província, sob o olhar suspeito de atividades subversivas, viu-se sob severa vigilância do governador da Província, o Cel. João Vieira de Tovar.

Mesmo criticando o comportamento de Drummond, esse autor confirma que este veio da Corte do Rio de Janeiro encarregado de fundação de uma colônia no Rio Itajaí. José

4DA SILVA, J. F. A Colonização do Valle do Itajahy: notas para a história do povoamento e cultura do Valle do maior rio do litoral catharinense. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Pág.07-18. In: FLORIANO, M. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador, textos compilados. Volume I. Itajaí, 2013.



Ferreira da Silva também ratifica, num de seus textos, a presença do jovem diplomata por essas paragens, bem como a sua missão: “Pode-se, por conseguinte, enquanto outros elementos mais seguros não aparecerem, afirmar que, com Vasconcellos Drummond começou, em 1820, a efectiva colonização do Itajahy.”⁵ (grifo nosso).

O reconhecimento de que este começou a efetiva colonização de Itajaí é um passo importante para considerá-lo um dos primeiros vultos históricos da cidade e resgatá-lo do esquecimento imerecido. Drummond aportou em Itajaí por volta do ano de 1820, trazendo sob sua liderança uns poucos homens da província, 12 homens portugueses do 12º Batalhão⁶, que não eram imigrantes, mas gente da terra referidos como “*colonos militares*”, e este fato nem os seus opositores ousam questionar.

Magru Floriano, historiador, professor da Univali durante vários anos e estudioso da história local, estabeleceu cinco períodos formadores da historiografia do município de Itajaí. O período nativo, o período de ocupação espontânea, o período de ocupação colonial e o período identificado como período metropolitano.

A nós interessa refletir sobre o período colonial, subdividido pelo autor em suas subfases. A primeira, designada como sistema misto, traz como marco inicial a vinda de Drummond para a região. Sistema misto, segundo Magru, porque Drummond tinha uma dupla missão: fundar um povoado e explorar ouro e pedras preciosas no que chama de “lendário” Monte Tayó. Drummond “abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de Santa Catarina.”

Magru relata o trabalho de Agostinho Ramos, mas sem desmerecer seus méritos, e arremata com sua percepção a respeito do fundador da cidade “que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcellos de Drummond.” (grifo nosso).

Numa linha parecida com Magru Floriano, Ivan Serpa no artigo *Um jovem diplomata e a colônia que deu certo*, depois de tecer considerações sobre os argumentos e controvérsias a respeito da fundação da cidade, concluiu “que se for considerado o desenvolvimento urbano a figura do fundador recairá sobre Agostinho Alves Ramos, porém se o critério adotado for de quem chegou primeiro e tentou estabelecer um colônia, o fundador seria Drummond.” (grifo nosso).

O que caracteriza a fundação de uma cidade? Seriam registros históricos, seriam fatos políticos, culturais ou míticos? Os fundadores seriam os primeiros moradores? Ou seria alguém designado pela Coroa para o povoamento da região? Drummond, ou alguém que se fixou espontaneamente na cidade para exercer o comércio e se destacou na vida política local? A fundação de Itajaí foi ato de governo, portanto, ato político, autorizado e financiado pelo governo Imperial. A definição do fato fundacional incorpora um gesto/ato histórico-político.

Esse fato inequívoco autorizaria que se concedesse ao Diplomata, jornalista e maçom, Vasconcellos de Drummond, o pioneirismo na tentativa inicial de povoamento da cidade,

5 FLORIANO, M. Uma cidade em busca de seu fundador. Apud pg. 27.

6 Itajaí de Ontem e de Hoje. Afonso Luiz da Silva, citando Max Fleius na sua História Administrativa.



mesmo que não tenha permanecido aqui por muito tempo. Pelo menos cabe-lhe o mérito e a justiça de ser o agente iniciador do processo de colonização da cidade. Por algumas décadas este diplomata, amigo de D. Pedro I e José Bonifácio, foi considerado fundador de Itajaí. A repercussão do questionamento de Ferreira da Silva aflorou bem mais tarde.

O mérito pelo início da povoação de Itajaí cabe a Drummond, embora ele não tenha sido o primeiro habitante da região, mas chegou aqui com o ânimo e missão de fundar um povoado, autorizado e financiado pela Coroa, e mesmo não concluindo sua obra, porque a Pátria maior o chamara, este fato não desmerece nem desqualifica a sua missão. Drummond retornou ao Rio de Janeiro para cumprir um papel de destaque no movimento que culminou na Independência do Brasil, dois anos mais tarde.

Agostinho Alves Ramos, fixando-se no povoado com ânimo definitivo, foi um dos personagens políticos mais importantes no processo de organização administrativa e, posteriormente, de emancipação política do município, podendo-se afirmar continuador da obra inacabada de Drummond. Agostinho e sua esposa, Ana Maria Rita, residiam na capital da Província e decidiram transferir domicílio para Itajaí por volta de 1823, antevendo oportunidade de negócios na área comercial. Não tiveram filhos e suas vidas foram inteiramente dedicadas ao trabalho e à política. A sua liderança na região o fez chefe político respeitável e influente. Integrou a Guarda do Batalhão de Infantaria de Porto Belo, recebendo a patente de Ten. Coronel em 02 de outubro de 1840. Elegeu-se Deputado à Assembleia Provincial por várias legislaturas. Um personagem da história, cuja participação nos principais eventos e fatos políticos da região, entre 1823 até 1850, teve o seu concurso. A criação do curato, a freguesia, a vinda do Frei Agote, a criação da Paróquia do Santíssimo Sacramento, a melhoria do porto e as ações administrativas de grande importância para a cidade tiveram o concurso deste homem de larga visão, também esquecido na gaveta da história, por um lapso de tempo, até a polêmica drummondiana.

O autor da grande *Pequena História de Itajaí*, foi beber na fonte de José Ferreira da Silva, reproduzindo o relato de Costa Rodrigues, biógrafo e testemunha dos últimos momentos de Agostinho, trazendo à lume um episódio lamentável e pouco conhecido sobre o falecimento deste.

Não havia nada em casa, relatou e acusou o biógrafo; apenas a marquesa na saleta onde estava o cadáver e um caixão velho, com alguns papéis oficiais e alguns livros velhos, que foram de Frei Pedro. As próprias medalhas desapareceram e ele foi sepultado sem elas. O Major João Correia Rebelo, que exercia cargo de Juiz municipal, e seu escrivão, o Major Antônio Ramos Martins, com uma catrefada de Porto Belo, não se demoraram, comparecendo logo. Fizeram queimar quantos papéis descobriam, arremataram a casa e algumas coisas de que tiveram notícias existirem em poder de algumas pessoas pobres e conscienciosas; foi, pois, o coronel Agostinho Alves enterrado como homem que nada possuía. Algumas pessoas, que eram pobres, se tornaram ricas...

Outra informação curiosa e interessante, relatada por D'Ávila, ocorreu poucos anos antes. Já com a saúde abalada, Agostinho vendera grande parte de suas propriedades para o Dr. Hermann Blumenau e seu sócio, Fernando Hackrad, cujo objetivo era dar suporte



logístico para a colônia que seria brevemente fundada. E esse dinheiro não se teve notícia após o seu falecimento.

O último parágrafo do capítulo dedicado a este comerciante de larga visão, no dizer do historiador itajaense, um desabafo dolorido: “Aliás, a cupidez dos agentes públicos e a queima de todos os documentos deixados por Agostinho Alves Ramos, devem ser a explicação para o apagamento de sua memória por um século.”

VASCONCELLOS DE DRUMMOND ERA MAÇOM?

A primeira constatação relevante é sobre a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, sob a decisiva influência da Maçonaria, que se prolongou durante todo o ciclo histórico do reinado de D. Pedro I e D. Pedro II, culminando com a Proclamação da República. A historiografia maçônica e não-maçônica é pródiga em informações a esse respeito. As 19 atas do ano de 1822 do Grande Oriente do Brasil e as *Anotações de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond* constituem um repositório inestimável de informações a respeito dos acontecimentos políticos daquele período e conseqüentemente dos anos anteriores.⁷

Relembrar a data de nascimento da maçonaria moderna em Londres (24 de junho de 1717), a expansão extraordinária na Europa e América, constitui um exercício fundamental indispensável ao entendimento de tudo o que se passou no Brasil e na América do Sul nos séculos XVIII e XIX. A independência dos EUA, Argentina, Venezuela, Peru, Brasil teve uma participação intensa e decisiva da Maçonaria.

Em 1733, em Portugal, surgem lojas em Lisboa, Porto, Coimbra e Funchal e alguns anos mais tarde o Papa Clemente XII faz publicar a Bula *In Eminentis* (1738), condenando a Maçonaria e colocando os maçons na mira do Tribunal da Inquisição. Não foi sem razão essa preocupação do Sumo Pontífice ao perceber a influência maçônica, sob a égide do iluminismo, espalhando-se em toda a Europa, provocando mudanças de comportamento e questionamento da ordem vigente. A Maçonaria era revolucionária e assustava reis, impérios e o próprio Vaticano. Mas como explicar o poder emanado de um pequeno grupo de homens senão a força revolucionária das ideias iluministas?

Em Pernambuco, talvez pela influência da invasão dos holandeses, desenvolveu-se um alto senso de patriotismo; e depois de Minas Gerais foi nessa província que explodiu o espírito da revolução emancipacionista da colônia, sob inspiração maçônica. O “Areópago de Itambé”, fundado por maçons com objetivo de propagar os ideais libertários (1796), constituiu-se na semente da Insurreição Pernambucana de 1817.

Como não estabelecer relações entre Maçonaria e quase tudo de importante que pontuou nos rincões desse Brasil desde fins do século XVIII? Nesse primeiro período do Brasil, Reino Unido de Portugal e Algarves, não havia partidos políticos como se conhece hoje. Havia movimentos que defendiam o *status quo* e a subordinação à Coroa Portuguesa, e

⁷CASTELLANI, J. CARVALHO, W. A. de. História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil. São Paulo: Madras Editora, 2009.



outros que pregavam a emancipação do Brasil. A Maçonaria atuou nesse período cumprindo um papel determinante na ausência de partidos e na impossibilidade de divulgar abertamente esses ideais sem as consequências de acusação de traição à Coroa Portuguesa.

A Maçonaria expandiu-se nos principais centros das províncias e contribuiu sobremaneira para a criação de uma nova identidade nacional e do conceito de brasilidade. Sua ação formadora de uma elite nacional era consubstanciada em valores e princípios que privilegiavam a ideia de brasilidade em contraposição à Portugal. O que significava ser brasileiro no século XVIII? Aos maçons deve a sociedade brasileira esse tributo da construção do conceito e do orgulho de ser brasileiro. Voltemos à Itajaí na década de 1820.

Consta que Vasconcellos de Drummond teria sido maçom. Contudo, ele sempre negou essa condição, embora tenha sido acusado várias vezes de pertencer à Maçonaria. Nas anotações a sua biografia afirma: “No que se refere a 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre por José Correia, pai do atual visconde de Seixal, atual ministro de Portugal em Bruxelas, e eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro-livre!”⁸

Naquela época, os pedreiros-livres eram considerados foras da lei, isto é, criminosos perigosos que conspiravam contra a Coroa Portuguesa, pretendendo a independência do Brasil. Sua ligação com José Bonifácio de Andrada e Silva e sua pregação pela independência reforçam essas suspeitas, nunca confirmadas pelo próprio Drummond. Também havia uma Bula Papal que autorizava a ação da Igreja contra os maçons, através dos tribunais da Inquisição. Portanto, ser maçom naquela época era perigoso e ninguém se atreveria a declarar essa condição.

Drummond teve participação ativa nos atos que culminaram com o Dia do Fico, movimento de inspiração maçônica destinado a manter D. Pedro I no Brasil.

A sua vinda para Santa Catarina fora em razão de recomendação de seu protetor e amigo da família, Thomaz Antônio de Villanova Portugal, poderoso Ministro da Corte de D. João VI, que desejava mantê-lo afastado do Rio de Janeiro até que as “coisas” esfriassem. Essas coisas teriam sido a denúncia de que Drummond era pedreiro-livre e, portanto, tramava contra Portugal.

Os registros históricos apontam que desde 1796 (data de fundação) atuava uma organização, Areópago de Itambé que, embora não pudesse ser considerada uma Loja Maçônica, no sentido *strictu senso*, a maioria de seus integrantes era maçom e foi responsável pela propagação dos ideais iluministas e republicanos “independentistas” no Brasil Colônia. Há abundante citação dessa associação, sua influência política e muitos autores citam o Areópago de Itambé como precursor da maçonaria brasileira.

Há documentos que mencionam, em 1797, a existência da Loja Cavaleiro da Luz, na povoação da Barra de Bahia. Em Niterói, foi fundada a Loja União em 1800. Há registros de criação na Bahia, por volta de 1802, da Loja Virtude e Razão e, pouco tempo depois, em 1804, a fundação das Lojas Constância e Filantropia.

8 Anotações de Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond a sua biografia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*. In: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Págs.59-68



A propagação dos ideais libertários dos maçons provocou uma reação do Conde dos Arcos e o fechamento das Lojas Constância e Filantropia. A presença da Maçonaria em Pernambuco pode ser constatada pela Loja Regeneração, fundada em 1809. E assim a expansão da maçonaria pode ser constatada pela fundação de Lojas nos anos seguintes: 1812 a Loja Distintiva, em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói); em 1803 a Loja União, na Bahia; em 1815 fundou-se a Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro, marco inicial do futuro Grande Oriente, instalado oficialmente em 17 de junho de 1822, com a união desta Loja e da Esperança de Niterói e da União e Tranquilidade.

A delação de Vasconcellos de Drummond como pedreiro-livre ocorreu pouco depois da expedição do Alvará de 30 de março de 1818, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, provocando a suspensão dos trabalhos maçônicos. Os maçons eram considerados perigosos e os suspeitos eram severamente vigiados pela polícia secreta porque tramavam contra a Coroa Portuguesa e pregavam a independência do Brasil.

Na obra *Anotações de Vasconcellos de Drummond*, publicadas pelo Senado Federal, pinçamos este texto esclarecedor.

As referências sobre a maçonaria e suas implicações na vida de Vasconcellos de Drummond começam na nota 4 quando ele é acusado injustamente pelas tricas e futricas políticas da época pelo crime de ser “pedreiro-livre” em pleno 1817. Ano fatídico não só pela Revolução Pernambucana como pela revolta de Gomes Freire em Portugal, ambas de conteúdo nitidamente maçônico. Como essas acusações causaram forte abalo no ânimo do ministro Thomaz Antônio Portugal, viu-se na contingência de ou ir para Londres ou Santa Catarina. Nas palavras de Drummond “como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença” (pág. 44). A nota 5 também relata as intrigas e calúnias feitas junto a D. Maria II e a D. Pedro I.

A riqueza de detalhes sobre essa fase da história do Brasil não deixa a menor dúvida de que Drummond conhecia os meandros da Corte, as articulações políticas e o papel da maçonaria engajada no movimento emancipador. Se não fosse maçom, não teria informações privilegiadas sobre os maçons, suas atividades e seus filiados. Prosseguindo:

A mesma nota 16 faz várias referências à maçonaria. A primeira menciona o desejo do Príncipe de pertencer à agremiação que estava destinada a agir como um partido político, reorganizada por José Bonifácio, e a criação de um Grande Oriente Brasileiro que teve o velho Andrada como primeiro grão-mestre (pág. 86).

Bonifácio preferia que D. Pedro ficasse no Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, entidade secreta instalada a 02 de junho de 1822, tendo como seu chefe supremo o próprio Príncipe Regente. Pouco se tem falado nessa entidade, cuja semelhança com a organização maçônica Carbonária italiana é peculiar, lembrando que ela fora a precursora e o principal motor da unificação da Itália. Seus fundadores foram o Conde de Cavour, Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.



Os maçons, neste período decisivo do movimento pela independência, dividiam-se entre Apostolado e Grande Oriente, em razão das ideias conflitantes sobre o modelo de governo. O Apostolado, sob influência de Bonifácio, defendia uma monarquia constitucional sob a égide de D. Pedro I. O Grande Oriente preferia a república nos moldes do governo norte-americano, sob a liderança de Joaquim Gonçalves Ledo e seus seguidores. As rusgas entre os dois grupos, em dado momento, tornaram-se conflitantes e irreconciliáveis naquele período histórico.

Na introdução das *Anotações de Vasconcellos de Drummond*, William Almeida de Carvalho descreve as desavenças entre os grupos maçônicos rivais:

O fogoso Príncipe nos seus 24 anos incompletos teimou e acabou entrando para a maçonaria ajudado pelo grupo de José Clemente Pereira, juiz de fora e presidente do senado da Câmara, e de Gonçalves Ledo que tinha interesse em desestabilizar José Bonifácio. Antes de partir para São Paulo, em agosto de 1822, o grupo, aproveitando-se da ausência de José Bonifácio por problemas de saúde, revestiu o Príncipe de todos os graus maçônicos e o nomearam grão-mestre no lugar do velho Andrada. Esse grupo tentará por todos os meios afastar o Príncipe da influência de José Bonifácio. Só o conseguirá, mais tarde, “por efeito de uma desgraçada paixão amorosa que submeteu o coração do príncipe, gerou os acontecimentos que afligiram o Brasil, provocou a abdicação e fez da Monarquia um problema por algum tempo difícil de resolver” (pág. 92). Drummond ainda afirma que a ideia de conferir a D. Pedro o título de Imperador e não de Rei teria partido de José Bonifácio. Cita também a ironia com que o velho Andrada se referia ao título, pois não podia deixar de ser o de Imperador, porque o nosso povo já estava acostumado com o Imperador do Espírito Santo nas festas de cunho religioso da época.

Drummond não aceita, inicialmente, o convite do Príncipe Regente para ingressar no Grande Oriente do Brasil porque já participava do Apostolado, grupo liderado por José Bonifácio. Este convite é revelador da amizade que D. Pedro nutria por ele. Quando as relações entre o Príncipe Regente e José Bonifácio ficaram estremecidas, quem fazia a ponte, a interlocução entre ambos, era nada mais, nada menos, do que Drummond.

Quando de sua volta de São Paulo, em conversa com Drummond, o Imperador, entusiasmado pelo seu ingresso na maçonaria, propôs ao mesmo que participasse da referida corporação e ele mesmo encarregar-se-ia de encaminhar a proposta. Drummond explicou-lhe que pelas antigas acusações de ter pertencido à maçonaria, jurara nunca ingressar na referida sociedade, mas aceitava em participar do Apostolado. (*Anotações de Vasconcellos de Drummond*, pág. 95).

Drummond recusara o convite do Imperador porque, naquele momento, participava do grupo de Bonifácio e era filiado ao Apostolado, que era uma maçonaria com nome mais palatável.

Quando Bonifácio caiu em desgraça, depois da dissolução da Constituinte, e foi exilado na Europa, Drummond seguiu o mesmo caminho. Na carta subscrita pelo escritor



Hermógenes Viana e endereçada ao Arnaldo Brandão⁹, que indagava sobre a existência de algum documento que comprovasse a sua condição de fundador da cidade de Itajaí, encontramos essa preciosidade: “Quando José Bonifácio foi preso para ser deportado, perguntou ao General Moraes se faltavam alguns presos e o General respondeu: ‘O único que falta e por quem espero da minha lista é o Sr. Drummond, redator do *Tamoyo*’”.¹⁰

Drummond integrava um grupo seleto de amigos do Patriarca da Independência, o primeiro Grão-Mestre e um dos fundadores do Grande Oriente do Brasil e do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. Relata, em um de seus artigos, que Bonifácio teria recusado o título de Marquês de Santa Cruz e a Ordem do Cruzeiro no grau máximo e teria dito ao Imperador que apenas mandasse lavrar na lousa do seu túmulo dois versos do poeta português Antônio Ferreira (FONSECA, 1966 p.60):

“Eu desta glória só fico contente

Que a minha terra amei, e a minha gente.”

Segundo o maçom William Almeida de Carvalho¹¹, as *Anotações de Vasconcellos de Drummond à Sua Biografia* “devem ser consideradas a carta de alforria do Brasil emancipado, o nascimento do Brasil independente e o papel da maçonaria, que estão devidamente imbricados nas suas Anotações, um documento fundamental para se entender ambos.” O Senado Federal publicou *Anotações de Vasconcellos de Drummond* por considerar um material precioso sobre a independência e a participação da maçonaria, como instituição, nesse processo. É o resgate histórico de um personagem de primeira grandeza na proclamação da Independência do Brasil e que teve, durante um curto período de sua vida, pouco mais de um ano, sua história entrelaçada à história da fundação do povoado do Santíssimo Sacramento que viria a ser, futuramente, a cidade de Itajaí.

A segunda hipótese pode ser comprovada em documentos e na literatura maçônica¹². Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond foi, efetivamente, maçom, mesmo que tenha negado essa condição em sua biografia por razões pessoais óbvias. A denúncia de que era pedreiro-livre quase custou seu emprego de Contador da Chancelaria da Corte, depois precisou se afastar do Rio de Janeiro com missão de fundar um povoado na região compreendida pelo Município de Itajaí, participou ativamente do movimento maçônico de caráter liberal conhecido como Inconfidência Pernambucana, fundou, com José Bonifácio, o jornal *O Tamoyo*, que fazia apologia da independência do Brasil e, por fim, foi exilado. A legislação denominada Alvará Régio proibia o funcionamento de Lojas Maçônicas. Em nosso território, a Igreja Católica proibia os católicos de se filiarem à maçonaria. Por que, nessas circunstâncias, Drummond se revelaria maçom?

9 FLORIANO, M. Itajaí: Uma cidade em busca de seu fundador. Itajaí: Brisa Utópica, 2013.

10 SILVA, José Bonifácio de Andrada. o Patriarca da Independência. Série 5ªBrasiliiana, vol.166, BÍB. Pedagógica Brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

11 Monografias Maçônicas. Ven.Ir. William Almeida de Carvalho 33.AS ANOTAÇÕES DE VASCONCELOS DE DRUMMOND.

12 CASTELLANI, J. CARVALHO, W. A. de. História do Grande Oriente de Itajaí, A Maçonaria na História do Brasil. São Paulo: GOB\MADRAS.



A amizade entre D. Pedro I, José Bonifácio e Vasconcellos de Drummond é referenciada na obra de Gondin da Fonseca, *A Vida de José Bonifácio, Nacionalista, Republicana, Homem de Esquerda*, autor que fundamentou sua obra em boa parte bebendo informações preciosas nos Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro. Um dos trechos merece transcrição: “José Bonifácio aumentou de tal sorte a amizade que me tinha que, até ao último instante da sua vida me deu disso as mais exuberantes provas. Eu era o seu melhor amigo”. (p. 115.)

A obra *História do Grande Oriente do Brasil* contempla uma riqueza de relatos sobre a maçonaria na História do Brasil e, na página 47, em notas de rodapé, menciona fatos relacionados a vários jornais da época, dentre os quais o *Tamoyo*, citando o nome de Drummond como maçom e emissário da maçonaria nas províncias da Bahia e Pernambuco.

O *Tamoyo*, com feição mais moderna, com colunas – que os outros não tinham – e melhor paginação redigido por ele (Bonifácio), e por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, deputado e maçom, além de emissário da Maçonaria nas províncias da Bahia e de Pernambuco.

A publicação do Senado Federal veio em boa hora resgatar um conteúdo esquecido da História do Brasil a respeito do papel da maçonaria no movimento de independência de 1822. As *Anotações* de Vasconcellos de Drummond constituem, no dizer de Willian Almeida de Carvalho, “uma verdadeira carta de alforria do Brasil emancipado. O nascimento do Brasil independente e o papel da maçonaria estão devidamente imbricados nas suas *Anotações*, um documento fundamental para se entender ambos.” Este autor é maçom e escreveu a introdução da obra publicada pelo Senado, *Anotações de Vasconcellos de Drummond*. Além de uma vasta produção literária de envergadura, publicou, em parceria com José Castellani, o livro referência sobre o nascimento da maçonaria no Brasil, *História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na História do Brasil*, obra indispensável para se compreender o nascimento do Brasil como nação independente.

RELAÇÃO ENTRE MAÇONARIA E HISTÓRIA DE ITAJAÍ

A hipótese da existência de relação entre maçonaria, maçons e a história de Itajaí, objeto desta pesquisa, pode ser confirmada, sim. Há um nexo de causalidade entre pessoas e fatos relacionados desde a primeira tentativa de fundação de uma colônia em Itajaí, por ordem da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (D. João VI), até os dias atuais. Pessoas como Drummond e José Bonifácio (maçons), fatos como o movimento pela independência do Brasil, interrelacionados à influência da maçonaria, nos levam a acreditar, sim, que há uma relação entre maçons e história de Itajaí desde o início de sua fundação.

A confirmação da segunda hipótese, de que Drummond era realmente maçom, amigo e cúmplice de José Bonifácio na luta pela independência, não deixa margem a dúvida que, desde o início da fundação de Itajaí, houve uma relação direta entre a maçonaria e a história do Município.

Entre a gênese do povoado até o aparecimento da primeira loja maçônica em Itajaí não há registro de maçons na cidade, porém, na província, começam a surgir as primeiras lojas maçônicas em várias localidades.



A primeira Loja Maçônica fundada na cidade data de 1911, denominada Loja Acácia Itajaiense e, dentre seus filiados, desde a fundação, encontram-se lideranças políticas e empresariais. Há, sim, evidências do relacionamento dos maçons não só com a história de Itajaí, mas com a história do Brasil e a história das províncias e dos seus municípios. Essa relação está presente desde o início do processo de colonização, principalmente do século XIX em diante. Há que se resgatar, nas atas das Lojas Maçônicas, as informações comprobatórias da influência dos maçons no processo de desenvolvimento das cidades catarinenses.

As primeiras Lojas Maçônicas no Estado foram criadas em Joinville, Blumenau, Desterro e, mais adiante, em Itajaí. Dr. Hermann Blumenau, fundador da cidade mais alemã do Vale do Itajaí, era maçom e seu nome está vinculado ao surgimento da Comunidade Maçônica Blumenauense, em 1870, marco inicial da futura Loja Palmeira da Paz, fundada em 1885. Blumenau não foi pioneira na fundação de lojas maçônicas, há registro da fundação da Loja Concorrência em Florianópolis, por Jerônimo Coelho, e em Joinville a Loja À Amizade Alemã e a Loja Maçônica Ao Cruzeiro do Sul. Funda-se, em Lages, a Loja Luz Serrana, por volta de 1886 (MELO, 1997). Osvaldo Ferreira de Melo, Professor da UFSC, Doutor em Ciências Jurídicas, maçom, publicou *A maçonaria catarinense no período imperial*, resgatando o aparecimento das primeiras lojas na província no período imperial de 1822 – 1889.

A Loja Acácia Itajaiense teve como fundadores a seguinte nominada: Adolpho Walter da Silva Schiefler, 24 anos, profissão maquinista, iniciado em Laguna, SC; Alcibíades Rotoli, nacionalidade italiana, 53 anos, médico, iniciado em Palmas no Paraná, em 26 de abril de 1902; Alexandre Justino Régis, brasileiro, 63 anos, funcionário público, iniciado em São Francisco do Sul, SC; Alois Fleischmann, nacionalidade austríaca, 41 anos, comerciante, iniciado em Curitiba, PR; Américo Silveira Nunes, brasileiro, 33 anos, magistrado, iniciado em Campos Novos, SC; Antônio Lopes de Mesquita, brasileiro, 57 anos, agrimensor, iniciado em Florianópolis, SC; Castor Cezar Urias, nacionalidade espanhola, 61 anos, maquinista, iniciado em Santos, SP; Joaquim Mariano Ferreira Jr., brasileiro, 32 anos, funcionário público, administrador da alfândega, iniciado em Campo Largo, PR; José Felipe Geraldo, nacionalidade italiana, 71 anos, comerciante, iniciado em Florianópolis, SC; Max José Schumann, nacionalidade alemã, engenheiro, iniciado em Jaguari, RS.

Chama atenção o fato dos dez fundadores da primeira loja maçônica ser constituído por cinco imigrantes de nacionalidades distintas: dois italianos, um austríaco, um espanhol e um alemão. Dos três participantes deste grupo com formação universitária, dois eram imigrantes: o médico italiano e o engenheiro alemão, e um era brasileiro. Para o primeiro malhete da Loja Venerável Mestre fora eleito Juiz de Direito da Comarca, Américo Silveira Nunes. Os portadores de curso superior constituíam uma elite intelectual privilegiada naquele início do século XX.

Outro aspecto curioso e merecedor de atenção é a origem da iniciação dos participantes fundadores da primeira loja nas cidades de Laguna, Florianópolis e São Francisco do Sul, em Santa Catarina; Curitiba, Palmas e Campo Largo, no Paraná; e outro em Jaguari no Rio Grande do Sul, cidades em que já haviam lojas maçônicas em funcionamento.



Juventino Linhares menciona no seu *O que a Memória Guardou* (p.171), livro das crônicas publicadas em jornais durante várias décadas, o ano de fundação da Loja Maçônica na cidade, tributando a Joaquim Mariano o mérito de ter sido um dos seus organizadores. Mariano era funcionário público e administrador da alfândega.

No ano de 2021 a Acácia Itajaíense completou 110 anos de fundação e, ao longo de sua trajetória, seus participantes tiveram influência e participação ativa na vida política e administrativa da cidade e do Estado de Santa Catarina. Alguns nomes citados abaixo falam, por si só, da importância dos maçons, das suas lideranças e influências no desenvolvimento da cidade. Nomes como Adolfo Konder, Américo Meinicke, Antônio Souza Cunha, Ary Mascarenhas Passos, Eduardo Teixeira, Egon Müller, Egon Schaurfert, Francisco de Paulo Seára, Gaspar da Costa Moraes, João Angelino Júnior, Joaquim Fernandes, Jorge Tzachel, José Eugênio Müller, Miguel Kuninfas, Rodolfo Bosco, Samuel Heusi Jr., Umbelino de Brito, Lauro Mussi, Lauro Severiano Müller e Victor Konder.

Em 1978 funda-se a segunda loja na cidade, denominada A.R.L. Simbólica Flor da Acácia, e tem início um processo de democratização de acesso à maçonaria, quebrando-se a exclusividade, o monopólio de acesso à Sublime Ordem no município. A composição dos fundadores revela o grau de desenvolvimento cultural e educacional da cidade, sendo que a maioria dos participantes possuía formação de nível superior e um grande número é oriundo da área da saúde. Foram fundadores os seguintes nomes: Altamiro de Oliveira Souza, cirurgião-dentista; Alpheo Passerino, bioquímico; Sebastião Fazzolari, médico veterinário; Humberto Lyra, médico; Elmo Sperharcke, agrimensor; Luiz Augusto Machado, militar; Luiz Fernandes, funcionário público; Wigando Fischer e Ademar José da Silva, comerciantes.¹³

Depois de cento e dez anos de fundação, a maçonaria multiplicou o número de lojas na cidade. Hoje há, aproximadamente, vinte lojas, distribuídas em cinco Obediências distintas da Maçonaria. Obediência ou Potência Maçônica é uma entidade que congrega lojas maçônicas filiadas e possuem gestão própria e independente entre si. As Obediências que mantêm lojas filiadas na cidade são o Grande Oriente do Brasil – GOB, as Grandes Lojas – GL, e o GOSC, (Oriente Independente), que mantêm entre si tratados de amizade e cooperação mútua.

O Grande Oriente do Brasil é a Obediência mais antiga no País, com sede em Brasília, e possui seis Lojas na cidade, sendo que a mais antiga é a A.R.L.S. Flor da Acácia, criada em 1978. Tem ainda as lojas simbólicas Ordem e Progresso, Atalaia, Barão de Montesquieu e Estrela Mística. O GOB é uma federação nacional de lojas maçônicas.

A Grande Loja de Santa Catarina, Obediência nascida de uma dissidência do Grande Oriente do Brasil, com sede em Florianópolis, é constituída pelas seguintes lojas simbólicas filiadas na cidade: Acácia Itajaíense I (a mais antiga, fundada em 1911), Acácia Itajaíense, número 100, a Loja Harmonia e a Fraternidade Itajaíense.

O Grande Oriente de Santa Catarina – GOSC – com sede em Florianópolis, possui cinco lojas simbólicas filiadas no município: Luz do Oriente, Ciência e Liberdade, Jacques de Molay, Harmonia e Perseverança e Monteiro Lobato.

¹³ Fonte: Arquivo pessoal de Altamiro de Oliveira Souza.



As outras duas Obediências não são reconhecidas pelas Obediências tradicionais, porque admitem a iniciação de mulheres. Para a maçonaria ortodoxa e conservadora, esse fato contraria um dos Landmarks da Maçonaria Especulativa, cultivados pelos maçons desde o século XVIII.

A GLADA – Grande Loja Arquiteto de Aquário – é uma Obediência mista que admite a iniciação de homens e mulheres e mantém filiadas duas Oficinas em Itajaí, a A.R.L.S. Mirach e a A.R.L.S. Academia, funcionando em Templo próprio no Bairro da Ressacada. A GLADA tem sede em São Paulo- SP.

A outra Obediência Maçônica, criada em 2010, é a GLUSC – Grande Loja Unida de Santa Catarina, criada em Itajaí por um grupo dissidente da GLADA, e possui três lojas filiadas na cidade que funcionam no Complexo Maçônico José Barbosa Machado, construído em Itaipava. Neste local há um templo maçônico fechado para as sessões ritualísticas normais e um templo maçônico ao ar livre para sessões públicas e festivas, constituindo-se em atração turística para os maçons que visitam a cidade. Funcionam três lojas maçônicas neste complexo: as lojas simbólicas Luz de Gaia, a Pendulus e a Universia. Ainda possui outras duas, as lojas simbólicas Sirius e Arturus, respectivamente em Chapecó/SC e Pato Branco/PR.

As lojas maçônicas constituem um celeiro de lideranças que desenvolvem ações políticas, sociais e filantrópicas nas cidades, contribuindo com o seu desenvolvimento e influenciando o curso da história. O expressivo número de lojas e maçons revela a pujança do movimento e a sua expansão nas últimas décadas no município de Itajaí.

BIBLIOGRAFIA

D´Avila\Anuário de Itajaí\2011, pg.105.

A Pequena Pátria. (discursos e conferências). Marcos Konder. São Paulo, Melhoramentos.1923.

Esta data teria sido escolhida por Marcos Konder em homenagem a D. Pedro I. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. Brisa Utópica, Magru Floriano/2013. Texto 38. In Documentos para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo, 31 de julho de 1971, p.192/199.

A Colonização do Valle do Itajahy(notas para a história do povoamento e cultura do Valle do maior rio do litoral catharinense. José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau,1932. Pág.07-18. In Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador, textos compilados Volume I, Magru Floriano. Itajaí, 2013.

Apud pag.27, Uma cidade em busca de seu fundador, Magru Floriano.

Itajaí de Ontem e de Hoje. Afonso Luiz da Silva, citando Max Fleius na sua História Administrativa.

História do Grande Oriente do Brasil/A Maçonaria na História do BRASIL. José Castellani e William Almeida de Carvalho. /Madrás Editora, São Paulo. 2009.

Anotações de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond a sua biografia publicada em 1836 na Biographie Universelle et Portative des Contemporains. In.Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Págs.59-68.

Itajaí: Uma cidade em busca de seu fundador. Magru Floriano. Brisa Utópica, Itajaí. 2013.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. o Patriarca da Independência.Séria 5ª Brasileira, vol.166,Bib.Pedagógica Brasileira.Editora Nacional,São Paulo.1939.

Monografias Maçônicas. Ven.Ir. William Almeida de Carvalho33.AS ANOTAÇÕES DE VASCONCELOS DE DRUMOND.

História do Grande Oriente de Itajaí, A Maçonaria na História do Brasil. José Castellani e William Almeida de Carvalho.Publicação GOB\MADRAS, São Paulo.

N. I

O TAMOYO.

TERÇA FEIRA 12 DE AGOSTO DE 1823.

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique ;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.

Segundo as relações de todos os Viajantes Nacionais ou Estrangeiros o vasto Continente Brasilico era, ao tempo da sua descoberta, habitado por pequenas Tribus ou Nações que vivendo concentradas em densas, e magestosas matas, ou derramadas por huma extensa campira, não tinham outras necessidades senão as da natureza. O mar, os rios, e lagoas, de que estavam cercadas, bem como os seus immensos bosques forneciam-lhes por meio da caça ou da pesca o necessario sustento. A sua agricultura por extremo acanhada limitava-se quando muito a certos grãos, e raizes, que reduzião a farinha, ou de que extraíão o succo para as suas bebidas. As suas cazas consistião em pequenas choupanas armadas sobre esteios, e cobertas de folhas, ou de palmas, e duravaõ tanto, quanto o rigor da estação ou a necessidade de existirem no mesmo terreno. As suas instituições sociaes participavão da instabilidade da sua vida, e da simplicidade de suas precizões; unidos quando convinha resistir ao inimigo commum, e não conhecendo o direito da propriedade não reconhecião tãobem entre si outra distincção, se não a que nascia do valor ou da experiencia; e essa mesma só durava nas crises, em que era mister fazer uso de taes qualidades; fora disso todas erão igualmente livres. todas independentes; e a convicção intima da sua liberdade era tão forte nelles, que muitos preferião a morte á barbara escravidão Europeã.

Eis aqui o estado deste Paiz, e de seus primeiros habitantes, quando por uma casualidade veio aportar ás suas praias Pedro Alvares Cabral; recebido pelos innocentes indigenas com todas as mostras de prazer, e de amizade mandou cautelosamente examinar o terreno, e convencido da sua grandeza,

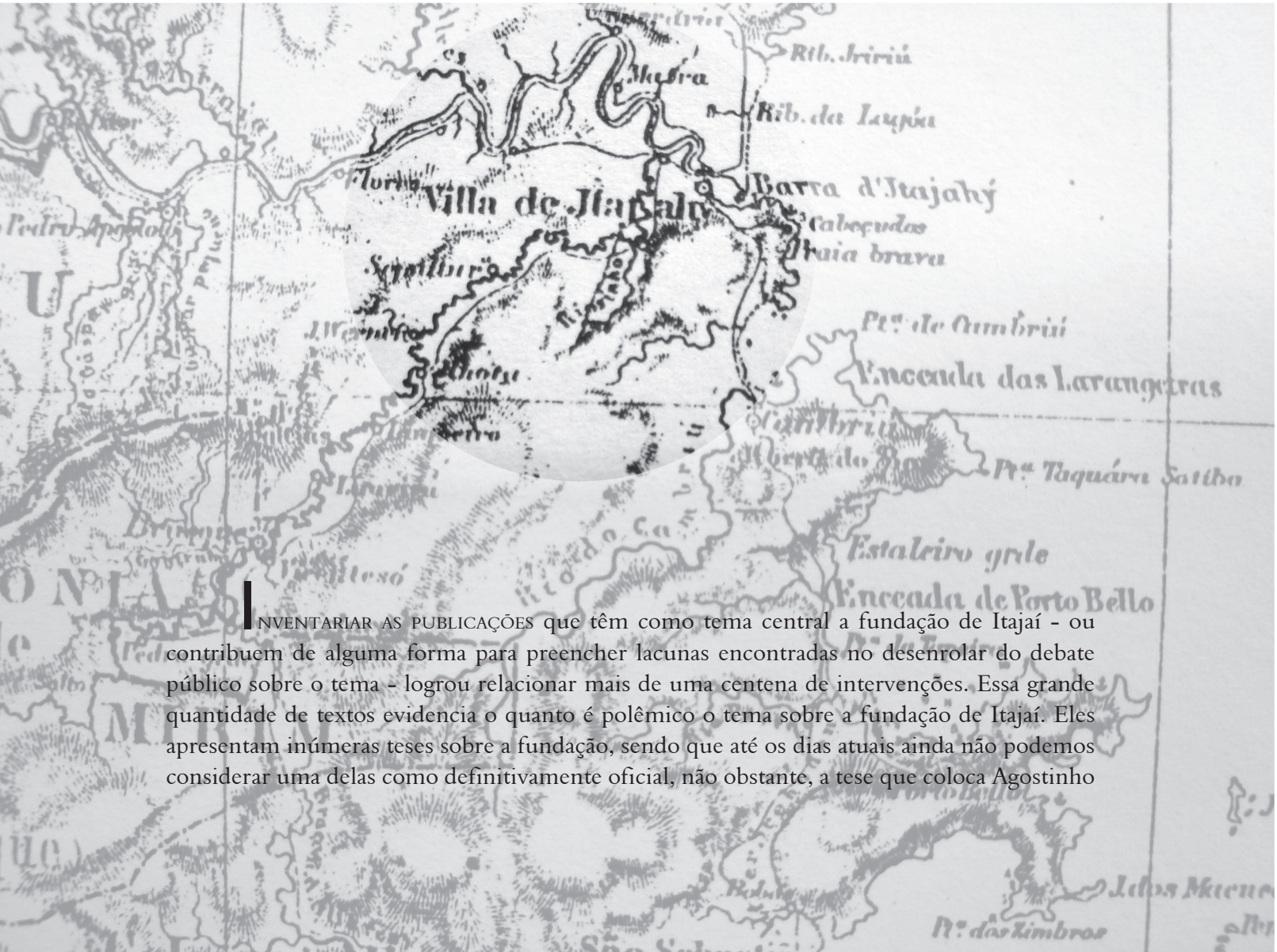
e importancia, deu-lhe o nome de Santa Cruz, (que depois se converteu no de Brasil,) e passou immediatamente a tomar posse d'elle para a Coroa de Portugal, para onde mandou a noticia da sua descoberta. Esta novidade certificada com a remessa de alguns dos fructos do Paiz, e de um dos seus habitantes despertou a curiosidade dos Reys Portuguezes. Por ordem delles, e debaixo dos seus auspícios partirão successivamente diferentes Esquadras a explorar as costas, rios, e enseadas do novo Continente, que logo depois foi distribuido por varios Donatarios em diversas porções, e com direitos, e regalias consideraveis.

Não é do nosso intento seguir aqui passo a passo a marcha da povoação das diferentes Colonias, o seu progresso mais ou menos lento, e a historia das causas que para isso influirão. Esta tarefa, que só pertence ao historiador imparcial, levar-nos-ia mui longe do nosso fim. E depois, que ganhariamos nisso? O quadro que debuxassemos por mais favorecido que fosse, não seria por certo lisongeiro a nossos progenitores. Debalde pertenderiamos corar com o zelo da Religião, e da felicidade dos povos os seus primeiros esforços nestas regiões; apesar de tudo deixaria entervir-se nos aventureiros, que as pizarião, a sede insaziavel do oiro, o roubo, a violencia, e atrocidade levadas ao seu cumulo; a sincera hospitalidade dos innocentes indigenas remunerada por elles com a mais negra perfidia; o seu sangue derramado com frivolos pretextos; os seus cadaveres servindo de alicerce aos novos estabelecimentos; a sua liberdade impunemente atacada, e não achando abrigo nem nas proprias breanhas, que a natureza lhes dera por azilo, porque de lá mesmo os ia arrancar a cobiça Europeã á titulo de resgate para serem

INVENTARIO CRONOLOGICO

DAS PUBLICACOES SOBRE A FUNDACAO DE ITAJAI E TEMAS CORRELATOS

Magru Floriano é graduado em História pela Univali, autor dos livros 'Itajaí em Chamas', 'Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador', 'A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada'.



INVENTARIAR AS PUBLICAÇÕES que têm como tema central a fundação de Itajaí - ou contribuem de alguma forma para preencher lacunas encontradas no desenrolar do debate público sobre o tema - logrou relacionar mais de uma centena de intervenções. Essa grande quantidade de textos evidencia o quanto é polêmico o tema sobre a fundação de Itajaí. Eles apresentam inúmeras teses sobre a fundação, sendo que até os dias atuais ainda não podemos considerar uma delas como definitivamente oficial, não obstante, a tese que coloca Agostinho



Alves Ramos como principal protagonista desse momento histórico ser hegemônica nas publicações atuais.

Os primeiros textos que encontramos estão relacionados aos primórdios da civilização branca no Baixo Vale do Itajaí. Integrando esse primeiro período – que podemos considerar como uma pré-história de nossa comunidade – encontramos cerca de duas dezenas de textos elaborados por cientistas que participaram de expedições de estudo do litoral da América do Sul ainda nos séculos XVI e XVII. Nesse conjunto temos, também, dois textos publicados em revista francesa versando sobre a biografia de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond que fazem referência direta ao empreendimento realizado por ele às margens do Rio Itajaí-Mirim.

No ano de 1907, Pedro Ferreira e Silva publica nas páginas do *Blumenau em Cadernos* e no jornal *Novidades* uma série com o título de *Reminiscências*, buscando os primórdios da formação urbana de Itajaí a partir do resgate da memória do ancião Antônio da Costa Flôres, abrindo caminho para a iniciativa de Marcos Konder buscar o resgate histórico sobre a fundação de Itajaí. Marcos é autor de dois textos emblemáticos sobre o tema: *A pequena pátria* (1920) e *O Município de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia* (1927). Nos escritos de Marcos Konder encontramos, pela primeira vez, uma tentativa de oficializar o nome de um fundador para o Município de Itajaí.

Esta tese de Marcos Konder sobre a fundação de Itajaí por Vasconcellos de Drummond circulou sozinha até 1931, quando José Ferreira da Silva começa a esboçar na imprensa regional uma nova tese sobre a fundação de Itajaí, abrindo o debate que se mantém até os dias atuais. Ele ganha grandes proporções na década de 1950 adentrando a década de 1980, com o tema atraindo diversos intelectuais, como é o caso de Lucas Alexandre Boiteux, Nemésio Heusi, Silveira Júnior, Arnaldo Brandão, Afonso Luiz, Edison d'Ávila, Abdon Fôes, Gil Theodoro Miranda, Gustavo Konder e Ary Garcia.

O debate ganha estímulo extra diante da intenção da municipalidade de comemorar o centenário da emancipação política de Itajaí no ano de 1960. Como resultado direto da discussão, surge o livro de Afonso Luiz da Silva, *Itajaí de ontem e de hoje* (1971). No ano de 1982, foram publicados dois livros que também abordaram o tema. O primeiro, de autoria de Nemésio Heusi, intitulado *A fundação de Itajaí – sua história – seu romance*; o segundo, de autoria de Edison d'Ávila, intitulado *Pequena História de Itajaí* (primeira edição).

Após a publicação desses livros, o debate foi perdendo gradativamente o seu calor sendo o último texto polêmico publicado no *Jornal do Povo*, em 1983, subscrito por Nemésio Heusi. Não que o tema tenha sido esquecido, mas a fogueira da polêmica nunca mais ganhou a mesma dimensão que tinha durante o debate protagonizado por Marcos Konder e José Ferreira da Silva. Os textos, gradativamente, ganharam um tratamento mais técnico e menos literário. No período pós-83 destacamos os livros de Cláudio Bersi – *Itajaí 200 anos*; Edison d'Ávila – *A pequena história de Itajaí* – segunda edição (2019); Magru Floriano – *Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador* (2018) e *A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada* (2018).



INVENTÁRIO

- 1716 – Relation du Voyage de la mer du sud. Amédée François Frézier IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.
- 1719 – A Voyage round the world by the way of the Great South Sea IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 31-47.
- 1776 – A Voyage round the world. George Anson. IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.
- 1764 – Histoire d’un Voyage aux isles Malouines, fait em 1763 & 1764. Antonine Joseph Pernetty IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 78-115.
- 1799 – The life of Major James George Semple Lisle. James George Semple Lisle. IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 129-138.
- 1805 – Reise um die welt in den Jahren ... Adam Johann von Krusenstern IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 139-156.
- 1812 – Travels in the interior of Brazil ... John Mawe. In: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 11-25.
- 1814 – A Voyage round the world, in the years 1803 ... Urey Lisiansky. IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 157-166.
- 1820 – *Viagem à Província de Santa Catarina*. Auguste de Saint-Hilaire. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Serie 5ª, vol.58. São Paulo: Brasileira, 1935.
- 1822 – Voyage autour du monde, exécuté par ordre du roi ... Louis Isidore Duperrey. IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 262-281.
- 1833 – *Relatório e fala no Governo de Santa Catarina 1833-1835*. Feliciano Nunes Pires. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1985. Páginas 07-20.
- 1836 – Biografia de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: *Anotações de Vasconcellos de Drummond à sua biografia*. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012.



- 1836 - Anotações de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: *Anotações de Vasconcellos de Drummond à sua biografia*. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 59-68.
- 1838 – Voyage autour du monde entrepris par ordre du gouvernement sur la corvette La Coquille. René Primevère Lesson. IN: *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Acalesc, 1979. Páginas 283-293.
- 1843 - De la Colonisation au Brésil – Mémoire historique, descriptif, statistique et commercial sur – LA PROVINCE DE SAINTE CATHERINE – Bruxelles – A la Librairie Polytechnique d'Aug. Decq. – 1843. IN: *Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por van Lede*. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Nº 03. Março de 1959. Páginas 41 a 45.
- 1853 - *Relatórios do Dr. Blumenau – quarto relatório da Colônia Blumenau – ano de 1853*. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 06. Abril de 1958. Páginas 103 a 108.
- 1855 - *O Vale do Itajaí em 1855*. Reinholdo Gaertner. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 10. Outubro de 1960. Páginas 181 a 184.
- 1861 – La Province de Sainte-Catherine. José Hansen Ferreira IN: *Impressão de um viajante do século XX*. Anuário de Itajaí 2010. Itajaí: FGML, 2010. Páginas 202-204.
- 1907 - Reminiscências I. Pedro Ferreira e Silva. *Jornal Novidades*. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Setembro de 1959. Nº9, páginas 165 – 167.
- 1907 - Reminiscências II. Pedro Ferreira e Silva. *Jornal Novidades*. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Outubro de 1959. Nº10, páginas 187 – 190.
- 1907 - Reminiscências III. Pedro Ferreira e Silva. *Jornal Novidades*. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Novembro de 1959. Nº11, páginas 212-215.
- 1907 - Reminiscências IV. Pedro Ferreira e Silva. *Jornal Novidades*. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Dezembro de 1959. Nº12, páginas 222-225.
- 1910 - O ouro no Valle do Itajahy. *Novidades* – 02 de outubro de 1910. Página 02. 48
- 1920 – Centenário de Itajahy – Brilhante comemoração. *A República*. Florianópolis. 09 de outubro de 1920. Capa.
- 1920 – *Pequena história catharinense – ilustrada*. Lucas Alexandre Boiteux. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.
- 1920 – *Terra catharinense*. Crispim Mira. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.
- 1921 – *Ephemerides Catharinenses – 1500-1910*. Lucas Alexandre Boiteux. Florianópolis: Escola Artífices, 1921.



- 1923 - *A Pequena Pátria* - discursos e conferência. Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Páginas 15-26
- 1927 - *O Município de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico* – monographia apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927. Marcos Konder. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Páginas 24 – 27.
- 1928 - Historia Catharinense – A proposito de ARZÃO. Tito Carvalho. *A República*. 22 de janeiro de 1928. Pagina 02
- 1932 - *A colonisação do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense)*. José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.
- 1935 - Historia del Brasil. Juan G. Beltran. *Biblioteca de Escritores Argentinos*. Vol.23. 2ed. Buenos Aires: Claridad, 1944.
- 1950 - *Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí*. Max Tavares d’Amaral. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950. Páginas 07-08
- 1954 - *O Vale do Itajaí – documentário da vida rural nº 6*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1954. Páginas 03-04.
- 1956 - *A Pequena Pátria*. Marcos Konder. *O Libertador* de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada.
- 1957 - *O Rio Itajaí – o desvendamento da costa – mapas e portulanos do tempo – nomenclatura litorânea – morfologia do nome*. Lucas Alexandre Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. Nº 2. Dezembro 1957. Pag. 23-4 e 27.
- 1958 - Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958. Páginas 47-51.
- 1958 - A fome de ouro e prata I - Faisqueiras d’Itajaí. Lucas A. Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 63-67.82
- 1958 - Antigos moradores de Gaspar. Oswaldo Rodrigues Cabral. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 68-70.
- 1958 - A fome de ouro e prata – II O Monte Tayó. Lucas A. Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 5. Março 1958. Páginas 92-96.
- 1958 - Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117.
- 1958 - Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132.
- 1958 - Itajaí: De fazenda à cidade III. Lucas A. Boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, nº 8, junho de 1958. Páginas 153-156.



- 1958 - Itajaí e Vasconcellos Drummond. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 08. Jun/jul de 1958. Página 148-150.
- 1958 - A Lei nº 11 e a colonização da Bacia do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. Nº 08. Junho / julho de 1958. Páginas 141-142.
- 1958 - A grande injustiça. Nemésio Heusi. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, nº 9, agosto de 1958, páginas 177-178.
- 1958 - Itapocoroi – escôrço histórico. Almirante Lucas A. boiteux. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 10. Set/out de 1958. Páginas 181-184.
- 1958 - A cruz como símbolo. Nemésio Heusi. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. Número 10. Set/out de 1958. Páginas 186/88.
- 1958 - Mais uma prova contra Drummond. José Ferreira da Silva. *Jornal do Povo* de 30 de outubro de 1958. Capa.
- 1958 - Pareceres e sugestões. A fundação de Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I. nº 11. Nov/1958. Páginas 207/8.
- 1958 - A Pequena Pátria – crítica de Nemésio Heusi. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 16 de novembro de 1958. Página 05.
- 1958 - O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajai - Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 23 de novembro de 1958. Capa.
- 1958 - A Pequena Pátria – respondendo Marcos Konder. Nemésio Heusi. *Jornal do Povo* de 30 de novembro de 1958. Capa.
- 1958 - A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.
- 1958 - Ainda Itajai e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. *Jornal do Povo* de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.
- 1958 - Confundir para prevalecer. Nemésio Heusi. *Jornal do Povo* de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.
- 1958 – Vamos festeja o centenário de Itajaí, sr. Prefeito? José Tolentino da Silva. *Jornal do Povo*. 1958. Página 02.
- 1959 – Prefeitura Municipal de Itajaí - Nota do Gabinete do Prefeito. *Jornal do Povo* 04 de janeiro de 1959, pag. 02.
- 1959 – Ainda o centenário do Município. *Jornal do Povo*. 04 de janeiro de 1959. Capa.
- 1959 - Itajaí centenário. *Blumenau em Cadernos*. Nemésio Heusi. Tomo II. Nº 3. Março de 1959. Página 46. // *Jornal do Povo*. 10 de maio de 1959. capa.



- 1959 - Drummond – um homem de sorte. Silveira Júnior. Itajaí. *Jornal do Povo*. 28 de março de 1959. Capa e página 08.
- 1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. *Jornal do Povo*. 29 de março de 1959. Capa.
- 1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 18 de abril de 1959.
- 1959 - Itajaí, cem anos de município. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II. Abril de 1959. Página 77.
- 1959 – *Um século de Município*. Silveira Júnior. Itajaí. 04 de abril de 1959. capa.
- 1959 - Pareceres e sugestões: Ainda o centenário de Itajaí. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II. Maio de 1959. Nº 05. Página 86.
- 1959 - Dois séculos memoráveis. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II. Junho de 1959. Nº 06. Páginas 101 a 105.
- 1959 - O assunto é Vasconcelos Drumond. Arnaldo Brandão. *Jornal do Povo* de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; // *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198.
- 1959 – A fazenda do Arzão. José Ferreira da Silva. *O Popular*. 16 de outubro de 1959. Capa.
- 1959 – Com a palavra o sr. Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. *O Popular*. 04 de dezembro de 1959.
- 1959 - O fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva. IN: *Anuário de Itajaí de 1959*. Cunha e Silva, Laércio; Mello de Faria, Roberto. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.
- 1960 – Itajaí – *A fundação e o fundador*. Silveira Júnior. Itajaí. 19 de março de 1960. nº 300. Capa e página 03.
- 1960 - Tijucas – Município centenário. Sebastião Cruz. *Blumenau em Cadernos*. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 101 a 103.
- 1960 - Itajaí, cem anos de município. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 103 a 108.
- 1961 - Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores. Lucas Alexandre Boiteux. *Blumenau em Cadernos*, janeiro 1961; // IN: Itajahy na visão dos viajantes. ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Páginas 73-91.
- 1961 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*, Tomo IV, abril de 1961, nº 4, páginas 74-75.
- 1962 - Alves Ramos e os alemães. José Ferreira da Silva. *Jornal do Povo* de 18 de fevereiro de 1962. Página 07.



- 1962 – Itajaí. José Ferreira da Silva. *Catálogo* do Kennel Clube de Santa Catarina. Abril de 1962.
- 1963 – As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo VI, abril de 1963, nº 4, páginas 01-20.
- 1966 – Mais um testemunho. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*, Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, pags. 19-20.
- 1967 – Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. *Jornal do Povo* de 12 de agosto de 1967, página 02.
- 1968 – Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Itajaí. 09 de setembro de 1968. Câmara Municipal de Itajaí. *Livro de Ata* nº 19 – 14-11-1967 á 04-02-1969. Páginas 139-142.
- 1971 – Estantes dos Cadernos – literatura catarinense – Itajaí de ontem e de hoje. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XII, janeiro 1971, nº 1, páginas 56-7.
- 1971 – Rabiscando aos sábados. Abdon Fóes. *Jornal do Povo* de 27 de fevereiro de 1971, capa.
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. *Jornal do Povo* de 27 de fevereiro de 1971. Página 02 e contracapa.
- 1971 – Estante dos cadernos - Literatura Catarnense. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XII, março de 1971, nº 3, páginas 56-57.
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Afonso Luiz da Silva. *Jornal do Povo* de 13 de março de 1971. Página 07.
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Paulo Bornhausen. *Jornal do Povo* de 27 de março de 1971. Capa.
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Gil Miranda. *Jornal do Povo* de 03 de abril de 1971. Página 05.
- 1971 – Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. *Jornal do Povo* de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa.
- 1971 – Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior e José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XII, abril 1971, nº 04, págs 73-5.
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Líbero Oswaldo de Miranda. *Jornal do Povo* de 15 de maio de 1971. Página 05.
- 1971 – Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XII, junho 1971. Nº 06. Páginas 101-3; *Jornal do Povo*. 05 de junho de 1971. Página 05
- 1971 – Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro de Miranda. *Jornal do Povo* de 03 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.



- 1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. *Jornal do Povo* de 31 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.
- 1971 - O nascimento de Itajaí. Gustavo Konder. *Blumenau em Cadernos* u. Tomo XII. Julho 1971. N° 07. Páginas 131-133; *Jornal do Povo*. 14 de agosto de 1971.
- 1971 - *Itajaí de ontem e de hoje*. Afonso Luiz da Silva. Preâmbulo. Pag 01-20. Itajaí: ed. autor, 1971.
- 1972 - *História de Blumenau*. José Ferreira da Silva. Florianópolis: Edeme, 1972.
- 1973 - Itajaí: a fundação e o fundador. Silveira Júnior. *Jornal do Povo* de 31 de março de 1973, s/n° página.
- 1973 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XIV, n° 4, abril de 1973, páginas. 72-74
- 1973 - Ainda sobre o fundador da cidade. Gil Theodoro Miranda. *Jornal do Povo* de 14 de abril de 1973, s/n de página.
- 1973 - Sugerindo sobre a fundação da 'Pequena Pátria'. Luiz Carlos Carvalho Schmidt. *Jornal do Povo* de 01 de maio de 1973, s/n página.
- 1973 - Ainda sobre a fundação de Itajaí. Gustavo Konder. *Jornal do Povo* de 02 de junho de 1973, s/n° de página.
- 1974 - *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Giralda Seyferth. Porto Alegre/Brusque: Movimento/SAB, 1974. Págs. 36-42
- 1974 - *Navegantes e sua história*. Osório Gonçalves Miranda. [...]: autor, 1974. Páginas 02-03.
- 1975 - A importância de 'Agostinho Alves Ramos' na Fundação de Itajaí. Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajaí. *Jornal do Povo* - edição especial de aniversário - 30 de outubro de 1975.
- 1975 - *A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã*. Walter F Piazza. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975. Separata.
- 1979 - A tese de Marcos Konder. Gil Theodoro de Miranda. *Jornal do Povo*. 07 de julho de 1979. n° 2.058. Capa.
- 1979 - Édison d'Ávila. É polêmica a fundação de Itajaí. *Jornal do Povo*. 14 de julho de 1979. Capa.
- 1979 - Afinal, quem é o fundador? Ary Garcia. *Jornal do Povo*. 14 de julho de 1979. Capa e página 02.
- 1982 - *A fundação de Itajaí - sua história - seu romance*. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag. 11-49
- 1982 - Prefácio. Edison d'Ávila. IN: *A fundação de Itajaí - sua história - seu romance*. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. Páginas 01-02.



- 1982 - *Pequena História de Itajaí*. Edison d'Ávila. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.
- 1983 - A fundação de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. *Jornal do Povo*. 12 de fevereiro de 1983. nº 2.208. Capa.
- 1983 - Os legionários de Ferreira da Silva. Nemésio Heusi. *Jornal do Povo*. 19 de fevereiro de 1983. Página 02.
- 1984 - *História de São Francisco do Sul*. Carlos da Costa Pereira. Florianópolis: EdUfsc, 2004.
- 1985 - Notas sobre o povoamento da Foz do Itajaí. Antônio Roberto Nascimento. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVI. Set. 1985 - Nº 09 - pág. 250-3.
- 1985 - As velhas colônias no Rio Itajaí. Gottfried Entres. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVI - set. 1985 - nº 9 - página 253.
- 1987 - *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Maria Luiza Renaux Hering. Blumenau: edFurb, 1987.
- 1993 - *Itajaí - breve notícia histórica do aglomerado urbano*. Edison d'Ávila. Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.
- 1993 - *A capitania de Santa Catarina - alguns momentos*. Paschoal Apóstolo Pítsica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Editora Lunardelli; Fundação Catarinense de Cultura, 1993.
- 1994 - *A colonização de Santa Catarina*. Walter F. Piazza. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- 1998 - *Simplemente Gaspar*. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos).
- 1999 - Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: *Anuário de Itajaí - 1999*. Fundação Genésio Miranda Lins. Itajaí: 1999.
- 2001 - *Itajaí - O começo da História*. Edison d'Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001.
- 2002 - Expansão e colonização: os fatos lineares da História. Equipe da Fundação Genésio Miranda Lins IN: *Itajaí - outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (org.). Itajaí: PMI/FGML, 2002. Páginas 29-39.
- 2004 - Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: *História Secreta do Arraial dos Cunhas*. ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004. Páginas 19-25.
- 2012 - Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012. IN: *Anuário de Itajaí - 2012*. Itajaí: FGML, 2013. Páginas 128 - 136.
- 2012 - *A lenda do Monte Tayó - contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí*. Magru Floriano. Itajaí: Alternativa, 2012.



- 2015 – A pequena pátria. Edison d'Ávila. IN: 2020 – 2020 – *Itajaí, 200 anos*. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 13-16.
- 2015 – Uma importante polêmica. Isaque de Borba Corrêa. IN: 2020 – *Itajaí, 200 anos*. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 19-23.
- 2015 – Um convite ao debate. Magru Floriano. IN: 2020 – *Itajaí, 200 anos*. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 25-29.
- 2016 - *Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí*. Magru Floriano. Itajaí: autor, 2016 (cópia xerografada – debate no auditório da ACII a 09 de junho de 2016).
- 2016 - Resgatando 40 anos de história. Cláudio Bersi de Souza. *Diário do Litoral*. 28 de maio de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.
- 2016 - Por que Drummond foi para Itaipava? Cláudio Bersi de Souza. *Diário do Litoral*. 29 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.
- 2016 - Tributo a Marcos Konder. Cláudio Bersi de Souza. *Diário do Litoral*. 08 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.
- 2016 - Drummond e a pretensa fundação de Itajaí. Magru Floriano. *Diarinho*. 08 de julho de 2016. Página 16.
- 2016 - A fundação de Itajaí. Cláudio Bersi de Souza. *Diário do Litoral*. 20 de julho de 2016. Página 10.
- 2018 - ENTREVISTÃO – Edison d'Ávila. *Diário do Litoral*. Itajaí, 18 e 19 de agosto de 2018, número 10.990. Seção Entrevistão. Página 06.
- 2018 – Contraponto: A fundação de Itajaí. Magru Floriano. *Diário do Litoral*. nº 10.991. 20 de agosto de 2018. Página 06. Seção Variedades.
- 2018 – *Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador*. 3.ed. digital, revisada, ampliada. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Disponível em: <https://www.magru.com.br/web>.
- 2018 – *A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada*. 1ed digital. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Disponível em: https://magru.com.br/web/wp-content/uploads/2018/11/itajai_fundacao.pdf.



Drummond

e sua contribuição para a colonização do Vale
e a fundação de Itajaí.

teses revisitadas

Magru Floriano



A VINDA DE ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND a Santa Catarina serve de cenário histórico para o debate acerca da fundação da comunidade itajaiense. O anunciado empreendimento de Drummond às margens do Rio Itajaí-Mirim, na localidade de Tabuleiro, é o marco de partida de todas as pesquisas históricas sobre o tema. Desde o momento em que Marcos Konder revelou publicamente o feito histórico de Drummond, as teses elaboradas para dar conta da fundação de Itajaí tiveram, obrigatoriamente, de aceitar Drummond como protagonista ou buscar provas robustas para sustentar sua antítese. O debate, apesar de menos caloroso nos dias atuais, ainda está em pleno curso, pois não apresentou até o presente momento um desfecho oficial.

Agora, longe do calor da polêmica, parece evidente que resta - para além da questão da fundação de Itajaí, bem como a data de fundação e o nome do seu fundador - a certeza de que a vinda de Vasconcellos de Drummond a Itajaí é um ato de fundamental importância histórica por tratar-se da primeira iniciativa oficial do governo central na busca por uma colonização organizada na hinterlândia do Vale do Itajaí. Também parece que já temos evidências suficientes



para afirmar que a ação de Drummond às margens do Rio Itajaí-Mirim, no Tabuleiro, seguiu no fluxo natural da expansão da Colônia Nova Ericeira, implementada a partir de Porto Belo, em 1818. Com a vinda de Drummond, o Império abriu as portas para a colonização definitiva de uma região que, até então, vinha sendo ocupada de forma espontânea por diversas forças sociais, como é o caso de sesmeiros, sitiantes, pescadores, faiscadores, adventícios, posseiros, fugitivos da justiça (escravos, soldados, criminosos etc.), jornaleiros.

Nesse sentido, o que mais interessa atualmente sobre esse debate não é o tema em si (a fundação de Itajaí), mas a necessidade de reconhecer que, a partir da vinda de Drummond ao Baixo Vale do Itajaí, o governo central passava a se tornar presente e interessado direto na sua ocupação para ajudar a consolidar, em definitivo, as fronteiras na América do Sul entre os impérios português e espanhol. Obviamente que a vinda de Drummond apresentou resultados importantes, pelo menos no longo prazo, já que seu ato colonizador oficial teve prosseguimento nas ações lideradas por Agostinho Alves Ramos e José Henrique Flôres. O processo de ocupação oficial ocorre em 1820 e é esta data que merece nossa atenção e destaque. São duzentos anos de um processo civilizatório contínuo.

O empreendimento liderado por Drummond deve ser visto como uma das peças do mosaico histórico montado pelo governo central em busca da ocupação das terras no Sul do Brasil. Nesse sentido, tem seu antecedente na colônia Nova Ericeira, em Porto Belo, e tem seu seguimento nas ações encetadas sob a liderança de Agostinho Alves Ramos às margens do Rio Itajaí. O elo entre Drummond e Agostinho está, justamente, na vontade política dos governos central e provincial de se ocupar as terras do Vale do Itajaí.

Ao longo do tempo, inúmeras teses foram defendidas para dar conta de apresentar uma data e o nome de um fundador para a comunidade itajaiense. A seguir apresentamos uma sinopse dessas teses:

TESE – DRUMMOND É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

Marcos Konder – É o primeiro a colocar sobre a mesa o desafio de dotar Itajaí com o nome de um fundador e uma data de fundação. O primeiro texto publicado é o seu discurso, intitulado *A pequena pátria*, proferido no dia 12 de outubro de 1920, alusivo à passagem do centenário de fundação de Itajaí. Este discurso é publicado em 1923. Em 1927, publica *O Município de Itajahy – physico, econômico, administrativo, histórico*, consolidando sua tese de que o fundador de Itajaí é Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Max Tavares D'amaral – No livro *Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí*, publicado em 1950, aceita a tese de Marcos Konder.

Arnaldo Brandão – Escreve seu primeiro artigo sobre o tema no ano de 1959, com publicação simultânea no *Jornal do Povo* e na revista *Blumenau em Cadernos*.

Gil Theodoro Miranda – No ano de 1971, publica no *Jornal do Povo* o texto intitulado *Documento para a história de Itajaí*.



Abdon Fóes – Após ler o texto de autoria de Gil Miranda, de 1971, o jornalista Abdon Fóes escreve texto apoiando a tese defendida por Marcos Konder.

Paulo Bornhausen – Alinha-se à tese da fundação por Drummond alegando já existir em Itajaí uma tradição consolidada desde 1920, quando o Superintendente Marcos Konder comemorou o centenário da fundação de Itajaí.

Líbero Oswaldo de Miranda – Publica no *Jornal do Povo*, em 1971, artigo se alinhando à tese inicial de fundação apresentada por Marcos Konder.

Ivan Carlos Serpa – O historiador publica o texto *Um jovem diplomata e a colônia que deu certo*, em 1999, no *Anuário de Itajaí* e, em 2004, no livro de Luiz Saulo Adami e Tina Rosa intitulado *História secreta do Arrayal dos Cunhas*. Ali tenta comprovar que muitas famílias atualmente residentes na região são remanescentes do empreendimento liderado por Drummond.

TESE – DRUMMOND É O FUNDADOR DE ITAJAÍ E AGOSTINHO ALVES RAMOS É O COLONIZADOR

Marcos Konder – Cansado do debate prolongado com José Ferreira da Silva e seus aliados, Marcos Konder resolve defender uma tese intermediária, conciliatória. Em artigo que assina no *Jornal do Povo*, em 1958, propôs que Drummond fosse considerado o fundador de Itajaí e Agostinho Alves Ramos seu colonizador. Mantém a data de 12 de outubro de 1820 como a data oficial de fundação de Itajaí.

Cláudio Bersi de Souza – O memorialista publica, em 2015, o livro *2020 -Itajaí, 200 anos*, onde reaproveita a segunda tese de Marcos Konder - considerando que Drummond foi o fundador e Agostinho o colonizador – mas adota a data de 05 de fevereiro de 1820 como a data da fundação de Itajaí. Nesta data, Drummond recebeu oficialmente do Ministro Villanova Portugal a incumbência de empreender no Vale do Itajaí.

TESE – ITAJAÍ NÃO TEM FUNDADOR E FUNDAÇÃO

José Ferreira da Silva – O historiador entra na polêmica sobre a fundação de Itajaí em 1931 quando inicia suas pesquisas sobre o processo de colonização do Vale do Itajaí visando resgatar a história de Blumenau. Após dois textos contraditórios publicados na imprensa de Blumenau, José Ferreira passa rapidamente a se contrapor à tese defendida por Marcos Konder creditando a Drummond o feito da fundação de Itajaí. O texto que inicia o enfrentamento direto com Marcos Konder foi publicado no jornal *A Cidade de Blumenau* e só recebeu resposta de Marcos Konder no ano de 1956, através do jornal *O Libertador*. Nesse primeiro momento,



José Ferreira se preocupou em encontrar documentos que comprovavam que as terras do Baixo Vale do Itajaí já estavam completamente ocupadas quando da chegada de Drummond. Implicitamente, defendia a tese de que não havia como indicar um fundador para Itajaí já que o processo civilizatório branco foi ocorrendo de forma espontânea aos longos dos séculos a partir de João Dias de Arzão, em 1658.

Silveira Júnior – O escritor entra no debate no ano de 1959, escrevendo artigo para o *Jornal do Povo*. Nele, defende que Itajaí surgiu por “adensamento” de pescadores, pequenos sitiantes e adventícios. Aos poucos, a cidade foi se formando sem que tivesse ocorrido um ato pioneiro intencional de criar uma colônia, como ocorreu em Blumenau, Ilhota e Brusque.

Arnaldo Brandão – Após estudar mais a fundo o tema, toma posição na polêmica da fundação, em 1971, defendendo a tese inédita de que não podemos atribuir a nenhum branco o ato fundacional de Itajaí porque, há milhares de anos, já viviam na região os silvícolas e, muito antes de Drummond e Agostinho, já havia grande quantidade de moradores no Baixo Vale do Itajaí.

Gustavo Konder – Em artigo escrito simultaneamente na revista *Blumenau em Cadernos* e no *Jornal do Povo*, se alinha ao pensamento de que a região foi gradativamente ocupada pelos homens brancos, expulsando os nativos.

TESE – AGOSTINHO ALVES RAMOS É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

José Ferreira da Silva – Em artigo publicado na revista *Blumenau em Cadernos*, no ano de 1958, o historiador apresenta novos documentos sobre a colonização do Vale do Itajaí e defende a tese de que Agostinho Alves Ramos deve ser considerado o fundador de Itajaí. A tese é reforçada em diversos artigos publicados na imprensa regional e no opúsculo intitulado *A fundação e o fundador*, datado de 1960.

Nemésio Heusi – Utilizando dados coletados por José Boiteux, Lucas Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e José Ferreira da Silva, o escritor entra na polêmica através do periódico *Revista do Sul*, no ano de 1958. Defende a ideia de que se comete uma grande injustiça com Agostinho Alves Ramos considerando Drummond fundador de Itajaí. Advoga a tese de que a data da fundação de Itajaí deve ser 31 de março de 1824, quando da criação do curato e nomeação do capelão Frei Pedro Agote.

Silveira Júnior – Após ler o opúsculo de José Ferreira da Silva intitulado *A fundação e o fundador*, 1960, o escritor Silveira Júnior muda de opinião sobre o tema e passa a defender a tese de José Ferreira da Silva de que Agostinho Alves Ramos foi o grande protagonista da formação de uma comunidade na foz do Rio Itajaí.

Abdon Fóes – Publica artigo no *Jornal do Povo* com o sugestivo título *Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí?*. O texto se reporta ao opúsculo publicado por José Ferreira da Silva e evidencia a tendência de Abdon de aceitar Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí.



Afonso Luiz da Silva – Publica, no ano de 1971, o livro *Itajaí de ontem e de hoje* onde se alinha ao pensamento de José Ferreira da Silva sobre a fundação de Itajaí.

Edison D'ávila – Publica, em 1982, a primeira edição do livro *Pequena história de Itajaí* onde dá destaque ao nome de Agostinho Alves Ramos como protagonista da fundação de Itajaí. Em artigo posterior, datado de 1993, deixa entrever que aceita a tese de Marcos Konder de considerar Drummond como fundador e Agostinho Alves Ramos como colonizador. Aponta a data de 31 de março de 1824, oportunidade da criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí, como a de fundação da cidade de Itajaí.

Fundação Genésio Miranda Lins – A equipe de historiadores e técnicos da Fundação Genésio Miranda Lins publica, em 2002, o livro *Itajaí – outras histórias*, onde defende a tese da fundação de Itajaí por Agostinho Alves Ramos.

TESE – JOÃO DIAS DE ARZÃO É O FUNDADOR DE ITAJAÍ

Ary Garcia – Publica artigo descontraído no *Jornal do Povo*, em 1979, defendendo que o certo seria declarar o faiscador de ouro João Dias de Arzão como fundador de Itajaí por ser o primeiro homem branco a requerer terras no Baixo Vale do Itajaí.

TESE – A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ É UM ATO COLETIVO

Magru Floriano – O escritor publica na *internet* o artigo *Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí*, em 2016, onde defende a tese de que Itajaí teve seu ato de fundação no dia 05 de janeiro de 1824, oportunidade em que vinte e dois moradores do Baixo Vale do Itajaí assinaram petição ao Bispo do Rio de Janeiro solicitando a criação do curato. Seria este o primeiro ato coletivo dos moradores locais.



Textos selecionados

Compilação: Magru Floriano

1923 - A PEQUENA PÁTRIA - DISCURSOS E CONFERÊNCIA. MARCOS KONDER.
SÃO PAULO: MELHORAMENTOS, 1923. PÁGINAS 15-26

Conferência lida pelo Sr. Superintendente Municipal Marcos Konder na sessão solenne do Conselho Municipal de 12 de Outubro de 1920, em commemoração ao Centenário da Fundação de Itajahy.

Exmos. srs. presidente e mais membros do Conselho Municipal.

Exmos. srs. representantes do governo do Estado.

Exmos. srs. delegados dos municipios do valle do Itajahy.

Minhas senhoras, meus senhores.

Ha tres dias que vimos festejando, entre musicas e flores, o centenario da fundação do nosso querido Itajahy; ha tres dias que duram as expansões de justa alegria e de legitimo entusiasmo, com que os itajahyenses e os não itajahyenses aqui radicados andamos commemorando o primeiro seculo do alvorecer destas paragens para a civilização e para o mundo. Festas sem pompas e sem fausto, é verdade, simples e modestas, como nós mesmos, mas que em sua singeleza traduzem bem a nossa alma sincera e pura de sertanejos, constituem um reflexo e uma homenagem expressiva à memória de Vasconcellos de Drummond, cuja vida gloriosa se assignalou sempre por uma série de actos de modestia, de obscurecimento da sua personalidade, personalidade por mais de um titulo illustre e benemerita.

Mas, este triduo festivo não podia terminar condignamente sem que o Conselho e o executivo municipal, que representam o governo deste povo, se reunissem em sessão solenne para deixar gravado nos annaes desta Casa, em documento menos imperecível, a passagem deste acontecimento extraordinário, cujo segundo centenário só os nossos bisnetos lograrão commemorar. A fragancia das flôres, o viço das palmeiras, a harmonia dos sons, o ribombar das salvas, os pendões fluctuando, ao vento, os estandartes balouçados e beijados pelas nossas brisas, a solemnidade das nossas missas campaes, o entusiasmo dos nossos jogos, a palavra dos nossos oradores, os editoriaes das nossas gazetas, a alegria communicativa dos nossos



bailes, a belleza das nossas meninas e moças, enfim tudo o que constituiu o encanto e o esplendor do nosso Centenario terá passado, será apenas uma vaga recordação dos tempos idos. E o esquecimento, como um manto funereo de destruição e de morte, talvez tudo cobrisse, se nas paginas frias de um livro, que é a synthese da nossa vida publica, não ficasse para sempre assinalado este acontecimento, demonstrando aos posterios o nosso amor ao Itajahy, o culto sagrado das nossas tradições e do nosso passado. Mas, ai de mim! quiz a sorte que recahisse sobre o mais obscuro dos itajahyenses, despido de quaesquer predicados de eloquencia, indigente em recursos de linguagem, a tarefa sublime que a sua penuria intellectual desmerece, de fazer reviver aos vossos olhos o Itajahy de cem annos atraz, de evocar a figura grandiosa e varonil de Antônio Drummond (sic.) e de todos aquelles que pelo seculo afóra collaboraram no desenvolvimento desta terra. Já que os nossos recursos não permittiram o erigir-se um monumento commemorativo do nosso Centenário, esta lacuna poderia suppril-a, talvez com vantagem, uma oração lapidar, em que o genio de um orador de raça imprimisse a meia duzia de palavras a estrutura imperecível do bronze, a grandeza esculptural e eterna do marmore, a sublimidade genial dos sentimentos e das idéas. Essa conferencia, que outro menos obscuro vasasse no nosso formoso idioma, seria um complemento vivo desta acta, a roupagem, mais do que a roupagem, o sopro creador dando vida e alma às phrases seccas e formaes dos documentos desta natureza.

Mas, em logar dessa magnifica conferencia, deveis contentar-vos com a insignificancia desta palestra, cheia de palavras e vasia de idéas, flôres que nasceram mirhadas e seccas e que, se de todo ainda não perderam o seu perfume, é porque um halito as anima: o sacrosanto amor que dedico a esta pequenina terra, tumulo de meu pai, berço meu e berço de meus filhos.

O histórico da fundação

Meus senhores.

Em 1818 uma fragata aportou á ilha de S. Catharina, trazendo a seu bordo um joven diplomata, de fina educação e de descendencia illustre, cuja missão, sem fins visiveis, em nossa pittoresca ilha, vinha envolta em inexplicavel mysterio. Cartas especiaes acreditavam o jovem patricio junto ao governador da provincia para vir gosar nos ares puros e oxygenados da então Desterro uma licença de seis mezes. Mas, o licenciado não tinha o organismo combalido por molestia alguma, estava, pelo contrario, em pleno viço de uma saúde moça, de sorte que semelhantes férias deviam forçosamente ter outra origem. E de facto o tinham. É que Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, assim se chamava o jovem diplomata, era, além de um moço de talento excepcional, um ardente patriota, cujo coração de brasileiro sonhava com a libertação do jugo portuguez. Dahi o Ministro de D. João VI, Thomaz Antonio de Villanova Portugal, despachar Drummond para as plagas catharinenses, afim de afastal-o da Côrte, onde as suas tendencias libertarias pareciam pôr em perigo o throno ambulante do soberano protuguez. Victima do seu indomavel espirito liberal, soffrendo com calma e estoicismo as agruras do desterro, Drummond não se entregou ao *dolce far niente* contemplativo das nossas belas e incomparaveis paizagens, mas tratou de converter o seu exilio em S. Catharina em uma estadia proveitosa e fecunda para a provincia, que o obrigava, e para a patria que elle tanto estremecia.



Estudioso infatigável e excursionista apaixonado, elle explorou o littoral em quasi toda a sua extensão e ideou a abertura da primeira estrada de penetração para o planalto serrano. Eram excursões, já se vê, não de um viajor, ancioso por gosar panoramas ineditos, mas sim de um bandeirante, sem ambições outras do que as de estudar o melhor meio de abrir clareiras na matta virgem, de rasgar o sertão de estradas para levar o facho da civilização a zonas selvagens e inexploradas, habitadas pelo gentio barbaro, ou em cujas praias vegetavam philosophicamente pescadores hespanhoes ou lusitanos. E de todas as terras que elle explorou, por mar ou por terra, a que mais prendeu a sua atenção de observador arguto foi uma região ao norte da ilha de S. Catharina, valle uberrimo e magnifico, servido e fecundado pelo maior rio do litoral, dotado de uma natureza luxuriante e soberba, região e valle que, dormindo ainda o somno multi-secular da incultura primitiva, aguardavam apenas o *fiat* do homem civilisado para desabrochar em esplendidas eclosões de messes e de benções. Drummond não se conteve e, attrahido por esse valle da promessa, concebeu desde logo um vasto e grandioso plano: o de colonisar as terras banhadas pelo rio Itajahy.

Mal regressou ao Rio, após sete mezes de estadia em S. Catharina, expôz ao governo o seu projecto. Perdurando seguramente ainda a vontade de manter Drummond longe do vasto scenario, onde as idéas libertarias, especialmente depois da revolução de Pernambuco, dominavam e agitavam cada dia mais o espirito da mocidade brasileira, Villanova approvou incontinenti os seus planos e mais que depressa deu-lhe meios e carta branca para a colonisação das terras itajahyenses.

Fôra isto em 1819, tinha então Drummond 25 annos. Chegado a S. Catharina e preparada com vagar e methodo a expedição memoravel, provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construcção de um engenho de serrar madeiras e de um pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajahy, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colonia em uma de suas margens.

Bem depressa a actividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direcção criteriosa e intelligente do seu chefe, fructificaram. Armado o engenho em um dos ribeirões mais proximos, foram as mattas reduzidas a tóras e as tóras a taboado; os roçados transformados em sementeiras de milho e feijão. Simultaneamente trabalhava-se febrilmente na construcção do primeiro barco, a sumaca *S. Domingos Lourenço*, que, decorridos apenas doze mezes, deixava o porto de Itajahy em demanda do Rio de Janeiro, levando em seu bojo um carregamento de milho, feijão e taboado, o producto abençoado do trabalho dos primeiros itajahyenses.

Estavam assim conquistadas definitivamente para a civilização as terras banhadas pela fóz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem á nossa pequena cidade.

Controvérsia histórica

A data exacta da fundação não a consegui averiguar. A unica fonte, onde colhi os subsidios para esta despretenciosa chronica, foram as *Anotações* feitas pelo mesmo Drummond á sua biografia, publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*. Por esse folheto se sabe que Drummond veio a S. Catharina pela segunda vez em 1819, especialmente



para emprender a colonização das terras marginaes do Itajahy, aqui esteve, fundou povoados, construiu um barco e o despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do rio Itajahy que elle mandou a madeira para a obra do museu do Campo de S. Anna, e mandou de presente, porque fôra cortada e serrada à sua custa. Mais tarde, elle propôz ao ministro Thomaz Antonio a abertura da estrada de S. Catharina a Lages e a desannexação da villa de Lages da Província de S. Paulo para se reunir à Província de S. Catharina. E regressou definitivamente para o Rio em 9 de Maio de 1821.

Pelo cotejo das datas de chegada e de regresso do illustre personagem à nossa ilha podemos concluir, porém, com certa logica que o inicio da colonização do Itajhy se deu em 1820, ou ao menos com absoluta segurança deduzir que foi no decorrer daquelle anno que a colonia deu o seu primeiro signal de vida, estabelecendo com a exportação dos seus productos o primeiro contacto com o mundo civilizado. Antes de conhecer a obra de Drummond, este facto já nos tinha sido revelado pelo Padre Leonardo Stock, da Ordem dos Franciscanos, que, rebuscando assentamentos antigos da parochia, encontrára documentos que coincidem exactamente com as *Anotações* de Drummond. Segundo a opinião de outros historiadores, Drummond devia ter encontrado aqui a familia dos Arzões cuja fazenda estaria situada à entrada da barra, no logar ainda hoje conhecido pelo nome de Fazenda. Mas, Drummond não menciona a existencia dessa familia, naturalmente por se tratar de gente, que, tendo obtido essas terras por doação, em virtude de serviços prestados na guerra da Cisplatina, as mantinha aqui como méro objecto de especulação, sem culturas que denunciasses a verdadeira posse. A guerra pela annexação da Banda Oriental terminou em 1821, de sorte que, a ser verdade que a fazenda do Arzão constituio um premio por serviços de guerra, a doação da sesmaria sómente depois de 1821 poderia ter tido logar. O Sr. Dr. Jacintho de Mattos, no seu folheto *Colonisação do Estado de S. Catharina* publicado no governo do Sr. Dr. Felipe Schmidt sob os auspícios do secretario geral Dr. Fulvio Aducci, menciona a fundação de uma colonia no rio Itajahy-assú no anno de 1836, mas não se deve confundir esta colonisação, feita rio acima, nos logares Pocinho e Belchior, com a criação do povoado, embryão originario da nossa cidade.

Apezar dos meus quasei nullos conhecimentos de historia catharinense, julgo não ser temeridade affirmar que semelhantes controversias e duvidas teriam razão de ser, se não possuisse-mos o testemunho escripto do proprio colonizador, que era um homem de bem e de character, incapaz de mentir ou de phantasiar. Podemos, portanto, tranquillamente aceitar Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que, se outro qualquer aqui esteve antes d'elle, não realisou acto algum, digno de ser assignalado como obra de conquista do homem civilizado.

O que foi Drummond como colonizador e como patriota

E elle foi um colonizador de facto. Homem profundamente culto, superior ao seu meio e á sua epoca, publicista emerito, não trepidou em abandonar o agasalho do gabinete e as commodidades da vida do Rio para vir metter-se no matto e arcar com o desconforto e os perigos da existencia sertaneja, guiado por um ideal apenas: o de prestar serviços à sua querida patria, creando novos elementos de producção e riqueza. Espírito brilhante, impregnado das



theorias economicas em voga, elle soube applical-as na pratica com admirável descortino e rara elevação de vistas, realizando uma colonisação intelligente e moderna que pôde ainda servir de modelo aos estadistas de hoje. O cultivo do solo ao lado da industria extractiva da madeira e ambas amparadas no transporte facil e economico. O lavrador e o industrial produzindo com entusiasmo, certos de que o seu trabalho não pereceria por falta de meios de communicação e á mingua de mercados de consumo.

Elle não desmentiu o dito de Thomaz Antonio, demonstrára de facto possuir o *genio criador e o talento de governar*.

O bom colonizador era ainda, como já referi ligeiramente, um grande patriota.

Voltando ao Rio, depressa se viu envolvido nos torvelinhos da luta pela independencia. Coube-lhe a tarefa ardua e espinhosa de organizar e amparar o movimento libertário de Pernambuco, Bahia e outras províncias do Norte, missão esta que, apesar de todos os contratempos e riscos, soube levar a bom termo. Livre a patria brasileira, quando Drummond devia descansar e merecer o galardão pelos seus serviços desinteressados e uma paga pela ruina de sua saúde e fortuna, que elle sacrificára em beneficio da grande causa, obrigam-no as circumstancias a continuar na estacada para defender os interesses do novo regimen que os falsos patriotas e os adhesistas de ultima hora procuraram comprometter. Fundou então um jornal – *O Tamoyo* – onde a sua penna vibrante de pamphletario verberava sem piedade o procedimento inqualificavel dos trahidores da Independência. Mas, esta sua coragem civica e a amizade que o ligava aos irmãos Andradas, especialmente a José Bonifácio, tiveram em breve por consequencia perseguições de todo genero, de sorte que não tardou fosse elle obrigado a fugir, refugiando-se no estrangeiro, afim de escapar á sanha de Dona Domitilla, a célebre messalina que então governava o Brasil.

Curtindo o pão amargo do exílio durante seis annos, em companhia dos irmãos Andradas, teve Drummond a compensação agradavel de verificar quanto o seu nome de scientista era acatado no estrangeiro. Privou intimamente com os maiores vultos da epoca; e as sociedades scientificas e as academias disputavam a honra de acolhel-o em seu seio. Assim é que elle foi escolhido membro da Sociedade de Mineralogia de Jena, do Instituto Historico de França, da Sociedade de Geographia e da Sociedade Asiatica de Paris, da Academia de Bruxellas, da Sociedade Litteraria de Gand, da Academia Real de Nápoles, dos Arcades de Roma e de outras mais.

Mas, todas essas honrarias não conseguiram despertar no seu espirito o sentimento da vaidade, pelo contrario, continuou a ser o mesmo homem modesto e simples que recusou, logo após o seu regresso ao Brasil, o cargo de ministro da Fazenda, allegando não possuir capacidade para exercer tão elevado posto.

Eis ahi em synthese a vida gloriosa do excelso patriota, fundador de Itajahy.

Evocando a figura varonil e sublime de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, rendamos à sua memoria as homenagens do nosso respeito e da nossa admiração, curvemo-nos perante a sua vida tão cheia de ensinamentos e porfiemos em imital-o nas virtudes civicas, em que elle jámais foi excedido – no amor e no zelo pelo Brasil.



1958 - ITAJAÍ E VASCONCELLOS DE DRUMMOND. JOSÉ FERREIRA DA SILVA.
BLUMENAU EM CADERNOS. TOMO I. Nº 08. JUN/JUL DE 1958. PÁGINA 148-150.

Há muito eu vinha alimentando dúvidas quanto à fundação da cidade de Itajaí por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, o diplomata que teve, também, destacada atuação nas lutas pela independência do Brasil.

Já em 1931, em artigos na imprensa blumenauense, expendi considerações em torno do assunto, apontando os motivos que me levavam a opor restrições às afirmativas de vários historiadores nesse particular.

Procurei, de então para cá, intensificar as pesquisas e aprofundar-me mais no estudo do tema tão interessante para o conhecimento dos fatos ligados à colonização e ao povoamento da Bacia do Itajaí.

E, quanto mais me adentrava no problema, mais em mim se acentuava as desconfiças de que a história da fundação de Itajaí estava muito mal contada.

Com os elementos últimamente colhidos, posso, agora, afirmar que andam muito errados os que atribuem a Drummond a fundação da linda e futura cidade.

Não tem nenhum alicerce histórico o fato que se quer estribado nas próprias afirmações de Drummond nas *Anotações* (Vol. XIII dos *Anais da Biblioteca Nacional*) de que ele tivesse organizado, em Destêrro, uma expedição provida do necessário, inclusive peças de um engenho de serrar e de um estaleiro para a construção de barcos, e com ela tivesse rumado para a barra do Itajaí, onde ancoraria para fundar ali um estabelecimento.

Nada disso é verdade. Nem é verdade que ele tivesse construído o engenho num dos ribeirões próximos, nem que tivesse mandado construir uma sumaca para o transporte dos produtos da sua colônia para o Rio de Janeiro.

No livrinho que pretendo entregar à publicidade dentro de pouco, darei as razões e as provas em que fundamento essas assertivas.

Quero, entretanto, resumi-las aqui, pois acho que já é tempo de restabelecer a verdade em torno e de se fazer justiça aos que são, realmente, os fundadores da cidade e que jazem em completo esquecimento.

Deixando de lado as ocorrências anteriores a Drummond, a propriedade e a posse efetiva de vários sesmeiros sobre os terrenos em que assenta a atual cidade, vamos ao ponto capital da questão.

Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcellos de Drummond regressou, em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Villanova Portugal, expôs-lhe o resultado de suas observações quanto às condições da província, sobre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e sugerindo medidas que julgava indispensável fossem tomadas para a concretização do plano que fosse aprovado.



Entre parênteses: Os planos que êle expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito trata na sua conhecida *Memória Política* (reabertura da estrada de Lajes, anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí, etc).

E sugeriu, também, o aproveitamento de duas sesmarias, de uma légua em quadro cada uma, nas margens do itajaí-mirim, que eram de propriedade do Tenente Coronel Joaquim Mello e de Dona Ana Rodrigues e que êstes estariam dispostos a ceder a El-rei, caso êste se dispusesse a aproveitá-las para um estabelecimento colonial.

Essas sesmarias ficavam cêrca de dez quilômetros, acima da confluência daquele rio no Itajaí-açu e se estendiam por mais doze quilômetro adiante, ou seja, pelo território do atual município de Brusque.

O ministro – honra lhe seja feita! – que muito se interessava em desenvolver econômicamente a província, e ainda porque lhe convinha manter afastado da Côrte o seu irrequieto protegido, concordou com Vasconcellos de Drummond.

E, por aviso de 4 de fevereiro de 1820 (notem bem esta data) mandou medir, oficialmente, as duas sesmarias e, no dia seguinte, 5 de fevereiro de 1820 (perdoem a repetição necessária) determinou que Vasconcellos de Drummond regressasse a Santa Catarina para tomar posse das duas sesmarias para El-rei e nelas fundar um estabelecimento.

O teor do aviso de 5 de fevereiro foi publicado à página 116 dêstes “cadernos”.

Por um dêsses felizes acasos com que a sorte premia, às vêzes, os esforços dos pesquisadores bem intencionados, vi em mãos do mestre Oswaldo Cabral, na documentação que conseguiu juntar para escrever a história de Brusque, a prova atrás da qual eu andava há muito tempo.

Bem se pode imaginar a alegria com que examinei o mapa da medição militar feita em consequência daquele aviso de 4 de fevereiro. Era a certeza de que eu não havia feito deduções erradas, nem havia engano nas minhas conclusões.

O mapa é o que ilustra êste artigo [vide mapa à página 38 deste Anuário - n. do editor].

Observe-se êsse documento e as suas anotações e compare-se-os com as determinações do Aviso que encarregou Drummond de fundar uma colônia em Santa Catarina, no Itajaí-Mirim.

Não se pode chegar a outra conclusão senão à apontada, a verdadeira: Drummond veio ao Itajaí para fundar um estabelecimento colonial no Itajaí-Mirim, no território do atual município de Brusque. E ali tomou, realmente, algumas providências para pôr em execução o seu plano. Mas, nunca chegou a executá-lo.

Nos terrenos da atual cidade de Itajaí êle não praticou nenhum ato de colonização, mesmo porque todos êsses terrenos já eram do domínio e posse de particulares, que ali tinham casas e plantações, conforme fartamente tenho provado, inclusive no livrinho que publiquei em 1932, *A colonização do Vale do Itajaí*.



O mais que se tem dito e escrito é lenda, pura imaginação, sem base histórica.

O fundador de Itajaí, no meu entender, foi Agostinho Alves Ramos de quem falarei em outro artigo.

E diga-se desde já: Itajaí pode sentir-se tão orgulhosa de ter Alves Ramos por fundador quanto por Drummond, se o fôsse.

1958 - A GRANDE INJUSTIÇA. NEMÉSIO HEUSI. BLUMENAU EM CADERNOS. TOMO I, Nº 9, AGOSTO DE 1958, PÁGINAS 177-178.

PESSOALMENTE e por cartas que recebo, tenho sido mal compreendido desde que escrevi *Controvérsia Histórica* em a *Revista do Sul*. Nada há contra a *A Pequena Pátria*, de Marcos Konder. Nada há contra Vasconcellos de Drummond. Nada há contra a fundação de Itajaí. O que há são fatos históricos que pesquisados mais pacientemente, por historiadores como, José Boiteux, Lucas Boiteux, José Ferreira da Silva e Oswaldo Rodrigues Cabral, deram e ainda dão, uma versão muito diferente daquela que Marcos Konder deu em a *Pequena Pátria*, que acredito, foi precipitadamente, no interesse admirável de dar data e fundador para Itajaí. Não discutimos a data o que pomos dúvida é quanto ao fundador, senão vejamos: Nas *Anotações* feitas pelo mesmo Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que Marcos Konder presume ser o fundador de Itajaí, a sua biografia publicada em 1836 na *Biografie Universelle et Portative des Contemporaines*, êle, Drummond, nada disse ou escreveu que o autorizasse como fundador ou colonizador de Itajaí. A sua missão naquela época como disse Ferreira da Silva em *Blumenau em Cadernos*, Tomo I, número 8, de junho e julho do corrente ano, à página 148 ... “Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcellos de Drummond regressou em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Villanova Portugal, expôs-lhe o resultado de suas observações quanto às condições da província, sôbre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e concretização do plano que fôsse aprovado. Entre parênteses: Os planos que ele expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito tratara na sua conhecida *Memórias Políticas* (reabertura da estrada de Lajes), anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí etc etc”.

Lemos tôda a biografia de Drummond e as suas anotações, nelas nada disse Drummond que se referisse sequer, a um ato seu de fundação ou colonização de Itajaí. Marcos Konder deve ter feito confusão quando afirmou em sua *Pequena Pátria* página 7 ...

Por êste folheto (refere-se à biografia e anotações) se sabe que Drummond veio a S. Catarina pela segunda vez em 1819, especialmente para empreender a colonização das terras marginais do Itajaí, aqui estêve, fundou povoados, construiu um barco e despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do Rio Itajaí que êle mandou a madeira para obra do museu do Campo de Santana e mandou de PRESENTE, por que fôra cortada e serrada à sua CUSTA – os grifos são nossos.



Nada disto é verdade, há, como já disse, muita confusão em Marcos Konder. Aliás, Ferreira da Silva tem documentação conseguida pelo Almirante Lucas Boiteux nos arquivos do Ministro da Guerra, sumamente interessante e breve êle escreverá em *Blumenau em Cadernos* provando que a madeira acima referida por Marcos Konder, não foi mandada à sua custa, nem presente de Drummond! São documentos históricos que trarão luz a êste fato afirmado, sentimentalmente, por Marcos Konder.

Vasconcellos de Drummond não esteve pela segunda vez em 1819 em Santa Catarina como também afirma o ilustre autor de *Pequena Pátria*. Pela segunda vez êle esteve em 1820 quando veio tomar posse das duas sesmarias doadas a El-rei para nelas fundar um estabelecimento. Mais notem bem, estas duas sesmarias são às margens do Itajaí-mirim e pela distância coincidem a sua localização, com o Município de Brusque, conforme também e, ainda, Ferreira da Silva, em *Blumenau em Cadernos* acima referido, tão claramente, expôs publicando um mapa encontrado pelo mestre Oswaldo Cabral quando pesquisava documentação sobre a História da fundação de Brusque. Foi no Itajaí-Mirim que Vasconcellos de Drummond recebeu a missão de fundar um estabelecimento, nunca na foz do Itajaí-Açu, onde hoje, se localiza a nossa histórica e querida Itajaí. Estou coligindo dados e, se Deus quiser, em abril do próximo ano, quando Itajaí festejará o seu centenário de criação de município, publicarei um livro para esclarecer de vez esta controvérsia histórica.

Com isto não estarei fazendo uma grande injustiça a Marcos Konder como alguém me disse. *A Pequena Pátria* foi o admirável comêço que Marcos Konder, com tanta sensibilidade escreveu, sobre a história e fundação de Itajaí, acredito que não quererá Marcos Konder, que ela seja um dogma e que ninguém mais possa escrever sobre a fundação e colonização da nossa querida terra.

A História só se escreve com a luz clara da verdade que se encontra nos documentos que o passado nos legou e, geralmente, dormem sobre o bolor dos velhos arquivos. Nem sempre se pode afirmar sem exaustivas pesquisas, um fato histórico sob pena de cedermos a evidência da realidade.

Já hoje não pomos dúvidas que o verdadeiro fundador e colonizador de Itajaí tenha sido Agostinho Alves Ramos, assim já o disse Ferreira da Silva e pensam também outros historiadores. No entanto, os homens públicos de Itajaí cometeram uma grande injustiça com êste bravo colonizador, relegando-o ao completo esquecimento! Ainda é tempo de reagirmos, prestando uma homenagem pública a êste bravo pioneiro que entre muitas obras beneméritas iniciadas em Itajaí contavam-se: a construção da primeira, segunda e terceira capelinha, onde hoje se encontra a nossa velha Igreja Matriz; contratou e trouxe para Itajaí o primeiro vigário, Frei Pedro, pagando de seu bôlso a cômgrua, o que significava, pensão que se dava ao pároco para sua conveniente sustentação; fêz o primeiro arruamento das largas e principais ruas que ainda hoje tanto nos orgulham; conseguiu e construiu a primeira escola pública; foi inspetor da colônia; deputado provincial por diversas legislaturas; arranjou a Freguesia; foi o primeiro comerciante e industrial; colonizou não só Itajaí como os arredores, Belchior, Pocinho e Gaspar, enfim, tudo fêz pela nossa terra!



Morreu, sendo enterrado no antigo cemitério atrás da velha Igreja Matriz, a 16 de julho de 1853, completamente pobre! E é sobre este grande homem que tanto fez por nós Itajaienses que voltaremos ao assunto até que seja apagada de vez a grande injustiça que praticamos contra Agostinho Alves Ramos.

1959 - SILVEIRA JÚNIOR. DRUMMOND – UM HOMEM DE SORTE. ITAJAÍ.
JORNAL DO POVO. 28 DE MARÇO DE 1959. CAPA E PÁGINA 08.

Graças a Marcos Konder e José Ferreira da Silva, hoje tenho um ponto de vista firmado sobre a fundação de Itajaí. E não pretendo – porque não sou historiador – impingi-lo a ninguém.

É um ponto de vista [...], pessoal, antipático mesmo, porque importa em pôr por terra conceitos já firmados, heróis já cantados em prosa e verso, lições escolares já decoradas e repetidas há decênios.

A minha convicção presente é de que Itajaí nunca foi fundada ... Nem por Vasconcellos de Drummond, nem por Agostinho Ramos, nem pelos Arzões. E nunca foi fundada porque nunca ninguém teve o propósito específico de fundá-la. O povoado, a vila, a cidade nasceram – como milhares de outros povoados marítimos – pelo adensamento de habitações de pescadores e pequenos sitiante, que para aqui aportaram a procura de abrigo e alimento.

No começo, um pescador solitário se instalou na foz do rio. Outros se lhe seguiram. Dentro de alguns anos – que tanto podem ser do século XVII ou do XVIII – por aqui já havia um pequeno povoado que, com o tempo, se transformou em vila e depois em cidade.

A minha conclusão é simplista e se funda no seguinte raciocínio: conta Hans Staden que, meio século após a descoberta do Brasil, já havia ao longo do litoral pequenos núcleos populacionais de índios e brancos que, inclusive, negociavam com piratas e marinheiros europeus, notadamente franceses. Por outro lado, sabemos que todas as atuais cidades e vilas litorâneas de Santa Catarina foram povoadas entre os séculos 17 e 18. Laguna (se não me engano) é de mil seiscentos e tantos. Florianópolis, Enseada de Brito, S. Miguel, Porto Belo, Armação, Penha, Barra Velha, S. Francisco e outras existem há quase três séculos.

Como nossos vizinhos mais próximos temos Armação e Penha, ambas com mais de 200 anos de existência. Há dois séculos passados, Armação era um próspero povoado, com igreja (a mesma de hoje) e Penha não lhe ficava atrás. Ora, mesmo admitindo-se que nessa altura não houvesse a mais precária comunicação terrestre com a foz do Itajaí, assim esse percurso poderia ser vencido em duas horas de canoa. Também Camboriú e especificamente a “Barra” já mandara colonos para as margens do Ribeirão Garcia, muito antes da fundação de Blumenau em 1850. Quando o Dr. Blumenau lá chegou já encontrou os colonos vindos de “Garcia”, como se chamava Camboriú antigamente. Portanto, não será exagero admitir-se que no início do século XIX Camboriú já era povoada.

Não obstante, um justíssimo engano do meu dileto amigo Marcos Konder, nos fez acreditar que até 1820 a foz do Itajaí estava deserta e despovoada, esperando a chegada desse



deportado Vasconcellos de Drummond, que jamais em suas memórias afirmara ter fundado esta cidade.

Sou velho amigo de Marcos Konder e apenas conheço José Ferreira da Silva. Se me faltasse probidade intelectual, haveria de esposar a tese do primeiro. No entanto, o segundo me prova irremissivelmente que, se Drummond fundou alguma coisa, terá sido às margens do Itajaí-Mirim, perto da atual Brusque. Itajaí é que não foi. Mesmo porque não registra a história qualquer fluxo migratório que se tivesse fixado na foz do Itajaí-Açu naquela época. E só assim se poderia explicar que quatro anos após a pretensa fundação, ou seja, em 1824, já aqui houvesse um número de habitantes que comportasse a presença de um padre (Frei Agote) e a ereção de uma igreja “porque os ofícios religiosos eram realizados na casa de Agostinho Alves Ramos”.

Como vimos, em 1820 (data em que se afirma ter sido fundada Itajaí) Armação e Penha já deviam ter um século. Florianópolis, Laguna, Porto Belo e S. Francisco teriam perto dos 200 anos. A Barra de Camboriú já era um povoado. Certamente pescadores na orla atlântica por aqui passavam diariamente. Navios, vindos da Côrte, transitavam ao largo, rumo ao Destêrro. Barcos de Porto Belo iam a Armação e S. Francisco. A Fazenda (parte central desta cidade) já tinha habitantes, os Arzões.

Mas inexplicavelmente, Itajaí, isto é, o miolo da atual cidade, continuava deserta à espera que Drummond a descobrisse e colonizasse. E colonizasse sem colonos, o que é pior ainda.

Não, minha gente! Positivamente, a história não é assim! Marcos Konder, um estudioso das nossas coisas, um intelectual dos mais honestos teve razão de se enganar. Porque êsse Drummond, na sua auto-biografia falava num estabelecimento que teria fundado “às margens do Rio Itajaí” (que não diz ser o “Açu” ou o “Mirim”), num barco que teria construído e em madeira que teria enviado à Côrte. Quem, de boa fé, não teria suposto tratar-se da fundação de Itajaí? Eu mesmo confirmei a hipótese, dedicando a primeira página de um *Anuário* ao barbudo diplomata do Império....

Mas os historiadores são como as traças. Cedo ou tarde descobrem os velhos alfarrábios. Um belo dia, o Almirante Boiteux ou Ferreira da Silva, ou os dois juntos, não sei bem, descobriram um velho mapa de demarcação, provando que as sesmarias entregues aos cuidados de Drummond ficavam a 24 quilômetros da desembocadura do Itajaí-Mirim, portanto, nas imediações de Brusque! Para mim, o mapa foi a “Pedra de Roseta” e José Ferreira da Silva, o seu Champollion. Matéria vencida. Assunto liquidado.

Mas como íamos passar sem um fundador? Nós que já o possuíamos, que já o havíamos transformado em herói, já o colocáramos na galeria de honra da Prefeitura, já o fizéramos avenida e clube e por pouco não o bustificamos? Não! Isso era obra de iconoclasta! Que não se procurasse desonrar as venerandas barbas do nosso “fundador”, ainda mais agora às vésperas do nosso Centenário de Município.

Pensou-se substituí-lo por Agostinho Alves Ramos, que por aqui viveu no primeiro quartel do século XIX. Sem fundador é que não poderíamos ficar! Destronar o velho Drummond, homem culto, com cara de profeta e dizer simplesmente que Itajaí nunca foi fundada, era um



golpe mortal na nossa história, um ultraje às nossas tradições! Blumenau, Brusque, S. Francisco, Laguna e até Ilhota tem fundadores. Nós então haveríamos de abrir mão do nosso?

x x x x

E nesse pé está a questão. Não temos fundador. E não podemos nem cantar a marchinha: “Ela foi fundada em 1882...”

Concordo perfeitamente que não se outorgue essa honra a um botocudo qualquer. Mas teremos que revisar a nossa história. Nem Drummond, nem Agostinho, nem Arzão. Vamos começar tudo de novo.

Sugiro até que se dê a seguinte redação às nossas futuras monografias:

Pescadores portugueses, ao comêço do século XVIII, quando demandavam ao Destêrro, foram acossados por violento temporal, forçando-os a se abrigarem na enseada a que deram o nome de Cabeçudas. Como as praias eram piscosas....

E continuar por aí agora até que se consuma um século de história que, afinal, não é nada na vida de um povo.

O que me parece insustentável – e neste ponto temos que dar a palma a Ferreira da Silva – e mantermos por mais tempo êsse engano, que era absolutamente perdoável, enquanto não havia prova em contrário.

Convenhamos que já basta de endeusar Drummond, que por aqui passou de viagem para Brusque, tomou um cafézinho no Braúlio e virou herói municipal. Das suas cinzas, o velho Heródoto deve estar dando boas gargalhadas. E pensando:

- Que bons discipulos tenho em Itajaí !....

1959 - O ASSUNTO É VASCONCELLOS DE DRUMMOND. ARNALDO BRANDÃO. JORNAL DO POVO DE 30 DE OUTUBRO DE 1959. EDIÇÃO DE NATAL; BLUMENAU EM CADERNOS. TOMO II, OUTUBRO DE 1959, Nº 10, PÁGINAS 197-198.

O ponto mais importante que se nos apresenta agora, nas vésperas do Centenário do Município de Itajaí, é, sem dúvida, a autenticidade de Vasconcellos de Drummond, como figura primordial da fundação da cidade. Não desejo entrar nessa peleja de historiadores contrerrâneos que se debatem para elucidar o caso. Quero, apenas, auxiliá-los, remetendo-lhes elementos, a fim de que melhor estudem o assunto, conhecendo mais aprofundadamente a figura ilustre de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Preocupado com isto, iniciei minhas pesquisas, dirigindo-me a um grande amigo, o escritor e teatrologo Hermógenes Viana, membro da Academia Pernambucana de Letras. O citado intelectual, certa feita enviou-me um de seus livros, justamente o volume em que agrupava algumas peças teatrais. Entre elas: *O Patriarca da Independência*, em que tomava o nosso Vasconcellos de Drummond como personagem. Lembrei-me então de escrever-lhe



solicitando informações sobre essa figura que talvez, tivesse sido mais extensamente estudada e analisada por ele, a fim de ser incorporada à peça teatral de sua autoria.

Solicitamente, Hermógenes Viana me atendeu. É lastimável, que nenhum elemento me tenha sido enviado, a respeito da atuação de Drummond na província catarinense. Remeteu-me apenas fatos e passagens conhecidas e citadas em livros, mas que não deixam de ser assás interessantes e importantes para aqueles que se preocupam com a personalidade de Vasconcellos de Drummond. Pretendo retornar à carga. Procurar outras fontes e indagar de outros amigos, pesquisadores e historiadores, novos elementos que nos ajudem a recompor esta figura histórica de homem cheio de ideal, cuja atuação política, tanto se efetuou na Capital, como nas províncias do sul e do norte.

Peço vênica a Marcos Konder, a José Ferreira da Silva, a Nemésio Heusi e Silveira Júnior para também me introduzir no assunto. O material que recolher servirá apenas para enriquecer seus fichários, jamais para controvérsias ou querelas. – O desejo unicamente de estudar e conhecer mais essa figura preciosa que tanto se salientou nas lutas em prol da independência. Analisar esse homem que tem tanto de tradição como tem de enigmático. Que passou por uma terra sem quase não deixar rastro. Fundou um núcleo, mas não se importou de deixar uma ata de fundação ou seu nome assinado em algum documento que lhe outorgasse o direito de fundador. E nos legou uma cidade com uma fundação quase lendária, como a Roma ou de Tróia, cuja origem são atribuídas a homens ou a semi-deuses. É o que faz duvidar da autenticidade de Drummond na fundação de Itajaí. Uma figura completa habituada às grandes magistraturas. Mas que não firmou seu nome em documento algum, tampouco se comprova o ato de ele ter fundado Itajaí, deixando como herança essa grande dúvida e a possibilidade de que se cometa uma injustiça, homenageando um fundador que realmente, nada fundou. Que se dissipem as dúvidas e se renda o tributo devidamente ao primeiro homem que lançou a pedra inicial de uma povoação que, mais tarde, seria transformada em grande cidade, cujo nome foi tirado da abundância de taiás existentes nas margens do rio, mas que também isso é assunto de controvérsia e que, até hoje, ainda não se chegou à uma feliz conclusão.

E voltando ao assunto da carta de Hermógenes Viana, aqui segue a transcrição:

Recife, 6 de setembro de 1959.

Meu caro Sr. Arnaldo Brandão

Tenho em meu poder sua prezada carta datada de 2 do corrente, a qual li com interesse e fiquei ciente do que me mandou dizer. Não tenho uma biografia completa do diplomata e jornalista Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, o qual figura, efetivamente, como personagem da minha peça histórica: *O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA*, porém, aqui vou transcrever o que sei sobre Drummond.

“Diplomata e jornalista brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro, em 1794 e faleceu em 1865. Abraçou calorosamente a causa da Independência e prestou grandes serviços a Pernambuco. Sofreu seis anos de desterro” (*Dicionário Prático Ilustrado de Jayme Séguier* – Lisboa – 1910).



No dia 22 de janeiro de 1822, o Intendente Geral da Polícia, João Ignácio da Cunha, pelas 10 horas da manhã, mandou chamar Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, e lhe deu uma cópia do ofício do govêrno de São Paulo para que houvesse de lhe dar a maior publicidade “sem contudo permitir que fôsse impresso”. – Drummond apareceu com a cópia do ofício na loja de livros da rua da Quitanda, esquina da de S. Pedro, então pertencente a Manoel Joaquim da Silva Porto e depois Conselheiro João Pedro da Veiga. Naquela loja se reuniam todos, qualquer que fôsse o credo político de cada um, a procurar notícias, porque era ali onde se vendiam os periódicos e papéis avulsos do tempo. Ali fez Drummond a leitura do ofício e deixou tirar cópias; dali passou ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, situado à rua do Alecrim, hoje rua do Hospício; fez o mesmo na Alfândega, e às 2 horas da tarde, circulavam cópias do ofício e toda a cidade estava de posse do conteúdo dele em modo que quando foi publicado no suplemento nº 4, da Gazeta do Rio, no dia 8, embora já todos soubessem, produziu o maior entusiasmo. (O ofício foi ditado por José Bonifácio e foi uma das causas do FICO do príncipe D. Pedro).

As graves resoluções das Côrtes de Lisboa, conforme ofício de 23 de julho de [...], além de outras determinaram a prisão e remessa para Portugal de todas as pessoas comprometidas nos movimentos do Rio de Janeiro e patentearam a necessidade de providências urgentes. Da Bahia chegaram Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que lá se achava desde algum tempo prestando serviços à causa da independência, depois de haver prestado relevantíssimos serviços em Pernambuco. – Drummond afirmou que José Bonifácio, de quem era pessoa de inteira confiança, resistiu muito ao pedido do Príncipe Dom Pedro para entrar na Maçonaria. – Drummond deu conta minuciosa de todos os fatos ocorridos na Bahia, sob a direção do lusitano o General Madeira, ao José Bonifácio, por escrito, conforme solicitação do mesmo.

Quando José Bonifácio foi preso para ser deportado, perguntou ao General Moraes se faltavam alguns presos e o General respondeu: “O único que falta e por quem espero, da minha lista, é o Sr. Drummond, redator do *TAMOYO*” (*O Patriarca da Independência* – livro de José Bonifácio de Andrada e Silva. – Série 5ª BRASILIANA – vol. 166 da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Edições da Companhia Editora Nacional – Sao Paulo – 1939).

É tudo o que sei a respeito do grande herói da nossa Independência. Nada possuo que informe haver sido ele o fundador da cidade de Itajaí. Com os meus protestos de alta estima e consideração, aqui fica o meu abraço fraternal.

1959 - O FUNDADOR DE ITAJAÍ. JOSÉ FERREIRA DA SILVA. IN: ANUÁRIO DE ITAJAÍ DE 1959. CUNHA E SILVA, LAÉRCIO; MELLO DE FARIA, ROBERTO. RIO DE JANEIRO: HOJE, 1959.

Agostinho Alves Ramos, que nos comêços da terceira década do século passado, se estabeleceu na fôz do maior rio do litoral catarinense, não foi o primeiro morador do Itajaí. Em ali chegando, já encontrou, donos de terras com moradia e plantações, a exemplo de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, no lugar da “Fazenda”, José Coelho da Rocha, doador do terreno para a capela, Domingos Francisco de Souza, Manoel Francisco da Costa, Silvestre



Nunes Leal Corrêa e muitos outros que, entre 1792 e 1819 requereram e obtiveram sesmarias no grande e no pequeno Itajaí, nas proximidades da cidade dêsse nome.

Mas, o que já agora não padece dúvida, é que foi êsse Alves Ramos, quem, construindo casa de pau-a-pique, onde montou negócio, levantando a primitiva capelinha e para ali trazendo o primeiro padre, fundou o povoado, origem da atual sede do município de Itajaí.

A versão que atribue a Vasconcellos de Drummond o princípio do povoado, em face dos documentos vindos à luz, ultimamente, deve ser posta de lado porque não encontra base alguma na verdade histórica. Aquele futuro diplomata recebera ordem de El-rei para tomar posse de terras à margem do Itajaí-Mirim, onde deveria fundar um estabelecimento, terras que ficavam cerca de doze quilômetros para cima da confluência desse rio no Açu, pela altura do local ainda hoje conhecido por “Taboleiro”.

Sendo certo, pois, ter sido ele encarregado de colonizar terras no pequeno Itajaí, não iria, desobedecendo ordens expressas do Rei, começar um povoado e fazer derrubadas em local já comprovadamente ocupado por particulares, que nele tinham morada e roças, muito longe daquelas. Aliás, há documentos oficiais que afastam toda incerteza de que as derrubadas, empreitadas por Drummond, foram feitas em sesmarias, de que existe planta autenticada, nas margens do pequeno Itajaí.

Não se sabe ao certo em que ano Agostinho Alves Ramos se estabeleceu definitivamente no local. Segundo indicações merecedoras de crédito, ele deve ter aportado ao Desterro no milésimo da nossa independência política. Guarda-livros que era e muito hábil, associou-se a Anacleto José Pereira, negociante de grande prestígio na Capital da Província. E, por conta da firma, deve ter visitado os moradores e os poucos povoados espalhados pela costa nortecatarinense desde Desterro a S. Francisco, vendendo e comprando gêneros da terra e fazendas, em lanchões que sempre voltavam à procedência carregados de farinha, cereais, madeira serrada. Esta última, era mercadoria abundante nas margens do Itajaí, onde muita gente se empregava no mister de desdobrar em tábuas as toras abatidas nas densas florestas, ricas das mais variadas essências. Aos serradores do Itajaí, Aires Casal já se referia na sua *Corografia Brasilica*.

Não escaparam, certamente, à acurada observação de Alves Ramos, as riquezas que jaziam inproveitadas às margens do Itajaí e o futuro reservado a terras tão férteis de ser trabalhadas e os benefícios que adviriam, a ele e ao país, da sua exploração racional e metódica.

Resolveu, assim, transferir sua residência do Desterro para a foz do Itajaí, onde adquiriu pequena área de terra para a construção de uma casa de comércio, que suprisse os moradores das redondezas e, ao mesmo tempo, lhes adquirisse os produtos das lavouras e das suas incipientes atividades industriais.

Agostinho era casado com dona Ana, portuguesa, natural de Peniche, senhora ativa, desembaraçada e profundamente religiosa, que muito auxiliou o esposo nas árduas jornadas que precederam à instalação do casal, jornadas trabalhosas, de dificuldades sem contas, de grandes e penosas renúncias.



Ainda e não obstante todas as indagações que tenho feito, não consegui esclarecer se Frei Pedro de Agote, que sabemos ter sido nomeado cura de Itajaí em 1824, aí se estabeleceu com Alves Ramos, tendo vindo em sua companhia. Mas, tudo indica que, ao transferir-se para Itajaí, Alves Ramos tenha trazido o franciscano em sua companhia, pois, um cômodo da casa que construira para negócio e residência, fora reservado para capela, onde Frei Pedro oficiava todos os dias.

Mesmo depois que Alves Ramos, dando prosseguimento aos seus planos, conseguiu que José Coelho da Rocha, que ali vivia desde muitos anos antes, doasse um terreno de 180 braças quadradas, contíguo ao seu, em que foi construída uma capela com cemitério, frei Pedro continuou morando com o casal Alves Ramos, até o seu falecimento.

Alves Ramos redobrou de atividade logo que se viu instalado convenientemente à beira do rio. Por intermédio de frei Pedro conseguiu do bispo do Rio de Janeiro provisão para a construção de uma capelinha decente e para a qual concorreu com quase todo o necessário. Montou uma olaria no ribeirão Conceição, entregando-se a um comércio ativo com os lavradores e tiradores de madeira da região.

A capelinha foi atraindo, para as proximidades do negócio de Alves Ramos, outros moradores e, assim, em pouco tempo, estavam lançados os alicerces do povoado do Santíssimo Sacramento. E Alves Ramos deu tal impulso ao desenvolvimento da região que se tornou logo o homem indispensável, o conselheiro e amigo a quem todos recorriam nas precisões do corpo e do espírito. O seu prestígio estendeu-se a toda a região, sujeita, então, à vila de Pôrto Belo. Não é, pois, de admirar que ele se visse eleito deputado provincial nas eleições que se verificaram em 1934, as primeiras da nova ordem política estabelecida no país.

Valeu-se da sua posição para conseguir favores e medidas tendentes à exploração e ao aproveitamento das terras marginais dos dois Itajaí. Apresentou e conseguiu ver aprovada e sancionada a lei n.º 11, de 1835, que criou duas colônias na região, uma no Itajaí-mirim, provavelmente nas mesmas terras em que Drummond, trinta e poucos anos antes, mandara fazer derrubadas e outra no Itajaí-açu, em Belchior, de que se originou a atual cidade de Gaspar. E não ficou apenas nisto o trabalho de Alves Ramos. Junto às autoridades provinciais e aos amigos de Destêrro, desenvolveu intensa e entusiástica propaganda do Itajaí e da tal forma lhe cantou as belezas e a fortuna que conseguiu levar, para a região, colonos de todas as partes da província. De São Pedro de Alcântara, da ilha de Santa Catarina, de Pôrto Belo, de toda a zona habitada da costa catarinense, foi gente requerer e cultivar terras à beira dos dois grandes rios, estradas naturais que favoreciam as entradas, até muitas dezenas de quilômetros para oeste, do braço civilizador.

É assim que, entre os requerentes de terras do Itajaí naqueles tempos, vemos figurar nomes como os de Silva Mafra, Livramento, Etur, Anacleto Pereira e outros, nomes de prestígio no comércio e na sociedade desterreense.

Percorrendo os livros de registro de informações prestadas, pela Câmara de Pôrto Belo, nos requerimentos de terras na bacia do Itajaí, fica-se admirado do número relativamente grande de requerimentos entre 1830 e 1840, em comparação com os de milésimos anteriores.



Obra indiscutível da atuação incansável e abnegada de Alves Ramos, que não poupava esforços, sacrifícios nem despesas para intensificar o povoamento da região. Ele é, praticamente, o responsável pelo grande impulso que tomou a colonização desde a foz do Itajaí, até as alturas do salto do Ribeirão Branco, além da atual cidade de Blumenau, pois até lá haviam sido requeridas e concedidas áreas cultiváveis, muito antes mesmo do início da colonização alemã com Hermann Blumenau.

Por tão bons serviços prestados à coletividade e ao progresso da província, foi Alves Ramos distinguido pelo imperador Pedro II, por ocasião da sua estada em Santa Catarina, em 1840, com a comenda da Ordem de Cristo.

Dona Ana não se mostrava menos interessada que o marido no engrandecimento do povoado. Pelo seu espírito caridoso, pelo fervor com que cuidava dos interesses religiosos da nascente comunidade, auxiliando frei Pedro na manutenção da ordem e do asseio na capelinha, dotando-a de paramentos e de alfaias condignos, concorreu de maneira proveitosa também para que se reunissem muitos dos fatores que trouxeram, depois, maior desenvolvimento à povoação incipiente. Tinha um irmão médico, que andava pelo Rio Grande do Sul e que, nos últimos anos de sua vida, veio igualmente para o Itajaí, com alguns escravos, tendo morrido em casa de Alves Ramos. Nessa casa morreu também frei Pedro de Agote, deixando livros e papeis que, por ocasião do inventário do coronel, foram mandados queimar pelas autoridades de Pôrto Belo.

A biografia de Alves Ramos, uma narração tanto quanto possível completa das suas atividades como militar (era tenente coronel de milícias), como negociante e guarda-livros, como legislador e como político, como colonizador e como intelectual, precisa ser escrita para que não se apague, jamais, da lembrança dos itajaienses a memória de uma vida, toda ela dedicada aos interesses do povoado que criou e fez progredir até levá-lo às portas da emancipação político-administrativa.

Há aspectos do seu caráter, circunstâncias de uma vida, passagens da sua atuação política que bem mereceriam capítulos especiais. Era um homem inteligente e, para a época, de bastante cultura intelectual. Sabemos que era mestre em riscar plantas de navios e que vários dos grandes barcos construídos no Itajaí, obedeceram a planos por ele elaborados. Escrevia bem e tinha, igualmente, veia poética muito acentuada, com predileção para a sátira, pelas quadrinhas alegres, brejeiras, mordentes, sarcásticas. Guarda-se, dêsses seus pendores, uma amostra bastante relevante, dedicada ao padre Francisco Hernandez, vigário de Itajaí por volta de 1850 e que, diga-se de passagem, e em justificativa do estilo em que foi vazada, tinha lá as suas e muitas mazelas que andavam malevolamente comentadas na boca do povo.

Morrendo-lhe a espôsa, começou também a decadência de Alves Ramos quando Itajaí, por obra sua, já era sede de distrito, uma freguezia de suas oitenta casas, espalhadas entre a foz e a barra do Rio, com a sua capelinha sem torre a espelhar-se nas águas barrentas do Itajaí. Vendeu os terrenos que possuía na Barra ao Dr. Blumenau; vendeu outros bens e escravos e quando a morte o colheu, quase repentinamente, em 1853, era praticamente um homem pobre, tendo sido enterrado no cemitériozinho atrás da capela, a segunda que ele construía. E do pouco que deixou, uns amigos e a justiça de Pôrto Belo deram conta.



Tenho esperanças de encontrar ainda tempo e vagar para escrever com mais minúcias a vida dêsse homem que não sei como Itajaí pôde esquecer. Assim Deus me dê mais um pouco de vida e de saúde!

**1960 – ITAJAÍ – A FUNDAÇÃO E O FUNDADOR. SILVEIRA JÚNIOR. ITAJAÍ.
19 DE MARÇO DE 1960. Nº 300. CAPA E PÁGINA 03.**

José Ferreira da Silva foi gentilíssimo para comigo, ao me enviar os originais do seu trabalho cujo título é o mesmo dêste artigo.

Trata-se de uma obra de grande valor histórico, fartamente documentado e que projeta uma figura que Itajaí tem esquecido por ignorância ou por má fé. Agostinho Alves Ramos. Em “Itajaí – a fundação e o fundador”, José Ferreira da Silva espousa a tese de que o verdadeiro fundador desta cidade não é outro senão essa figura ilustre de Agostinho Alves Ramos.

O seu autor não afirma que êsse pioneiro tivesse vindo para Itajaí fundar uma cidade. Com efeito, quando Alves Ramos aqui aportou em 1823, não como um aventureiro, mas de malas e bagagens para ficar, já encontrou moradores na foz do Itajaí. Mas eram sitiantes que não representavam qualquer “unidade social e muito menos urbana”. Os antecessores de Alves Ramos viviam nos seus sítios, trabalhavam a terra, mas pouco ou nada fizeram para a formação de uma comuna com qualquer rudimento de poder político, administrativo, ou religioso.

Foi Agostinho Alves Ramos que, na verdade, deu forma jurídica e social ao povoado, foi ele que edificou a primeira igreja e trouxe o primeiro sacerdote curado, foi ele que exerceu a primeira autoridade como preposto do Presidente da Província, foi ele que deu combate aos índios, foi ele o nosso primeiro representante na Assembleia Provincial.

A verdade é que antes da vinda de Alves Ramos, Itajaí nunca foi citado como povoado, ou mesmo como simples aglomerado humano. Foi esse homem com sua mulher que projetaram a nascente comuna, atraíram a atenção do governo da Província sobre ela e fizeram os primeiros trabalhos para a criação de um aglomerado humano, oficialmente reconhecido, na foz do Itajaí.

Nós temos o nosso idolo – oficialmente entronizado – Vasconcellos de Drummond e não queremos saber a verdade histórica. Mas o certo é que não deveríamos festejar o centenário do município consagrando êsse erro, hoje perfeitamente entendido e superado.

A tese de Ferreira da Silva é clara, honesta, fartamente documentada. Vasconcellos de Drummond não fundou Itajaí. Se praticou alguma obra de colonização foi às margens do Itajaí-Mirim, entre esta cidade e Brusque. Aliás, neste ponto a tese em estudo é sumária. Depois de provar êsse engano histórico, atribuindo a Drummond a fundação desta cidade, Ferreira da Silva esclareceu ‘Por tudo isso, que comprova à sociedade nada ter Drummond a ver com a fundação da cidade de Itajaí é que julgamos necessário o exposto linhas acima, justificativas das razões por que no decorrer deste trabalho, não nos referiremos sequer a Drummond e aos seus trabalhos no Itajaí, os quais se realizaram em local muito distante dos terrenos onde depois nasceu a cidade, objeto dêste trabalho’.



Portanto, hoje não mais existe o engano histórico. Nem o próprio Drummond jamais se intitulou fundador de Itajaí. No entanto ele faleceu em 1874, quando o povoado que ele teria fundado já era sede de comarca. Estranha a modéstia desse homem. Mas isso ocorreu porque nem ele, Drummond, suspeitou de que a sua menção a um desbravamento “à margem do Itajaí” tivesse se produzido tal confusão.

Insisto, portanto, em que o engano está desfeito. Graças aos estudos e pesquisas de historiadores da figura de Ferreira da Silva, de Boiteux, de Henrique Fontes e outros. Está desfeito o ENGANO DE FATO, mas o ENGANO DE DIREITO perdura por caturrice dos nossos homens públicos. Ainda hoje se ensina nas escolas que Drummond foi o fundador de Itajaí E certamente se Drummond, da sua sepultura, viesse pedir para que retificássemos o engano, nós ainda haveríamos de lutar para perpetuar essa heresia histórica.

Porque nós não queremos provas. Nós fechamos os ouvidos à verdade. Nós insistimos num erro grosseiro, que se justificava enquanto não havia documento provando o contrário. Em Itajaí há uma grande avenida Vasconcellos de Drummond, mas nem uma plaquinha com o nome de Agostinho Alves Ramos. No entanto, o homenageado nunca esteve em Itajaí e Alves Ramos deu 30 anos de dedicação ao nascente povoado. Foi também um poeta e um homem de espírito.

Mas nós queremos consagrar um engano...

Se não fosse o cansaço de pedir em vão, se não fosse o desencanto de malhar em ferro frio, se não fosse a preguiça de clamar no deserto, eu me arriscaria a pedir à Câmara Municipal que lesse os originais do livro de Ferreira da Silva e propuzesse a sua impressão às expensas do município. Brusque imprimiu uma obra de muitas centenas de páginas contando a sua história. Escreveu-a o brilhante historiador Osvaldo Cabral.

Itajaí, muito mais desinteressado, poderia imprimir a obra de Ferreira da Silva – um opúsculo de umas 50 páginas – como um dos trabalhos positivos dos seus discutíveis festejos do Centenário de Município.

Ali está a verdade, senão sobre as nossas origens primeiras, pelo menos sobre os nossos primeiros passos como uma comuna política e socialmente organizada.

Não devolverei a obra ao seu autor sem registrar primeiro o pronunciamento da nossa Câmara Municipal. Quer a sua recusa pelo silêncio, quer o seu interesse através de uma leitura dos originais do magnífico trabalho de José Ferreira da Silva. Quero deixar bem claro, porém que nada disso me pediu ou insinuou o seu autor. Mas eu me constranjo de ver que Itajaí vira as costas a um historiador que está nos enviando a nossa certidão de nascimento como aglomerado humano, enquanto nós insistimos em nos apegar a um engano insubstancial, porque já agora estamos errando de caso pensado ...

Dou a última palavra à nossa Câmara Municipal. Se ela o desejar, eu, com todo o gosto, enviarei ao seu presidente, os originais do trabalho. Do contrário, remetê-lo-ei ao seu autor com este esclarecimento: “Você, Ferreira, que teve tanto trabalho com o ônus da sua



impressão, como, de resto, já fez com Penha e Blumenau. Nós não nos interessamos pela verdade histórica. Nós já temos Drummond”.

Mas acredito que os senhores vereadores meditarão sobre o assunto. E farão justiça a um intelectual que tem feito mais pela nossa história do que aqueles que – em são propósito, mas enganados – desejaram nos impingir um fundador de mentira, um Drummond que entra na nossa fundação como Pilatos no Credo...

1967 - Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. *Jornal do Povo* de 12 de agosto de 1967, página 02.

O historiador José Ferreira da Silva, que publica, há anos, o opúsculo *Blumenau em Cadernos*, endossando o que escrevera tempos atrás, através das colunas do *Jornal do Povo*, vem de estampar um trabalho naquele órgão, sob o título *Itajaí – A fundação e o fundador*, que merece ser lido por todos aqueles que se interessam por história.

A sua narrativa, baseada em dados fidedignos, indo buscar em fontes insuspeitas, afasta, sem dúvida, a hipótese de que Itajaí fora fundado por Vasconcellos de Drummond, conforme ideia esposada por Marcos Konder em *A Pequena Pátria*, o que motivou a homenagem que a cidade lhe prestou, dando o seu nome a uma das nossas importantes avenidas e ao ex-Atiradores.

Pelo que nos foi dado concluir, com a leitura do seu extenso e bem elaborado trabalho, que nos impossibilita de transcrevê-lo, por falta absoluta de espaço, quando Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond veio com a missão de colonizar estas plagas, não se situou à margem do Rio Itajaí-Açu e sim a do Itajaí-Mirim, cerca de dezoito quilômetros acima da barra deste no primeiro dos rios citados.

Além disso, já nessa época existiam outros moradores em Itajaí, pois, a primeira notícia que se tem de concessões de terras na bacia do Itajaí, é a que se refere a João Dias de Arzão que por volta de 1658, obteve do primeiro Capitão-Mór da Vila de São Francisco, uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí, que no dizer de Miguel de Brito, o primeiro historiador catarinense, com a publicação de *Memória Política*, ficava situado nas imediações da Fábrica de Papel, onde atracavam os barcos de grande calado, os transatlânticos, como acontecia com os veleiros que traziam emigrantes da Europa para o Vale do Itajaí.

Mas da atraente e pitoresca narrativa, o que mais nos chamou a atenção foi a personalidade de Agostinho Alves Ramos, que aqui se estabeleceu, por volta de 1823, com uma casa comercial. Todavia, nesse ano, já encontrara algumas casas, plantações e serrarias. Adquiriu de José Coelho Rocha uma área de terra, na qual construiu uma casa confortável e bastante espaçosa.

Homem inteligente e de larga visão, tornando-se o mais importante da nossa antiga Itajaí, conseguiu, em 31 de março de 1823 a provisão eclesiástica, construindo, em terreno doado pelos Coelho da Rocha, a Capela e o Cemitério, quase que exclusivamente de sua bolsa. Representou Itajaí na Assembleia Provincial, nos anos de 1835 e 1841, cuja indicação se deve às suas amizades junto ao comércio e ao governo de Desterro, atualmente Florianópolis.



Pela sua atuação em prol de outros melhoramentos para Itajaí, pelo seu trabalho sem esmorecimento, sempre a favor dos problemas de sua cidade, cuja biografia se deve ao esforço e ao cuidado do jornalista e escritor J. Ferreira da Silva, sentimos a necessidade de re-examinar tudo a que se refere à nossa terra, para que possamos colocar no devido lugar os que verdadeiramente merecem o nosso respeito e a nossa gratidão. Dentre eles um se destaca: Agostinho Alves Ramos, que não sabemos se existem descendentes, pois, segundo lemos, não tivera filhos. Todavia, não temos uma só rua com o seu nome. Nenhuma homenagem a quem se dedicou com afincio pelas coisas de Itajaí, nos seus primórdios.

1971 - DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ. GIL THEODORO MIRANDA.
JORNAL DO POVO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1971. PÁGINA 02 E CONTRACAPA.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1971.

Meu caro Abdon Fóes. Poucas vezes me senti tão perplexo, como no instante em que esse folheto turístico “Itajaí-SC na rota dos mares do Sul” me chegou às mãos e me ficou sob os olhos.

Foram os amigos Silveira Junior, Marico Uriarte, Guido Miranda e Alfredo Fóes, que gentilmente me remeteram diversos exemplares, sem que um, suponho, soubesse da remessa do outro.

A minha perplexidade não está ligada nem à feitura, nem à feição gráfica desse trabalho, pois sua apresentação é realmente e indiscutivelmente soberba e excelente.

A restrição que faço, com a maior severidade, refere-se apenas e exclusivamente ao texto do “resumo histórico” e, *en passant* com reparos à definição do topônimo Itajaí pela sua subordinação óbvia à semântica que é, na opinião dos filólogos, “o estudo das trasladações ou mudanças que, no espaço e no tempo, sofre a significação das palavras”, detalhe gramatical que foi completamente esquecido. Valendo então dizer que as significações “rio dos taiás” e “rio que corre sobre as pedras” continuam igualmente válidas.

Em seguida, foi o livro do Afonso Luiz da Silva, *Itajaí de ontem e de hoje* que elevou ao quadrado a minha surpresa e ao cubo o meu sobressalto cívico.

Realmente, aquele “resumo histórico” redatoriado pelo meu fraternal e querido amigo Silveira Júnior, acrescido da leitura das *Considerações em torno da fundação de Itajaí*, do livro do estimável Afonso Luiz, não nos deixam outra alternativa senão a de concluir, que desde já cinquenta anos, todos nós, itajaienses, estivemos com a mais tranquila e inocente ingenuidade, navegando à deriva num proceloso mar de erros históricos. Sem remos, sem velas e sem leme, assim como quem anda inteiramente ao léu.

Nessas condições e em termos de história itajaiense, cada um de nós seria um verdadeiro pascácio, habitando uma ilha de candura, cercado de equívocos por todos os lados. Isto, diga-se a bem da verdade, apenas e exclusivamente na opinião desses dois brilhantes alunos do ilustre historiador Sr. José Ferreira da Silva, “o mais itajaiense dos tijucanos”, conquanto cada um deles já esteja correndo em faixa própria.



Na moldura deste quadro, aparece o ilustre Sr. José Ferreira da Silva, que veio, com a honrada severidade da sua pesquisa, deixar inteiramente abúlico e moribundo, conquanto incontestavelmente histórico, o fato comemorativo das festividades do nosso 1º Centenário, ocorrido no dia 12 de outubro de 1920. E pelo qual, todos nós, alunos do nosso velho e sempre lembrado Grupo Escolar Victor Meirelles, aprendemos que o fundador da nossa cidade se chamava Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Vem o folheto turístico e deixa o citado e moribundo fato histórico, praticamente às vascas da morte, enquanto que o nosso estimável conterrâneo Afonso Luiz da Silva, pretende, simplesmente, desfechar-lhe um certo e funesto tiro de misericórdia.

E tudo isso oficializado e sacramentado pelo meu dileto amigo prefeito Júlio César. Com uma estranha e paradoxal curiosidade, talvez ainda não percebida, que é a notória e evidente desafinação entre o texto do “resumo histórico”, que é oficial, e as ilações que o Afonso Luiz apresenta no seu livro que já mereceu a aprovação do Sr. Prefeito e, *nemine discrepante*, pelos Srs. Vereadores. Senão, vejamos.

No texto do meu compadre e amigo Silveira Júnior, não há a menor referência a Vasconcellos de Drummond, no que, aliás, segue coerente e rigidamente a linha do Sr José Ferreira da Silva, cujo ilustre senhor, na conferência feita tempos atrás na Câmara de Vereadores, produziu uma peça de extraordinário valor probante, “*mostrando claramente que Drummond sequer esteve em Itajaí*” (grifos meus).

Indubitavelmente, essa omissão é fruto da obsessão do meu querido citado compadre que está com a idéia fixa de destruir Vasconcellos de Drummond e sua obra, o que se corrobora pela sua afirmação de que “Drummond sequer esteve em Itajaí” e mais esta também constante da sua carta de 18 de janeiro pp, que tenho em mãos: “... me convenci de que esse Drummond foi um sonho que passou em nossa vida.”

Essa obstinação do meu velho amigo, que não é de hoje, possui, como válvula de escape, este sintoma meio esquisito: todos os dias, exatamente às 6 horas da manhã, ele dá um pinote, fica em pé na cama e com a mão em concha dá o seu brado: “DELENDADRUMMOND...”, às vezes com um comprido “deleeeenda”, para em seguida tornar a deitar e dormir o sono dos justos.

Na primeira manhã que isso aconteceu, a coitada da minha comadre Lígia levou um susto danado e se pôs a rezar e afazer o sinal da cruz nas costas do Silveira, como quem esconjura o tnhoso. Mas já nesse mesmo dia tudo ficou esclarecido pelo Orlando Braga, também meu amigo, que descobriu imediatamente do que se tratava e prontamente deu a dica:

Olha, Lígia, não se preocupe não. Isso que está acontecendo, é o espírito de Catão, o Velho, que anda ‘baixando’ no Silveira. Pois esse Catão, grande orador, tinha a mania de querer destruir Cartago e terminava todos os seus discursos com as palavras ‘Delenda Cartago’. E essa mania do Silveira de querer destruir o nosso Vasconcellos de Drummond, é a versão nacional do velho e ilustre tribuno. E olha, bota a mão pro céu, porque receber o espírito de Catão, não é pra qualquer um não. Mas o sinal da cruz é sempre bom ...



Já o Afonso Luiz, sem embarcar na mesma canoa furada, fala longamente da presença de Vasconcellos de Drummond em Itajaí, mas, como escreveu um livro inteiro com o único objetivo de nos apresentar um novo fundador, que é a sua tese principal, turva propositadamente as águas para que não vejamos o fundo de seus propósitos e puxa violenta e desavergonhadamente a sua brasa para a sardinha de Agostinho Alves Ramos, concluindo que não se pode atribuir a Vasconcellos de Drummond, “*apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí*” (os grifos ainda são meus). Entretanto, o que o seu livro prova à saciedade é, em síntese, o seguinte: Vasconcellos de Drummond veio *colonizar* e Agostinho Alves Ramos veio *comerciar*.

Se o Silveira tem a mania do “delenda Drummond”, o Afonso Luiz, que deu à luz o seu primeiro livro, tem a mania de sonhar, sonhando sempre com altos voos e o luxo das veleidades literárias, antevendo, em letras de fogo, o seu cognome: “o grande prosador condoreiro”. Mas até agora, acordado, só conseguiu aquele voo rasteiro do biguá, que depois do mergulho sai disparado e atrapalhado com um peixe-rei atravessado na guéla.

E é diante, não só daquela desafinação oficializada, da obsessão do Silveira e dos sonhos do Afonso Luiz, que se encontra agora o nosso estimado e dinâmico prefeito, eis que está também diante da indagação do poeta: “E agora, José?”, indagação que para ainda maior perturbação do Júlio César, também é feita na língua de Cícero – “*Quid nunc, Ioseph?*”, para a qual o famoso poema já foi transposto.

Não há a menor dúvida que o mais sensato seria o Júlio César remanchar tudo isso e festejar o próximo 12 de outubro que assinalará a passagem do 150º aniversário da fundação da nossa cidade, decisão que, sem desdouro para ninguém, só realçaria e engrandeceria a mais lídima tradição da nossa terra.

Eis porque, meu querido e velho amigo Abdon Fóes, venho à tua presença pedir guarida para estas linhas no teu ponderado *Jornal do Povo*, malgrado o meu apoucado engenho para discutir matéria de tão alto coturno, engenho e arte que venho procurando compensar, alimentando-os com rações cientificamente balanceadas, na esperança de preservar o equilíbrio e poder enfrentar o saber ciclópico dos nossos doutos historiadores.

E se peço para entrar no circuito da letra de forma, de preferência em corpo seis para poupar espaço, é sómente por entender que alguém, obrigatoriamente, deve dizer alguma coisa para relembrar aquele fato irreversivelmente histórico, que assinalou a passagem do 1º Centenário da Fundação de Itajaí, coisa que faço, evidentemente, sem pretender dividendos publicitários.

Porque até agora o meu protesto estava circunscrito à esfera da correspondência particular, dirigida ao Marico e ao Silveira, com toda a irreverência e a incontinência de linguagem permissíveis nessa área de mensagens, quando, pela recíproca intimidade, um tem o direito de desencadear sobre a cabeça do outro, uma verdadeira tempestade de amistosos impropérios. E desse direito, usei e até abusei...

Mas acontece que a essas mensagens, a maioria dos itajaienses que ainda se recorda daquele tríduo festivo de outubro de 1920, infelizmente não terá acesso, razão porque, penso, se faz mister motivar a todos esses conterrâneos, com a divulgação destas mal traçadas linhas.



Esses mesmos contrerrâneos, por certo, estarão tão perplexos e tão surpresos quanto eu e como eu também, sabem que fazer rolar uma pedra do alto da montanha é relativamente fácil. O difícil é prever onde ela irá parar, os males que causará na sua trajetória, até chegar à planície. E essa pedra já está rolando, impulsionada que foi pelo pé-de-cabra manejado pelo Silveira Júnior juntamente com o Afonso Luiz.

Eis aí, pelo seu conteúdo social, pelas suas implicações culturais e políticas, o grande desafio, a grande tarefa, a grande missão prosaica de impedir que a lembrança das festividades do nosso 1º Centenário se transforme numa dramática e sinistra pilhéria com a consequente, a imensa, a homérica gargalhada universal.

O que seria o supremo acinte a uma cidade inteira, porque, afinal de contas, já a responsabilidade evidente de uma respeitável população e, obviamente, o necessário devido respeito a essa mesma população que aceitou, aplaudiu e festejou condignamente aquela comemoração durante três dias, razão pela qual a ninguém será dada qualquer competência ou permissão para subscrever o pretendido atestado de óbito, ainda mais quando se sabe que as pesquisas em curso são insuficientes, os estudos inteiramente insatisfatórios e as conclusões, como se viu, algo contraditórias.

Pesquisas que são daquele tipo que faz o pesquisador percorrer uma enorme distância, sem, entretanto, conduzi-lo a destino algum, porque, na verdade, está indo para trás. E é para trás que o nosso estimável Afonso Luiz quer conduzir a todos nós itajaienses, qual o novo “*condottiere*” regressando triunfalmente dos campos de Pistóia...

Pois na sua conceituação de “fundador”, somente não falou na indispensabilidade de uma ata, iniciada pelo indefectível texto: “Aos tantos dias do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo ...”

Em termos de fundação de Itajaí, o que não poderemos esquecer nem permitir a esta altura dos acontecimentos, é que não será possível que a nossa lembrança deixe de gravitar em torno daqueles 3 dias de outubro de 1920. O importante é aquela festa realizada há cinquenta anos, nos bons tempos do vintém idos e vividos, e que a ninguém será permitido surrupiar da história de Itajaí, eis que é essa comemoração que representa o mais autêntico e vibrante marco da verdade, de qualidade e de validade, um marco que será sempre inalterável e irromovível.

Ademais, todo esse chamado “erro histórico” se esboros, fica espatifado e reduzido a nada, absolutamente nada senão apenas e simplesmente a um gigantesco zero à esquerda, diante da força moral que esse admirável, ilustre e saudoso itajaiense que se chamou Marcos Konder, sempre carregou dentro de si, diante da sua dedicação, diante da sua competência, diante, sobretudo, da sua abnegação à causa pública itajaiense.

Eis porque, temos o dever de respeitar, e preservar a sua pesquisa histórica, quando, há cinquenta anos atrás considerou Vasconcellos de Drummond “como o primeiro colonizador destas paragens, certo de que, se outro qualquer aqui esteve antes dele, não realizou ato algum digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado.”



E ninguém de bom senso, até hoje, duvidou da verdade das palavras do próprio Vasconcellos de Drummond, constantes das *Anotações à sua biografia* quando afirmou “ter sido encarregado da comissão de colonizar as terras que banham o rio Itajaí e que muitos trabalhos ali foram feitos” cujas palavras foram gentilmente transcritas pelo Afonso Luiz, mais as seguintes que dão o tom e a dimensão exata e perfeita das razões de Marcos Konder: “*Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenha destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.*” (os grifos também são meus).

A história e os fatos confirmam terem sido infundados os receios de Vasconcellos de Drummond, pois, realmente, os fundamentos da colônia que ele começou a estabelecer e que já florescia quando ele a deixou em 1821, sem dúvida progrediu bastante. O que Vasconcellos de Drummond jamais suspeitou ou recebeu, foi desgraçadamente, o que realmente algumas pessoas (poucas, felizmente) pretendem que aconteça 150 anos depois, isto é, *a destruição dos fundamentos que ele começou a estabelecer.*

Mais adiante, ainda é o próprio Afonso Luiz que nos oferece o subsídio ao falar no historiador Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho e na sua *Memória Histórica da Província de Santa Catarina* que tem o abono de Ildefonso Juvenal e Altino Flôres, para dar “o seguinte depoimento valioso como o mais próximo dos acontecimentos”:

No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.

Mantendo e aceitando a pesquisa de Marcos Konder e, conseqüentemente rejeitando a versão daqueles que, por sensacionalismo ou vaidade ou presunção ou móveis políticos ainda insistem nela pela tolerância que devemos à memória do itajaiense ilustre, que sempre esteve ungido pelo mais elevado sentimento de solidariedade e amor à sua “Pequena Pátria”.

Agora, cinquenta anos depois despejar sobre a sua memória a crueldade da incerteza, fustigá-la com o ferrete da dúvida e da suspeição, é menosprezo e o menoscabo, é a armadilha insidiosa preparada contra quem não pode mais arrazoar, é quase, diria, uma perseguição mesquinha e obsessiva.

É o mesmo que acionar todo um esquema de destruição das forças motoras da sensatez, da própria estrutura social itajaiense.

O que não posso, não devo, nem quero, o que me recuso, como itajaiense que assistiu os festejos do nosso 1º Centenário, embora guri de seis anos, é ficar calado nesta hora, é aceitar o que por aí está sendo dito e escrito sem qualquer voz contestória, é aceitar a destruição do nosso passado e da nossa história.

E como o Afonso Luiz, transcrevo também pela oportunidade e pela profundidade filosófica do seu conceito este pensamento de Gustavo Lebon:

O povo que perde a noção de seu passado, isto é, da sua história, das suas crenças, dos seus ideais, perde a sua alma e está fadado à decadência e ao desaparecimento.



É evidente o sentido tropológico da frase final, que Lebon enfatiza exatamente para vivificar o primeiro período deste extraordinário pensamento.

Finalmente, vem agora, meu caro Abdon Fóes, a convocação que desejo fazer da tua indispensável e valiosa adesão à causa da ressurreição do fato histórico de 12 de outubro de 1920 e consequente comemoração do 151º aniversário da fundação da nossa cidade e que deverá ocorrer em 12 de outubro deste ano. A essa causa, não poderá faltar o concurso e o apoio da tua vigorosa personalidade, pois tens sido um dos principais paladinos das grandes causas itajaenses e esta, sem dúvida, é uma das mais legítimas e das mais autênticas.

Porque a nossa gente, que é essencialmente tradicionalista, absolutamente não perdeu nem vai perder a noção do seu passado, nem da sua história, nem das suas crenças e muito menos dos seus ideais.

Façamos, pois, com o mais elevado espírito público a convocação de todo esse povo que deverá compor o grande tribunal à guiza de um plebiscito moral, de onde sairá a opção e o julgamento. E o seu veredito final merecerá, sem dúvida, o reconhecimento das gerações que hão de suceder à nossa.

Ainda teria muito que falar sobre o livro do nosso estimável Afonso Luiz, notadamente nas suas omissões e contradições. Da sua falácia e da sua audácia, malgrado o louvor que, por certo, merece o seu esforço e a sua inteligência. Fica para outra vez, se for realmente necessário.

Um abraço muito grato e saudoso do teu amigo,

Gil Miranda.

1971 - DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ. AFONSO LUIZ DA SILVA.
JORNAL DO POVO DE 13 DE MARÇO DE 1971. PÁGINA 07.

Itajaí, 8 de março de 1971.

Prezado Senhor Abdon Fóes:

Sendo possível, gostaria de ver publicado o texto desta carta, que nada mais é de que uma análise do que escreveu o ilustre conterrâneo Gil Miranda.

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA FUNDAÇÃO E DO FUNDADOR DE ITAJAÍ

Quando me dispus a escrever sobre a história política e administrativa de Itajaí, não foi, por certo, para envocar tradições que se basearam no entusiasmo de um dos maiores filhos desta terra que, com a melhor das intenções, decidiu dar um fundador à sua Pequena Pátria, visto haver decorrido um século sem que se soubesse a quem homenagear.

Foi pouco feliz o padrinho de Vasconcellos de Drummond, já que aquele moço de apenas 24 anos de idade, rebelde e de espírito libertário, não foi fiel e coerente nas anotações que fez à sua biografia. Foi, no dizer popular, pior a emenda do que o soneto.



Não quero evocar tradições, nem posso deixar de dar razões a Gil Miranda, quando defende com unhas e dentes a doce lembrança da sua infância, quando, com seis anos de idade, presenciou uma das maiores festas da época: o primeiro centenário da fundação de Itajaí.

E desse centenário fala e escreve. Na sua carta citou cerca de nove vezes o dia 12 de outubro de 1920, sem mencionar uma única vez o que aconteceu no dia 12 de outubro de 1820. No início da leitura de sua carta, publicada no *Jornal do Povo*, fiquei esperançoso de que no correr do texto fosse descoberto o mistério. Mistério que não foi desvendado nem por grandes escritores nem pelo próprio Gil, que nunca citaram a data de 12 de outubro de 1820, pelo simples fato de nada ter ocorrido naquele dia. Nem Marcos Konder, que no dia 12 de outubro de 1920, como Superintendente Municipal, reuniu o Conselho para comemorar o primeiro centenário da fundação da cidade de Itajaí, e no seu discurso, publicado mais tarde com o título de *A PEQUENA PÁTRIA*, fez a introdução dizendo:

A data exata da fundação não consegui averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta despretenciosa crônica, foram as *Anotações*, feitas pelo mesmo Drummond, à sua biografia, publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*.

Como se vê, nem o próprio protetor de Drummond sabia a data exata da fundação, mas mesmo assim, festejou o 12 de outubro de 1920 como sendo a passagem de um acontecimento histórico.

O mais importante, entretanto, aparece nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, onde se acham todos os documentos imperiais, entre eles o Aviso de 5 de fevereiro mandando Drummond colonizar duas sesmarias às margens do “Tajaí-Mirim” à duas léguas da sua foz; cartas trocadas entre Villanova Portugal e o Presidente da Província de Santa Catarina, por onde se sabe que Drummond não era muito bem visto na Corte, e tantos outros papéis que nos dão a certeza absoluta de que Drummond não esteve na foz do Itajaí-Açu e sim a duas léguas da foz do Mirim, onde hoje localiza-se o povoado de Tabuleiro.

Alguém, procurando justificar, afirma que Tabuleiro pertence ao Município de Itajaí e por isto deve ser considerado Drummond como fundador, porque foi o colonizador daquelas terras.

Ninguém, de bom senso, poderá afirmar que foi da localidade de Tabuleiro que teve origem a cidade de Itajaí. E muito menos que foi da Armação de Itapocorói, onde já havia adiantada civilização quando Drummond por aqui andou.

E por não ter Marcos Konder consultado outros documentos, como ele próprio diz no seu discurso publicado com o título de *A Pequena Pátria*, é claro que dançou na música de Drummond, que criou uma grande confusão, pois nunca disse em seus escritos se foi nas margens do Itajaí-Açu ou Itajaí-Mirim, que esteve e fundou um estabelecimento.

Agora, invocando tradições e clamando pelo 12 de outubro de 1920, Gil Miranda procura incutir na juventude de nossa terra que devemos continuar aceitando como fundador um moço que esteve tão longe do local onde nasceu a cidade de Itajaí. Nada fez pela fundação



de Itajaí e nem aqui ficou, pois “aquela grande parcela da sua vida dedicada em favor da nossa terra” - como diz Abdon Fóes no seu artigo de 1ª página, não passou de alguns meses, pois Drummond retirou-se em abril de 1821.

Hoje, Itajaí é uma cidade universitária, tendo, inclusive, um curso de História na Faculdade de Filosofia. Não se pode oferecer a esses acadêmicos apenas tradições, quando se tem a história verdadeira. Não se pode pedir a eles que aceitem, como faz Gil Miranda, a Drummond como fundador de Itajaí.

Gil Miranda, analisando o que foi escrito no livrete *Itajai de Ontem e de Hoje*, cita pela metade um tópico em negrito extraído de uma obra de Almeida Coelho. Gil transcreveu desta forma:

No mesmo ano, (1820) veio da Corte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcellos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.

Ora, não sei por que não continuou com a transcrição, onde se lê:

[...] Este homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar taboado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de dispendar a Fazenda Real, em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados; não fez mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. “Ouvuiu-se por muitas vezes dizer: aproveitemos o Ministro de Estado (era então Thomaz Antonio de Villanova Portugal) que está velho.”

Não havendo, pois, muito a dizer sobre Drummond, visto ter dado provas suficientes no livro *Itajaí de Ontem e de Hoje*, passo a analisar, ligeiramente, a personalidade de Agostinho Alves Ramos que foi, exatamente, o oposto de Drummond.

Agostinho aqui chegou e encontrou umas quarenta casas, muito esparsas com moradores sem qualquer espírito de iniciativa ou interesse de prosperar. Como era homem de visão, sentiu que nesta planície poderia haver prosperidade se alguém se dispusesse a enfrentar, com sacrifícios, o início de uma colonização planejada.

E isto foi o que fez. Veio para cá com mulher e empregados, acompanhado do Frei Pedro Antônio de Agote, o primeiro padre de Itajaí. Comprou terreno dos Coelho da Rocha e construiu a sua casa, no mesmo lugar onde hoje se localiza o Café Democrático. Construiu a primeira igreja e o primeiro cemitério; financiou aos moradores para que plantassem e colhessem, garantindo a compra de todos os produtos. Conseguiu trazer para cá mais gente, que foi se agrupando em torno da sua casa de comércio, da igreja e foi surgindo a cidade de Itajai, sob a inspiração do Santíssimo Sacramento.

Este homem, sim, além de ter dado início efetivamente a uma cidade, aqui ficou até morrer. A sua vida foi um exemplo de dignidade e de trabalho. Foi o primeiro deputado eleito por Itajaí, conquistando para a nossa cidade uma cadeira na Assembleia, depois dele ocupada tantas vezes por honrados cidadãos, aqui nascidos ou levados pelo seu grande amor à nossa terra.



Dele, pelo menos, sabe-se tudo a respeito. De Drummond, apenas o que o próprio anotou à sua biografia e diga-se, não poupou nenhum elogio a si próprio.

Pela carta de Gil Miranda, parece que teremos de viver eternamente nesta dúvida: homenagear a Drummond sem que tenha os merecimentos. Teremos de trocar a verdade pela tradição. Não importa que se passaram 50 anos da comemoração do 12 de outubro, tão falado por Gil Miranda. Importa que há uma geração atual esperando pela verdade e pela decisão do Prefeito Julio Cesar. Há um futuro que não se antevê apenas em 50 anos, mas em milhares deles. E como quer Gil Miranda, nunca terá a felicidade de saber ou pelo menos de poder atribuir, oficialmente, as honras a quem as merece.

Os méritos de Drummond são outros. Muitos, pode-se dizer, mas não de ter fundado a cidade de Itajaí.

E, como antes de publicar *Itajaí de Ontem e de Hoje* tive o cuidado de ouvir algumas valiosas opiniões de ilustres personalidades desta terra, não temos a menor dúvida de que a nova geração e grande maioria dos queridos velhinhos itajaienses estão do nosso lado, esperando pela mais justa decisão governamental: a oficialização da data da fundação e o nome do fundador.

Assim, convinha ao Prefeito Julio Cesar, colocar tudo em pratos limpos, mas sem envocar tradições, para que não se perca de vez os efeitos da frase de Lebon, que abre o meu livrete. Certo de que se prosseguir como está, aí é que teremos perdido a noção do nosso passado, e estaríamos fadados ao desaparecimento, pelo menos, histórico.

**1971 - UMA CIDADE EM BUSCA DE UM FUNDADOR. ARNALDO BRANDÃO.
JORNAL DO POVO DE 10 DE ABRIL DE 1971. PÁGINA 05 E CONTRACAPA.**

Talvez o título seja um tanto ou quanto irreverente. Estamos presenciando, porém, a nova investida em um campo que nada nos traz de concreto. Simplesmente nos vem reavivar uma questão já quase solucionada, questão esta que 20 anos atrás, tomou conta de nossos historiadores e inflamou leitores de nossas revistas e jornais.

Encontramo-nos novamente em pleno “*affaire* Fundador do Itajaí”. Voltam os arquivos a ser revirados. Pastas reabertas. Livros consultados. Cartas trocadas. Opiniões pesquisadas e até plebiscitos sugeridos, para que se chegue a um acordo e a gloriosa figura do fundador de nossa cidade seja homenageada, desta vez sem a dúvida deprimente de um competidor, e que somente ele receba dos itajaienses a consagração merecida.

Entretanto, nossa cidade parece ter sido gerada sob o signo da dúvida. O primeiro enigma encontrado no significado de seu nome, para o qual existem duas traduções: Rio que corre sobre as rochas é a primeira. A segunda: Rio Taiá, resultante da abundância dessa planta na região. Duvida-se ainda do local onde os fundadores se estabeleceram para formar a povoação. Uns dizem que foi no lugar que hoje denominamos Fazenda e outros, posteriormente, vieram nos informar de que tudo nasceu no ancoradouro, onde o rio faz a grande curva e que atualmente



tem o nome de Barra do Rio. Uma terceira dúvida com a qual nos deparamos em qual dia teria sido, exatamente, a data real da fundação? E desta terceira dúvida, passaremos à principal: qual teria sido na realidade o fundador da nossa Itajaí? Dois nomes nos são apontados. Neste caso as opiniões se bifurcam. Dois vultos disputam a glória de terem sido os fundadores de nossa cidade. Vasconcellos de Drummond e Agostinho Alves Ramos. Duas correntes formaram-se em torno dessa celeuma despertada. Em breve, teremos os Agostinianos (que me permita a veneranda Ordem assim chamá-los) e os Drummoneanos. Ambos os grupos parecem não chegar jamais a um acordo. Vasculham provas, que são escassas. Visitam bibliotecas. Folheiam livros da época. Percorrem cartórios e pesquisam arquivos arcaicos. Quase nada encontram de sólido. Enumeram, então, alguns “registros”, meras “citações”, uns poucos “avisos” e o resto é o vazio infinito. Se Vasconcellos de Drummond chegou a ser diplomata e Agostinho Alves membro da Assembleia Provincial, como colonizadores falharam completamente. Contam-nos os historiadores que Drummond desembarcou em nossa terra, com a intenção de derrubar árvores e exportá-las para o Rio de Janeiro numa sumaca construída em estaleiro improvisado. E mais uma vez também deparamos com outra incerteza: existiria ou não a tal sumaca *São Domingos-Lourenço*?

Até agora, não cheguei a nenhuma conclusão. E não compreendo o porque dessa insistência em dar a um homem que veio com a finalidade de apenas explorar nossas madeiras, a glória de fundador. Quanto ao segundo, ao desembarcar, já encontrava moradores naquela região que, ao tudo indica, já teria sido bem explorada, o que parecia unicamente ansiar pela chegada de alguém que viesse oficializar o Ato de Fundação. Dizem os estudiosos que o primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajaí-Açu refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do 1º Capitão-Mor da Vila de São Francisco uma sesmária nas proximidades da embocadura do grande rio. Defrontamo-nos, pois, com um terceiro personagem. E outras pessoas receberam sesmarias à beira do rio Itajaí, muito antes dos nossos discutidos fundadores terem aparecido, em um período que vai de 1672 a 1811. Somente nas proximidades da Independência é que vamos deparar com os nomes dos dois, a quem desejamos consagrar como verdadeiramente fundadores. O que significa que até então, tudo se confunde na mais densa nebulosidade.

Minha opinião foi sempre a mesma. Seja Tajaí ou Itajaí. Tenha ou não o significado dúbio de Rio que corre sobre as rochas ou Rio Taiá, conforme os índios tupis-guaranis denominaram o grande rio e as planícies que se estendem às suas margens. Com este toponímio, aparecem todas as citações, todos os avisos e registros. Não foram, pois, os Arzões, nem os Drummonds, tão pouco Agostinho Alves Ramos que a batizaram com esse nome tão puro e que bem retrata a beleza da região. Tenha sido na atual Fazenda ou na Barra do Rio ou nesse ignorado Taboleiro que os fundadores tenham se agrupado com seus escravos e homens trazidos de outras bandas, pouco importa; o que é certo é que ali existiria anteriormente uma grande taba. Eram os índios os donos da terra e o branco chegou para expulsá-los, abater suas árvores e serrar a madeira. E os nativos que até então viviam tranquilos, naquela verde faixa que vinha da Itapocorói até Itapema, viram suas terras serem tomadas; onde se erguia outrora a gloriosa taba, levantaram-se construções, engenhos, serrarias e uma capela de pau a pique.



Não me envergonho, pois, da origem de nossa terra. Ao contrário, orgulho-me bastante dela e desses silvícolas que nos legaram o doce nome da nossa cidade. Eles que primeiro chegaram às nossas planícies e serviram-se do longo rio, para suas pescas audaciosas. Deixaram nelas seus ossos, como estamos encontrando agora nas últimas escavações feitas junto ao Morro do Farol. Eles, que deram nomes aos acidentes geográficos que encontraram e que o branco foi logo os substituindo, um a um, por nome de santos ou de homens de prestígio na mais tacaña forma de bajulação. Não vejo razão, pois, para desfecharmos uma batalha em torno de um fundador que nem sequer lavrou uma ata de fundação. Homens que se tinham como inteligentes e de considerável preparo para a época e que nos deixariam apenas raros documentos assinalando sua passagem por estas plagas. Porque nada mais fizeram do que passar e retornar pressurosos ao lugar de onde vieram.

Meu pai, Joca Brandão – que foi um colecionador como existiram poucos em nosso Estado – jamais guardou, entre seus objetos, algo que revelasse uma origem civilizada, relacionada com a fundação de Itajaí. Não que se tivesse descuidado ou se omitido em tal, mas porque não topou mesmo com algo que houvesse pertencido a Drummond ou Agostinho Ramos. E acredito que ninguém desses dois forasteiros guarde qualquer objeto, precário utensílio que fosse proveniente dos primórdios da nossa tão discutida fundação. O mesmo não se pode dizer dos índios. Grande foi o acervo de meu pai em seu museu particular, de peças oriunda das tribos que habitavam o Vale do Itajaí. Quem tiver a curiosidade de ver que procure, em Azambuja, o museu que leva seu nome. E tais objetos, perfeitamente conservados, encontram-se em salas apropriadas à exposição dos visitantes.

Os “bugres”, conforme eram chamados os índios pelos alemães trazidos pelos colonizadores, fugiram para o interior do Estado e não sei se ainda lá são encontrados. No caso de existir remanescentes, Deus que os guarde, porque já pertencem à categoria das “*avis raras*”.

É bem possível que tenha herdado de meu pai esse indianismo efervescente. Ele que deu aos filhos mais velhos o nome de Ceci e Peri e que da mesma forma, chamaria de Guarani à tradicional sociedade por ele fundada. Mas, não quero me deixar levar por sentimentalismo e paixões. Por conseguinte, reafirmo que nossa terra pertenceu primeiramente aos índios. Fosse nos Estados Unidos e teria sido ela a pátria dos arrogantes Sioux, dos Cheyennes, dos vingativos [...] ou dos suntuosos Comanches. Entretanto, nós pelejamos ardentemente por encontrar um fidalgo, se possível, alguém que tenha pertencido à nobreza, para glorificá-lo, deixando de render aos tupis-guaranis a gratidão que verdadeiramente lhes devemos.

Claro, que minha opinião é a opinião de um jornalista interessado e não a de um historiador ou documentarista. Não venho armado de um documentário especial e volumoso. Pela primeira vez, estou abordando esse tema, aliás excessivamente apaixonante, sem ironia e sem qualquer agressividade.

Muito certo andaria o Conselho Municipal de Turismo se estimulasse aos nossos historiadores para que, através de livros publicados, nos documentassem as certezas e as incertezas de nossa fundação. Estou bem certo de que gente como o Silveira Júnior e o José Ferreira da Silva, para tal, estariam suficientemente equipados, sem falar dos novos que também



poderiam participar com monografias, esboços históricos ou biografia dos mencionados fundadores. Em suma, uma equipe que trabalhasse para que pudéssemos futuramente dispor de uma bibliografia adequada e não restringir uma questão de interesse geral a simples debates jornalísticos ou improdutiva e transitória querela epistolar.

Brasília, março 1971.

1971 - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ. SILVEIRA JÚNIOR E JOSÉ FERREIRA DA SILVA.
CADERNOS DE BLUMENAU. TOMO XII, ABRIL 1971, Nº 04, PÁGS 73-5.

Do nosso prezado colaborador, jornalista Silveira Júnior, de Itajaí, recebemos a seguinte carta a que, com grande prazer, damos acolhida nesta edição, juntamente com a resposta do nosso diretor.

Meu caro José Ferreira da Silva:

Vou resumir bastante esta carta para ver se você poderá publicá-la no seu excelente *Blumenau em Cadernos*. Ela vem a propósito da matéria estampada no *Jornal do Povo*, de 27 de fevereiro, que transcreve uma carta de Gil Miranda, advogando as honras de fundador de Itajaí para Vasconcellos de Drummond e da minha resposta, publicada em *O Sol de Camboriú* de 6 a 12 de março.

Reconheço que o que se segue é assunto de pouco valor histórico, mas contém um dos poucos depoimentos verbais sobre a matéria. É o seguinte:

O meu sogro Paulo Ricardo Pereira, nasceu em 1 de novembro de 1880. Tem, portanto, mais de 90 anos. É vivo, lúcido e tem uma memória fotográfica para tudo que tenha acontecido na sua juventude.

Dele recolhi o depoimento que se segue: é filho de Paulo José Ricardo, que tinha 50 anos quando o meu sogro nasceu. Desculpe as constantes repetições, mas quero ser bem claro e esse negócio de parentesco ou tu ficas com a clareza ou com a gramática. Eu prefiro a clareza. Então continuemos:

O meu sogro tem 90 anos; é filho de Paulo José Ricardo Pereira, que tinha 50 anos quando ele nasceu. É neto de Ricardo Pereira, que o meu sogro não sabe quantos anos tinha, quando se tornou pai de Paulo José. Mas vamos supor que Ricardo Pereira tivesse 20 anos quando nasceu o pai do meu sogro. Temos aí três gerações com uma soma de idade nunca inferior a 160 anos. Isto é, 90 do meu sogro, mais 50 do pai dele e mais, no mínimo 20, do avô. Pelo exposto se verificará que Ricardo Pereira (avô do meu sogro) não nasceu em época posterior a 1810.

Perguntarás com justa razão: e o que é que tem isso com a história de Itajaí? Pouca coisa, reconheço, mas que nos permite tirar certas conclusões... É que todos os dois (pai e avô do meu sogro) nasceram em Itaipava. Sobre isso não há a menor dúvida. Lá foram agricultores nas margens do Itajaí-Mirim. O que prova que já, no máximo, em 1810, eram povoadas as terras



do Itajaí-Mirim pelo menos até Itaipava. Disto poderemos tirar uma conclusão: será que Itajaí, em 1820, dez anos depois, ainda estava entregue às baratas, esperando alguém para vir fundá-lo?

Eu reconheço que o acervo de documentos históricos que possui dispensa mais este modesto depoimento. De minha parte não tenho a menor dúvida de que Drummond em 1820 veio para esta região tomar posse de umas terras de El-rei, acima de Itaipava, conforme o mapa que divulgaste, também nas margens do Itajaí-Mirim. Não obstante, José, quiz registrar esta declaração do meu sogro, para que a gente saiba que no começo do século passado isto aqui já era bem povoado.

Um abraço do Silveira Júnior.

PS: Isto não invalida a tua sugestão para que se dê a Agostinho Alves Ramos as honras de fundador de Itajaí. Por um ato de vontade e não por um erro histórico, como se quer fazer com Drummond. Reconheço: Alves Ramos foi o primeiro homem que deu unidade ao povoado, que se interessou pela sua vida religiosa, política e administrativa. Quem levantou a primeira capela que era o símbolo da fundação usado pela gente portuguesa.

Meu caro Silveira Júnior:

Tenho escrito e falado tanto, tenho passado semanas e meses vasculhando arquivos, inclusive o Nacional, do Rio de Janeiro; tenho dado tratos à bola (ou à cuca, como é mais “pra frente”) em busca de respostas lógicas a supostas dúvidas; que já me sinto cansado de tratar desse bendito tema da fundação de Itajaí.

A mim pouco se me dá que Itajaí tenha sido fundado por Drummond, por Alves Ramos, ou “pelo Goivara ou o João Cuca”, criados pelo seu admirável senso de humor.

Mas, com a minha responsabilidade de historiador que procura ser honesto e verdadeiro em todas as suas afirmações, e pela grande admiração e simpatia que me prendem a Itajaí, eu me senti no dever de contestar asserções inverídicas que muito desmerecem os foros de cultura de que a cidade da foz do Itajaí-Açu pode, com justiça, se orgulhar.

Sim, meu caro Silveira, até hoje não me pode entrar na cabeça como foi que se conseguiu inventar Drummond como fundador da sua cidade.

Pois, se as ordens do Ministro do Império, Villanova Portugal, consubstanciadas no Aviso de 5 de fevereiro de 1820, determinaram a ida de Drummond a Santa Catarina para “tomar posse de umas terras para El-Rey e fundar um estabelecimento no ITAJAHY MIRIM”, certamente ele não iria desincumbir-se do encargo em outra parte e, muito menos, à foz do Itajaí-Açu, cujos terrenos ribeirinhos já estavam todos, como você sabe, ocupados com moradores e culturas.

O mestre Lucas Boiteux, dando-me conhecimento do Aviso citado – que, aliás, eu já conhecia – acrescenta: “a futura povoação (que Drummond fundaria)” deveria ser chamada “São Thomaz da Villanova”, como homenagem ao ministro acima, que referendou a nomeação e foi delineada pelo português coronel da engenharia Antônio José Rodrigues (1774-1858), enviado a Santa Catarina incubido das obras das fortificações....



Quando Drummond veio, pela segunda vez, a este Estado (1820) para tomar posse das sesmarias por onde, hoje, se estende parte do município de Brusque, grande parcela das terras do Itajaí-Açu e do Itajaí-Mirim (até Taboleiro, Canhanduva e outros pontos) já tinha sido concedida e estava povoada.

Tenho, em meu arquivo, autografada pelo mestre Boiteux, uma relação de sesmarias concedidas em Itajaí no século passado e no anterior. Entre elas consta a de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, em 1792. Essa sesmaria situava-se na foz do Itajaí-Açu, margem direita, no local do atual bairro da Fazenda, ocupado pelo requerente, proprietário de grande escravidão e muitas plantações.

Possuo outros documentos originais de medições oficiais de sesmarias, tanto nas margens do Açu quanto nas do Mirim, em datas anteriores de vinte anos do “passeio” de Drummond ao nosso Estado. Aliás, nunca se contestou que havia muita gente povoando e cultivando as terras marginais dos dois rios. De quarenta famílias tenho documentação irrefutável, espalhadas por uma e outra margem daqueles cursos d’água. E ali, já no tempo de Drummond e bem antes, produzia-se muito milho, feijão, cana e serrava-se muita madeira. (à mão, porque o primeiro engenho movido a água foi construído em 1849, em Nova Trento).

E foi, justamente, essa riqueza, a fertilidade das terras que atraiu Agostinho Alves Ramos. Este – e eu nunca afirmei o contrário – não foi o primeiro morador da atual Itajaí. Ali, já havia vários sítios com moradores, uns mais próximos, outros mais afastados das margens do rio quando Agostinho Alves Ramos chegou no intuito evidente de formar um povoado, de agrupar os moradores esparsos, de levantar uma igreja, de lançar, afinal, os alicerces da atual e bela cidade de Itajaí.

Essa é que é a verdade. Os que a pretendem negar, baseando-se em puras razões sentimentais, prestam um desserviço à sua terra. Nunca apresentaram um único documento que comprovasse a simples estada de Drummond nas margens do Itajaí-Açu.

E eu lanço daqui e por seu intermédio, meu caro Silveira Júnior, um desafio aos nossos contraditores: Tragam eles um, UM SÓ documento que forneça prova cabal da estada de Drummond, em algum tempo, no local da atual cidade Itajaí, ou de trabalhos que ele aí tivesse realizado, e eu darei, de público, a mão à palmatória. Passarei a acreditar na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcellos Drummond.

Um abraço do seu ex-corde

José Ferreira da Silva

1971 - DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ. LÍBERO OSWALDO DE MIRANDA.
JORNAL DO POVO DE 15 DE MAIO DE 1971. PÁGINA 05.

Prezado Diretor Abdon Fóes.



Com bastante atraso e casualmente, estou tomando conhecimento da edição de 27 de fevereiro último, do *Jornal do Povo*, cujo editorial, sob a epígrafe *Rabiscando aos sábados*, esposa em boa hora e com decisão, a tese lúcida e entusiásticamente defendida por nosso diligente e distinto conterrâneo Gil Theodoro Miranda, quanto ao que se relaciona com a fundação de Itajaí.

Com efeito, o que apenas se deseja - Gil e tantos outros - é que, até verdadeiras e documentadas provas em contrário, seja mantido, como de fundador da cidade, o nome de Vasconcellos de Drummond e mantida igualmente, como de fundação, a data cujo primeiro centenário foi com tanto brilho comemorada em 1920 e tudo, face ao resultado das pesquisas a que dedicadamente se entregara, durante algum tempo, o nobre itajaíense - Marcos Konder.

É de lamentar-se e profundamente, a facilidade com que se pretende, sem maiores fundamentos, demolir todo aquele trabalho, assaz reconhecido, do autor de *A Pequena Pátria*.

Olvida-se, por exemplo, o que a respeito esse nosso saudoso conterrâneo escreveu, ao manter seus fundamentados pontos de vista, em uma segunda edição revista daquele seu opúsculo e também em publicação feita no *Jornal da Tarde*, de Florianópolis, edição de 27 de novembro - 1958, na qual contestava manifestações contidas em artigo de autoria do jornalista e historiador J. Ferreira da Silva. Dizia Marcos: "O Dr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho Alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização". E finalizava solicitando que se terminasse a controvérsia, transcrevendo para isso, o que sobre o assunto publicara o Conselho Nacional de Estatística, ao esclarecer que "Vasconcellos de Drummond permanecera dois anos no novo povoado, findos os quais se retirara a chamado da Corte e sucedendo-o, na direção da Colônia, o Coronel Alves Ramos, o qual tomara a si o encargo de colonizar as terras que marginavam o maior rio do litoral catarinense".

Mas, não obstante, surge agora nova contestação, esdrúxula por todos os motivos, contida em monografia de redação falha por cristalinas e persistentes mostras e que, contudo, procura arrogar-se o direito de impugnar e desfazer princípios há tempo firmados como verdadeiros, isso sem nada aduzir de novo ou fundamentado, capaz de justificar uma tal pretensão.

Esdrúxula contradita sim, porque não deseja o que seria natural e de justiça - nomear qualquer antecessor de Drummond, mas sim fixar como fundador, quem dele veio depois, em 1823 e quando "já se encontrava ocupada toda a área onde hoje se alargam o perímetro urbano e os subúrbios da sede do município de Itajaí".

Honremos, pois, a memória de Marcos Konder, o filho a quem Itajaí tanto deve e mantenhamos a data e o nome de Vasconcellos de Drummond como de fundador de nossa estimada terra natal.

A respeito, portanto, têm a palavra os Executivo e Legislativo de nosso município, afim de decidirem como aceitos esses princípios, já passados em julgado pelo menos desde 1920, ano do primeiro centenário.

Evitar-se-à, assim, o ocorrido no ano transacto, em que passou despercebido o sesquicentenário da fundação.



Em qualquer tempo merecerão, sem dúvida, o devido apoio e acurado estudo, quaisquer novos elementos que sobre a matéria, sejam por ventura trazidos aos órgãos governamentais da cidade e desde que, evidentemente estejam fundamentados por documentação idônea e identificada.

Agradecendo sua atenção, meu caro Abdon Fóes, desejo que, juntamente com seus redatores, receba as felicitações que ora faço externar em razão daquele editorial, hipotecando-lhe – ao mesmo tempo – todo meu apoio, por desvalido que seja.

Mui cordialmente

Líbero Oswaldo de Miranda.

1979 – AFINAL, QUEM É O FUNDADOR? ARY GARCIA. JORNAL DO POVO.
14 DE JULHO DE 1979. CAPA E PÁGINA 02.

[...] Acabo de ler o nosso JP (*Jornal do Povo*) e, nele, a carta que o nosso comum amigo e meu compadre Gil Miranda te escreveu.

Nela o Gil transborda de alegria pela medida salomônica do Professor Edison d'Ávila, mandando colocar no marco da Praça Irineu Bornhausen três placas alusivas aos pais da nossa “Pequena Pátria”.

Esse Professor Edison é mesmo das arábias. Conseguiu, numa paulada, sem mencionar a palavra FUNDADOR, aplacar a teimosia do Gil e, por certo, a caturrisce do Silveira Júnior.

Mas acontece que existem, também, os que não concordam com essa paternalidade histórica por etapas, e entre eles eu me incluso.

Como a grande maioria, por desconhecimento do assunto, também sempre louvei o procedimento do nosso inolvidável e estimado Coronel Marcos em presentear-nos, por ocasião dos festejos do nosso centenário, um fundador do nível dos fundadores de nossos municípios vizinhos e dos quais os seus munícipes tanto se orgulham.

O venerado Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, sem dúvida, sempre foi uma figura digna de todo o nosso respeito, pelos seus dotes de inteligência, de grande projeção na corte, diplomata, jornalista e por aí a fora.

Um fundador, enfim, de nível intelectual do de nossos vizinhos, repito, com a vantagem, até, de uma exuberante e linda barba branca escarramada pelo peito. Com uma diferença, entretanto. Os deles são autênticos, e o nosso, infelizmente, é de araque.

Por não saber das coisas, luvados na indiscutível cultura do Coronel Marcos, nós o aceitamos, desde 1920, com todo o respeito e reverência, até que o nosso comum amigo e “imortal” Norberto Cândido da Silveira Júnior, num rasgo de perfeito iconoclasta resolveu, – não obstante a grande estima que sempre devotou ao Coronel Marcos – com o Professor José Ferreira da Silva, fazer uma pesquisa mais profunda sobre a atuação do nosso “figuraço” de 1820.



E dessa pesquisa ficou evidenciado que o cidadão Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, de fundador de Itajaí não tinha coisa alguma. Veio tomar posse de suas duas sesmarias situadas lá na Itaipava, em 1820, onde construiu sua famigerada sumaca, encheo-a de madeira e se mandou por esse mundo a fora sem mais dar sinal de vida para a cidade que viria dar-lhe, cem anos depois, por obra e graça do nosso Coronel, a honra de ser seu fundador.

Em verdade, teve a incumbência de formar aqui uma póvoa, mas, ele próprio confessou, na tal carta que escreveu aos 69 anos, “idade em que os homens não mentem mais”, que “para tanto não tive meios”. Está claro que ele não formou povos pelo simples fato de ela já existir! E bem desenvolvida, é bom frizar.

No máximo, ele poderia ser considerado o fundador de Itaipava, mas de Itajaí, nunca!

Posteriormente, em 1823, apareceu por aqui o segundo “pai da Pátria”. Agostinho Alves Ramos. Esse foi um próspero comerciante que exerceu, junto à comunidade que aqui encontrou, uma atuante liderança. Era comerciante, político, Deputado Provincial, Comendador, etc.

Mas fundador mesmo ele também não foi, é claro.

Resta-nos João Dias de Arzão.

Esse sim, foi o primeiro proprietário de terras em nosso município, tendo recebido, em 1658, uma sesmaria onde hoje se acha instalada a cidade de Navegantes. Posteriormente, obteve outra gleba de terra onde hoje se situa o Bairro da Fazenda e onde liderava uma pequena comunidade de pescadores e lavradores.

Por que não ficamos só com ele?

Porque cargas d’água não se dá ao João Dias de Arzão o título de fundador?

Pois olhe, meu caro Antonio Carlos, sei que o meu ponto de vista não entra nessa guerrilha de compadres, mas até prova em contrário, fico com o Arzão e não abro.

O Gil insiste na defesa do ponto de vista do nosso Coronel Marcos.... de amores pela conduta do cidadão Agostinho Alves Ramos.

E o João Dias de Arzão, que se estabeleceu aqui em 1658, onde fica? Que me desculpe o Professor Edison D’Ávila, a quem muito estimo e respeito pela inteligência e cultura, mas emplacar *três pais da Pátria* em etapas diferentes, é dose!

To be or not to be, that is the question.

Se não quisermos aceitar o Arzão como nosso fundador, pela ausência de propósito de aqui estabelecer um povoado, entendo que estamos cometendo uma injustiça.

E aqui te fica, com um grande abraço, - e sem aquela mofina condição ciuibística - o

Ary Garcia.



1982 - PEQUENA HISTÓRIA DE ITAJAÍ. EDISON D'ÁVILA.
ITAJAÍ: PMI/SM DE EDUCAÇÃO, 1982.

3 – Faiscadores, pescadores, lavradores e carpinteiros de ribeira

Os primeiros homens brancos que visitaram a região de Itajaí foram os faiscadores de ouro, atraídos pelas muitas histórias que falavam de fabulosas minas e de rios ricos do precioso metal.

Assim, João Dias de Arzão, primeiro morador das margens do Itajaí, quando em 1658 requereu ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para aqui vir morar, tinha a intenção de explorar estas minas de ouro. Aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna...

Atraídos pelas mesmas histórias e mais encantados com a fartura da pesca e a fertilidade do solo, outros aqui se deixaram ficar. Requereram terras para plantar e iniciaram o povoamento.

A estes, anos depois, veio se juntar muita gente de Desterro (Florianópolis), de São Miguel, de Porto Belo, de Armação de Itapocorói, de São Francisco do Sul e de Paranaguá.

E foram tantos os que aqui se fixaram, que todas as terras das imediações da foz do rio Itajaí-Açu, no começo do século passado, já estavam totalmente ocupadas. Destes moradores muito pouco se guardou a não ser alguns dos nomes e a vaga localização das suas terras.

Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho tinha casa e plantações nas terras do bairro da Fazenda; José Coelho da Rocha plantava nas terras do hoje centro da cidade, embora morasse do outro lado do rio; José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa moravam em Canhanduba e Itaipava; e Matias Dias de Arzão tinha fazenda nas terras da Barra do Rio.

Plantavam-se mandioca, aipim, milho, feijão, cana, batata-doce e arroz; além do algodoeiro, pois com o algodão se fiavam em casa os panos para a vestimenta diária.

Também se pescavam muito a guaivira, os bagres, as tainhas e os robalos; a pesca era quase toda no rio, poucos se dispunham a pescar no mar.

Outra atividade que muito ocupava estes primeiros moradores do Itajaí era a construção e o reparo de embarcações; atividade cumprida pelos chamados carpinteiros da ribeira. Além da excelente mão-de-obra que aqui existia, a nossa região era muito conhecida pela boa madeira, apropriada para a construção naval. [...]

5 – Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo

Havia muitos anos que as autoridades coloniais portuguesas vinham sendo alertadas de diversas maneiras sobre a necessidade e utilidade de se promover a colonização do Vale do Itajaí.

Todos lembravam a beleza da paisagem e a fertilidade e riqueza das terras.

Assim, quando o jovem diplomata Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond manifestou ao amigo e Ministro de Dom João VI, Thomaz Antônio de Villanova Portugal, o desejo de estabelecer uma colônia naquelas terras, o ministro pensou unir o útil ao agradável.



Isto porque Drummond, filho de tradicional família do Rio de Janeiro, estava sendo acusado de pertencer a uma das sociedades secretas que planejava uma forma de tornar o Brasil independente de Portugal.

Contador da Chancelaria-mor e gozando da confiança do Ministro, o jovem funcionário foi aconselhado a mudar de ares em seis meses de licença. E decidiu visitar a Capitania da Ilha de Santa Catarina, então governada por João Vieira Tovar e Albuquerque.

Cá chegando, Drummond logo se inteirou dos negócios do governo e soube das terras ainda sem benfeitorias e apropriadas para o início de uma colonização.

Retornou ao Rio de Janeiro e obteve, em 5 de fevereiro de 1820, a autorização para estabelecer uma colônia em duas sesmarias, propriedades do Rei, que ficavam às margens do rio Itajaí-Mirim na atual localidade de Itaipava; e a designação de encarregado dos Reais Cortes de Madeiras na região, por cujo serviço fazia jus aos vencimentos de 3 mil cruzados anuais.

De volta à Ilha de Santa Catarina, tratou de seguir para o Itajaí e dar início à colônia que se chamaria “São Thomaz da Villanova”. Com alguns ex-soldados e trabalhadores da região, Drummond começou a derrubada para limpar o terreno e construir o alojamento dos colonos, montar uma serraria manual e fazer plantações.

Estavam os trabalhos neste pé, quando a 26 de fevereiro de 1821, o jovem colonizador de 26 anos recebia ordens para retornar ao Rio de Janeiro, pois que o Rei dera por acabada a sua missão.

Assim, frustrou-se a colônia que Drummond intentara estabelecer em nossas terras, ficando apenas a lembrança histórica desse seu projeto inacabado ...

6 – O comerciante de larga visão

Tivera início a segunda década do século passado quando o comerciante Agostinho Alves Ramos e sua esposa Ana Maria Rita decidiram mudar-se do Desterro para as terras do rio Itajaí.

Naturais de Portugal, eles haviam-se casado, em 1813, na cidade do Rio Grande e depois passaram a residir na capital da Província de Santa Catarina.

Ali, Agostinho Alves Ramos se associara a um grande capitalista e por diversas ocasiões visitara a nossa região com as baleeiras da sua casa comercial, comprando dos lavradores e pescadores os produtos da lavoura, da pesca e da pequena indústria existente; bem como fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade.

Inteligente e de larga visão logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.

Assim, adquiriu de José Coelho da Rocha antigo morador da Praia de Itajaí, um terreno situado na margem direita do rio, junto do lugar onde costumeiramente se faziam reparos em



embarcações e por isso chamado de Estaleiro. Aí edificou um sobrado de pedra e tijolos que funcionava como residência e casa comercial.

A partir de então, sua liderança se foi consolidando junto aos moradores da redondeza de tal sorte que nada se fazia com vistas ao adiantamento ou bem-estar geral que não fosse por sua iniciativa ou com seu auxílio.

Foi assim que participou da comissão de diretores que se encarregou da construção da primitiva Capela e redigiu o requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, semente da futura cidade de Itajaí; assinando-o com outros vinte e um moradores do Distrito.

Ainda preocupado com a melhoria das condições de vida na comunidade que se ia formando sob sua direção, obteve das autoridades da Província o estabelecimento de uma companhia de pedestres para os cuidados policiais e a criação de uma escola pública de primeiras letras, em 1835.

Com a grande consideração que conseguiu junto de toda a população, elegeu-se deputado provincial e foi encarregado pelo governo de diversas missões oficiais como: encarregado das obras públicas, pontes e estradas do distrito; diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale e comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional, no posto de coronel.

Tantos e tão grandes serviços prestados à sua comunidade fizeram-no merecedor e grande honraria: a Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro, recebida das mãos do próprio Imperador D. Pedro II, em 1845, quando da visita imperial à capital de Santa Catarina.

Os anos se passaram e o curato, depois Freguesia do SS. Sacramento do Rio de Itajaí, tornar-se certeza de uma futura cidade, com a qual sonhava Agostinho Alves Ramos.

Envelhecido e viúvo desde 1850, ele viu seu estado de saúde se agravar continuamente. Sem herdeiros, passou a se desfazer dos bens: a fazenda do Rio Conceição, a olaria da Canhanduba, as terras da Barra do Rio. E num final de tarde do mês de julho do ano de 1853, faleceu rodeado de amigos e afilhados. Foi velado em câmara ardente pelos guardas nacionais do Distrito e sepultado no pequenino cemitério da povoação que fizera nascer.

7 – O curato e o distrito – nasce Itajaí

A grande distância em que estava a igreja mais próxima e a falta de assistência espiritual aos moradores da região do Itajaí fizeram-nos organizarem-se numa comissão de “diretores” com vistas à ereção de uma Capela junto à foz do rio Itajaí-Açu.

Os diretores dirigiram-se então ao Vigário da Vara da Comarca de N. S. da Graça do Rio São Francisco do Sul e obtiveram do mesmo a competente licença para início das obras.

Mas foi com a chegada de um religioso, Frei Pedro Antônio de Agote, para os cuidados espirituais dos moradores da redondeza, que se fez sentir a necessidade de se estabelecer no lugar um Curato, isto é, uma pequena comunidade assistida por um capelão e com aprovação da autoridade religiosa.



Em 31 de março de 1824, Dom José Caetano da Silva Coutinho atendia o pedido que lhe fora feito e criava o Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí que compreendia todos os moradores entre o rio Gravatá, ao Norte e rio Camboriú, ao Sul; bem como nomeava Capelão-curado Frei Pedro Antônio de Agote.

No mês seguinte, José Coelho da Rocha e sua mulher, grandes devotos do Santíssimo Sacramento e por cuja insistência o Curato houvera recebido aquele orago, faziam a doação de trinta braças de terra de frente e sessenta braças de fundos – contíguas à propriedade de Agostinho Alves Ramos – onde se edificava a Capela e se pretendia construir o cemitério do arraial.

A primitiva capela foi construída de pau a pique e barreada. Posteriormente, foi substituída por outra de pedra e edificada por um escravo de Alves Ramos de nome Simeão.

O lugar crescia, muitas moradias foram edificadas em torno da capela e da casa comercial de Agostinho Alves Ramos. Então os moradores sentiram a necessidade de o elevar à condição de freguesia, quer dizer, sede de um distrito e paróquia. Era o primeiro passo para o surgimento do futuro Município. A petição chegou até o Conselho Geral da Província que o aprovou a 12 de agosto de 1833, através de uma resolução assinada pelo Presidente da Província.

O novo Distrito, sede da Paróquia e da circunscrição policial, desligou-se então da Vila de São Francisco do Sul e passou a integrar o município de Porto Belo.

Afim de satisfazer a um antigo desejo de Agostinho Alves Ramos, a Freguesia passou a ter uma co-padroeira: Nossa Senhora da Conceição, de quem era contrito devoto.

8 – A gente itajaiense – origem e números

Os primeiros homens brancos a chegar às terras do rio Itajaí-Açu foram os preadores de índio e os faiscadores de ouro; quase todos paulistas.

De fato, o primeiro posseiro das margens do Itajaí, João de Arzão, transferira-se para Santa Catarina junto com parentes e agregados do vicentista Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul; donde se passou para cá.

A esta primeira causa do nosso povoamento, juntar-se-ia o interesse manifesto da Metrópole portuguesa em efetivar o domínio e a posse das terras meridionais da sua colônia americana. A decisão de 1748 do Conselho Ultramarino, autorizando o povoamento das costas catarinenses com imigrantes açorianos, visava a esse intento.

Mesmo assim, permaneciam os vazios entre os povoamentos vicentistas e açorianos, esparsos por todo o litoral. Um destes vazios era precisamente as terras da foz e as do Vale do Itajaí.

Daí porque se incentivaria, a partir de 1823, a imigração de colonos não-portugueses; principalmente alemães e italianos. Aliás, o historiador Paulo José Miguel de Brito, entre as sugestões apresentadas para o melhoramento da Capitania, em 1816, faz constar esta: “... povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do rio Tajahi-assu desde a sua foz até à primeira cachoeira; e o Merim desde sua confluência naquele até onde for navegável, e dali para cima até o campo da Boa-Vista.”



Para aqui vieram então: os vicentistas, primeiro; os açorianos, depois; e, afinal, os imigrantes alemães e italianos. Dos elementos de outras etnias, vindos em número variável, destacam-se os africanos, suíços e sírio-libaneses. O contingente populacional de origem africana de Itajaí é, pela primeira vez referido, em 1840; quando de um total de 1.404 almas contavam-se 163 negros, significando portanto uma percentagem de 11% da população.

No entanto, a mais antiga referência a números da população itajaiense se encontra em requerimento datado de 1794, onde se afirma que “... todos fazem o número de quarenta e tantos moradores.” [...]

2004 - UM JOVEM DIPLOMATA E A COLÔNIA QUE DEU CERTO. IVAN CARLOS SERPA. IN: HISTÓRIA SECRETA DO ARRAYAL DOS CUNHAS. ANUÁRIO DE ITAJAÍ - 1999 E ADAMI, LUIZ SAULO: ROSA, TINA. ITAJAÍ: S&T, 2004. PÁGINAS 19-25.

Por que alguém se interessaria na pesquisa e na história de uma pequena comunidade rural do interior do município de Itajaí? Revendo-se a bibliografia sobre a fundação deste município e a maneira como a questão foi estudada ao longo de quase um século de discussões no campo da historiografia, talvez fique mais clara a pertinência desta investigação.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a questão mais debatida pela historiografia itajaiense é a que diz respeito à fundação desta importante cidade catarinense. Reconhecer e legitimar o fundador do município foi motivo de acalorados debates entre os historiadores itajaienses. Enquanto a vizinha cidade de Blumenau sempre reverenciou a figura do Dr. Herman Blumenau, exaltando-o como incontestado fundador e incomparável administrador, cheio de virtudes, verdadeiro “herói” dos blumenauenses, Itajaí carecia de tal figura. Brusque tinha também seu herói, representado na figura do Barão Maximilian von Schneeberg.

O primeiro a tentar resolver essa questão foi Marcos Konder quando, ao escrever *A Pequena Pátria*, em 1920, exalta Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond como “primeiro colonizador destas paragens”. Seu texto, no entanto, é mais poético do que histórico, repleto de metáforas de exaltação como “figura varonil”, típica de discursos políticos, haja vista que o livro, publicado em 1923, é a transcrição de sua conferência proferida em sessão solene do Conselho Municipal em 12 de outubro de 1920. Os argumentos históricos, todavia, são imprecisos. Não se sabe, sequer, se Drummond efetuou sua colonização pioneira no Itajaí-Açu ou no Mirim. Seu estilo poético, no entanto, encantou várias gerações que aprenderam, com *A Pequena Pátria*, a venerar a figura de Drummond como fundador de Itajaí.

Na década de 1960, Nemésio Heusi publica alguns artigos na revista *Blumenau em Cadernos*, polemizando com Marcos Konder. Fazia-o, entretanto, orientado por José Ferreira da Silva, profundo conhecedor da história de Blumenau e da história de Itajaí. “[...] ele então fornecia-me os dados e eu deenvolvia-os jornalisticamente”, explica Nemésio Heusi em *A fundação de Itajaí*. Nesta obra, publicada duas décadas após a publicação dos artigos no *Blumenau em Cadernos*, o autor nega as idéias defendidas anteriormente: “[...] mais tarde me penitenciei e pedi, publicamente, desculpas ao Konder, porque de fato foi uma asneira de minha parte”.



Foi seguramente a publicação da obra *Itajaí*, sob organização de José Ferreira da Silva, que provocou a maior polêmica com os defensores de Drummond como fundador de Itajaí, como queria Marcos Konder. Um Aviso Imperial do Ministro Thomaz Antônio de Villanova Portugal, enviado ao Governador da Província de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque, em 5 de fevereiro de 1820, determinava a concessão de duas sesmarias às margens do Rio Itajaí-Mirim a Drummond. O autor tenta demonstrar que não foi este o verdadeiro fundador de Itajaí. O principal argumento de Ferreira da Silva é o de que Drummond não fez mais do que “uma coivara lá para os lados de Itaipava” e que, portanto, as terras de que tomou posse não se localizam onde hoje é o Município de Itajaí.”

“Deve a cidade, mesmo assim, considerar Drummond como seu fundador, mesmo que saiba que ele nada fez no lugar onde hoje existe Itajaí?”, indica o autor.

Ora, em primeiro lugar, Drummond fez mais do que “uma coivara lá para os lados da Itaipava”. Em segundo lugar, como o autor pode falar com tamanha propriedade se jamais se preocupou em conhecer mais especificamente o local exato onde Drummond se estabeleceu em 1820? Em terceiro lugar, dizer que Drummond nada fez onde hoje existe Itajaí equivale a dizer que a região de Itaipava e Quilômetro Doze não pertenciam a Itajaí, o que constitui grave erro, uma vez que estas localidades sempre pertenceram a este município.

Dois anos mais tarde, em 1974, Giralda Seyferth publica *A Colonização Alemã do Vale do Itajaí-Mirim*. A autora aborda superficialmente a questão, mas afirma: “Drummond e os que a acompanhavam ficaram nestas sesmarias apenas algumas semanas, serraram alguma madeira e nada mais”. Refere-se a autora à Colônia do Tabuleiro, fundada por Agostinho Alves Ramos, em 1836, argumentando que esta Colônia “fracassou em virtude dos constantes ataques dos índios que trouxeram pânico à população”.

Sabemos que Drummond não permaneceu em Itajaí “apenas algumas semanas”, como afirmou Giralda Seyferth, pois o Aviso Imperial que determina sua vinda para Santa Catarina é de 5 de fevereiro de 1820, e seu retorno para o Rio de Janeiro ocorre em 26 de fevereiro de 1821. Ou seja, decorreu um intervalo de tempo de um ano e vinte e um dias, conforme informações de Nemésio Heusi.

De acordo com Zedar Perfeito da Silva, “a sumaca São Domingos Lourenço levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e madeira serrada”. Ora, não se colhe milho, feijão, nem se constrói um barco de navegação oceânica em apenas “algumas semanas”. Além disso, é muito provável que, mesmo após a partida de Drummond, os colonos que o acompanharam tivessem permanecido no local. Não seria por já haver aí se principiado um foco de colonização o motivo que levou Agostinho Alves Ramos a fundar, 16 anos mais tarde, a “Colônia Tabuleiro”?

Sobre a Colônia Tabuleiro, Giralda Seyferth diz que esta redundou em fracasso, mas fazendo a genealogia de algumas famílias tradicionais do Quilômetro Doze, chegamos a conclusão de que os avós de alguns moradores desta comunidade nasceram por volta de 1840, o que, portanto, não confirma a informação dada por Seyferth. Este indício pode ser confrontado fazendo-se a genealogia de outras famílias da região, que moram aí há várias



gerações. Percebe-se, assim, a necessidade de um conhecimento mais específico desta região, como forma de esclarecer um pouco mais a história da fundação de Itajaí.

Em *Itajaí de ontem e de hoje*, Afonso Luiz da Silva toma posição ao lado de José Ferreira da Silva. Critica a escolha de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond como fundador de Itajaí. Este autor argumenta que não há provas suficientes sobre o estabelecimento colonial fundado por Drummond, não se sabendo sequer em qual dos rios teria o jovem diplomata fundado sua colônia, se no Itajaí-Açu ou no Mirim.

Nas palavras de Afonso Luiz da Silva, “a ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drummond” constitui o maior obstáculo para que se avance na discussão sobre o episódio da fundação de Itajaí. “A ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drummond, de sua distância à foz, ou nas margens de qual ribeirão, qual administrador, o número de seus habitantes, os nomes dos que se agruparam sob suas ordens, se construíram casas, se erigiram capela, tudo deixa na incerteza do que realmente aconteceu”.

Em 1982, Edison d'Ávila publicou *Pequena História de Itajaí*, onde parece confirmar o ponto de vista de José Ferreira da Silva e Afonso Luiz da Silva. A Drummond dedica um pequeno capítulo intitulado *Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo*. Destaca a atuação de Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí, haja vista que foi ele um dos principais responsáveis pela emancipação política de Itajaí, ocorrida em 1860. Entretanto, devemos considerar que há diferenças entre a fundação de uma cidade e sua emancipação política. São coisas distintas.

Se considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento urbano da Vila e, posteriormente, do Município de Itajaí, evidentemente que a figura do fundador recairá sobre Agostinho Alves Ramos. Todavia, se considerarmos do ponto de vista da primeira tentativa oficial de estabelecer uma colônia, o fundador é Drummond. No entanto, recai sobre este o peso da “ausência de dados”, apontada por Afonso Luiz da Silva. Acreditamos, no entanto, que o problema não se deve pela simples “ausência de dados”, mas sim à “ausência de pesquisas” que privilegiem a área onde Drummond efetuou a tão discutida colônia: a região entre a atual Itaipava e Quilômetro Doze, sobre as quais não há sequer uma pesquisa realizada. Enquanto não se realizarem pesquisas sérias nesta região, principal foco das discussões em torno da fundação de Itajaí, nossos conhecimentos historiográficos não avançarão.

Embora esteja aí o ponto nodal de toda a discussão, a historiografia itajaiense tem condenado esta região à obscuridade histórica. E, por assim proceder, os historiadores acabarão deixando de fora de suas discussões o principal elemento da questão. Se a figura de Drummond, como fundador, foi abandonada por falta de dados que comprovem sua atuação como colonizador, dever-se-ia esperar maiores aprofundamentos na pesquisa desta questão.

Em 1983, Nemésio Heusi publica *A fundação de Itajaí*, onde defende apaixonadamente Drummond como fundador deste município. Seus argumentos, no entanto, não acrescentam muito ao que já se conhecia sobre a questão. Basicamente, insiste na necessidade de Itajaí ter um “herói”, um fundador ilustre, na perspectiva de Marcos Konder. Não apresenta novas fontes capazes de dar novo fôlego às suas argumentações. sobre a região específica



onde Drummond teria fundado sua colônia, nada acrescenta. Apenas confirma a tendência dos autores anteriormente citados: “Ora, não interessa onde Vasconcellos de Drummond estabeleceu a colônia, se ambos os rios pertencem a Itajaí em grande extensão”.

Diversamente deste autor, entendemos que conhecer o local preciso onde Drummond estabeleceu a colônia é de vital importância, uma vez que a efetiva comprovação de sua existência histórica e de suas consequências para o desenvolvimento da zona rural do município de Itajaí interfere profundamente na história deste município. Em primeiro lugar, porque até aqui tem se escrito a história urbana, esquecendo-se completamente da história rural de Itajaí. Em segundo lugar, porque se for comprovado que no local onde Vasconcellos de Drummond fundou sua colônia houve um processo de povoamento e desenvolvimento social, cai por terra a idéia do fracasso de seu empreendimento. O fato de não ter se desenvolvido enquanto centro político-administrativo do município não tira o direito da região, colonizada por Drummond, de ter a sua história. Se não pode ser considerado fundador de Itajaí, Drummond deve, sem dúvida, ser aceito como um dos pioneiros no desbravamento do Vale do Itajaí-Mirim. Pelas notícias a seu respeito, supomos que seu papel na colonização e povoamento da região oeste do município de Itajaí não deve ter sido pequeno.

**2016 - BREVE REFLEXÃO SOBRE A BUSCA DO ATO FUNDACIONAL DA COMUNIDADE DE ITAJAÍ.
MAGRU FLORIANO. ITAJAÍ: BRISA UTÓPICA, 2016. [INTERNET].**

Muito já foi escrito acerca das atividades de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond em Santa Catarina e, particularmente, em Itajaí. Ele próprio inicia seu livro-testemunho *Anotações de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond à sua biografia* percorrendo sucintamente sobre o tema. Entre todos aqueles que também repercutiram o depoimento de Drummond sobre a criação da Colônia São Thomaz de Villanova merece destaque José Ferreira da Silva – que publicou diversos artigos no *Blumenau em Cadernos*. No livro *Itajaí; uma cidade em busca de seu fundador*, compilei mais de cinquenta artigos e ensaios sobre o tema e me parece razoável não promover nesse momento uma simples sinopse de todo esse material exaustivamente publicado e republicado ao longo dos anos. Devemos aproveitar desta oportunidade para colocar novos questionamentos sobre a presença de Drummond no Vale do Itajaí.

Um primeiro questionamento que devemos fazer, provocando os pesquisadores para um levantamento documental ainda mais rigoroso no futuro, é sobre o itinerário e recursos utilizados por Drummond para acessar suas terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Todos inferem que ele partiu da Ilha de Santa Catarina por mar e adentrou a foz do Rio Itajaí para acessar a localidade de Tabuleiro pelo Itajaí-Mirim. Mas nem ele próprio afirmou isso no seu livro-testemunho. Muito pelo contrário. Diz ele no item sete de suas anotações: “[...] ali se construiu uma sumaca denominada S. Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí.” (pag. 64) Esta afirmação de Drummond está de acordo com outros escritos de época que apontam que o Rio Itajaí era pouco visitado por embarcações de médio e grande portes. Isso se devia a um grande banco de areia que existia defronte à foz e uma grande pedra submersa que constituía a continuidade geológica do Morro do Atalaia.



Então devemos considerar como factível a hipótese de Drummond ter acessado as terras do Tabuleiro pelo “caminho do meio”. Cumprindo a primeira parte do itinerário – Desterro (atual Florianópolis) / Nova Ericeira (atual Porto Belo) – em uma embarcação, seguindo a pé pelo Rio do Meio (Camboriú) até as margens do Itajaí-Mirim. Vale lembrar que ele estava sendo orientado pelo intendente da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim, homem vinculado diretamente ao projeto de colonização Nova Ericeira, na Enseada das Garoupas. Muitos relatos de época dão conta da grande utilização desse caminho pelos pioneiros. Obviamente que aceitar esse trajeto alternativo de Drummond demanda afirmar também que não conheceu, de imediato, a localidade de Estaleiro que atualmente consideramos como “marco zero” do Município (Praça Vidal Ramos).

Um segundo questionamento que devemos fazer diz respeito à fundação da colônia. O aviso assinado por Thomaz Antônio de Villanova Portugal datado de cinco de fevereiro de 1820 diz: “[...] vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque (...) para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento [...]” (D’ÁVILA, pag. 107). Percebemos que o documento não funda uma colônia, mas remete Drummond até o governador de Santa Catarina para dele receber instruções sobre o empreendimento a ser realizado às margens do Itajaí-Mirim.

Além do documento de cinco de fevereiro não fundar uma vila ou colônia Drummond tomou posse de suas terras muito tempo depois dessa data, e denominou o empreendimento de Colônia São Thomaz de Villanova. Portanto, o documento não funda Itajaí e Drummond não funda Itajaí mas Villanova – se é que o fez efetivamente, já que não existem provas materiais adequadas para afirmar peremptoriamente. Alguns historiadores utilizam como evidência dessa fundação a existência de famílias remanescentes no local. Mas há de se questionar tal prova, já que a região vinha sendo habitada gradativamente desde 1818 quando do projeto da Colônia Nova Ericeira.

Para finalizar esses dois primeiros questionamentos recomendamos estudos sobre o vínculo entre a colonização empreendida na Enseada das Garoupas, a partir da criação da Colônia Nova Ericeira, e a ocupação de terras banhadas pelo Itajaí-Mirim. O vínculo Itajaí-Nova Ericeira está a desafiar os pesquisadores do futuro. Dessa prospecção podem aflorar novos documentos e revelações históricas surpreendentes.

O terceiro questionamento que promovo diz respeito à instituição oficial do que estabelecemos como “marco zero” do Município de Itajaí. Há muito que o Município reconhece a localidade de Estaleiro como seu “marco zero”. A Praça Vidal Ramos abriga o monumento do “marco zero” e todas as políticas públicas – nas três esferas de poder da República – o reconhecem nos documentos e ações que visam preservar a história e o patrimônio arquitetônico. Ora, colocando o “marco zero” na localidade de Estaleiro está determinando-se oficialmente que o empreendimento de Drummond não foi o ato fundador de Itajaí, porque se assim pensassem nossos administradores colocariam esse “marco zero” na localidade de Tabuleiro.

Não se trata de uma simples transferência de um monumento ou de referências históricas. As implicações são gigantescas para toda a história e as políticas públicas relacionadas



ao nosso patrimônio histórico. No Tabuleiro não temos patrimônio físico a preservar, nem nomes a cultuar – senão o do próprio Drummond – já que seria temerário, com as provas documentais que temos em mãos hoje, relacionar famílias tradicionais da região ao possível empreendimento Villanova.

Se por um lado a municipalidade, há muito, já estabeleceu o “marco zero” de sua fundação na localidade de Estaleiro, por outro, deixou de determinar data e nome do fundador. São justamente destas lacunas que surge o meu quarto questionamento. No meu entendimento faz-se necessário estabelecer uma data de fundação da cidade, mesmo que simbólica. Primeiro porque temos de respeitar a ordem natural das coisas. Essa ordem natural nos remete, por exemplo, à sequência: São Francisco do Sul / Porto Belo / Itajaí / Blumenau. Enquanto Blumenau estabelece 1850 como sua data maior, Itajaí estabelece 1860 como sua data de referência. São dez anos de diferença que apresentam o “pai” mais novo que o “filho”.

Usando ainda Blumenau como referência podemos constatar que ali estão registradas as duas datas – fundação e emancipação política – sem que uma contradiga a outra, muito pelo contrário, complementando-se historicamente. Portanto, podemos manter a data de 15 de junho de 1860 como nossa data comemorativa maior e, ao mesmo tempo, determinar uma data de fundação da comunidade para restabelecer a ordem natural, colocando Itajaí com idade mais avançada que Blumenau. Não há qualquer conflito a ser temido.

O quinto questionamento diz respeito justamente à data e o nome a serem escolhidos. Entre João Dias de Arzão (1658), Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1820) e Agostinho Alves Ramos (1824) temos, comprovadamente, inúmeros ocupantes das terras da foz do Rio Itajaí e sua hinterlândia. Temos, silvícolas guaranis e xoklengs, adventícios, especuladores, posseiros, imigrantes alemães, mineradores, sesmeiros ... Escolhendo João Dias de Arzão temos um nome, mas dele não teríamos uma data de fundação. Teríamos de recorrer ao artifício utilizado por Marcos Konder em relação a Drummond – inventar uma data. Ademais não está dito que Arzão foi o primeiro morador de nossa hinterlândia, mas apenas que foi o primeiro a registrar oficialmente sua presença. Escolhendo Arzão como fundador o “marco zero” seria automaticamente transferido para a foz do Rio Itajaí-Mirim e para o “outro lado” – hoje Navegantes.

Se a escolha recair sobre Drummond temos de considerar algumas questões já mencionadas aqui. Não existem provas concretas de que a Colônia Villanova foi efetivamente constituída e sequer temos uma data específica. Hoje sabemos que Marcos Konder moldou o 12 de outubro de 1820 às suas conveniências políticas e, o aviso ministerial de 05 de fevereiro de 1820 não estabelece um ato de fundação como quer entender Cláudio Bersi de Souza. Escolhido Drummond, o “marco zero” teria de ser transferido para o Quilômetro Doze.

Temos também as opções de datas oficiais como: a – 31 de março de 1824 – criação do Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí; b – 12 de agosto de 1833 – elevação da localidade à Freguesia, vinculada à Vila de Porto Belo. Essas datas nos oferecem os nomes destacados do frei Pedro Antônio de Agote e Agostinho Alves Ramos, mantendo o “marco zero” na



localidade de Estaleiro – como se encontra hoje. Parece ser esse o caminho mais razoável. Obviamente que havia uma ascendência direta de Agostinho sobre Agote, porque aquele foi o responsável pela permanência do religioso em Itajaí.

Então voltemos nossa atenção ao nome de Agostinho Alves Ramos, indiscutivelmente o líder do movimento comunitário que culminou com a petição subscrita por vinte e dois moradores requerendo junto ao bispo do Rio de Janeiro a criação do curato. O documento leva a data de 05 de janeiro de 1824 e, até novas provas, constitui-se como o primeiro ato coletivo da gente da foz do Rio Itajaí. Por tudo que vamos constatar depois, não há dúvidas de que foi Agostinho Alves Ramos o grande líder e mentor desse movimento. Então temos aqui um líder que comprovadamente contribuiu de forma decisiva para a consolidação da comunidade e uma data onde, pela primeira vez, essa comunidade se expressa oficialmente.

Antes de Drummond nossa gente estava dispersa pelo Vale e assim continuou depois de Drummond. Com Agostinho foi diferente. A 05 de janeiro de 1824, vinte e dois pioneiros peticionaram junto às autoridades constituídas em nome de uma comunidade e, a partir daí, a constituíram legalmente através da implantação do curato. Não restam dúvidas sobre o ato fundante de nossa comunidade como sendo a subscrição dos pioneiros na petição para a criação do curato a 05 de janeiro de 1824. Nesta data, quem estava disperso agrupou-se e, depois, nunca mais se dispersou.

Itajaí foi fundada por vinte e dois pioneiros liderados por Agostinho Alves Ramos a 05 de janeiro de 1824.

Tenho dito!

*Texto apresentado em mesa redonda ocorrida na Associação Empresarial de Itajaí a 09 de junho de 2016 – evento incluído na programação da Semana do Município. Participantes: Magru Floriano, Edison d'Ávila, Ivan Serpa, Telmo Tomio, Cláudio Bersi de Souza, Isaque de Borba Corrêa.





D. João VI



Thomaz Antônio de Villanova Portugal



José Bonifácio de Andrada e Silva



D. Pedro I

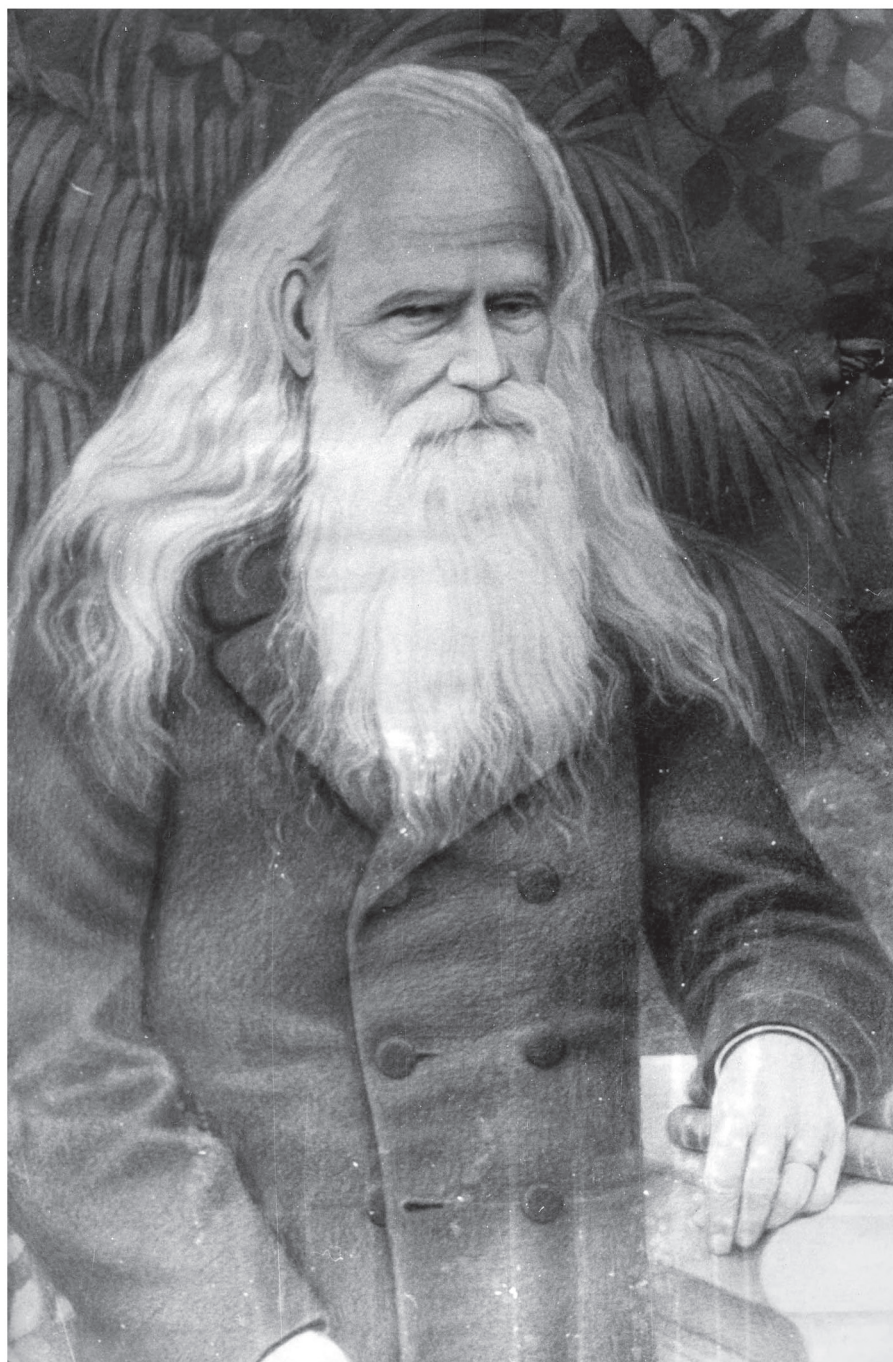


Miguel de Sousa Melo e Alvin



João Vieira Tovar e Albuquerque





Antônio de Menezes Vasconellos de Drummond

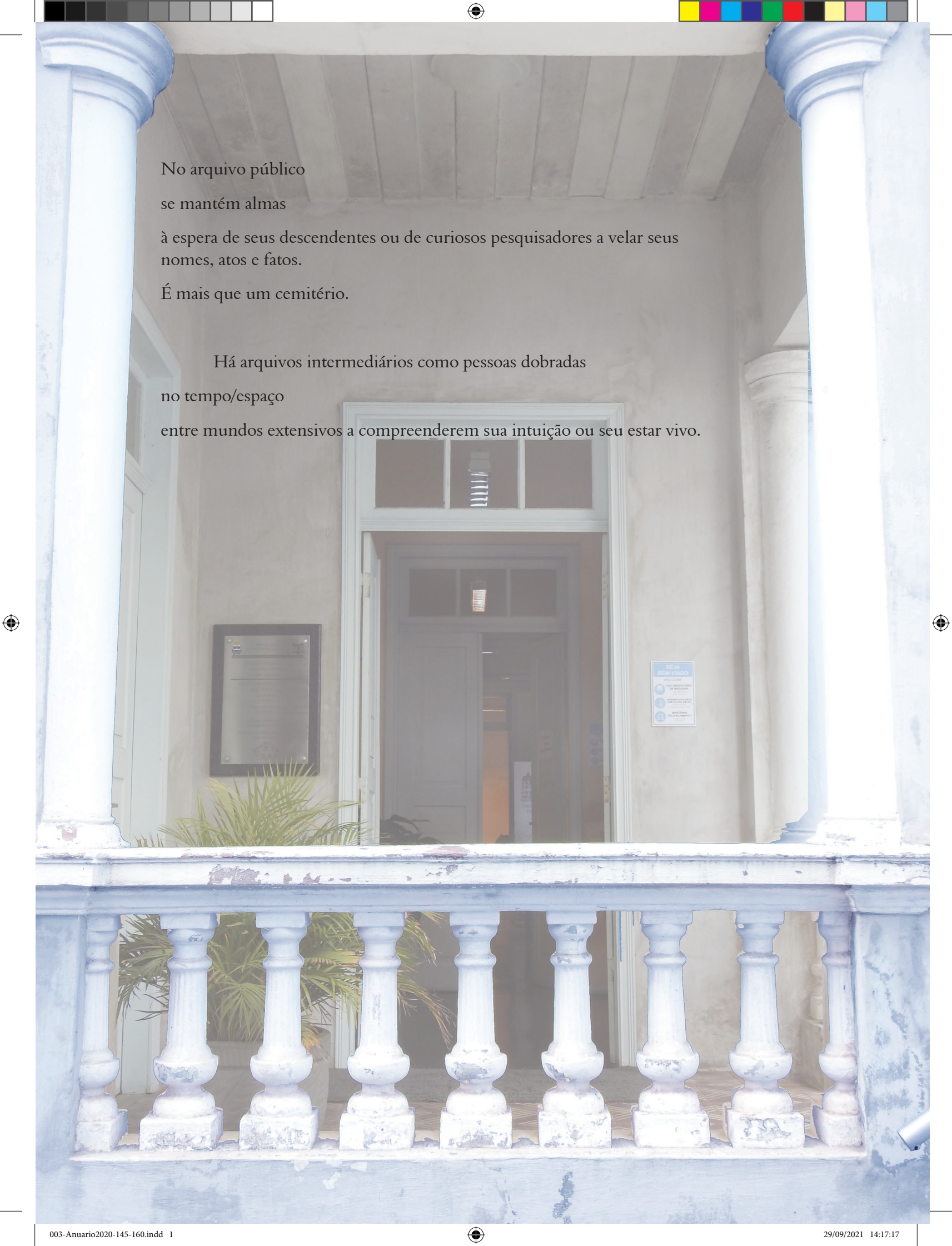




Fim do Anuário de Itajaí - 2020

Esta publicação foi composta nas
fontes Aldine401 BT, corpo 11,3/
entrelinhas 14,7, para textos;
Aldine401 BT, corpo 10,8/
entrelinhas 13,7, para citações; e
impresso em papel pólen soft 80
gramas para Fundação Genésio
Miranda Lins no primavera de 2021
Itajaí - SC - Brasil





No arquivo público

se mantém almas

à espera de seus descendentes ou de curiosos pesquisadores a velar seus
nomes, atos e fatos.

É mais que um cemitério.

Há arquivos intermediários como pessoas dobradas
no tempo/espço
entre mundos extensivos a compreenderem sua intuição ou seu estar vivo.



No arquivo corrente

as coisas vem e vão,

recusadas, aceitas, revalidadas; provas irrefutáveis, são ainda matéria orgânica viva

e presente às suas causas recorrentes de direitos,

deveres cumpridos, contratos feitos, nomeações,

licitações e chamadas públicas...

Cemitérios não são arquivos correntes.

No arquivo público

são definitivos





os documentos de aflição: há buscas de origens, pesquisas na busca de soluções às questões de imbróglios de ações públicas ou privadas, mistérios sumiços de informação ou demais até a desconfiança brotar, iconográficos contextos, hemeroteca, mapoteca... ali se encontram almas que aguardam, como no amor, o fim dessa eternidade para se lançarem à uma era maior: são pacientes

porque eternas

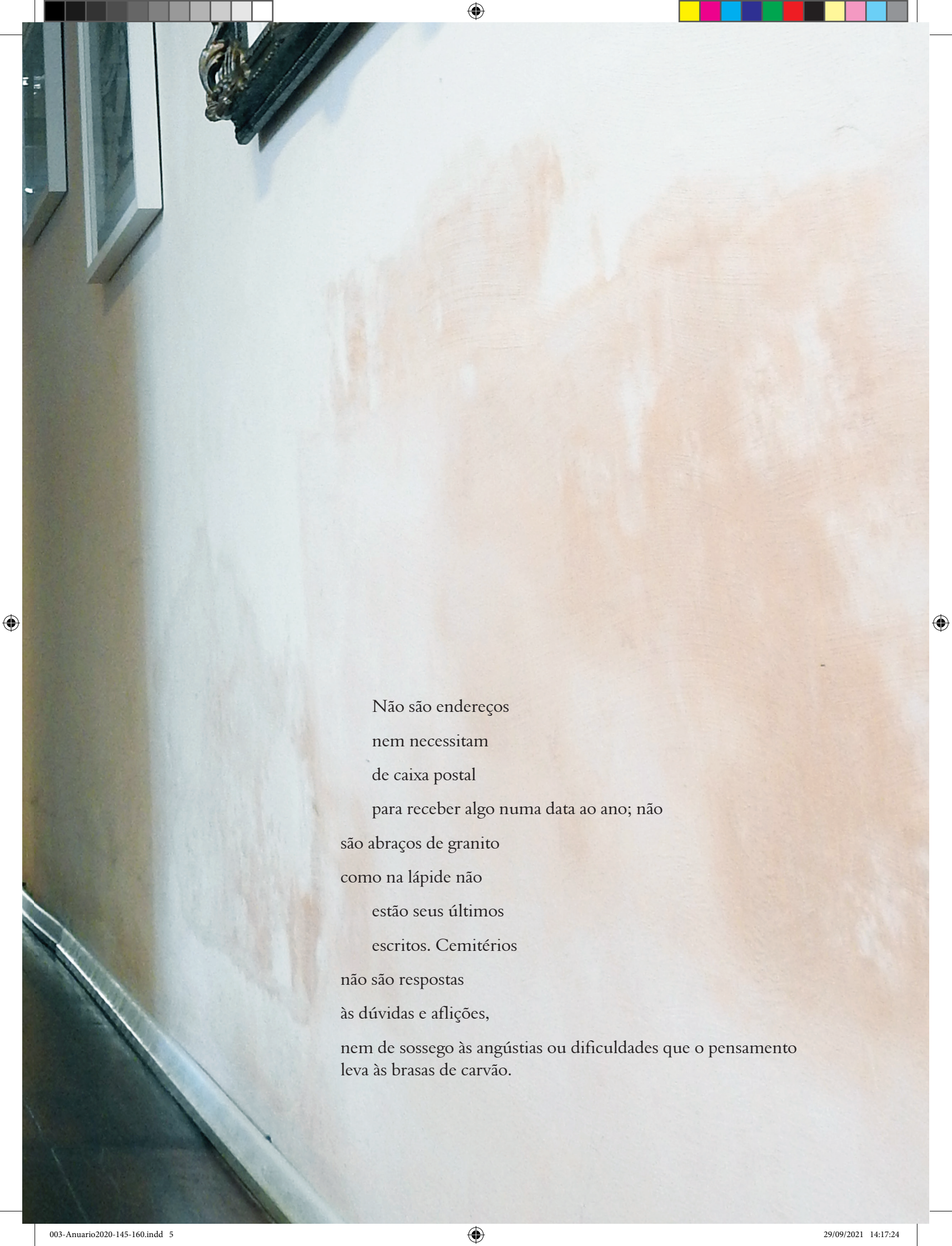
enquanto não

as desvelam.

Cemitérios não são arquivos definitivos, embora públicos.







Não são endereços
nem necessitam
de caixa postal
para receber algo numa data ao ano; não
são abraços de granito
como na lápide não
estão seus últimos
escritos. Cemitérios
não são respostas
às dúvidas e aflições,
nem de sossego às angústias ou dificuldades que o pensamento
leva às brasas de carvão.

[Por que cultivar
algo que apodrece
quando o Ser
não está mais
neste sentido físico?

Baixar à terra é
metáfora à elevação
de saberes maiores
restritos
na vida nossa
em fichas de arquivos

enquanto vivos
e não despertos

nem desfeitos do que a carne
egoicamente precisa:

a carne toda é álcool, tabaco e cocaína
(nessa versão)

a carne toda é

saliva, suor, música e melodia, imagem
e som

(nessa versão)

a carne toda é

Asana, meditação e mantras nos dias

(nessa versão)

a carne toda é

trabalho, cansaço, refeição e repouso

(nessa versão)



STÓRIA

100 Anos de História
Edgar Varese

ESTE MEU TUBARÃO

ESTE MEU TUBARÃO

ITAJAÍ: UMA CIDADE EM BUSCA DE SEU FUNDADOR
MACRU FLORIANO

JORNAL DE FONTEN

MACROS KONDER

MACROS KONDER

A PEQUENA PÁTRIA

A PEQUENA PÁTRIA

A PEQUENA PÁTRIA

A PEQUENA PÁTRIA

ITAJAÍ: UMA CIDADE
EM BUSCA DE SEU
FUNDADOR

MARCOS KONDER

Marcos Konder
A PEQUENA PÁTRIA



A carne toda amiga-se
às carnes parecidas
onde se abriga
semelhanças
em cada função
de carnes. Carne
de usuras do pensar
manter a estrutura
arquétipa
de cada carne
sem ser de verdade em cada carne].

No velar de cemitérios,
nexos permitem à flor
ou de floradas
perfumadas
em coroas
florais gastronômicos
ou aromas das falas
deixadas ao defunto.

Toda honra é dada
no cuidar
da despedida.




Fundação
Genésio
Miranda
Lins
Centro de Documentação e Memória Histórica
Arquivo Público de Itajaí

Fundo: PMI
Grupo: Cemitérios
Públicos
Série: Certidões de Óbito
Nº Caixa: 13


Fundação
Genésio
Miranda
Lins
Centro de Documentação e Memória Histórica
Arquivo Público de Itajaí

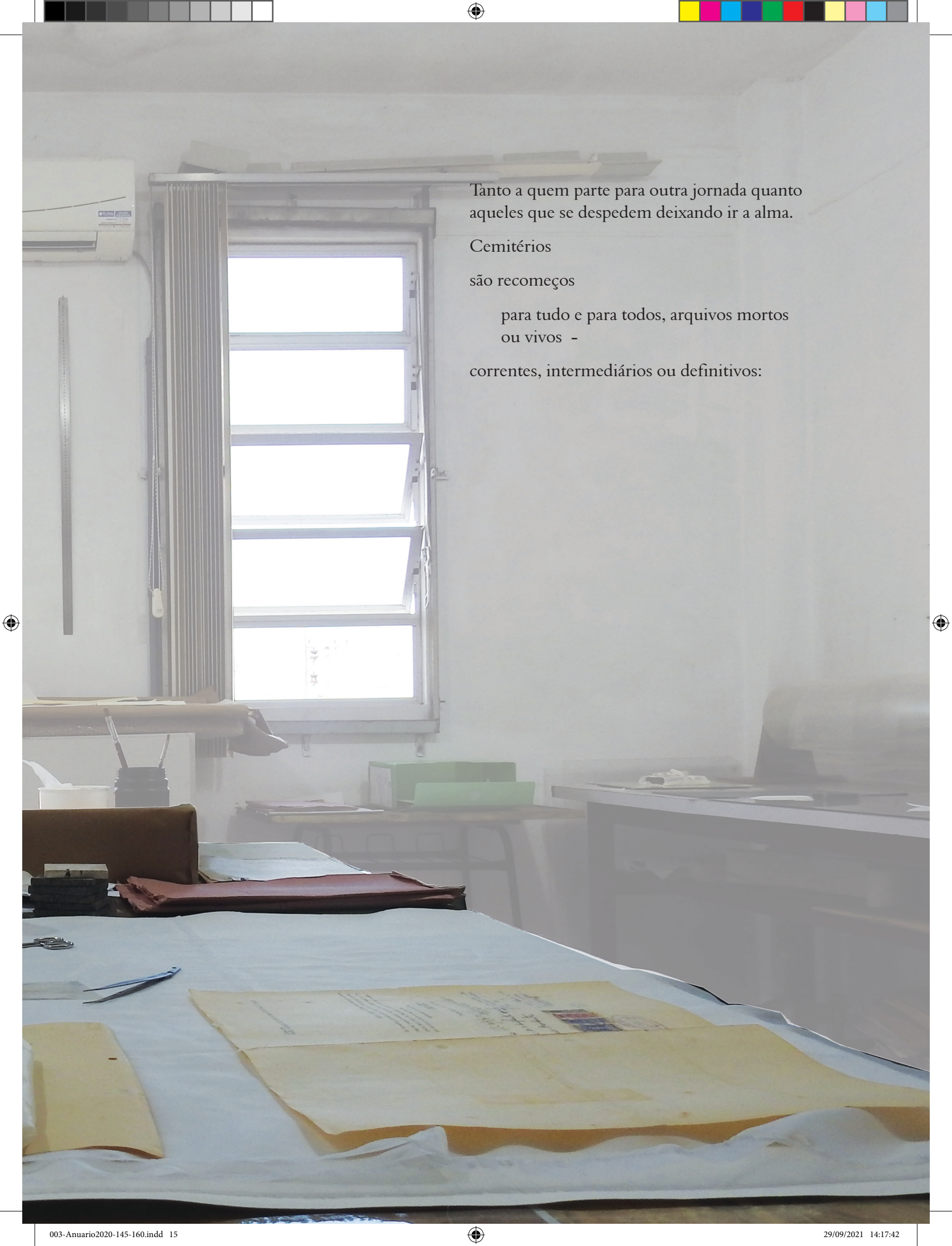
Fundo: PMI
Grupo: Cemitérios
Públicos
Série: Certidões de Óbito
Nº Caixa: 20











Tanto a quem parte para outra jornada quanto
aqueles que se despedem deixando ir a alma.

Cemitérios

são recomeços

para tudo e para todos, arquivos mortos
ou vivos -

correntes, intermediários ou definitivos:

1910-1911
1912-1913
1914-1915
1916-1917
1918-1919
1920-1921
1922-1923
1924-1925
1926-1927
1928-1929
1930-1931
1932-1933
1934-1935
1936-1937
1938-1939
1940-1941
1942-1943
1944-1945
1946-1947
1948-1949
1950-1951
1952-1953
1954-1955
1956-1957
1958-1959
1960-1961
1962-1963
1964-1965
1966-1967
1968-1969
1970-1971
1972-1973
1974-1975
1976-1977
1978-1979
1980-1981
1982-1983
1984-1985
1986-1987
1988-1989
1990-1991
1992-1993
1994-1995
1996-1997
1998-1999
2000-2001
2002-2003
2004-2005
2006-2007
2008-2009
2010-2011
2012-2013
2014-2015
2016-2017
2018-2019
2020-2021
2022-2023
2024-2025
2026-2027
2028-2029
2030-2031
2032-2033
2034-2035
2036-2037
2038-2039
2040-2041
2042-2043
2044-2045
2046-2047
2048-2049
2050-2051
2052-2053
2054-2055
2056-2057
2058-2059
2060-2061
2062-2063
2064-2065
2066-2067
2068-2069
2070-2071
2072-2073
2074-2075
2076-2077
2078-2079
2080-2081
2082-2083
2084-2085
2086-2087
2088-2089
2090-2091
2092-2093
2094-2095
2096-2097
2098-2099
2100-2101
2102-2103
2104-2105
2106-2107
2108-2109
2110-2111
2112-2113
2114-2115
2116-2117
2118-2119
2120-2121
2122-2123
2124-2125
2126-2127
2128-2129
2130-2131
2132-2133
2134-2135
2136-2137
2138-2139
2140-2141
2142-2143
2144-2145
2146-2147
2148-2149
2150-2151
2152-2153
2154-2155
2156-2157
2158-2159
2160-2161
2162-2163
2164-2165
2166-2167
2168-2169
2170-2171
2172-2173
2174-2175
2176-2177
2178-2179
2180-2181
2182-2183
2184-2185
2186-2187
2188-2189
2190-2191
2192-2193
2194-2195
2196-2197
2198-2199
2200-2201
2202-2203
2204-2205
2206-2207
2208-2209
2210-2211
2212-2213
2214-2215
2216-2217
2218-2219
2220-2221
2222-2223
2224-2225
2226-2227
2228-2229
2230-2231
2232-2233
2234-2235
2236-2237
2238-2239
2240-2241
2242-2243
2244-2245
2246-2247
2248-2249
2250-2251
2252-2253
2254-2255
2256-2257
2258-2259
2260-2261
2262-2263
2264-2265
2266-2267
2268-2269
2270-2271
2272-2273
2274-2275
2276-2277
2278-2279
2280-2281
2282-2283
2284-2285
2286-2287
2288-2289
2290-2291
2292-2293
2294-2295
2296-2297
2298-2299
2300-2301
2302-2303
2304-2305
2306-2307
2308-2309
2310-2311
2312-2313
2314-2315
2316-2317
2318-2319
2320-2321
2322-2323
2324-2325
2326-2327
2328-2329
2330-2331
2332-2333
2334-2335
2336-2337
2338-2339
2340-2341
2342-2343
2344-2345
2346-2347
2348-2349
2350-2351
2352-2353
2354-2355
2356-2357
2358-2359
2360-2361
2362-2363
2364-2365
2366-2367
2368-2369
2370-2371
2372-2373
2374-2375
2376-2377
2378-2379
2380-2381
2382-2383
2384-2385
2386-2387
2388-2389
2390-2391
2392-2393
2394-2395
2396-2397
2398-2399
2400-2401
2402-2403
2404-2405
2406-2407
2408-2409
2410-2411
2412-2413
2414-2415
2416-2417
2418-2419
2420-2421
2422-2423
2424-2425
2426-2427
2428-2429
2430-2431
2432-2433
2434-2435
2436-2437
2438-2439
2440-2441
2442-2443
2444-2445
2446-2447
2448-2449
2450-2451
2452-2453
2454-2455
2456-2457
2458-2459
2460-2461
2462-2463
2464-2465
2466-2467
2468-2469
2470-2471
2472-2473
2474-2475
2476-2477
2478-2479
2480-2481
2482-2483
2484-2485
2486-2487
2488-2489
2490-2491
2492-2493
2494-2495
2496-2497
2498-2499
2500-2501
2502-2503
2504-2505
2506-2507
2508-2509
2510-2511
2512-2513
2514-2515
2516-2517
2518-2519
2520-2521
2522-2523
2524-2525
2526-2527
2528-2529
2530-2531
2532-2533
2534-2535
2536-2537
2538-2539
2540-2541
2542-2543
2544-2545
2546-2547
2548-2549
2550-2551
2552-2553
2554-2555
2556-2557
2558-2559
2560-2561
2562-2563
2564-2565
2566-2567
2568-2569
2570-2571
2572-2573
2574-2575
2576-2577
2578-2579
2580-2581
2582-2583
2584-2585
2586-2587
2588-2589
2590-2591
2592-2593
2594-2595
2596-2597
2598-2599
2600-2601
2602-2603
2604-2605
2606-2607
2608-2609
2610-2611
2612-2613
2614-2615
2616-2617
2618-2619
2620-2621
2622-2623
2624-2625
2626-2627
2628-2629
2630-2631
2632-2633
2634-2635
2636-2637
2638-2639
2640-2641
2642-2643
2644-2645
2646-2647
2648-2649
2650-2651
2652-2653
26

